CAROLINA VIANNA DANTAS

Brasil *"café com leite"*: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914)

Orientadora: Profª. Drª. Martha Abreu

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor.
Área de concentração: História Social

Niterói, 2007

CAROLINA VIANNA DANTAS

Brasil *"café com leite"*: história, folclore, mestiçagem e nação em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor.
Área de concentração: História Social

Banca examinadora:

Profª. Dr.ª Martha Abreu (Orientadora)
Profª. Dr.ª Eliana Dutra (Membro)
Profª. Dr.ª Magali Engel (Membro)
Profª. Dr.ª Ângela de Castro Gomes (Membro)
Profª. Dr.ª Hebe Mattos (Membro)
Profª. Dr.ª Ivana Stolze Lima (Suplente)
Profª. Dr.ª Laura Maciel (Suplente)

Niterói, 2007

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

D192 Dantas, Carolina Vianna.

O Brasil café com leite: história, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914) / Carolina Vianna Dantas. – 2007.

264 f. ; il.

Orientador: Martha Abreu.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007.

Resumo

Esta tese visa a compreender determinadas reflexões intelectuais sobre a identidade nacional, elaboradas a partir do folclore e da história na primeira década do século XX. Esses dois aspectos foram privilegiados por trazerem avaliações do papel de negros e mestiços na história e na cultura que, então, estavam sendo forjadas como nacionais. Sob o impacto da abolição da escravidão e da proclamação da república, tais avaliações também implicaram a consideração da própria mestiçagem na formação nacional. A ênfase do trabalho está voltada para a análise de artigos, crônicas, resenhas e contos publicados no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914) e na Revista Kosmos (1904-1909).

Abstract

This work tends to understand some intellectual inflections on national identity, bore from Brazilian folklore and history during the first decade of 20th century. These two aspects were brought to the foreground by implying evaluations of black and mixed-race people's role in the history and culture which were being constructed as national then. Under impact of the end of slavery and the establishment of republic system, those evaluations also signified the consideration of mixture of races itself on the national formation. Our emphasis is to analyze articles, chronics, reports and short stories published on Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914) and Revista Kosmos (1904-1909).

Agradecimentos

> "A minha tia está escrevendo a tese e ela está muito enrolada com a tese. Tese filha da mãe não deixa minha tia sair nem um pouquinho comigo".
>
> (Helena da Trindade Dantas, *Minha tia Carolina,* 17/01/2007)

Por volta dos 10 anos, vendo fotos antigas de família com minha avó paterna (a "vovó China"), perguntei se meu bisavô - pai dela e que eu não cheguei a conhecer - era *"negão"*. Surpresa e ao mesmo tempo achando graça, ela respondeu que não, que ele não era *"preeeeto",* mas sim um *"mulato meio avermelhado"*. E, em seguida, indagou o porquê da minha pergunta. Expliquei que ela e os irmãos dela eram todos *"negros",* uns mais claros outros mais escuros, mas eram; minha bisavó, mãe dela - que eu conheci - era *"morena clara"*. Logo, se ela e meus tios e tias-avós eram negros, deduzi que, embora na foto vovô Horácio estivesse meio embranquecido (depois soube, a foto era em sépia), ele não deveria ser tão branco quanto parecia. Nós rimos e continuamos a ver as fotografias.

Esse meu bisavô se chamava Horácio Casado e era natural de Niterói. Filho de brasileiros, músico profissional e nascido em 1886. Em 1908, casou-se com minha bisavó Rosa Grelho Pereira, nascida em 1889, também em Niterói. Filha de um português e uma brasileira, viveu parte da adolescência em Lisboa. Os dois tiveram nove filhos: Nabuco, Plínio, Washington, Alcebíades, Bilac, Mateus, Aristotelina, Anita e Independência – minha avó, que ganhou o sugestivo nome por ter nascido no dia sete de setembro de 1918.

Todos foram criados no Morro da Boa Vista, em Niterói, onde Horácio e sua família já moravam. Minha avó casou-se com José Règina, filho de um italiano e uma brasileira. Niteroiense, era operário da construção naval, músico e adorava carnaval. Dessa união nasceu meu pai, que ganhou o nome de Jorge por ter nascido em abril, mês do santo de devoção de vovó - uma costureira e doceira bem conhecida no local. Na

casa dela havia uma gravura grande do santo guerreiro numa moldura iluminada por duas lâmpadas vermelhas, sempre acesas.

Um dos seus irmãos, Mateus, era babalorixá de um centro de Umbanda que funcionava nos fundos de sua casa, ao lado da casa da minha avó. Embora outros irmãos participassem, minha avó nunca freqüentou o centro. Católica não praticante, tinha um invejável arsenal de mandingas e simpatias para qualquer necessidade ou emergência, incluindo *"o café da preta velha"*. Eu mesma, quando criança, sempre que combinávamos de ir a praia e amanhecia nublado, pedia para vovó fazer a simpatia para o sol aparecer: ela acendia um cigarro, dava uma pitada, rezava para Santa Clara, batia umas palmas, jogava o cigarro no telhado e, coincidência ou não, sempre fez sol. Vovó também era uma exímia contadora de histórias: mulas sem cabeça, escravos que voltaram arrastando correntes após a morte para atormentar seus senhores cruéis, escravos açoitados salvos por anjos, moleques espertos que ludibriavam os seus senhores, sacis, pretos velhos que faziam milagres e etc. Passei a infância ouvindo-as.

Na década de 1980, vovó morou por uns anos na mesma rua em que vivíamos no bairro do Barreto, em Niterói. Morávamos perto do Cemitério Maruí, o mais antigo da cidade. Um dos passeios preferidos era irmos (ela, meu avô, meu irmão e eu) à Igreja e lá de cima olharmos a cidade e o Cemitério. Às vezes, íamos na parte antiga do Cemitério ver as sepulturas do *"tempo da escravidão"*. Ela ia lendo os nomes das pessoas, fazendo contas para sabermos quando tinham morrido e com que idade, inventando histórias para cada um. Meus pais não conseguiam entender por que, sempre que eu passava com eles em frente ao Cemitério, queria entrar de qualquer jeito.

Dedico essa tese, portanto, a vovó China. Ainda que ela nunca vá saber, foi responsável em boa dose pela minha introdução nesse percurso materializado aqui. Mas a conclusão dessa pesquisa representa muito mais do que o resultado final (e mais palpável) que é esta tese. Foi, no meu caso, o resultado de um longo percurso iniciado em 2003 com a entrada no mestrado do Programa com um projeto de pesquisa que visava investigar a questão do "nacional-popular" no pensamento de Manoel Bomfim. Ao que se seguiu a passagem direta ao doutorado, em 2005, e agora a defesa. Esse percurso foi marcado pelo contato com pessoas que me instigaram a curiosidade, que me sugeriam leituras e questões fundamentais, que leram atenciosamente meus textos iniciais e finais e que me socorreram nos momentos de solidão e ansiedade.

No “mundo acadêmico”, agradeço especialmente às professoras Magali Engel e Maria Regina, que leram dedicadamente versões preliminares de alguns dos capítulos nas disciplinas que ofereceram em 2003. A Leonardo Pereira e Ângela de Castro Gomes, que participaram da banca da minha qualificação de mestrado e me indicaram para a progressão direta ao doutorado, agradeço as generosas indicações. A Ana Mauad, Herculano Lopes e Hebe Mattos por terem aceito fazer parte da banca do meu exame de progressão. A Eliana Dutra e Ângela de Castro Gomes (de novo), pelas leituras atenciosas e sofisticadas que fizeram da qualificação de doutorado, momento de reflexão fundamental para os rumos da minha pesquisa.

Como bem sabe qualquer um que tenha sido seu aluno(a) ou orientando(a), ter Martha Abreu por perto é sinônimo de inteligência, competência e estímulo, que, conjugados ao seu carinho e generosidade, fizeram desses quatro anos tempos inesquecíveis. Das trocas intelectuais, das gargalhadas e da paciência com os meus momentos de crise ficam lições valiosas. Entre os colegas da pós-graduação, com Renata Moraes e Luigi Bonafé compartilhei inquietações, capítulos, fontes e textos.

Fora do mundo acadêmico, agradeço aos meus pais pelo apoio necessário. Aos meus irmãos André e Clarisse - fundamentais em todos os sentidos –, que leram cuidadosamente meus textos em diferentes fases e contribuíram muito mais do podem imaginar para me manter feliz, mesmo nos momentos mais difíceis. Não posso deixar de agradecer especialmente a minha irmã pelo imenso companheirismo e a prontidão amorosa em me atender a qualquer momento do dia ou da noite. A Rejane, pela amizade incondicional nesses anos todos. A Gustavo, que chegou aos quarenta e cinco do segundo tempo e tornou os momentos de finalização desta tese - talvez os mais difíceis de todo o percurso – muito mais leves. A Claudia Peçanha, Rafael Spoladore, Taís Campelo e Juceli Silva, essenciais, cada um à sua moda. Às minhas sobrinhas Beatriz e Helena por existirem na minha vida exatamente do jeito que são. E pelas multicoloridas apresentações no *power point* feitas por Helena, sempre bem-humorada em suas broncas por mais tempo com a tia.

Agradeço ainda ao CNPq pelos quatro anos de bolsa, sem a qual este trabalho não teria sido viável.

Lista de anexos

Anexo 1 – Lista dos colaboradores do Almanaque Brasileiro Garnier (1903-19014)

Anexo 2 – Lista dos colaboradores da Revista Kosmos (1904-1909)

Anexo 3 – Intelectuais que colaboraram no Almanaque Brasileiro Garnier e na Revista Kosmos

Anexo 4 – Intelectuais que colaboraram Almanaque Brasileiro Garnier e na Revista Renascença

Anexo 5 – Intelectuais que colaboraram no Almanaque Brasileiro Garnier e na Revista da Academia Brasileira de Letras (1911-1912)

Anexo 6 – Textos que tratam da questão nacional publicados na revista *Kosmos* (1904-1909)

Anexo 7 – Textos que tratam da questão nacional publicados no *Almanaque Brasileiro Garnier* (1903-1914)

Anexo 8 – Textos que tratam da questão nacional localizados na Revista *Renascença* (1904-1908) e na *Revista da Academia Brasileira de Letras* (1911-1912)

Anexo 9- Mapa temático dos textos sobre história publicados na *Kosmos* e no *Almanaque Brasileiro Garnier*

Anexo 10 – Mapa temático dos textos sobre folclore publicados na *Kosmos* e no *Almanaque Brasileiro Garnier*

Anexo 11 - Perfil biográfico dos autores que publicaram sobre folclore e história na Revista *Kosmos* e no *Almanaque Brasileiro Garnier*

Lista de ilustrações

Ilustração 1 - capa do *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1906 (p. 66)

Ilustração 2 – contracapa do *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1905 (p. 67)

Ilustração 3 – capa do *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1912 (p. 68)

Ilustração 4 – capa da Revista *Kosmos* de 1904 (p. 69)

Ilustração 5 – capa da Revista *Kosmos* de 1906 (p. 70)

Ilustração 6 – capa do *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1914 (p. 71)

Sumário

Introdução 13

Parte I – Intelectuais e política na primeira década do século XX 23

1 – *Tudo se continua no mundo* – periódicos, intelectuais e cultura histórica 24

1.1. O mundo dos periódicos no início do século XX – o percurso da pesquisa 29

1.2 Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914) 35

1.3 Kosmos – Revista artística, científica e literária (1904-1909) 43

1.4 A materialidade do Garnier e da Kosmos – comparações e afinidades 51

1.5 *A festa é vossa, é nossa!* - Itinerários intelectuais 55

2 – República, desilusão e polêmicas intelectuais 72

2.1 A "república das letras" e a "república da política 75

2.2 Além de *Belle Époque:* o compromisso com a construção da nação 90

Parte II – Os caminhos da nação: nas trilhas da história e do folclore 104

3 – Entre datas e heróis, a escrita da história pátria 105

3.1 Por uma história moderna, científica e nacional 107

3.2. A "cara" da nação a partir de seus heróis - liberdade, república e as vocações do "povo brasileiro" 111

3.3 *A revivescência de comemorações gloriosas* – datas e festas nacionais 133

4 – Folclore e singularidade nacional 144

4.1 A "alma encantadora" dos recônditos do Brasil 145

4.2 *Brasil café com leite* - a cidade e a presença negra 156

5. Mestiçagem como patrimônio – uma chave de leitura para o Brasil 175

6- Considerações finais 207

7 – Bibliografia 217

8 - Anexos 228

"Dançai rapazes e raparigas! A vida é curta, o mundo é mau, o dinheiro anda arisco, a carne custa os olhos da cara, e a morte é certa." (Fantasio. Pseudônimo de Olavo Bilac. *Kosmos,* ano 3, nº 5, maio, 1906)

"Há cinco dias vivo uma superexcitação horrível. Não sei como tenho escapado à loucura. Corria as folhas do meu romance, com o coração apunhalado pelos erros que o deformizam quando, já estando impressa a errata e brochada a parte da edição, dou com uns vínculos, em lugar de vincos, no começo do capítulo XX." (Gonzaga Duque, 04/01/1900. In: *Meu jornal. Um diário de Gonzaga Duque 1900-1904)*

Introdução

Esta tese nasceu de um duplo movimento: o fascínio por periódicos e o diálogo com duas importantes teses da historiografia. O primeiro me levou ao encontro do *Almanaque Brasileiro Garnier,* publicado entre 1903 e 1904, e da revista *Kosmos*, que circulou entre 1904 e 1909. Os dois constituem séries interessantíssimas para investigações sobre a primeira década do século XX, pois por suas páginas desfilou a nata da intelectualidade da época, tenazmente dedicada a pensar sobre o Brasil. São registros das diferentes propostas e iniciativas de intelectuais, alguns mais conhecidos atualmente e outros completamente obscuros para o leitor contemporâneo. A partir da leitura total desses periódicos é possível mapear alguns dos paradigmas que embasaram as visões e versões intelectuais sobre o país naquele momento, bem como as estratégias de intervenção escolhidas para dar corpo à missão, da qual se auto-atribuíram, de iluminar os caminhos da nação.

Aquele foi um momento fortemente marcado pelo "novo" - novo regime de governo, novos agentes sociais, novas formas de sociabilidade, novos padrões de consumo, novas ruas e monumentos, novos usos dos espaços públicos. A abolição da escravidão, a proclamação da república e a questão da inserção do país na modernidade também tiveram peso significativo para as reflexões intelectuais no período.

Nesse contexto, a busca dos elementos que poderiam fundar uma identidade nacional para o Brasil dimensionou a atuação de muitos dos intelectuais que colaboraram nesses periódicos. Ao refletirem sobre o presente, esses homens mergulharam no passado e projetaram o futuro e, assim, se encarregaram de revelar e difundir o que consideravam ser as feições da nação. Feições estas que deveriam, ao mesmo tempo, nos diferenciar dos países europeus e nos aproximar dos seus parâmetros de progresso e modernidade.

Ao analisar esses periódicos sob o enfoque da identidade nacional, podem ser identificadas algumas linhas de força: Língua, Geografia, História, Folclore, Ciência e Atualidades. Mas, depois de sua leitura completa, a questão do papel dos negros e

mestiços na história e na cultura, bem como a própria mestiçagem, apareceram de forma mais recorrente nos textos que abordaram temas ligados ao estabelecimento e fixação de uma história e de uma cultura nacionais. Como as reflexões nesses dois campos específicos remetiam a temas aos quais já vinha me dedicando desde a graduação, foi sobre eles que optei centrar a análise.

Contudo, minhas leituras da historiografia hoje considerada clássica acerca da questão racial e cultural na primeira década do século XX, indicavam um caminho de análise que não contemplava as questões que foram surgindo a partir da leitura desses periódicos. Principalmente no diz respeito aos sentidos que os termos *"Belle Époque"* e *"República Velha"* ensejam quando usados para caracterizar o período. Refiro-me ao suposto apego frívolo dos intelectuais à moda do exotismo e do regionalismo importadas da Europa e ao tão enfatizado alheamento político dos intelectuais. Ao mesmo tempo, pesquisas mais recentes apontavam outras possibilidades de abordagem do universo intelectual do período, o que encorajou a opção por focalizar as formulações sobre a história e o folclore nacionais publicadas nesses dois periódicos.

Assim, a opção pelo *Garnier* e pela *Kosmos* como *corpus* principal de fontes desta tese se deu em função da riqueza com que esses temas apareceram em relação a outros periódicos pesquisados, como a revista *Renascença* e a *Revista da Academia Brasileira de Letras.* Além do que, as afinidades e diferenças entre os dois ensejavam questões interessantes acerca do mundo dos periódicos, das opções e da atuação intelectual naquele momento.

Nesse sentido é que se revelou importante a investigação do projeto editorial desses periódicos e das possíveis aproximações entre seus colaboradores, interessados nos temas relativos à história e ao folclore. Tal perspectiva trouxe a possibilidade de enxergar o *Almanaque* e a *Kosmos* como espaços privilegiados para um debate político-cultural que, inclusive, extrapolava as fronteiras das próprias publicações. A proposta da pesquisa, então, é analisar os textos pertinentes às temáticas escolhidas e colocá-los em diálogo com o seu tempo.

O que se persegue como objetivo, desse modo, é historicizar uma produção significativa que colocou negros, mestiços e a própria mestiçagem no cerne de suas elaborações sobre o caráter nacional brasileiro. Os intelectuais que aparecerão aqui julgavam que o povo e a nação estavam por ser feitos e que essa tarefa cabia a eles mesmos. Mas como aprender com a Europa e passar ao largo da imitação? Seria

possível ser universal e nacional ao mesmo tempo? Ou só se poderia ser universal sendo de fato nacional?[1] Essas são as das questões que eles tentavam responder.

Podemos considerar, então, que se tratam de questões diretamente relacionadas ao pós-abolição, ao destino de uma das maiores sociedades escravistas do continente. Logo, esse é um estudo que desloca o foco daquilo que terminou com a emancipação dos escravos para o que com ela começou[2], voltando-se para a busca inquieta de intelectuais pela substância que poderia dar corpo ao Brasil como nação dotada de originalidade e ancorada nos princípios do progresso, da modernidade e da civilização ocidentais.

Entretanto, a missão de buscar uma identidade para "o brasileiro" em meio a uma população marcada pela heterogeneidade não foi fácil. Junte-se à diversidade étnica - e seus intercâmbios múltiplos, presente desde os tempos coloniais, uma grande variedade de imigrantes estrangeiros vindos em massa para o país ao longo dos séculos XIX e XX. Dessa forma, alargava-se o espaço para as ambigüidades e dificuldades na construção de uma "identidade nacional brasileira". A população que vivia aqui estava inserida no domínio do diverso, das diferenças de classe, raça, de regiões, de costumes, de aparências e de falares.[3]

A própria noção de "povo" e seu uso carregavam dubiedade, sobretudo em termos políticos, já que permitiam abranger e repelir, ao mesmo tempo, parcelas consideráveis da população, passando a ter uma função que, em geral, era utilizada de forma excludente, servindo ainda para não explicitar aqueles a quem excluía. *A quem chamar povo? Todos...alguns? Depende de quem fala, a respeito de quem e a quem se dirige a fala.* [4]

Estava em jogo a definição de quais seriam os critérios de pertencimento à nação, de quais elementos e sujeitos sociais seriam considerados seu amálgama, de quem seria incluído e/ou excluído dela e de que forma - o que pressupõe a marcação do lugar social desses sujeitos e a definição das relações entre diferença, alteridade e heterogeneidade dentro de uma unidade nacional que se desejava criar.

---

[1] Ângela de Castro GOMES, Marieta de Moraes FERREIRA. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, vol. 2. nº 4, 1989.
[2] Frederick COOPER; Thomas C. HOLT; Rebecca J. SCOTT. *Além da escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. p. 45
[3] Márcia Regina Capelari NAXARA. *Estrangeiro em sua própria terra. Representações do Brasileiro. 1870 – 1920.* São Paulo, FAPESP/Annablume, 1998. p. 107 e 115
[4] *Idem, ibidem.* p. 40

Note-se, então, que esses processos abarcam questões que envolvem tanto a dimensão simbólica quanto a social e a material. Todavia, não se deve esquecer que identidade e diferença caminham juntas e que a diferença é firmada por uma *marcação simbólica* em relação a outras identidades. Assim, a identidade (aqui especificamente a nacional) não se refere somente ao universo simbólico. A idéia de nação, por exemplo, não é estabelecida somente como forma de proporcionar sentimentos de pertencimento, identidade e alteridade a uma população que vive ou é originária de um mesmo território. Para além dos símbolos, tradições, imagens e elementos simbólicos em geral eleitos como nacionais, questões como a posse da terra, a conquista de direitos e espaços políticos, a regulação dos espaços públicos, as políticas públicas sociais estavam igualmente em jogo quando se falava de nação ou pátria.

Embora sejam processos diferentes, o "simbólico" e o "social" são essenciais à construção e à afirmação das identidades. Isso implica considerar que a *marcação simbólica* é a forma através da qual os sujeitos sociais conferem sentido a práticas e relações sociais, determinando, entre outras coisas, quem é incluído e quem é excluído de que forma. É através da *diferenciação social* que as classificações da diferença são experimentadas e vividas nas relações sociais.[5]

Considerar a identidade como uma relação social implica também compreendê-la no âmbito das relações de força, poder e hierarquia, pois a identidade não é simplesmente definida, mas sim, negociada e disputada. Quando a identidade está em jogo, não se trata apenas da questão de que a sua definição envolve - e é alvo de - embates entre grupo sociais portadores de poderes desiguais. *"Identidade e diferença não são, nunca, inocentes. Podemos dizer que onde existe diferenciação – ou seja , identidade e diferença – aí está presente o poder"*. [6]

Nesse sentido, é possível incorporar ao conceito de identidade os conflitos, as disputas, as negociações e as relações de poder, sobretudo quando se leva em conta sua acepção histórica e socialmente determinada. Identidade e diferença são ativamente produzidas, já que *"(...) não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social*."[7] Por isso, há que se destacar o fato de

[5] Kathryn Woodward. Identidade e Diferença. Uma introdução teórica e conceitual. In: Tomaz Tadeu da SILVA (org.) *Identidade e Diferença.* Petrópolis, Vozes, 2000. p. 14
[6] Tomaz Tadeu da SILVA. A produção social da identidade e da diferença. In: Tomaz Tadeu da SILVA *Op. Cit.* p. 81
[7] *Idem, ibidem.* p. 76

que nesse processo algumas diferenças foram marcadas, outras ocultadas e esmaecidas, omitindo-se clivagens raciais, de classe e de gênero.

A seleção desta ou daquela manifestação cultural como nacional, deste ou daquele personagem histórico como herói diz respeito também às opções políticas defendidas, aos padrões (variáveis) de civilização dos intelectuais e aos diálogos culturais travados entre diferentes e desiguais.

Ao contrário do que possa parecer, o que esses intelectuais debateram o defenderam não era fruto somente das elaborações do mundo letrado, mas também de diálogos culturais entre diferentes e desiguais travados cotidianamente. Não que se queira investir na idéia de "mediadores culturais", afirmando que a incorporação de certos elementos culturais associados aos negros e mestiços à "cultura brasileira" tenha sido obra de letrados dotados de alguma extraordinária capacidade de traduzir e reunir em uma síntese unívoca as "originalidades da nação". Não se quer sugerir, tampouco, que tal incorporação se deva unilateralmente à resistência das classes populares às imposições de uma classe dominante branca e completamente europeizada. Pesquisas recentes têm posto em evidência, por exemplo, questões instigantes acerca dos esforços de "grupos carnavalescos populares", notadamente ranchos e cordões, e de "artistas populares", como o negro Sinhô, em conquistarem o reconhecimento do mundo letrado.[8]

Os exemplos desses diálogos podem ser variados e ajudam a dimensionar sua complexidade. Deter-me-ei em apresentar nesta introdução alguns que envolveram diretamente fatos e personagens que aparecerão em outros momentos dessa tese.

O primeiro desses exemplos refere-se a um tempo anterior ao que tratamos, mas de suma importância para o debate sobre os fundamentos da nacionalidade travado no *Garnier* e na *Kosmos*. Trata-se do Quilombo do Leblon, mantido e freqüentado por uma turma de jovens abolicionistas (futuros escritores) na cidade do Rio.

Um dos maiores quilombos abolicionistas do país, o Quilombo do Leblon era chefiado pelo imigrante português José de Seixas Magalhães, que lá escondia escravos fugidos, vindos tanto da cidade do Rio, quanto de outras cidades da província ou mesmo

[8] Ver Maria Clementina Pereira CUNHA. *Ecos da folia.* Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo, Cia das letras, 2001. Maria Clementina Pereira CUNHA *De sambas e passarinhos. as claves do tempo nas canções de Sinhô.* In: Sidney CHALHOUB, Margarida de Souza NEVES, Leonardo Affonso de Miranda PEREIRA (orgs.) *História em cousas miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil.* Campinas, Editora UNICAMP, 2006. 547-588.

de lugares mais distantes como São Paulo. Seixas se dedicava à fabricação e comercialização de malas e à produção de flores no quilombo, com o auxílio dos escravos. Era membro distinto da Confederação Abolicionista, que ajudava a manter o quilombo, e da qual participavam João Clapp, José do Patrocínio (como presidente) e André Rebouças (como tesoureiro).

Um dos maiores ícones do movimento abolicionista na época, o Quilombo do Leblon funcionou sem que seus "organizadores" se preocupassem muito em dissimular sua existência. Eram famosas na cidade as festas de confraternização e os batuques realizados lá, como o que ocorreu no aniversário de Seixas, no dia 13 de maio de 1887.[9]

Da turma que estava na festa faziam parte José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, João Clapp, Brício Filho, Luiz de Andrade, Domingos Gomes dos Santos, Campos da Paz, Luiz da Fonseca, Ernesto Senna e Arthur Miranda. Lá, um grupo de 50 quilombolas se apresentou para os abolicionistas, dirigindo uma saudação *"cheia de gratidão e sinceridade"* aos visitantes. Depois, Joaquim Nabuco retribuiu-a, destacando que os *"futuros libertos"* deveriam percorrer o caminho da *"honra e do dever, trabalhando e mostrando-se úteis a si e ao país e tornando-se bons cidadãos"*, fazendo rolar lágrimas em Patrocínio e Brício Filho – jornalista que narrou o acontecido posteriormente.[10] Como veremos, José do Patrocínio foi homenageado nas páginas da *Kosmos* em 1905, quando faleceu, e Ernesto Senna foi colaborador da mesma revista.

A "turma abolicionista" passou a noite no quilombo, de onde voltou já muito tarde. No trajeto até a estação do bonde, na Freguesia da Gávea, foram acompanhados pelo aniversariante e pelos quilombolas - numa espécie de cortejo musical - com suas *"flautas, gaitas, violões e cavaquinhos"* a fazer festa pelo caminho. Eram tantos que encheram o bonde, e quando embarcaram, o vereador João Clapp gritou: *"Viva aos negros quilombolas!"* e foi saudado por todos com entusiasmo.

Um ano mais tarde, a Lei Áurea foi assinada pela Princesa Isabel. No próprio dia 13 de maio os negros do Quilombo do Seixas foram em procissão, a pé, até o Paço Imperial oferecer camélias – símbolo da luta pela abolição – em homenagem à Princesa.

---

[9] Vale mencionar, nesse mesmo sentido, o quilombo abolicionista de Pai Felipe, que funcionava em Vila Matias na cidade de Santos nos mesmos moldes do Quilombo do Leblon. Aos domingos Pai Felipe convidava os abolicionistas a irem até o quilombo apreciarem o samba de roda (com tambaque, pandeiro e chocalho) e o quentão lá servido. O tal batuque foi considerado na época pelo jovem Carlos Victorio como um dos melhores programas entre os abolicionistas. Ver Eduardo SILVA. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. Uma investigação de história cultural.* São Paulo, Cia das letras, 2003. p.23

[10] *Idem, ibidem.*

Alguns anos mais tarde, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco – protagonistas dessa história – seriam lembrados na revista *Kosmos* como heróis da luta pela liberdade, pela civilização da pátria e pela *"redenção da raça negra"*. [11]

O outro exemplo diz respeito às relações travadas entre homens de letras e os chamados "músicos populares". Construindo suas memórias sobre a primeira década do século XX, Donga registrou, orgulhoso, o contato que teve, junto com Pixinguinha e Heitor dos Prazeres, com alguns intelectuais na Cidade do Rio:

> Embora sendo um antigo pardieiro (...) nos sentíamos bem instalados e achamos boa a nova residência. No local, éramos visitados por gente como Catullo da Paixão Cearense, Olegário Mariano, Bastos Tigre, Hermes Fontes, Medeiros e Albuquerque, Emílio de Menezes, Gutemberg Cruz e o grande Dr. Affonso Arinos, presidente na época da Academia Brasileira de Letras. (...) Iam lá nos buscar para fazermos uns programas na Praça da Cruz Vermelha. Nós ficávamos ali, improvisando, tocando, cada um solando alguma coisa e os poetas dizendo versos. (...) depois íamos para aquele largo da Av. Gomes Freire, a Praça dos Governadores, onde o João Pernambuco morou mais tarde. Nessa praça tinha um bar, no qual sentávamos e rompíamos o dia. Era um meio de literatos que apreciavam a música e músicos que apreciavam poesia. [12]

O que busco evidenciar através desses exemplos é que ao elegerem traços nacionais, os intelectuais não estavam somente atendendo ao gosto frívolo dos seus leitores por "coisas exóticas". Estavam também travando diálogos que extrapolavam o mundo das letras e dos periódicos refinados. Não podemos desprezar a importância de um rico movimento cultural na capital, do qual fazia parte o teatro de revista, que então começava a incorporar temáticas como a favela e o carnaval de rua, personagens como mulatas e malandros e ritmos como o maxixe. Nem o contato com prestigiados "músicos populares" como Eduardo das Neves - artista negro bem recebido pela nascente indústria fonográfica e que cantava a "beleza mulata" e o "orgulho crioulo". Ou ainda, os diálogos travados os com homens e mulheres com os quais esses intelectuais poderiam conviver nas ruas, nos bondes, nos teatros, nos cafés, nas casas de chope, nas igrejas, nos dias de festas religiosas ou laicas.

---

[11] Ernesto SENNA. José do Patrocínio. *Kosmos,* ano II, nº 2, fevereiro, 1905.
[12] DONGA em depoimento anotado por sua filha Lygia dos Santos *apud.* Sergio CABRAL. *Pixinguinha – vida e obra.* Rio de Janeiro, FUNARTE, 1978. p. 27-28.

Luiz Edmundo, também colaborador da revista *Kosmos,* se referiu, em suas memórias, à visita feita a um cordão na Saúde por três dos maiores caricaturistas da primeira metade do século XX: Raul Pederneiras, Kalixto Cordeiro e Luiz Peixoto, todos vestidos com fantasias de baiana compradas na casa da Tia Ciata.[13] Tanto o primeiro quanto o segundo tiveram seus traços estampados nas páginas da *Kosmos.*

Já o memorialista Brasil Gerson, ao contar a história das ruas da cidade do Rio, afirmou ter sido o terreiro de Pai Assumano muito procurado pelos políticos e intelectuais da época, citando nomes como o de Medeiros e Albuquerque - escritor, jornalista, membro da Academia Brasileira de Letras e assíduo colaborador da revista *Kosmos* e do *Almanaque Garnier.* Henrique Assumano Mina do Brasil era um famoso *alufá* que residiu na Praça Onze e tinha como freqüentadores de sua casa, além de Medeiros e Albuquerque, o músico Sinhô, o jornalista Francisco Guimarães, (o Vagalume), entre outros.[14]

Enfim, havia muitos espaços que poderiam oferecer possibilidades de diálogo cultural, em meio aos quais os intelectuais selecionaram traços nacionais. Nesse processo foram movidos também por motivações internas: tiveram que lidar com as teorias raciais, com o passado escravista e com o futuro da nação sob o regime republicano.

E ainda que, de fato, a primeira década do século XX tenha sido um momento no qual se acreditou na idéia do progresso infinito, os intelectuais arrolados nessa pesquisa[15], mesmo que mergulhados em tensões e ambigüidades, não renunciaram ao compromisso com os rumos da nação. Sua atuação, portanto, foi além do beletrismo e da harmonia aos quais o termo *Belle Époque* faz alusão.

Como alertou Joaquim Vianna - funcionário do Itamarati e colaborador do *Ganier* e da *Kosmos* - aos seus colegas de redação e aos leitores da *Kosmos*, uma das maiores tarefas que se impunha naquele tempo era

[13] Luiz EDMUNDO. *O Rio de Janeiro do meu tempo.* Rio de Janeiro, Xenon, 1987. p. 313.
[14] Brasil GERSON. *História das ruas do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Lacerda, 2000. p. 173-174.
[15] Os intelectuais arrolados, o foram por terem publicado textos no Almanaque Brasileiro Garnier e na Revista Kosmos nos quais abordaram diretamente a questão da identidade nacional a partir da história e do folclore Embora um conjunto maior de textos tenha sido levantado para elaboração das hipóteses gerais tese, foram nos textos sobre folclore e história e seus desdobramentos em torno da questão da mestiçagem que as hipóteses mais específicas foram fundamentadas. Assim selecionei 73 intelectuais, sobre os quais busquei dados biográficos. Ver anexo 11.

> (....) ser antes de tudo brasileiro. Não há verdadeira nacionalidade que não afirme principalmente a sua independência intelectual (...) não esqueçamos nunca de que somos brasileiros e de que devemos ser cada vez mais brasileiros.(...) [16]

* * *

A tese se divide em duas partes. A primeira é composta por dois capítulos. O capítulo um tem como objetivo identificar as autorias e os projetos editoriais do *Garnier* e da *Kosmos,* descrevendo-os e comparando-os; arrolar suas afinidades e diferenças quanto aos aspectos temáticos, materiais e, ainda, caracterizá-los como um espaço de sociabilidade nos quais determinados intelectuais se dedicaram a refletir sobre o Brasil, seu passado, presente e futuro. Já o segundo capítulo busca argumentar em favor do envolvimento de alguns intelectuais com a chamada "questão nacional" e com as polêmicas do seu tempo.

A segunda parte é composta por três capítulos. No primeiro estão em foco os temas relacionados à construção e a fixação de uma história, de heróis e datas para a pátria. O segundo traz à tona as formulações em torno do folclore e das expressões culturais alçadas ao patamar de singularidade nacional. Duas questões de fundo perpassam esses três capítulos: a legitimação do regime republicano e as avaliações do papel de negros e mestiços na história e no folclore forjados como nacionais. O capítulo cinco está voltado para a análise das elaborações em torno da mestiçagem apresentadas no capítulo anterior, bem como da pluralidade do universo intelectual em questão. Nas considerações finais faço um balanço dos argumentos defendidos e tento indicar o lugar dessas visões e versões sobre o Brasil na história da construção da identidade nacional no Brasil.

Considera-se, desse modo, o investimento na formulação e na divulgação de um acervo cultural comum à nação localizado nesses periódicos uma das mais importantes faces da intervenção intelectual na primeira década do século XX. Não menos política nem menos legítima por não ter se dado na esfera da política partidária.

---

[16] Joaquim VIANNA. A reação contra a influência intelectual francesa. *Kosmos.* Ano 5, nº 12, dezembro, 1908. Do que pude apurar, o autor também colaborou no *Almanaque Brasileiro Garnier* e foi diretor-fundador da Revista Americana (Rio de Janeiro, 1909-1919) junto com Delgado de Carvalho, ambos funcionários ligados ao Itamarati. Ver Kátia Gerab BAGGIO. Os Intelectuais Brasileiros e o Pan-Americanismo: A *Revista Americana* (1909-1919). Ver www.ifch.unicamp.br/anphlac/anais/encontro4/ensaiob14.htm captado em janeiro de 2006.

Assim, espero apresentar ao leitor um pouco daquele fascinante mundo dos periódicos, onde encontrei, em meio à europeização e a defesa do progresso, personagens que jamais esperaria, como Zumbi, Chico Rei e João Minhoca.

Parte I - Intelectuais e política na primeira década do século XX

1

Tudo se continua no mundo –
periódicos, intelectuais e cultura histórica

> (...) Tudo se encadeia, tudo se prolonga, tudo se continua no mundo; e o melhor, senão o único meio de aproveitar o presente e preparar o futuro ainda é honrar e respeitar o passado (...). (Olavo BILAC. Discurso no *Palace Theatre* do Rio de Janeiro. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1909. pp. 99)

Essas palavras foram ditas em 3 de outubro de 1907 quando Bilac[17] discursou no banquete oferecido a ele por Henrique Chavez, então diretor da *Gazeta de Notícias*. O evento aconteceu no elegante *Palace-Theatre,* na Cidade do Rio, e comemorava o vigésimo aniversário da publicação do primeiro livro do autor – *Poesias* – e o décimo ano de sua crônica dominical na *Gazeta*, em que substituiu Machado de Assis.

[17] Filho de Delfina Belmira dos Guimarães Bilac e de Brás Martins dos Guimarães Bilac – um cirurgião do Exército brasileiro que participou da Guerra do Paraguai –, **Olavo Bilac** nasceu em 1865 na cidade do Rio de Janeiro e morreu em 1918 no mesmo local. Em 1880 ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a qual abandonou seis anos depois sem concluir o curso. No ano seguinte entrou como ouvinte para a Faculdade de Direito de São Paulo, o que também não resultou em diploma. Em 1888 publicou seu primeiro livro, *Poesias,* e decidiu fixar-se definitivamente no Rio de Janeiro. Tendo participado das campanhas pela abolição e pela república, em 1892 atuou no movimento antiflorianista, escrevendo sátiras políticas na imprensa, o que lhe rendeu quatro meses de prisão na Fortaleza da Laje. Em 1896 participou da fundação da Academia Brasileira de Letras. Dois anos depois assumiu interinamente a direção do *Pedagogium* por indicação do seu amigo Manoel Bomfim. No ano seguinte foi nomeado inspetor escolar do Distrito Federal, cargo em que se aposentou um pouco antes de morrer. Em 1900 integrou a comitiva presidencial de Campos Salles em visita à Argentina. Por designação do Barão do Rio Branco, foi secretário de Joaquim Nabuco na III Conferência Pan-americana, em 1906. Mais tarde, secretário do prefeito Souza Aguiar, foi convidado por ele a ser o orador oficial na ocasião da inauguração do Teatro Municipal, em 1909. Em 1910 viajou novamente a Argentina como delegado brasileiro junto à IV Conferência Pan-americana, presidida por Joaquim Nabuco. Em 1915 iniciou a campanha pela defesa nacional, tendo fundado a Liga de Defesa Nacional junto com Miguel Calmon e Pedro Lessa no ano seguinte. Dono de uma vasta obra que inclui poesia, crônica, conto, novela, conferência e manuais didáticos, publicou também nos maiores periódicos do país. Desfrutou da amizade de homens de letras como Machado de Assis, Coelho Netto, Manoel Bomfim e Lima Barreto – de quem era admirador. Antonio DIMAS (org.) *Olavo Bilac. Vossa insolência. Crônicas.* São Paulo, Cia das letras, 1996. pp. 23-27 e Raimundo MAGALHÃES JR. *Olavo Bilac e sua época.* Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1974.

Entre os políticos presentes estavam o marechal Hermes da Fonseca e o almirante Alexandrino Alencar, dois conhecidos anti-florianistas que ocupavam naquele momento as pastas da Guerra e da Marinha, respectivamente. Mas esses não eram os únicos figurões da República presentes na homenagem: lá também estavam o ministro da Fazenda David Campista – homem de confiança do presidente Afonso Pena –, o ministro da Viação e Obras Públicas, Pedro Calmon, o embaixador Oliveira Lima, o prefeito Souza Aguiar, o poderoso senador gaúcho Pinheiro Machado, os deputados Carlos Peixoto, James Darcy e José Carlos de Carvalho, entre outros.

E como não poderia deixar de ser, da festa também participaram muitos intelectuais. Homens como Machado de Assis, Coelho Netto, Graça Aranha, Guimarães Passos, Filinto de Almeida, Augusto de Lima, Manoel Bomfim, Luís de Castro, Raul Pederneiras, João do Rio, Martins Fontes e muitos outros, aos quais se uniram artistas como os irmãos Bernadelli, o caricaturista Julião Machado e o pianista Arthur Napoleão. Alguns dos que não puderam comparecer enviaram telegramas justificando a ausência, caso do Barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores, e dos escritores Alberto de Oliveira, Alcindo Guanabara, Belmiro Braga e Valdomiro da Silveira. Desses intelectuais, à exceção do Barão do Rio Branco, todos eram colaboradores de periódicos importantes na época, como a própria *Kosmos* e o *Almanaque Garnier*. Outros como Coelho Netto, João do Rio e Bilac, publicavam nos dois.

Diante de presenças tão ilustres, Bilac exultou:

> Estou hoje gozando aqui (...) de um desses raros, exclusivos, absorventes, entontecedores instantes de alegria suprema (...) Ver reunida em torno de mim, nesta noite inolvidável (...) a representação real e legítima da mais culta sociedade do mais abençoado ponto da terra em que nasci; (...) ver aqui as altas autoridades da República e da cidade, ministros de Estado, o Sr. Prefeito do distrito federal, senadores, deputados, ministros plenipotenciários do Brasil no estrangeiro, representantes da indústria, do comércio e da imprensa, e tantos amigos íntimos e queridos (...) ver aqui presente, na pessoa do Sr. Ministro de Portugal, a pátria veneranda, a mãe da minha pátria (...) ver-vos aqui, ó meus mestres e ó meus irmãos de letras, poetas e trabalhadores da geração anterior a minha, poetas e trabalhadores da minha geração, e poetas e trabalhadores da geração nova (...) tudo isto me parece um sonho (...) [18]

[18] Olavo BILAC. Discurso no *Palace Theatre* do Rio de Janeiro. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1909. pp. 98.

A julgar pela dimensão do reconhecimento dispensado ao homenageado, podemos considerar que suas palavras deviam ter um peso significativo tanto para os políticos do governo quanto para os intelectuais que ali estavam. Não temos como saber se João Ribeiro[19], que nesse ano assumira a direção do *Almanaque Garnier,* estava presente à homenagem, mas com certeza também reconheceu a importância do que foi dito por Bilac: em 1909, esse discurso foi publicado no periódico. Essa interseção nos leva a pensar, definitivamente, que o passado era uma referência fundamental para as reflexões intelectuais sobre o Brasil na primeira década do século XX.

Tal referência também pode ser atestada nos vários textos publicados na *Kosmos* e no *Almanaque,* nos quais o passado foi explorado visando à abordagem da questão da identidade nacional. Ao consagrarem personagens e acontecimentos históricos, datas, costumes, valores e práticas culturais, estavam respondendo às demandas do presente, estabelecendo laços de continuidade com o passado e determinando o que (e de que forma) deveria permanecer como tradição e o que deveria ser projetado para o futuro.[20]

Essa documentação traz, portanto, pistas sobre uma possível cultura histórica daquela época. A definição do termo elaborada por Jacques Le Goff pode nos ajudar a compreender os usos do passado, então operados. Segundo o historiador francês, cultura histórica é *"(...) a relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado"*. [21] Apropriando-se e ampliando a expressão utilizada por Bernard Guenée, Le Goff argumentou ainda que a cultura histórica de uma época não se restringe à

[19] **João Ribeiro** nasceu em 1860, em Laranjeiras no Sergipe e faleceu no Rio de Janeiro, em 1934. Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, mas não concluiu o curso. Recebido por Silvio Romero no Rio de Janeiro ali permaneceu até a sua morte. A partir de 1881 passou a dedicar-se ao jornalismo, contraindo laços de amizades com grandes jornalistas do momento, como Alcindo Guanabara, Quintino Bocaiúva e José do Patrocínio. Formado em 1894 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, se notabilizou por seus estudos filológicos, históricos e folclóricos. O cargo de oficial da Biblioteca Nacional foi seu primeiro emprego público. Em 1890, assumiu o cargo de professor no Colégio Pedro II - denominado Ginásio Nacional depois de 1889 – onde lecionava História do Brasil. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Passou uma temporada de dois anos na Alemanha em missão patrocinada pelo governo brasileiro a fim de estudar a instrução pública, tendo retornado posteriormente ao mesmo país integrando outras missões junto com Joaquim Nabuco. Participou ativamente das campanhas pela Abolição e pela República, mas ao contrário de Olavo Bilac, era um florianista assumido. Escreveu vários livros sobre a língua portuguesa e história do Brasil, dentre os quais *História para Curso Superior,* publicado em 1900. Colaborou em vários periódicos como a Revista Brasileira, Revista Sul-Americana, Kosmos, O Globo, O País, Gazeta da Tarde e no Almanaque Brasileiro Garnier, do qual assumiu a direção em 1907. Ver Hilma RANARO. Cronologia da vida e da obra. In: João RIBEIRO. *A língua nacional e outros estudos lingüísticos.* Petrópolis/Aracaju, Vozes/Governo do Estado do Sergipe, 1979 e Eliana de Freitas DUTRA. *Rebeldes literários da República. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914).* Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2005. p. 67-68.

[20] Sobre a invenção de tradições como operação que estabelece continuidades com o passado, ver Eric HOBSBAWN e Terence RANGER (orgs.). *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro, Paz e terra, 1997. Especialmente os capítulos 1 e 7.

[21] Jacques LE GOFF. *História e memória.* Campinas, Ed. Unicamp,1994. p. 47-48

produção histórica profissional, incluindo também outros saberes e expressões culturais referidas ao passado, como a literatura e a arte. Nesse caso, podemos acrescentar também os monumentos, o folclore e outras tantas e possíveis expressões que teçam relações com o tempo como expressões de uma cultura histórica, conforme sugeriu Ângela de Castro Gomes.[22]

Ao enfocar os textos relativos à história e ao folclore nesses periódicos nos defrontamos com as iniciativas intelectuais dedicadas à produção do *"difícil equilíbrio"* de elaborar núcleos de unidade cultural, capazes de incorporar/representar uma origem comum, ou o *"(...) cimento da coesão grupal",* nas palavras de Hobsbawm.[23] O emprego do adjetivo *difícil* não é gratuito. Depois da Abolição (1888) e da República (1889), todos passaram a ser cidadãos iguais perante a lei. Tal afirmação significou um marco na história da construção da cidadania brasileira, tornando real o princípio jurídico da eqüidade política. Ainda que isso não tenha representado, de fato, um grande alargamento de direitos, estabelecia a possibilidade legal da igualdade de todos perante a lei e o do exercício da cidadania. [24]

Por isso, era preciso pensar na incorporação dos ex-escravos e seus descendentes à vida e à identidade nacionais. Naquele presente, a formação e a legitimidade de uma nova consciência nacional dependiam da sua identificação com fatos, personagens, costumes e valores capazes de promover, a partir da história e da cultura, uma possível unidade que transcendesse as diversidades – regionais, sociais, raciais e culturais – que marcavam o país.[25]

Mas essa identificação não foi aleatória, pois sua legitimidade dependia diretamente da relação com os valores que já existiam e que, de alguma forma, deveriam ser contemplados [26] para a formação de um patrimônio comum à nação. Afinal, compartilhar um passado significava também alimentar *"(...) o sentimento de pertencer a instituições coerentes, estáveis e duradouras".*[27] É nesse sentido que o investimento na construção de uma "história pátria" e de uma "cultura nacional" deve

[22] Angela de Castro GOMES. *História e Historiadores.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996. p. 48
[23] Eric HOBSBAWM e Terence RANGER.*Op. Cit.*. p. 23
[24] Ângela de Castro GOMES. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: Rachel SOIHET & Martha ABREU (Org.) *Ensino da História. Conceitos, temáticas e metodologia.* Rio de Janeiro, Casa da Palavra/FAPERJ, 2003. p. 157.
[25] *Idem*, *ibidem* p. 23.
[26] *Idem, ibidem.* p. 21
[27] David LOWENTHAL. Como conhecemos o nosso passado. *Proj. História,* São Paulo, nº 17, novembro/98. p. 109

ser considerado como uma dimensão importante da intervenção intelectual naquela sociedade.

A "história pátria" e a "cultura nacional" mapeadas não são, dessa forma, entidades naturais, mas fruto do esforço de indivíduos, grupos e instituições, um movimento que implicou atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores [28] jamais aleatórios. Não se pretende aqui fazer um estudo da recepção dessa produção, mas não se deve desprezar o fato de que, se tais temas estavam estampados nesses periódicos era porque, logicamente, havia interlocutores dispostos a ouvi-los e capazes de compreendê-los. Ainda que não esteja entre os objetivos dessa tese fazer um estudo da recepção desses periódicos, considerar suas possibilidades de circulação é fundamental.

Portanto, ao elaborarem suas propostas os intelectuais circunscritos nessa pesquisa (anexos 6 e 7), acionaram o repertório que estava histórica e culturalmente disponível naquele momento. Sigo aqui as considerações de Ginzburg sobre a *"espantosa cosmogonia"* do moleiro Menocchio, que nos ajudam a pensar nesse debate intelectual como uma produção elaborada dentro de um *"horizonte de possibilidades latentes"* do qual fazia parte a própria experiência desses intelectuais.[29]

Independentemente da medida do sucesso ou do alcance dessa produção, é certo que ela também constituiu o repertório político, intelectual e cultural da época. Por isso, refere-se também à gama de recursos intelectuais (noções, conceitos, argumentos), ou *"caixas de ferramentas"*, como sugeriu Ângela Alonso, às quais recorreram seletivamente de acordo com suas necessidades para compreender seu tempo e definir estratégias de ação.[30]

Como veremos neste capítulo, os intelectuais, bem como os periódicos em eles divulgaram suas iniciativas e propostas circularam por vários espaços, o que por si só é um indício da alcance e da inteligibilidade dessa produção naquele universo cultural.

---

[28] Lucia Lippi de OLIVEIRA. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 14, nº 26, 2000. pp. 183-202.
[29] Carlo GINZBURG. O queijo e os vermes. São Paulo, Cia. das Letras, 1987. p. 27-28
[30] Ângela ALONSO. *Idéias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002. p. 39-40

1.1 O mundo dos periódicos no início do século XX – o percurso da pesquisa

No pós-1900 o campo do impresso se caracterizou pela inserção em novas relações e padrões ditados pela adoção de novidades técnicas e pela intensificação da busca pelo lucro. Momento fundamental para a formação de um público leitor e para a comercialização de periódicos, esse também foi um período marcado pela difusão de tipografias e livrarias e pela ampliação da discussão em torno das políticas para alfabetização. Ainda que os custos da produção fossem altos, especialmente, devido à importação de papel, a introdução de inovações tecnológicas nas tipografias garantiu o desenvolvimento do setor. [31]

No Brasil, em geral, a revista foi associada à publicação literária, pois esse era o modelo mais comum no país. Eram revistas literárias e culturais como *d'A Avenida*, *Paratodos*, *Renascença* e *Kosmos;* de variedades, como *Fon Fon* e *Selecta*; de escola ou gêneros literários, como a *Rosa Cruz,* dos simbolistas. Havia ainda revistas produzidas por grupos específicos sem grandes intenções comerciais, como *Floreal*, dirigida por Lima Barreto; revistas voltadas para a faixa etária escolar, como a *Tico-Tico*, um projeto pioneiro de Manoel Bomfim; institucionais, como a *Revista da Academia Brasileira de Letras* e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Revistas de esporte; revistas de cinema, como a *Scena Muda* e a *Cinearte*. Revistas de circo e de teatro. Revistas para negociantes e comerciantes, como *Os Anais*. Publicações humorísticas como *O Malho*, *Careta* e a *Dom Quixote*; de cunho erótico como *O Rio Nu*. Não podemos esquecer também da imprensa operária e da imprensa voltada para grupos de imigrantes. Umas mais duradouras, outras que desapareciam logo, havia revistas de todos os tipos e para todos os gostos.[32] Nesse contexto de expansão do comércio de edições periódicas, os almanaques não ficavam para trás: uma profusão de títulos foi lançada entre o final do século XIX e início do XX. Estima-se que em 1912 publicavam-se no país 1.337 periódicos. [33]

Colocar um periódico na praça envolvia uma extensa rede que ia da decisão sobre o perfil editorial ao registro da publicação na Junta Comercial da cidade, processo

[31] Nelson Werneck SODRÉ. *História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro*, Civilização Brasileira, 1966. p. 275
[32] Ana Luiza MARTINS. *Revista em revista. Imprensa e práticas culturais em tempos de república 1890-1922.* São Paulo, EDUSP/FAPESP, 2001. Especialmente o capítulo 5.
[33] *Idem, ibidem.* p. 276-281

não menos trabalhoso que o esforço posterior para manter o periódico em efetiva circulação. [34]

A assinatura era usualmente a forma inaugural de venda e divulgação do periódico e seu mais importante meio de manutenção. Garantir um número razoável delas logo no lançamento significava viabilizar e consolidar a publicação no mercado. Para se ter medida dessa importância, basta observar que todo mês de dezembro a revista *Kosmos* publicava um anúncio pedindo para que os leitores renovassem suas assinaturas e garantissem o recebimento daquela *"belíssima publicação"* :

> Terminando com o presente número o segundo ano da *Kosmos*, esperamos que seus assinantes, desta Capital e do exterior, se dignem reformar as suas assinaturas, prestando com isso valioso concurso material que tanto há concorrido para o desenvolvimento desta revista. E agradecendo mais esta prova de confiança, empenharemos nossos esforços a fim de tornar a *Kosmos* um honroso documento da arte de nossa pátria.[35]

Por outro lado, como atestou Lima Barreto em 1907, os vendedores/divulgadores também eram importantes para a venda da revista. No número dois da sua revista *Floreal* (1907), o escritor informa que foi graças aos esforços do divulgador Thomaz Lablanca que conseguiram vender trinta e oito exemplares do primeiro número da revista, embora, Lima tenha ressaltado que o tal divulgador reclamou que a capa da *Floreal "(...) matou muito (...)",* contribuindo para que a revista não fosse notada, entre tantas outras coloridas e ilustradas.[36] Posicionados em esquinas movimentadas ou lugares de grande tráfego de pedestres, gritando o nome de cada uma das publicações que tinham em mãos, os vendedores/divulgadores também tinham papel essencial na manutenção do periódico. Em depoimento a um repórter da revista *Paratodos* em 1919, um vendedor/divulgador de revistas, que no momento tinha consigo mais de 30 títulos e trabalhava no Largo do Machado, contou: *"O Senhor não imagina como somos vítimas das fúrias dos senhores redatores. Todos eles dizem que nós é que lhes matamos as revistas porque não gritamos seus nomes"*.[37]

Outra forma de divulgar/vender periódicos era através dos pontos de venda, especialmente valiosos para as publicações de menor porte, ou mesmo para atrair novos

---

[34] *Idem, ibidem.* p. 226-227
[35] *Kosmos*. Ano II, n. 12, dezembro de 1906.
[36] Lima BARRETO. *Floreal.* Ano I, nº 2, novembro, 1907.
[37] Revista *Paratodos*. 1919 *apud* Verena ALBERTI. O século do moderno: modos de vida e consumo na República. In: Ângela de Castro GOMES; Dulce Chaves PALDOLFI;Verena ALBERTI (coord). *A República no Brasil.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002. p. 270.

leitores. As revistas, por exemplo, eram postas à venda em pontos comerciais estratégicos, sobretudo em lugares onde a vida urbana fervilhava: locais bastante freqüentados como charutarias, cafés, hotéis, estações ferroviárias, livrarias, boticas, associações culturais e recreativas, clubes, barbearias e teatros.

Como contrapartida para os donos de estabelecimentos comerciais, os periódicos tornavam-se um chamariz a mais para a freguesia pela beleza das ilustrações, pela praticidade do formato e utilidade das informações. Essa forma de consumo, entretanto, não era tão importante pelo volume propriamente – na maioria das vezes feita somente ao proprietário do estabelecimento – mas pela divulgação do periódico em locais de circulação. O reclame era outra importante fonte de manutenção para os periódicos. Dos mais diversos veículos que foram utilizados para fazer propaganda nesse momento, certamente a revista foi um dos suportes mais efetivos. Os reclames ofereciam produtos e serviços, combinando recursos literários e gráficos, arte e novas técnicas, valendo-se das inovações que então estavam em curso.

Mais uma estratégia das revistas e almanaques para conquistar o público era a realização de concursos, como fez a *Kosmos* em 1906, ao lançar um concurso de beleza infantil com o objetivo de *"(...) corresponder por todos os modos ao generoso auxílio que o público tem dispensado a esta revista (...)";* [38] com o mesmo fim o *Almanaque Garnier* promovia concursos literários. Já a *Renascença* (1904-1908) utilizou como recurso a distribuição de brindes, como autógrafos de personalidades famosas e cartões postais para o leitor colecionar.

Esse esforço de ampliação de público se traduziu em uma estratégia editorial que privilegiou conteúdos ecléticos. A partir dos estudos de Antonio Dimas sobre a *Kosmos* e de Eliana Dutra sobre o *Almanaque Garnier* [39] e da própria leitura completa desses periódicos, seus editoriais e reclames, podemos indicar que o seu público leitor se constituía primordialmente pelas camadas urbanas letradas, alfabetizadas da própria capital federal e de outras capitais do país, englobando funcionários públicos, profissionais liberais, professores, estudantes, homens de letras, homens de negócios e

[38] Redação. *Kosmos*. Ano I, nº 7, julho de 1904.
[39] Ver Antonio DIMAS. *Tempos eufóricos. Análise de Kosmos: 1904-1909*. São Paulo, Ed. Ática, 1983; Eliana DUTRA. *Rebeldes literários da República. História e Identidade Nacional no Almanaque Brasileiro Garnier*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2005.

comerciantes e, de forma mais geral, os indivíduos em busca de orientações para seu gosto musical e literário. [40]

Como *"(...) formas de comunicação de informações e idéias do momento"* [41], o *Almanaque* e a *Kosmos* constituem fontes bastante ricas com ampla variedade de temas e assuntos disponíveis[42]. Eram das mais importantes publicações do gênero na primeira década do século XX no Rio de Janeiro, sobretudo se levamos em conta que por elas circulavam os mais proeminentes intelectuais do período, como Olavo Bilac, Coelho Netto, Gonzaga Duque, Curvelo de Mendonça, Graça Aranha, Silvio Romero, João Ribeiro, João do Rio, entre outros.

Assim, após mapear colaborações, autores e temas em cada uma dessas publicações ficou evidente que os textos relativos à história e ao folclore tiveram espaço significativo e foram os que trouxeram maiores referências ao debate sobre o papel dos negros e mestiços na "identidade nacional", havendo referências também à mestiçagem. Esse diferencial conferiu especificidade a esses dois periódicos. [43] A estratégia, portanto, foi concentrar a análise nas colaborações publicadas no *Almanaque Garnier* e na *Kosmos* que abordaram temas referentes à história e ao folclore nacionais, o que resultou em 110 colaborações mapeadas na *Revista* e 60 no *Almanaque.* Esse conjunto

[40] Ver Ana Luiza MARTINS. *Op. Cit.*p. 97 e Eliana DUTRA. *Op. Cit.*p. 36.

[41] Miriam Lifchitz Moreira LEITE. O periódico. Variedade e transformação. In: *Anais do Museu Paulista.* São Paulo, USP, 28, 1977. p.141

[42] Se até a década de 1990 o estudo sistemático de periódicos despertou muito mais o interesse de pesquisadores da área de Letras no âmbito da História alguns importantes trabalhos tendo como fonte/objeto periódicos foram produzidos recentemente, tais como: *Essa Gente do Rio*, de Ângela de Castro Gomes; *Turunas e Quixotes*, de Mônica Pimenta Velloso; *Revista do Brasil*, um diagnóstico para a n(ação), de Tania Regina de Luca; *Revistas em revista,* de Ana Luiza Martins; *Rebeldes Literatos da República*, de Eliana Dutra; e *Arqueologia da Modernidade: fotografia, cidade e indivíduo em Fon Fon Selecta e Paratodos. 1907-1930,* de Claudia de Oliveira. Tais obras constituem um conjunto de abordagens que têm proporcionado a abertura de novos caminhos para a pesquisa em periódicos. A diretriz que orienta esses estudos é historicizar os periódicos e sua produção, demarcar suas particularidades, refazendo os nexos políticos e culturais característicos desse tipo de impresso. Ver bibliografia.

[43] A pesquisa contemplou o levantamento dos textos relativos aos grandes temas da chamada questão nacional (território, língua, folclore, história, política/polêmicas, modernidade/reformas urbanas, educação, intelectuais/imprensa). No total, os textos publicados sobre esses grandes temas corresponderam a 22% de tudo que foi publicado na *Kosmos* e a 84% de tudo que foi publicado no *Almanaque.* Esses 84%, no entanto, correspondem a todos os textos que tematizaram de modo geral o Brasil, consideram-se todos os conteúdos informativos, como as estatísticas, os dados biográficos e sobre as repartições públicas. Para essa pesquisa a seleção de textos no *Garnier* se baseou nos seguintes critérios: 1) Textos menos informativos e mais opinativos; 2) Textos mais específicos sobre as questões de interesse da pesquisa (folclore e história); 3) Textos com autoria declarada. Afirmar a presença significativa dos temas relativos à história e ao folclore nacionais não significa, entretanto, afirmar a predominância quantitativa absoluta desses temas, uma vez que correspondem a 16% do total do que foi publicado na *Kosmos* e 5% no *Almanaque Brasileiro Garnier,* considerando todos os números das duas publicações. Cabe ressaltar também que esses números se devem também ao padrão eclético desses periódicos. Ver anexos

de textos é composto por crônicas, contos[44], artigos[45], resenhas[46] e, ainda, por trechos de obras dedicadas ao estudo dos temas enunciados. Portanto, a maior parte dos textos é de não-ficção, ainda que alguns contos também tenham sido arrolados.

Levando em consideração a diferença entre esses gêneros circunscritos, a crônica é certamente o de definição menos consolidada. De acordo com Sidney Chalhoub, Leonardo Pereira e Margarida Neves [47], a crônica tem como característica mais evidente a leveza: ao amealhar temas diversos, utiliza os acontecimentos do dia-a-dia como matéria-prima. Sem pretensão à perenidade ou à posteridade, as crônicas estão diretamente ligadas ao seu tempo. Essas características apontadas com base nas colocações de Machado de Assis, segundo os próprios historiadores citados, serviram de base para as definições posteriores desse gênero literário. Nesse sentido, é que foram recorrentemente tomadas como textos ligeiros, despretensiosos e sem relevância. Alguns críticos como Antonio Cândido, ainda segundo Chalhoub, Pereira e Neves, acabaram por considerar a crônica como um "gênero menor" – simples, breve e leve. Essa forma de concebê-la pressupõe que seja um gênero desprovido de elaboração narrativa. No entanto, ressaltam os autores, não se trata de um gênero simples, tendo como uma de suas características principais a cumplicidade entre autor e o público no que se refere aos temas e questões tratados.

Acompanhando ainda as orientações dos três historiadores já citados, podemos considerar que o cronista tinha a incumbência de selecionar os acontecimentos de maior relevância e divulgação que pudessem proporcionar a construção de códigos compartilhados de comunicação entre autor e público. O cuidado na observação dos temas abordados nas crônicas é imprescindível para que se possa relacioná-las ao seu contexto de produção e à própria realidade – ao mesmo tempo sua matéria-prima e

[44] Com base na pesquisa e nas definições de Massaud Moisés, entendo por conto, uma forma literária que, sobretudo a partir do século XX veio sendo praticado por ficcionistas para "(...) exprimir a rapidez com que tudo se altera no mundo moderno (...) O conto é, do prisma dramático, uma só unidade dramática, uma só história, uma só ação (...) rejeitando as digressões e as extrapolações, o conto flui para um único objetivo, um único feito. (...) No tocante à linguagem, o conto prefere à concisão à prolixidade, a concentração de efeitos à dispersão." Ver Massaud MOISÉS. *Dicionário de termos literários.* São Paulo, Editora Cultrix, 1974. p. 100.

[45] Podemos definir artigo como "(...) todo escrito, de maior ou menor extensão, que se publica em jornal ou revista. Distingue-se do noticiário comum na medida em que implica na discussão ou exposição de um tema." Ver Massaud MOISÉS. *Op. Cit.* p. 44.

[46] Resenha se refere a todo escrito que visa informar sobre o conteúdo de uma obra, incluindo o julgamento crítico. Ver Massaud MOISÉS. *Op. Cit.* p. 430

[47] Sigo aqui as indicações apontadas por Sidney Chalhoub, Margarida de Souza Neves e Leonardo Pereira. Sidney CHALHOUB, Margarida de Souza NEVES e Leonardo PEREIRA. *Apresentação*. In: Sidney CHALHOUB, Margarida de Souza NEVES e Leonardo PEREIRA (orgs.) *História em cousas miúdas. Capítulos de História Social da Crônica no Brasil.* Campinas, Ed. UNICAMP, 2006. pp. 9-16

espaço de intervenção, como apontaram os três historiadores. Assim, a crônica tem como característica específica a busca do autor pela interação com os acontecimentos cotidianos, pela transformação do que *"via e vivia",* sendo tão complexa quanto contos e romances. No calor do debate, o cronista analisava a realidade, dialogando com outros sujeitos, metendo-se nas discussões e nas questões do seu tempo. A crônica, portanto, não reflete a realidade, mas busca analisá-la e transformá-la, fazendo uso para tal de uma forma leve, atraente ao leitor, o que poderia garantir sua penetração social. A crônica, aliás, é um gênero intimamente relacionado com a imprensa e com o processo de ampliação do público leitor dos periódicos. [48]

Para compreender os entrecruzamentos e interseções das crônicas é imprescindível relacioná-la ao horizonte mais amplo no qual foram elaboradas. Rejeitando a dissociação entre texto e contexto, a crônica – cuja presença é mais representativa na *Kosmos,* em função da sua própria periodicidade – foi um vetor que constituiu a realidade que seus autores buscavam através dela transformar. A indeterminação é outra de suas maiores características, devido ao seu caráter eminentemente dialógico e a sua relação específica com o tempo vivido.[49]

A partir da variedade de formas e temas assumidos pelas crônicas, da tensão entre o comentário e a transformação da realidade, da leveza e da cuidadosa elaboração, Sidney Chalhoub, Leonardo Pereira e Margarida Neves, definem um perfil para o gênero. Alertam, contudo, que uma definição unívoca, neste caso, é pouco frutífera. O caminho mais produtivo seria a ênfase na historicidade da crônica como uma construção autoral que ao mesmo tempo, representa e intervêm na realidade. [50]

Todavia, acreditamos que essas assertivas são produtivas não só para a construção de caminho analítico para a crônica, mas também para os outros gêneros localizados nesta pesquisa – devidamente guardadas as particularidades de cada um.

Contudo, diante todas as indicações feitas, o leitor poderia questionar a representatividade dessas evidências na *Kosmos* e no *Almanaque Garnier,* na medida em que não há de fato uma grande recorrência dessas afirmações. Mas, a presença desses temas, em si, nesses periódicos é bastante relevante na medida em que eram espaços, ou lugares de sociabilidade, que reuniram a nata da intelectualidade da época. Se tais textos foram elaborados e publicados, foi porque autores e editores acreditaram

[48] *Idem, ibidem.* p. 14.
[49] *Idem, ibidem.* p. 16-17
[50] *Idem, ibidem.* p. 17-18

que aqueles conteúdos teriam ressonância ou adesão entre seus leitores. Além disso, os intelectuais que enunciaram tais afirmações também colaboraram em outros periódicos, publicaram livros (inclusive didáticos), fizeram conferências e atuaram em cargos públicos estratégicos, muitos na área da educação.

Devo esclarecer ainda, que quando foi necessário para aprofundar um argumento, evidenciar outros exemplos ou demonstrar a circulação de determinadas idéias e iniciativas, recorreu-se pontualmente a outros periódicos, como a *Gazeta de Notícias*, o *Correio Paulistano*, a revista *Careta* e a revista *Fon Fon.* Assim foi possível perceber, no caso de Olavo Bilac, por exemplo, que ele publicava crônicas muito parecidas e sobre os mesmos temas em publicações diferentes dentre as muitas com as quais colaborava, como a *Kosmos*, o *Correio Paulistano* e a *Gazeta de Notícias.* Com essa mesma intenção foi necessário ainda utilizar, algumas vezes, um outro recurso semelhante: a ida (ou fuga) aos livros de alguns autores, a outros periódicos ou, ainda mesmo, a outros intelectuais que defendiam posições semelhantes aos localizados nessa pesquisa. Convém esclarecer o leitor que essas estratégias ajudaram a visualizar as evidências da circulação e da representatividade de certas iniciativas e propostas intelectuais enunciadas no *Almanaque* e na *Kosmos.*

Colocados os procedimentos fundamentais em relação às fontes principais desta tese é necessário caracterizar as especificidades e condições de produção de cada periódico, para que os textos tomados como fontes possam ser devidamente contextualizados e relacionados com o ambiente mais amplo no qual apareceram.[51] Torna-se necessário, por isso, identificar o grupo responsável pela linha editorial, os colaboradores mais assíduos e os programas enunciados por cada periódico. Concentraremos-nos também na análise das informações relativas ao lançamento e à organização e na apresentação da materialidade do *Almanaque* e da *Kosmos*, aprofundando seu contexto de existência, seu tempo cultural e a variedade de seus propósitos.[52]

1.2 O Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)

Os almanaques têm características particulares em relação às revistas, remetendo à idéia de uma grande modernidade até mesmo na forma como articularam

[51] *Idem, ibidem.* p. 14.
[52] Ana Luiza MARTINS. *Op. Cit.* p. 46

os conteúdos da tradição e as atualidades, oscilando entre o estável e a inserção do novo.[53] A marca fundamental dos almanaques, que começou a ser estabelecida com a sua difusão na França durante o século XVII, era servir como veículo de *"(...) instrução e propaganda de um saber profundo e secular, estimulando a curiosidade, o desejo de saber e o gosto pela verdade".* [54]

Sua estrutura e organização temática, porém, se mantêm independentemente de sua categoria, pois embora possa haver variações, os almanaques têm um conteúdo padronizado: calendário, cronologia, horóscopo, biografias, geografia, história, direito, ciências e preceitos morais. Mas, ainda que tenham essa estrutura como peculiaridade, podem ser divididos ou classificados em muitas categorias, segundo suas seções e a ênfase de seus conteúdos e matérias: enciclopédicos, políticos, literários, técnicos, cívicos, informativos, farmacêuticos, históricos, recreativos, genealógicos, infantis e outros.

De fato, por conjugarem utilidade, verdade e entretenimento os almanaques trazem em suas páginas um leque heterogêneo de temas. Portanto, sendo uma publicação de periodicidade anual, ou melhor, tratando de fatos e informações acerca de um ano findo, sua relação com o tempo dos acontecimentos é bem particular. O tempo presente vigora nos almanaques como algo diluído e fluido, aproximando esse tipo de periódico do que já foi instituído, do que já se tornou irreversível. O almanaque é, prioritariamente, um veículo de difusão de práticas e verdades selecionadas prévia e positivamente como válidas. Fundadas em uma sacralidade que as converte em guardiãs e defensoras de um certo passado, essas práticas se configuram como tradições válidas para serem preservadas, conforme indica Eliana Dutra.[55]

No Brasil, da mesma forma que revistas como a *Kosmos,* os almanaques como o *Garnier* desempenharam uma função civilizadora. Desde a segunda metade do século XIX e, sobremaneira, na primeira metade do século XX, os almanaques foram difundidos pelo Brasil. Eram famosos, por exemplo, os almanaques luso-brasileiros e

---

[53] Jerusa Pires FERREIRA. Almanaque. In: Marlyse MEYER (org.). *Do Almanak aos almanaques*. São Paulo, Ateliê editorial, 2001. p. 20.

[54] Eliana DUTRA. *Op. Cit.* p. 17.A autora, nesse trecho, se refere aos trabalhos de BOLLÈME, *Lês almanachs populaires aux XVII et XVIII siècles. Essai d'histoire sociale* e de CHARTIER & LÜSEBRINK, *Colportage et lecture populaire. Imprimés de large circulation en Europe. XVI-XIX siècles.*

[55] Eliana de Freitas DUTRA. O Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914) Ensinando a ler o Brasil. Ensinando o Brasil a ler. IN: Márcia ABREU (org.) *Leitura e história e história da leitura.* São Paulo, Mercado das Letras/FAPESP/ALB, 1999. pp. 477-504; 482-483

os almanaques farmacêuticos.[56] Foi nesse contexto que o *Garnier* veio à praça, em 1903.

O surgimento e a trajetória do *Almanaque Brasileiro Garnier,* como atesta o seu próprio nome, estiveram intimamente ligados à atuação da Livraria Garnier no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro. Ao buscar afirmar-se como pólo catalisador dos maiores homens de letras do Brasil e como aglutinadora do melhor comércio de livros da capital, a Livraria Garnier comprava os direitos de edição dos autores brasileiros desde a época do "velho" [Baptiste Louis] Garnier, no final do século XIX. Foi assim que a empresa construiu para si uma tradição que enfatizava os serviços prestados por Baptiste Garnier às *"letras pátrias"*. O "velho Garnier" editou José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo, Joaquim Norberto, José de Alencar, Taunay e outros. [57]

> Seus sucessores no negócio seguiram essa mesma diretriz ao optar por publicar Machado de Assis, Aluízio de Azevedo, Alberto de Oliveira, Mello Moraes Filho, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Arthur Azevedo, Nestor Victor, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Manoel Bomfim, Affonso Celso, Silvio Romero, João Ribeiro, Clóvis Bevilacqua, João do Rio, Antonio Salles, Laudelino Freire, Araripe Jr., Capistrano de Abreu e outros. Esses eram os *"autores da Garnier"* na nova fase da empresa, quando Hippolyte Garnier assumiu a livraria, promoveu uma grande reforma e reinaugurou a Casa editorial em de janeiro de 1901, com a presença do Cônsul francês, de representantes de toda a imprensa da Capital e de "*(...) uma plêiade brilhante dos homens de letras (...)".* [58]

Foram esses prestigiosos homens de letras que preencheram boa parte das páginas do *Almanaque,* sob o comando de Ramiz Galvão[59] até 1906 e, dali em diante, sob os auspícios de João Ribeiro. Ao considerar as diferenças entre os dois diretores do *Almanaque*, como a opção política republicana e militante de João Ribeiro, Eliana Dutra apontou também algumas aproximações entre suas trajetórias, como afinidades

---

[56] *Idem, ibidem.*
[57] Almanaque Garnier. *Almanaque Brasileiro Garnier.* 1903. p. 14
[58] *Idem, ibidem.* p. 14
[59] **Ramiz Galvão** nasceu em Rio Pardo/RS, em 1846 e morreu na cidade do Rio, em 1938. Bacharelou-se em Letras em 1861 e formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1868. Médico, professor e filólogo, foi inicialmente cirurgião do Hospital Militar. Entrou depois para o magistério, tendo sido professor de literatura do Colégio Pedro II. Amigo de D. Pedro II, foi preceptor dos filhos da Princesa Isabel, Diretor da Biblioteca Nacional ainda durante o Império. Após a proclamação da república, foi nomeado por Benjamim Constant Inspetor geral da Instrução Primária do Distrito Federal, assumindo, em seguida, o cargo de Diretor da Instrução Municipal do Rio de Janeiro, durante o governo de Barata Ribeiro. Após a Revolta da Armada (1893) foi exonerado do cargo, abraçando a carreia jornalística. Exerceu, então, a função de redator da Gazeta de Notícias. Entrou para a Academia Brasileira de Letras em 1928, tendo sido também sócio benemérito e orador perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi também o primeiro reitor da Universidade do Brasil (1921-1925) Ver Eliana DUTRA. *Rebeldes literários da República. Op.Cit.* p. 67 e as informações contidas no site da Academia Brasileira de Letras: www.academia.org.br

de circulação intelectual (na *Revista Brasileira,* embora em épocas distintas), a atuação profissional na área da educação e do magistério, o interesse pela história e pela literatura, o exercício do jornalismo, a participação na Academia Brasileira de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além disso, ambos foram consultores da Livraria Garnier. Certamente a escolha de dois intelectuais com perfis semelhantes para serem editores do *Almanaque* se relacionava ao próprio projeto que a Livraria Garnier tinha para essa publicação. Conforme indicou Eliana Dutra em seu estudo sobre o periódico, o *Almanaque Brasileiro Garnier* pode ser caracterizado como literário, aberto a conteúdos de história e geografia, visando um público amplo e não segmentado, porém letrado e urbano.[60]

Publicado em formato de livro (22 cm X 15 cm) e tendo entre 400 e 600 páginas, sua estrutura sofreu poucas mudanças ao longo do tempo: ricamente ilustrado, circulou com a mesma aparência até 1910. Depois da capa colorida em verde e amarelo, com a figura do colonizador português no centro, símbolos republicanos num escudo e vinhetas florais em estilo a*rt nouveau*, vinha uma página com a imagem da Baía de Guanabara e o Pão de açúcar ao fundo, trazendo os dados da edição. Depois, seguiam-se retratos do presidente e do vice-presidente da república com dados biográficos e, em seguida, fotos da própria livraria (fachada e interior). Segundo Eliana Dutra, essas fotos funcionavam como um convite ao leitor para entrar e percorrer as dependências da livraria, passando pela "Capital da República" e por seus mais poderosos representantes.[61]

O preço do primeiro número era 4$000; a impressão era bem cuidada e em papel de qualidade. Muitas fotos e ilustrações, mapas e plantas compunham a materialidade do *Almanaque,* dando-lhe um aspecto refinado. Era logicamente fabricado para durar mais que uma revista mensal, pois seu tempo útil deveria ser de, no mínimo, um ano. Organizado em seis partes, sua estrutura desde o primeiro número lançado em 1903 até o sexto volume de 1908, era a seguinte:

- Primeira parte: cronologia e calendário

Essa seção continha quadros mês a mês com informações sobre o calendário daquele ano, festas nacionais e estrangeiras, calendário eclesiástico, dias santos, festividades fixas e móveis, dados sobre calendários juliano e gregoriano, um calendário perpétuo válido até o ano 2000, calendário positivista; ciclos lunares e

[60] Eliana DUTRA. *Rebeldes literários da República. Op.Cit.* p. 26-27
[61] *Idem, ibidem.* p. 27

solares e eclipses, anos bissextos, estações do ano; constelações, estrelas; invenções e inventores; nascimento e morte de ilustres e etc. Há nessa seção uma combinação entre devoção, civismo e culto ao progresso. Havia também linhas em branco a cada mês, para que o leitor registrasse ali as suas anotações pessoais.

- Segunda Parte: geografia e estatística. Dentro da linha editorial seguida pelo *Almanaque,* esta seção estava direcionada ao *"conhecimento e reconhecimento do Brasil".*[62] Contava com descrições pormenorizadas da altitude de montanhas, dos rios mais importantes, dos recursos naturais, vias de comunicação, dados estatísticos sobre a população brasileira, um perfil de cada estado da federação, mapas mostrando as partes indivisíveis do território nacional, perfil de personalidades locais, dados sobre a produção e etc. A abordagem é de uma natureza exuberante e generosa, com destaque para as potencialidades e grandezas naturais de um país que, por isso mesmo, tinha um futuro promissor pela frente. O leitor deveria tomar ciência do imenso e rico território do seu país e de seus habitantes.
- Terceira Parte: literatura

Nessa seção foram publicados: literatura em prosa e verso, estudos folclóricos, históricos, sociológicos e lingüísticos, memórias, ensaios sobre música e teatro, crítica literária e de arte, elogios a homens ilustres (literatos, estadistas e cientistas), roteiros e resenhas sobre os "bons" poetas, escritores, músicos, pintores e escultores contemporâneos e os trabalhos dos que eram considerados "bons". Também foram publicadas muitas colaborações sobre folclore nacional.

Da leitura dessa seção é possível divisar uma intenção de determinar o que seria a "boa" e a "melhor" literatura/cultura brasileiras e, conseqüentemente, formar um público leitor identificado com elas. José Veríssimo, um dos mais assíduos colaboradores do *Almanaque*, logo no seu primeiro número, em 1903, sintetizou tal intenção quando indagou em um artigo o que liam *"nossos avós"* e os maiores expoentes da literatura pátria:

> (...) dize-me o que lês, direi-te quem és. Seria mesmo um prestadio estudo subsidiário de uma futura história da nossa cultura e civilização, que podia ser uma história da nossa literatura, tomada esta expressão no seu sentido mais amplo, acompanhada da nossa sociedade.[63]

[62] Eliana Regina de Freitas DUTRA. O Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914) Ensinando a ler o Brasil. Ensinando o Brasil a ler. *Op. Cit.* p. 498
[63] José VERÍSSIMO. O que liam nossos maiores. *Almanaque Brasileiro Garnier.* 1903. p. 161-164.

O que se lia e a literatura em si seriam parâmetros para se precisar o nível cultural e civilizatório de uma sociedade. Os donos e gerentes franceses da Garnier, mais os editores do *Almanaque* (Ramiz Galvão e João Ribeiro) tomaram para si o papel de "civilizadores" nesse sentido. Pela seção literária do *Almanaque* passaram: Affonso Celso, Alberto de Oliveira, Mello Moraes, Amélia Freitas Bevilacqua, Lúcio de Mendonça, João Ribeiro, Olavo Bilac, Fabio Luz, Araripe Junior, Antonio Salles, Laudelino Freire, Rocha Pombo entre outros. Muitos deles tinham suas obras publicadas pela famosa casa editorial.

- Quarta Parte: o ano

Dedicada ao registro de fatos e acontecimentos importantes do ano findo. Assim, trazia um grande número de informações destacando os principais acontecimentos do ano político, literário, jornalístico, religioso, necrológico e artístico.

- Quinta Parte: variedades

Esta parte é dedicada ao entretenimento, trazendo curiosidades, piadas, charadas, jogos de adivinhação, pensamentos e provérbios.

- Sexta Parte: tabelas, notas, informações

Nesta seção o leitor encontrava toda a sorte de informações, uma verdadeira enciclopédia de utilidades, como a relação de senadores, deputados, secretarias de estado e seus titulares, dos comandantes do exército, do corpo de diplomatas brasileiros; informações sobre as atribuições, serviços e titulares dos cargos do Tribunal de Contas, do Conselho Municipal, de repartições públicas federais e municipais, da polícia da capital; informações sobre as companhias de navegação, jardins e passeios, hospitais e asilos, tabeliães, taxas e tarifas dos correios, telegráficas e corridas de táxi, juros e câmbio, primeiros socorros e doenças, mapas da cidade, preços de funerais e os horários da Estrada de Ferro Central do Brasil. Eram informações que faziam do *Almanaque* um instrumento utilitário a ser manipulado e consultado no dia-a-dia conforme as necessidades do leitor.

Essa foi a estrutura do *Almanaque* até 1907, quando João Ribeiro assumiu o cargo de diretor e introduziu algumas modificações no periódico. A princípio, a mesma capa foi mantida, sendo modificada somente em 1911. A partir de então, cada ano saiu com uma capa diferente feita por artistas diferentes: eram ilustrações mais leves e mais

coloridas ligadas aos símbolos do progresso e da modernidade, como o avião, a máquina fotográfica e a figura feminina típica da a*rt nouveau.*

Quanto às modificações na estrutura e no conteúdo do *Almanaque,* João Ribeiro criou uma parte exclusiva para a publicação de trabalhos sobre folclore, povo, etnografia, relatos de viagens, geografia, natureza, língua, arqueologia, história e lingüística denominada *"Erudição e Ciência",* visando a abrir espaço para a publicação de colaborações de cunho científico, moral e político *"(...) sempre em referência ao Brasil e às nossas cousas (...) à nossa terra (...)".* O editor salientou também a importância da vulgarização de estudos produzidos "*nos Estados"* como Pernambuco e Ceará, demonstrando preocupação com a unidade nacional. Da mesma forma, a seção intitulada *Registro bibliográfico* também visava a vulgarizar a produção dos Estados, não só desconhecida, mas *"desprezada"* na Capital, segundo ele. [64]

O novo diretor – ele próprio um leitor de almanaques[65] - criou também a seção *"Letras e Artes"*, com o objetivo de *"alargar o programa antigo"*, mas evitando qualquer tendência exclusivista. Ambas as seções reuniam resenhas e críticas de novas publicações, inclusive didáticas, de espetáculos de teatro, biografias de notáveis e dos novos da literatura, além de informações sobre os grandes eventos culturais e científicos ocorridos no Brasil e no mundo.

De acordo com João Ribeiro, o critério para a aceitação de colaborações seria o mérito, isto é, a boa qualidade dos trabalhos. As mudanças introduzidas por ele pretendiam reforçar o caráter eclético do periódico e ampliar o espaço dado à produção dos Estados e às *"manifestações do espírito e do talento do nosso povo".*[66]

Em 1908, uma nota aos leitores foi publicada apresentando as mudanças enunciadas no número anterior e reiterando aos colaboradores e leitores do *Almanaque* o *"caráter mais geral e popular, enciclopédico, e ao mesmo tempo fácil, variado, mais leve pela substância de muitos assuntos tratados".*[67] O novo programa ensejado por João Ribeiro tinha como objetivo *"agradar a quase todos"* os consumidores daquele gênero de publicação, investindo também em um tom ainda mais nacionalista. Essa opção pelo ecletismo no *Almanaque* foi uma estratégia para a ampliação do público

[64] *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1907. p. 245

[65] Ao responder ao "inquérito literário" de João do Rio, feito entre os anos de 1902 e 1903, João Ribeiro destacou o Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro como uma das leituras fundamentais para a sua formação literária, lembrando ainda como aprendeu com as suas charadas a fazer versos. João Ribeiro. In: João do RIO. *O Momento literário.* Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional/Dep. Nacional do Livro, 1994. p. 21 e 22.

[66] *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1907. p. 245.

[67] João RIBEIRO. Expediente. Aos nossos colaboradores. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1908. p. 462

leitor e não uma confusão de estilos e escolas. Dessa forma, João Ribeiro buscou um perfil editorial que julgou ser capaz de atingir um público leitor o mais amplo possível.

Vale salientar ainda que a seleção dos temas e colaborações não foi, de forma alguma, aleatória ou arbitrária. A topografia do *Almanaque* elaborada por Eliana Dutra mostrou uma sutil articulação de conteúdos nacionais e republicanos no periódico, evidenciando alguns protocolos de leitura nesse sentido.[68] No entanto, a autora ressalta que os conteúdos republicanos no *Almanaque* não estavam inseridos em uma intencionalidade de um programa delimitado orientado para a luta pela plena cidadania ou para uma práxis efetivamente republicana. [69]

Voltando às novidades introduzidas por João Ribeiro, vale destacar que as divisões temáticas desapareceram do índice, embora o próprio editor tenha delineado um novo agrupamento de temas para o *Garnier* da seguinte forma:

- Recreação, jogos, diversões, problemas, enigmas, anedotas;
- Músicas populares, cantigas;
- Dados estatísticos da vida material ou moral do Brasil, notícias dos Estados, assuntos geográficos;
- Ano biográfico, bibliográfico, jornalístico e artístico; necrologia;
- Crítica e literatura, prosadores e poetas, páginas inéditas ou raras, escolas ou academias;
- Interesses da vida material, melhoramentos e progressos das cidades, embelezamento e higiene, obras públicas, portos e estradas;
- Curiosidades várias, lingüística, folclore, literatura popular, arte nacional, pintura, escultura, arquitetura, fotografia.

Já no que diz respeito aos anúncios no *Almanaque*, a publicidade foi toda disposta nas páginas iniciais ou nas páginas finais. As colaborações não foram nunca misturadas com os reclames, ficando evidente o lugar de cada mensagem. Havia reclames de vários Estados da Federação, o que nos dá indícios dos locais por onde o *Almanaque* circulava. Apesar de os anunciantes do Rio de Janeiro terem predominado, havia também reclames de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão e Paraíba.[70]

---

[68] Eliana DUTRA. *Rebeldes literários. Op. Cit.* p. 45-78

[69] *Idem, ibidem* p. 229-230

[70] Em 1910 começou a ser publicado no *Almanaque Garnier* uma seção denominada *"Indicador da Capital e arredores",* possivelmente, muito útil aos moradores do Rio de Janeiro, o que pode indicar que o maior público do *Almanaque* estava na Cidade.

Os produtos anunciados eram os mais variados possíveis, indo desde seguros marítimos até chapéus e roupas, hotéis, material de papelaria, água mineral, fósforos, bebidas e comidas, cigarros, dentifrício, livros, instrumentos musicais, serviços fotográficos, fogão a gás, lâmpadas, loterias, remédios e farmácias. Isso indica, a princípio, um público leitor variado, porém possível consumidor de bens caros e novidades como fogões a gás e artigos finos das butiques da rua do Ouvidor e da Avenida Central.

Assim, os reclames do *Almanaque* anunciavam produtos que podem ser considerados ícones daquela modernidade, pois difusores de objetos de consumo e de conforto acessíveis somente nas capitais do país e a quem pudesse gastar grandes quantias. Além disso, no *Almanaque,* a própria Editora Garnier era uma das maiores anunciantes, fazendo propaganda dos livros publicados por ela e de negócios congêneres ligados à comercialização de papel, material para tipografias e dos próprios autores que publicava, que também eram colaboradores do periódico.

Em 1913, o *Almanaque* não saiu. No ano seguinte veio a explicação: depois da morte do *"velho Garnier",* em 1911, a editora passou por uma reorganização geral, o que dificultou a elaboração do exemplar daquele ano.[71] No ano seguinte chegaria à praça o que viria a ser o último número do *Almanaque Brasileiro Garnier.*

1.3 Kosmos - revista artística, científica e literária (1904-1909)

A *Kosmos* foi considerada a revista mais típica do *"nosso 1900"*. Marcou época na história da imprensa brasileira, ao introduzir e difundir inovações técnicas e modelos editoriais.[72] Esse papel de precursora nas artes gráficas foi destacado na própria *Revista* pelo seu editor-proprietário, Jorge Schmidt[73] em diversas ocasiões. Como organização literária, o editor aproximava a *Kosmos* da *Revista Brasileira,* mas no campo das artes

[71] Explicação pela ausência de publicação do ano de 1913. *Almanaque Brasileiro Garnier.* 1914.
[72] Brito BROCA. *A vida literária no Brasil- 1900.* Rio de Janeiro, José Olympio/Academia Brasileira de Letras, 2005. p. 229; Nelson Werneck SODRÉ. *História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro, Mauad, 1999. p. 275.
[73] Segundo informações de sua filha, Maria Carneiro Schmidt, **Jorge Schmidt** nasceu em 15 de março de 1870 na cidade do Rio de Janeiro e morreu em 26 de outubro de 1926 no mesmo local. Passou os anos de 1887, 1888 a 1889 estudando no Richmond College, em Londres. Em 1892, foi à Bélgica estudar, visando a montar uma fábrica de tecidos com a família no Brasil, o que não se concretizou. Era dono de uma das maiores tipografias da cidade do Rio naquela época: as Empresas *Kosmos*, atuando no setor de papelaria, edição e impressão de livros e periódicos e importação de maquinário e material tipográfico. Ver Antonio DIMAS. *Tempos Eufóricos. Análise da revista Kosmos, 1904-1909.* São Paulo, Ática, 1983.

gráficas, *"no apuro e no amor com que"* buscava *"vestir as letras e realizar no país novas formas de impressão e gravura (...)",* a *Kosmos* teria superado qualquer publicação do gênero no território nacional e por isso prosperava.[74]

Assim, argumentava o editor, se antes os *"produtos intelectuais e os trabalhos de arte"* eram desprezados, teriam passado a ser considerados de outra forma depois da *Kosmos*. Para tanto, o esforço dedicado por ele à confecção da revista visava a cumprir o papel de *"enobrecer, no estrangeiro, o trabalho nacional e elevar, no interior, o conceito dispensado às artes suas artes e à literatura".* [75]

Em março de 1904, na esteira do lançamento da *Kosmos*, Eugênio Bevilacqua lançou como editor-proprietário, a *Revista Renascença.* [76] Assim como Jorge Schmidt era dono de uma empresa gráfica e, ao lançar a sua revista, afirmou que ela filiava-se à tendência inaugurada pela *Kosmos*:

> Atestado eloqüente do que se é capaz de fazer entre nós, *Kosmos* merece, de todos os que amam a arte e as letras, animação e amparo, não tendo nós para a brilhante revista senão palavras de louvor e desejos de prosperidade. Assim possa a Renascença secundar o belo periódico na demonstração prática do nosso progresso e desenvolvimento artístico.[77]

A direção da *Renascença* coube ao imortal Rodrigo Octavio e ao pintor Henrique Bernadelli. Em 1908, após a morte de seu proprietário, parou de circular, totalizando 48 números. No editorial de lançamento, Eugênio Bevilacqua afirmava que já havia algum tempo desejava publicar uma revista do gênero, alegando a falta de jornal literário desse tipo na Capital, uma vez que julgava ser essa *"(...) a mais apreciada forma de publicação e vulgarização de idéias em todos os centros*

---

[74] Para tal sucesso teria concorrido todo o aporte em torno do trabalho gráfico cuidadoso no traço e na cor executados pelo fotógrafo, pelo iluminista e pelo impressor da revista. Prova disso, segundo seu editor era que na Exposição Internacional de Saint Louis, nos Estados Unidos, a casa editorial de Jorge Schmidt foi a única empresa brasileira a ganhar medalha de ouro, quando concorreu com a revista *Kosmos. Kosmos*. Ano I, nº 12, dezembro, 1904. Em todas as mensagens de final de ano do editor dirigidas ao leitor, essa característica da *Kosmos* é ressaltada. Segundo Schmidt, no momento do segundo número da revista, chegavam pedidos de assinaturas todos os dias, tendo sido preciso, para poder atendê-los, suspender a venda de números avulsos e reservar exemplares para os assinantes. Ver *Kosmos*. Ano I, nº 2, fevereiro, 1904; *Kosmos*. Ano I, nº 12, dezembro, 1904; Eunápio DEIRÓ. A Arte. *Kosmos*. Ano I, nº 11, novembro, 1904; Gonzaga DUQUE. Ilustrações de Natal. *Kosmos*. Ano 1, nº 12, dezembro, 1904.

[75] *Kosmos*. Ano III, nº 12, dezembro, 1906.

[76] O conteúdo da *Renascença* também era bastante heterogêneo e organizado sem que houvesse uma divisão sistemática de seções e matérias. A crítica literária era comandada por José Veríssimo. João do Rio assinava algumas crônicas e Elysio de Carvalho artigos mundanos e de atualidade. Coelho Netto publicava contos e conferências suas, assim como Bilac e Guimarães Passos. Sylvio Romero publicou na *Renascença* uma série inédita de estudos intitulada "Brasil Social", que depois seria transformada em livro. Da mesma forma, Araripe Júnior publicou em partes o romance *Miss Kate,* sob o pseudônimo de Cosme Velho. Seu número de páginas variava de 25 a 35 e a revista era editada no formato 28 cm X 22.

[77] *Renascença*. Ano I, nº 1, março de 1904.

civilização (...)".[78] Logo, um dos objetivos fundamentais da revista era contribuir para o desenvolvimento das artes gráficas e das letras no Brasil, da mesma forma que a *Kosmos*.

Mas, ao contrário da sua congênere, a *Renascença* tinha um corpo de colaboradores relativamente fixos, formado por Rodrigo Octavio – acadêmico e co-diretor da revista - pelo músico e crítico musical Iwan D'Hunac (João Itiberê da Cunha), Barão de Paranapiacaba, Araújo Vianna, João de Barro (encarregado da crônica de abertura da revista), Abreu Fialho, Alcebíades Furtado, Max Fleiuss, Affonso Celso, Hemeterio dos Santos, Vieira Fazenda, Oliveira Lima, Pethion de Villar, Arthur Azevedo, Goulart de Andrade, Alberto Nepomuceno, Arthur Napoleão, Mário de Alencar, dentre outros menos presentes. Note-se que alguns desses intelectuais também eram colaboradores da *Kosmos* e do *Almanaque Brasileiro Garnier*.

Assim como a *Renascença,* outras revistas anunciaram seguir a tendência *"artística"* lançada pela *Kosmos*, como a *Século XX* e a *Fon Fon.* A primeira tinha como editores-proprietários Max Fleiuss e Widman Laemmert e apareceu em 1905. A segunda, também de propriedade de Schmidt, só seria lançada em 1907.

Lançada em janeiro de 1904, tendo Jorge Schmidt como editor-proprietário e Mario Behring [79] como diretor, *Kosmos* totalizou 64 números durante os cinco anos em

---

[78] *Idem, ibidem.*

[79] **Mario Behring** totalizou 24 colaborações na *Kosmos,* todas sobre história do Brasil. O autor nasceu em Ponte Nova, Minas Gerais, em 1876 e faleceu em 1933 na cidade do Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Pedro II e se diplomou engenheiro agrônomo pela Escola Politécnica da Bahia, em 1896. Em 1901, depois de exercer a profissão por alguns anos em sua cidade natal, fixou-se no Rio de Janeiro. De acordo com as informações de Paulo Emílio Salles Gomes, Behring desde jovem vinha se dedicando aos estudos históricos, mas foi somente diante de dificuldades financeiras, depois de casado e com muitos filhos, que passou a se dedicar à imprensa para o obter ganhos. Em 1903, passou no concurso para copista/escrevente da Biblioteca Nacional, sendo esse o seu primeiro emprego público. Em 1914 foi promovido a oficial e, em 1918, a sub-bibliotecário. Através do seu trabalho na Biblioteca participou de um congresso de geografia e de comissões oficiais ligadas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1920 foi novamente promovido, ocupando o cargo de bibliotecário diretor e passou a ministrar cursos de paleografia, história da literatura, bibliotecomomia e etc. Em 1924, assumiu a direção geral da Biblioteca Nacional, levando a cabo uma reorganização da instituição que gerou conflitos com funcionários. Em seguida, voltou ao seu cargo na seção de manuscritos da Biblioteca. Em 1932, ao que tudo indica por desentendimentos pessoais, pediu exoneração, depois de 30 anos trabalhando na instituição. Foi diretor e fundador de três periódicos importantes: *Kosmos, ParaTodos e Cinearte*. Em 1905 deixou a direção da *Kosmos,* alegando sobrecarga de trabalho, mas continuou colaborando com a Revista com seus estudos históricos sobre bandeirantes, Chico Rei, Zumbi, Maçonaria e etc. Um dos seus artigos publicados na *Kosmos*, "Zumbi", foi posteriormente publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoano em 1930. Colaborou também na Revista Careta. Junto às atividades intelectuais Mario Behring também foi bastante atuante na Maçonaria brasileira, ascendendo ao posto de Grande Comendador e Chefe da Grande Loja do Brasil. Foi possível averiguar que mantinha amizade com Jorge Schmidt, Capistrano de Abreu (a quem convidou para colaborar na Kosmos), com Lima Barreto e com intelectuais do grupo simbolista, como Gonzaga Duque, Lima Campos e Mário Pederneiras. Em abril de 1905, Mario

que foi publicada - de janeiro de 1904 a abril de 1909. Schmidt mantinha agentes em São Paulo (Santos, Mogi-Mirim, São José do Rio Pardo, Mooca e Casa Branca, Jaú, Rio Claro, São Carlos do Pinhal, Cataguases e Taubaté), Minas (Sul de Minas), Rio de Janeiro (na Capital onde estava sediada e em Petrópolis). Tinha ainda representantes no Paraná, Pernambuco, Pará, Maranhão, Amazonas e Bahia. A revista era impressa na oficina tipográfica do seu dono, Jorge Schmidt. Seus anunciantes eram, sem exceção, do Rio de Janeiro, mesmo que sua circulação fosse além das fronteiras do Estado.

Recebida com entusiasmo por outros periódicos do Rio e de São Paulo, e pelo próprio *Almanaque Brasileiro Garnier,* a *Kosmos* também *"encontrava-se à venda das principais livrarias do país"* pelo preço de 2$000. A assinatura anual para o interior saía por 20$000 e para o exterior, por 25$000.

Oscilando entre 50 e 70 páginas por número, impressa em formato grande (31 cm X 25cm) e em papel *couché*, a *Kosmos* tinha uma diagramação sofisticada, com uso de cores nas capas e no corpo da revista, não era paginada e utilizava amplamente o recurso da fotografia e da ilustração coloridas. As capas variavam de mês para mês, bem como o formato das letras que davam o título à revista. Em seu primeiro ano o sumário vinha na capa. Depois o sumário passou a figurar na segunda página e a capa passou a sair somente com ilustrações de inspiração *art nouveau*. Foi comparada pela imprensa da época às publicações francesas mais *"inteligentes e sofisticadas"*. [80]

Quanto aos conteúdos que publicava, embora a literatura tenha sido a matéria que ocupou mais espaço no periódico, a *Kosmos* não era uma revista estritamente literária, tendo publicado muitos trabalhos de história, geografia e folclore. Mas, como além de literária e artística era também uma revista científica, seu conteúdo era heterogêneo, havendo colaborações sobre política, filosofia, botânica, filologia, novas tecnologias e invenções, geologia, fauna e outros.

Behring deixou a direção da Kosmos alegando muitos afazeres na Biblioteca Nacional. Jorge Schmidt, assim, assumiu sozinho a edição e a direção da revista. Ver Redação. *Kosmos*, Ano II, nº 4, abril de 1905Ver Paulo Emílio Salles GOMES. *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*. São Paulo, Perspectiva, 1974. p. 295; *Anais da Biblioteca Nacional,* vol 25 (1903), 38 (1916), 40 (1918), 43 e 44 (1920-1921), 45 (1923); *Cinearte*. Rio de Janeiro, nº 370, 15 de julho, 1933,p. 5; Tais Campelo LUCAS. *Cinearte: o cinema brasileiro em revista (1926-1942)*. Niterói, UFF, Dissertação de mestrado em História, 2005. p. 59-62.

[80] Redação. *Kosmos*, Ano I, nº 2, fevereiro, 1904.

Assim, excetuando-se três ou quatro aparições, temas como moda, esporte e ocorrências policiais não tiveram espaço na revista por não serem relacionadas nem à arte, nem à ciência, nem à literatura, como previa o seu programa.[81]

Na *Kosmos* não havia uma divisão sistemática de seções e matérias; elas variavam de número para número, ainda que algumas dessas seções tivessem colaboradores relativamente fixos. Além disso, dentro dessas próprias seções arroladas para que o leitor tenha noção da materialidade da revista, as temáticas variaram bastante: prosa (crônicas, trechos, memórias, relatos), poesia, crítica literária, crítica de arte, ilustrações, fotografias e caricaturas, história, sociologia, música, filosofia, geografia, engenharia, matemática, noticiário, diplomacia, matéria militar, folclore, arqueologia, oceanografia, dança, esporte, fotografia, religião, filatelia, arquitetura, tradução, filologia, educação, medicina. Teatro, botânica/biologia, psicologia, política, diversos.

Olavo Bilac cuidava da crônica de abertura da revista, que visava a informar o leitor dos acontecimentos do mês que julgava mais relevantes. Com um tom informal Bilac dirigia-se diretamente ao leitor, a fim de aproximar-se e cativá-lo:

> Enfim, com calor ou com chuva, consente que eu te saúde, leitor amigo, meu irmão. Vamos entrar no quarto ano da nossa amável e deleitosa convivência. Desejei-te boas festas no começo de 1904, quando apareceu o primeiro número da *Kosmos*; renovei esses augúrios sinceros em janeiro de 1905 e de 1906; e renovo-os hoje, abraçando-te, leitor querido, entidade simbólica, em que resumo e compreendo todos os milhares de amigos que *Kosmos* tem encontrado e conquistado durante os três anos de sua existência. [82]

Nessa tarefa, Bilac foi substituído por Gil e Lima Campos quando precisou ausentar-se do país, até que em maio de 1908 saiu definitivamente da revista, sendo substituído por Gonzaga Duque, que mudou o tom das crônicas de abertura, a partir desse momento menos ligadas aos acontecimentos do cotidiano. Gonzaga Duque também publicou crítica literária e de arte e uma série de memórias.

De início, a matéria relativa ao teatro ficava a cargo de Arthur Azevedo, posteriormente substituído por João do Rio. Sem muita constância e fixidez de autores,

[81] Na *Kosmos* somente um artigo sobre futebol foi publicado: FULL-BACK. Sport (Football) .*Kosmos*. Ano I, nº 8, agosto, 1904 e algumas fotos de regatas. Somente uma notícia policial foi publicada: o assalto a uma joalheria. O assalto. *Kosmos*. Ano III, nº 10, outubro, 1906.
[82] Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos*. Ano IV, nº 12, dezembro, 1907.

a crítica literária ficou sob a pena de José Veríssimo. Seus maiores colaboradores foram: Olavo Bilac, Gonzaga Duque, Coelho Netto, José Veríssimo, Mario Behring, Thomas Lopes e Lima Campos.

O projeto editorial de *Kosmos* não propunha uma linha temática ou um tema que unisse cada número da revista, desde a crônica de abertura às colaborações. Ao analisar a totalidade dos números da revista, Antonio Dimas[83] concluiu que, em última instância, a revista seria

> (...) o exemplo concreto de um tempo dilacerado e ambíguo. *Kosmos* é a casca vistosa de modernidade que queria impor-se à custa de notícias ficcionalizadas como recurso de abrandamento; de concessões regionalistas alambicadas; de cronistas empenhados, mas cautelosos; de poesias moralizantes e edificantes, tudo isso envolto em vinhetas florais. A representação do momento encontrara excelente signo: a flor, que a *Art Nouveau* nos exportara. Mais uma vez o mito cumpria a função de "evacuar o real". A flor cheira, embeleza e purifica o ambiente. [84]

Ao voltar seu estudo para a identificação da escola literária predominante na revista, Antonio Dimas não encontrou um padrão estético (e/ou político) definido, avaliando que a *Kosmos* tinha a marca da *"indecisão"*, da *"indefinição"*, da *"coexistência entre o novo e o antigo"*, de um *"ecletismo sem novidades, indefinição de rumos, incapaz de propostas novas* (...)". [85]

Mas pensar a questão de um outro ponto de vista pode ajudar a ver a *Kosmos* sob outra perspectiva. Ao refletir acerca das especificidades das revistas no campo intelectual, Jacqueline Pluet-Despatin observou a importância de se analisar os seus editoriais de lançamento, considerados como o espaço onde aparece a *"mensagem singular"* da qual uma revista se diz portadora. Isto é, ao reivindicar e filiar-se a determinadas orientações a revista pede licença e se apresenta como porta-voz de alguma coisa no seu primeiro editorial.[86]

No editorial de lançamento da *Kosmos,* seus editores enunciam que a *Revista* não estava filiada às tendências do "jornalismo político", rechaçando a afirmação de um programa editorial circunscrito a uma causa política específica. Na *Kosmos*, Jorge Schmidt e Mario Behring buscaram se distanciar de uma tendência que conferia ao

[83] Antonio DIMAS. *Tempos Eufóricos. Op. Cit.* .
[84] *Idem, ibidem.* p. 136-137
[85] *Idem, ibidem.* p. 10
[86] Jacqueline PLUET-DESPATIN. Une contribution a l'historie des intelectulels: les revues. *Les Cahiers de L'IHTP.* Paris, nº 20, 199 *apud* Mônica Pimenta VELLOSO. *Modernismo no Rio de Janeiro. Turunas e Quixotes.* Rio de Janeiro, Ed FGV, 1996. p. 57

jornalismo uma feição político-partidária explícita, pois entendiam *"(...) não haver necessidade de, obedecendo ao que preceituam os antigos usos, traçar o programa de seus trabalhos, de sobra expressos o seu caráter, a sua índole, pelo nome que lhe demos."* [87]

Nessa mesma linha de argumentação o editorial prosseguia enfatizando que a revista estaria aberta *"(...) a todas as manifestações intelectuais, esperando assim, modestamente, cooperar para o desenvolvimento e progresso da nossa terra; e nem poderá se taxada de imodesta essa esperança, dadas as plecaras inteligências que nos prometeram colaboração".* [88]

Embora o proprietário e o editor tenham afirmado a neutralidade da revista, pois seriam *"(...) inteiramente alheios às lutas políticas (...)"* [89], lhes cabendo somente o registro dos acontecimentos sem ultrapassar os limites da crônica, cabe ao historiador encontrar sentidos, sobretudo quando sua fonte se declare não-política. Afinal, como poderia ser desprovida de sentido político um artigo que elevava Zumbi ao patamar de mártir nacional?[90] Ou ainda outro artigo que dizia ser, orgulhosamente, a capoeira, dois anos após a Revolta da Vacina, a *luta marcial* mais caracteristicamente mestiça e brasileira?[91] Além disso, a revista, ao estampar em cada número a frase *"Não nos responsabilizamos pelas opiniões emitidas pelos nossos colaboradores",* reconhecia o espaço da subjetividade dos autores. Esse "aviso" delimitava uma separação entre colaboradores e editor, privilegiando o aspecto autoral. O objetivo principal da revista, destacado por seus responsáveis no editorial de lançamento era *"(...) fazer das páginas de Kosmos um artístico álbum das nossas belezas naturais, dos primores dos nossos artistas, propagando o seu conhecimento a outros pontos do país e do estrangeiro".* [92] Ou seja, dar a conhecer o Brasil aos brasileiros.

E ao que parece a revista agradou: em julho de 1904, seis meses após seu lançamento, foi publicando o seguinte anúncio:

> Atendendo aos múltiplos e constantes pedidos que nos tem sido dirigidos de vários pontos do país, resolvemos fazer uma nova edição do nº 1 de *Kosmos*, relativo ao mês de janeiro, devendo ficar pronta no decorrer do próximo mês de agosto. Desde

[87] *Kosmos*. Redação. Ano I, nº 1, janeiro de 1904.
[88] *Idem, ibidem.*
[89] *Idem, ibidem.*
[90] Mario BEHRING. A morte de Zumbi. *Kosmos*. Ano III, nº 8, agosto, 1906.
[91] Lima CAMPOS. A capoeira. *Kosmos*, Ano III, nº 3, março, 1906.
[92] Olavo BILAC. *Kosmos*. Janeiro de 1904.

> já aceitaremos as encomendas que forem acompanhadas do seu custo em vale postal ou ordem. Preço 5$000.[93]

No final do mesmo ano o editor e o diretor da revista comemoravam o sucesso do empreendimento e renovavam os votos da revista para o ano vindouro: *"E Kosmos nada mais deseja do que poder repetir em todos os dezembros a mesma afirmativa, porque a fé, o combate, o caminho são aqui os da arte, do labor e do nome brasileiros".* [94]

No entanto, em junho de 1908, Jorge Schmidt publicou um pedido de desculpas aos leitores pelo atraso na publicação dos últimos números da revista, por motivos alheios à sua vontade. Segundo o diretor-proprietário, desde o início de 1908 teria ficado deliberado que *Kosmos* sofreria uma transformação radical e para isso foi necessário adquirir máquinas de impressão e gravura mais modernas. Foi só em janeiro de 1909 que tudo ficou pronto e as máquinas puderam executar *"(...) os mais difíceis processos gráficos com a perfeição a que habituamos os leitores de Kosmos".* [95]

Kosmos iria, então, aparecer quinzenalmente e passaria a custar menos (1$000 em vez de 2$000). A revista passaria também por transformações de conteúdo, uma vez que os artigos e ilustrações nessa nova fase tratariam de *"(...) assuntos de atualidade que ocorrerem em todo o mundo, para esse fim tendo nós feito já contrato com firmas européia e norte-americanas, encarregando-as do fornecimento de clichês fotográficos de tudo quanto possa interessar os nossos leitores".* [96]

Segundo depoimento de sua filha[97], o editor-proprietário decidiu finalizar a publicação em 1909 porque os colaboradores atrasavam muito o envio de seus trabalhos e porque a *Kosmos* não seria uma publicação rentável: custava caro e interessava mais aos homens de letras do que ao público em geral. Jorge Schmidt queria um empreendimento editorial que fosse mais ligeiro e rentável: lançou a *Fon Fon,* em 1907 e a *Careta,* em 1908, deixando de publicar a *Kosmos* em 1909.

---

[93] *Kosmos*. Ano I, n. 7, julho, 1904.
[94] *Kosmos*. Ano I, nº 12, dezembro, 1904.
[95] *Kosmos*. Ano VI, nº 1, janeiro, 1909.
[96] *Idem, ibidem.*
[97] Antonio DIMAS. *Op. Cit.* p.132-133.

Em junho de 1904, portanto quase cinco anos antes da revista sair de circulação, o cronista Gil, ao pensar na possibilidade do fim a revista, já se preocupava em forjar uma tradição para a *Kosmos:*

> Será vitupério falar de *Kosmos*? Acredito que não; não há louvor próprio onde apenas se registra uma alegre esperança...*Kosmos* entrou no seu sétimo mês, e, ao que me parece, não tem, mais do que nunca, disposição de morrer. O sonho de janeiro faz a sua ascensão, sem quedas ou sobressaltos (...) Dia virá, quem sabe? Que está frágil construção de papel, cheia de sopro e chama, arda, tombe, desapareça, como tantas! Terá dado, porém, uma parte do seu ser a esse desejo de perfeição, ao anelo universal de atingir uma beleza que foge, e deixado de sua queda um traço de trabalho e esforço. [98]

A *Kosmos* foi um projeto comercial que contava com uma ampla utilização da ilustração e da fotografia, mobilizando artistas que buscavam estar em sintonia com as inovações das suas congêneres européias, daí o seu preço. Logo, a aparência gráfica desse periódico resultou em trabalhos de notável elegância, criatividade e expressividade em função da atuação de artistas como Kalixto, Raul Pederneiras, Archimedes e outros. Nas poucas referências encontradas sobre o *"Napoleão das artes gráficas"* e seus empreendimentos, a *Kosmos* foi destacada como seu maior feito e como divisor de águas na história da imprensa e no desenvolvimento das artes gráficas no Brasil.[99]

É certo, contudo, que em suas páginas, ainda que de forma dispersa, alguns contornos para a nação foram traçados.

1.4 A materialidade do *Garnier* e da *Kosmos* – comparações e afinidades

Apresentadas as principais características e objetivos de cada periódico, são necessárias ainda algumas considerações acerca das aproximações e diferenças entre o *Almanaque* e a *Kosmos* no que diz respeito ao projeto editorial e à materialidade de ambos. O *Almanaque Garnier* e a *Revista Kosmos* guardam algumas distâncias na medida em que o próprio gênero demandava distintas periodicidades e formas de manuseio. Diferente da *Kosmos,* o *Almanaque* trazia informações práticas para serem

[98] GIL. Crônica. *Kosmos*. Ano I, nº 7, julho, 1904.
[99] Jorge Schmidt. *Careta.* Ano V, nº 157.11.06.1911. Declaração. *Fon Fon*. 11.01.1908. Mario Behring. *Fon Fon*. 21.03.1908. Dr. Mario Behring. In: Cinearte. nº 370, 01.06.1933, p. 5; Artigo de fundo. O diário. Ano I, nº 1, maio, 1908.

consultadas posteriormente, ou seja, era um periódico que deveria ter uma certa organização dos conteúdos para que esses pudessem ser acessados conforme as necessidades do seu leitor. Isso também implicava a necessidade de uma apresentação material mais duradoura. Embora combinasse, como foi dito, vários conteúdos diferentes (como história, literatura, folclore, geografia, divertimento e atualidades) havia em todos os números conteúdos padronizados, como as seções "cronologia e calendário", "geografia e estatística", "tabelas, notas, informações".

Já a *Kosmos* estava organizada em função de uma leitura mais ligeira e não tinha uma organização sistemática por temas dos conteúdos, a não ser em alguns números, quando a edição privilegiou a publicação de mais de uma colaboração sobre temas relacionados, incluindo fotos e desenhos. Como no caso do aniversário da abolição e da morte de José do Patrocínio, em 1905; do carnaval, em 1906; e da Exposição Nacional, em 1908. Aí, sim, seus temas apareceram articulados, ainda que tal articulação não tenha ultrapassado mais que seis colaborações correlacionadas em um mesmo número.

As diferenças de gênero também influenciaram no número de páginas e no preço de cada um. Quando foram lançados, o *Almanaque,* em 1903, e a *Kosmos,* em 1904, custavam 4$000 e 2$000, respectivamente. Para se ter uma idéia desses preços naquela época, podemos compará-los com valores de outros itens de consumo: quem quisesse adquirir um exemplar da revista *La mode Parisiense* teria que pagar 4$000; se a opção fosse a nacional *Revista da Semana* se pagaria $300; se fosse o semanário *O Malho*, $200. Já o quilo do queijo do reino custava 6$000, o quilo da manteiga mineira, 3$500 e do açúcar, $400. Em média os salários da maioria dos funcionários públicos variavam de 60$000 a 300$000, já os rendimentos dos funcionários de médio e alto escalão iam de 300$000 a 600$000. Um operário, que tinha seu salário pago por hora, para conseguir ter uma renda mensal de 50$000 deveria trabalhar de 12 a 16 horas por dia, incluindo os sábados e pelo menos dois domingos por mês, quando não todos.[100]

Em relação às revistas do seu gênero, como a *Renascença* (que saiu à praça em março de 1904 custando 1$500) a *Kosmos* era uma das mais caras, em termos do papel em que era impressa, das tecnologias de impressão e da profusão de fotografias, litogravuras, caricaturas e desenhos que trazia. Como circulava todos os meses, podemos inferir que era, proporcionalmente, mais cara que o *Almanaque Garnier.*

[100] *Nosso século 1900-1910.* São Paulo, Abril cultural, 1980. p. 24-25; *100 anos de propaganda*. São Paulo, Abril cultural, 1980. p. 21-25

Mas, ainda no que tange às diferenças entre os dois periódicos, é importante assinalar algumas questões quanto ao projeto editorial de cada periódico. O *Almanaque,* sobretudo a partir de 1907, quando João Ribeiro assumiu a sua direção, contava com um projeto explícito de instrução da opinião pública e de formação de uma comunidade nacional de leitores, o que orientou a escolha, organização e articulação dos conteúdos, como apontou Eliana Dutra.[101]

Ao elaborar uma topografia dos conteúdos do periódico, a autora visualizou o que Ramiz Galvão e João Ribeiro – sobretudo o último [102] – idealizaram como projeto editorial para o *Almanaque: "(...) um instrumento de difusão e vulgarização de um projeto político e educativo, o de construção da nação republicana, para o que contaram com o concurso de vários notáveis das letras".* Através de um periódico que vinculava conteúdos históricos, geográficos, literários e enciclopédicos, difundiram um projeto intelectual de instrução da sociedade civil, voltado para a defesa da *"causa republicana"* e de uma *"pedagogia da nacionalidade".*[103] Assim, na própria organização dos textos foram estabelecidos nexos (*"relações de complementaridade, de inclusão, de derivação intelectual, por vezes de oposição"*) que deram forma ao projeto intelectual e político do *Almanaque,* conferindo-lhe um conjunto.[104]

O trabalho de editor de João Ribeiro, então, na escolha de quem seria convidado a colaborar no *Almanaque,* de que temas e trechos seriam ali publicados ou reeditados reuniu um grupo de possíveis colaboradores, embora o periódico não tivesse um núcleo editorial fixo. Ao analisar os temas e autores convidados ou aceitos por João Ribeiro no *Almanaque,* Eliana Dutra concluiu que os critérios para publicar ali eram: *"(...) a empatia com as lutas sociais, a disposição aos embates políticos e às controvérsias de todos os gêneros, a escuta do murmúrio dos interesses da nacionalidade".* Assim, João Ribeiro agregou ao *Almanaque* colaboradores identificados com um determinado corpo de idéias, orquestrando no periódico notas nacionalistas e republicanas. [105]

Pode-se afirmar, então, a partir de uma leitura atenta da totalidade dos seus números e de seu mapeamento temático, que o trabalho de edição feito até abril de 1905

---

[101] Eliana DUTRA. *Rebeldes literários da república. Op. Cit.* p. 26
[102] A autora também revelou indícios de que a concepção intelectual do *Almanaque* teria ficado mais a cargo mais de João Ribeiro do que de Ramiz Galvão, seu fundador oficial. Eliana DUTRA. *Rebeldes literários da república. Op. Cit.* p. 26
[103] *Idem, ibidem.* p. 27
[104] *Idem, iIbidem.* p. 28
[105] *Idem, ibidem,* p. 102-103

por Mario Berhing e por Jorge Schmidt (e, daí em diante, só pelo segundo) era distinto do trabalho de João Ribeiro. Em seu editorial de lançamento, a *Kosmos,* como foi visto, enunciava o seu distanciamento das *"lutas políticas"* e das distinções entre escolas literárias. Tanto seu editor quanto seu diretor tinham como meta abarcar *"todas as manifestações intelectuais"*, fazendo jus, inclusive, ao próprio nome da revista.[106] Embora seus editores também tivessem destacado o órgão como local de divulgação de conhecimento sobre o país, não mencionaram no editorial de lançamento uma intenção explicitamente pedagógica, nacionalista ou republicana. Ainda que essas intenções possam ser percebidas de formas diferentes em várias colaborações publicadas, como nos textos de Olavo Bilac e de Mário Behring, por exemplo. Mas não era a partir delas que os editores organizavam os conteúdos da *Revista,* como se deu no *Almanaque.*

O já comentado jargão que vinha estampado em todos os números da *Revista*, logo de saída legitimava o lugar da subjetividade do próprio colaborador e do acolhimento de posições divergentes, reconhecendo o seu direito de expressar naquele espaço a sua opinião. Havia, então, na *Kosmos* uma distinção entre o editor e os colaboradores, embora o elo de ligação entre eles fosse o cumprimento do programa estabelecido pela revista: no caso, trabalhar para o desenvolvimento das letras e das artes gráficas e divulgar conhecimento sobre o país.

Todavia, ainda que a amplitude do projeto editorial da *Kosmos* não tivesse um caráter enunciadamente pedagógico, muitos dos *"notáveis das letras"* recrutados por João Ribeiro para colaborar no *Almanaque* também foram convidados a publicar na *Kosmos,* abordando, por vezes, as mesmas questões, como a necessidade de difundir a educação, a modernização da Capital e do país, a decepção com a república, o papel destacado dos intelectuais na sociedade, os símbolos nacionais, o território, a língua, folclore e a história como bases fundadoras da identidade nacional.

Dentre essas afinidades, o que nos importa ressaltar agora é que tanto o *Almanaque* quanto a *Kosmos* foram grandes divulgadores de conhecimento sobre o país e que também compartilharam um mesmo repertório estético: tiveram as suas aparências bastante influenciadas pela a*rt nouveau*. O conjunto formado pelos elementos visuais (incluindo cores, diagramação, disposição dos textos, vinhetas, molduras, ilustrações e fotografias) e pelos textos deu forma a uma apurada identidade visual tanto para o *Almanaque* quando para a *Kosmos* e isso também diz respeito às

[106] *Kosmos*. Ano I, nº 1, janeiro, 1904.

competências de leitura do público a que se destinavam esses periódicos. O ambiente visual forjado pela *art nouveau* forneceu àquela nascente civilização das máquinas uma imagem idealizada e otimista.[107]

Em muitas capas da *Kosmos* os motivos florais estavam presentes emoldurando o sumário da revista, bem como os caracteres tipográficos que compunham o nome do periódico. Posteriormente, figuras femininas foram acrescentadas às capas. Vinhetas florais no interior da revista abrindo e fechando os textos, emoldurando as poesias, letras capitulares e ornamentos compunham o seu visual refinado e cosmopolita. A cada número a *Kosmos* aparecia com uma capa diferente, bem como os caracteres tipográficos da palavra que dava nome à revista, dando materialidade e força à idéia de velocidade e cosmopolitismo.

Já o *Garnier,* até mesmo por sua configuração mais pesada e pela necessidade de um manuseio mais permanente, não deu tanto destaque à sofisticação na sua apresentação visual, embora sua visualidade também fosse composta por elementos pictórios da *art nouveau.* Mas, sobretudo depois que João Ribeiro assumiu o cargo de editor no lugar de Ramiz Galvão, tais elementos apareceram de forma mais intensa, filiando o *Almanaque* às tendências gráficas européias tributárias de uma versão otimista daquela sociedade, com o propósito de comunicar agilidade, leveza, juventude e otimismo.

Tais elementos permitem ver na *Kosmos* e no *Almanaque Brasileiro Garnier* significativos pontos de contato, como a presença dos mesmos temas ligados à identidade nacional e a visualidade *art nouveau,* que possibilitam uma unidade possível de análise e que os relacionam a outros periódicos e livros. Unidade esta que pode ser ainda mais adensada se considerarmos as trajetórias dos seus colaboradores, que estarão em foco a seguir.

1.5 *Esta festa é vossa, é nossa!* - Itinerários intelectuais

[107] A principal fonte inspiradora para artistas da *art nouveau* foi a natureza – estudada em seus detalhes e submetida à metamorfoses decorativas que estetizavam suas formas. O vegetal estilizado foi o maior motivo da *art nouveau*: árvores com suas folhagens, plantas e flores foram modificadas, alongadas, trituradas e misturadas de acordo com as exigências dos artistas. Os principais emblemas foram a lis, a íris, as lianas, a trepadeira e a papoula, formando a moldura de cartazes e revistas ou as linhas e ondulações dos móveis. Ao lado das composições florais que encerram elegância, delicadeza e leveza, a mulher também apareceu como um motivo referente. Os cabelos envolvem-se em linhas que dão movimentos aos braços e ligam-se às flores e galhos que emolduram os desenhos. Ver Giulio ARGAN. *Arte Moderna*. São Paulo, Cia das Letras, 1992. p.199-202

No mesmo discurso que abre este capítulo, proferido no *Palace-Thèatre,* em 1907, Olavo Bilac insistiu em dizer que não encarava aquela homenagem – tão elegante oriunda de pessoas tão cultas – como uma deferência endereçada a ele, mas como um elogio à geração literária, da qual ele era apenas um represente naquela ocasião.

De acordo com Bilac, todos ali reunidos, *"como brasileiros",* estavam *"louvando e premiando (...) o trabalho árduo, fecundo, revolucionário, corajoso (...)"* da geração que conquistou um *"papel definido e preciso"* para o homem de letras *"no seio da civilização brasileira"*. A homenagem só seria justa se referida a toda sua geração e não pessoalmente a ele. Aí sim, ele poderia aceitá-la *"sem espanto"*. Ainda que esse discurso carregue boa dose de uma "retórica da modéstia", nele Bilac fez um balanço da atuação da sua geração, avaliando os serviços prestados por ela à pátria. Suas formulações nesse sentido são vestígios dos elos que uniram os colaboradores da *Kosmos* e do *Garnier:*

> Amigos e irmãos. Eu não aceito para mim só esta festa: esta festa é vossa, é nossa! Que fizemos nós? Fizemos isto: transformamos o que era até então um passatempo, um divertimento, naquilo que é hoje uma profissão, um culto, um sacerdócio; **estabelecemos um preço para o nosso trabalho, porque fizemos desse trabalho uma necessidade primordial da vida moderna e da civilização da nossa terra**; forçamos as portas dos jornais e vencemos a inépcia e o medo dos editores; e como, **abandonando a tolice das gerações anteriores, havíamos conseguido senhorear-nos da praça que queríamos conquistar, tomamos o lugar que nos era devido no seio da sociedade, e incorporamo-nos a ela**, honrando-nos com a sua companhia e honrado-a com a nossa; (...) [108] (grifos nossos)

Ao mesmo tempo em que marcava o lugar de sua geração intelectual, Bilac indicava também suas diferenças em relação às gerações passadas, cujo devido valor não negou. Assumiu que seria um ingrato se o fizesse, pois sabia que *"tudo se continua no mundo"*. Mas tinha certeza de que, quarenta anos antes não havia, de fato, *"homens de letras"* no país. O que havia seriam estadistas, parlamentares, professores, diplomatas, homens ricos ou de sociedade que, eventualmente, atuavam no âmbito das letras ou da literatura, para o que, às vezes, chegavam a disfarçar-se. Esconder-se sob pseudônimos, diante do constrangimento de ser poeta é o que teriam feito *"o velho, o patriarca"* José Bonifácio e o escritor José de Alencar, ambos parlamentares.

[108] Olavo BILAC. Discurso no Palace Teâthré, *Op. Cit.* p. 100

Prosseguindo com a genealogia, Bilac, mencionou que depois dessa geração teria vindo outra de *"poetas e escritores"* que desejavam ser *"exclusivamente escritores e poetas"* e disso de orgulhavam. Mas teriam cometido um erro crasso:

> [mostraram] (...) desdém pela consideração que a sociedade lhes recusava – como se, desde a mais remota antiguidade, não soubessem todos os grandes capitães que o melhor meio de conquistar uma praça é estar dentro dela, ganhando-a pela brandura e pela astúcia, para possuí-la sem batalha...[109]

Se até aquele momento a sociedade estava de portas fechadas para o homem de letras, agora seriam *"(...) os homens de letras que se afastavam dessas portas"*, demonstrando um *"gesto de pouco caso"*. Os poetas faziam de tudo para serem homens à parte da sociedade e, embora nem todos *"fossem boêmios desvairados"* distantes da sociedade por suas posturas escandalosas, ostentavam um ar soberano às coisas da vida humana – que lhes pareciam mesquinhas.

Ao referir-se aos boêmios e aos homens de letras que se mantinham distantes da ação, diferenciava a sua geração da deles, ao sugerir que, mesmo os poetas menos extravagantes (com suas *"cabeleiras incríveis"* e *"elegias nos cemitérios alta noite")* se esforçavam para demarcar uma *"linha de defesa entre os seus costumes e as suas maneiras e os costumes e as maneiras daqueles a quem a linguagem boêmia da época, importada da França dava os qualificativos de desprezíveis burgueses e de filistinos (...)*. Ao viverem orgulhosos, contemplativos e isolados em seus sonhos, se sentiam superiores aos *"homens de ação"* que *"(...) cá embaixo, também viviam, trabalhavam, amavam e sofriam no mundo vário...."*. Mas, as dimensões do sonho e da realidade não poderiam mais estar separadas, segundo Bilac. E a sua geração é que teria unido, definitivamente, sonho e ação, homem de letras e pátria.

Olavo Bilac terminou seu discurso propondo um brinde no qual no Brasil é saudado como um país de iguais:

> Podem todos os que aqui estão acompanhar-me neste brinde uma vez que no Brasil não há, e praza os aos céus que jamais haja, estrangeiros, sendo todos os que vivem nesta terra iguais, amigos e irmãos, pelo trabalho e pelo afeto. Levanto minha taça em honra de uma grande mãe: a Pátria brasileira.[110]

[109] *Idem, ibidem.* p. 100
[110] *Idem, ibidem.* p. 103.

Veremos que esse tipo de afirmação não era tão incomum na primeira década do século XX, tendo feito parte do repertório intelectual localizado nessa pesquisa. Por ora importa, porém, sublinhar a insistência de Bilac na associação entre intelectuais e sociedade. Acreditamos ser este um dos mais fortes elos a unir os autores arrolados nessa pesquisa. Afinal, o que Bilac estava fazendo senão forjando para sua geração uma tradição que a afirmava como fundadora de uma nova relação entre o homem de letras e a sociedade, baseada na intervenção (*"sem batalha"*) e no comprometimento com a pátria?

Ao optarmos, em primeiro lugar, por um recorte temático, ou seja, ao selecionar no *Almanaque* e na *Kosmos* os textos que abordaram questões relativas à identidade nacional do ponto de vista da história e do folclore e da conseqüente avaliação da mestiçagem, acabamos por reunir um grupo variado de intelectuais formado por 73 indivíduos. (ver anexo 11). Desse elenco foram levantados alguns dados biográficos para que fosse possível identificar aproximações entre as trajetórias de cada qual.

Assim, a partir desse perfil biográfico e nos próprios textos localizados nos periódicos é possível pensar que compartilhavam uma identidade comum. Diante dessas evidências podemos pensar que tal identidade estava cimentada pela passagem nas mesmas instituições, pelo engajamento na imprensa, pela ocupação de cargos públicos, pelo sentido nacional que imprimiram aos seus trabalhos e pela idéia de que eram os tutores daquela sociedade.

Nesse sentido, a noção de geração pode ajudar a estabelecer relações entre esses intelectuais a partir de suas trajetórias de vida, vínculos pessoais e públicos. Não no sentido de associar ou classificá-los por faixas etárias. Segundo essa noção mais estrita de geração, a vivência num mesmo espaço de tempo ou conjuntura determinaria a opção e o compartilhamento de certos gostos e valores, supondo boa dose de homogeneidade a partir de um padrão cronológico.

Contudo, as críticas a esse viés evolucionista da categoria geração têm contribuído muito para novas propostas de abordagem. Ângela de Castro Gomes, valendo-se das noções sugeridas por Claudine Attias-Donfut, apontou alguns caminhos interessantes para que possamos pensar nos intelectuais arrolados nesta pesquisa. De acordo com a apropriação da autora, o que "fala" uma geração está remetido sempre a um tempo, a uma *"(...) memória comum de um grupo e à história que lhe é contemporânea"*. Essa noção de geração localiza-se na junção entre memória e história,

tendo como referência uma memória comum, ou seja, o testemunho de como um conjunto de pessoas experimentou um determinado tempo. Considerar isso possibilita que a colocação Olavo Bilac sobre a importância de sua geração para o país seja tomada como emblemática para os intelectuais estudados nessa pesquisa:

> (...) De certo ponto de vista, podemos dizer que representamos, para o progresso intelectual do Brasil, na última metade do século XIX, o mesmo papel que para o seu progresso material representaram o século XVII dos heróis das "bandeiras": nós também varamos léguas e léguas de desertos morais, nós também desbravamos sertões, nós também fundamos cidades.[111]

O entendimento de que uma geração corresponde às relações entre as pessoas de um mesmo grupo – com a mesma idade ou não –, às relações entre gerações torna muito mais complexas as palavras de Bilac. Ainda mais se consideramos que ele não mencionou, por exemplo, nenhum membro da afamada geração de 1870, louvando nominalmente apenas Machado de Assis por seus talentos exclusivamente literários, e não por sua atuação política.[112] Machado foi referido como o *"(...) chefe amado na nossa literatura, encarnecido no culto da beleza moral (...) um nobre exemplo de talento, de coragem e de bondade, uma incomparável lição de devotamente à divina arte da palavra"*. [113]

Assim, a proposta apontada por Ângela de Castro Gomes é enriquecedora para esse trabalho na medida que enceta um tratamento social ao tempo, atentando para os "eventos fundadores", mas tentando ir além deles, pois uma geração não está datada pela vivência dos mesmos acontecimentos, até porque eles podem ter sido experimentados e interpretados de diferentes formas. A noção de geração, mais do que levar em conta os eventos externos deve, então, atentar para a *"memória comum do grupo"*, que marca suas experiências e a transmissão delas, incorporando um *"tempo exterior"* (acontecimentos conjunturais e históricos vividos pelo grupo) e um *"tempo interior"* (expressão da forma como esses acontecimentos foram experimentados por um dado grupo, o que dá o sentido de pertencimento a ele). [114]

Para esse trabalho, a incorporação de tal dimensão contrastiva é fundamental, pois o grupo de intelectuais listado aqui se auto-atribuía um papel que os diferenciava

[111] Olavo BILAC. Discurso no Palace Theatre. *Op. Cit.* p. 99.
[112] Sobre a atuação política e o comprometimento de Machado de Assis com seu tempo, Ver Sidney CHALHOUB. *Machado de Assis historiador.* São Paulo, Cia das letras, 2005.
[113]Olavo BILAC. Discurso no Palace Theatre. *Op. Cit.* p. 100.
[114] Angela de Castro GOMES. *Essa gente do Rio..Modernismo e nacionalismo.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999. p. 40-41

naquele momento, que marcava seu lugar no tempo, tanto em relação aos antecessores quando aos contemporâneos. Afinal, essa geração não teria se recolhido ou se encastelado em torres de marfim:

> Aludimos, desmoronamos, pulverizamos a pretensiosa torre de orgulho e de sonho em o artista queria conservar-se fechado e superior aos outros homens; viemos trabalhar cá embaixo, no seio do formigueiro humano, ansiando com os outros homens, sofrendo com eles, padecendo com eles todos os desenganos e desilusões da vida; e isso porque compreendemos em boa hora que um homem, por mais superior que seja ou por mais superior que erradamente suponha ser, aos outros, não tem o direito de fechar os olhos, os ouvidos, a alma, às aspirações, às esperanças e dúvidas da época em que vive (...) Assim, não nos limitamos a adorar e a cultivar a Arte pura, não houve problema social que não nos preocupasse, e sendo, "homens de letras", não deixamos de ser "homens".[115]

Bilac justificava e afirmava o envolvimento de sua geração com aquela sociedade, ancorado no convencimento e não nas batalhas abertas – uma forma de encarar a intervenção na sociedade que aproxima os projetos editoriais do *Garnier* e da *Kosmos*.

Logo, a noção de geração desse modo é fundamental porque possibilita a consideração de vínculos que estão além estritamente da faixa etária e que remetem à filiação e ruptura com orientações intelectuais e políticas em estreita articulação com a questão das tradições intelectuais. Ora, ao mesmo tempo em que esses autores estavam forjando tradições históricas e culturais para a nação, estavam também construindo tradições para si próprios, elegendo seus temas, estratégias, referências organizacionais e simbólicas, marcando, assim, o perfil de sua geração.[116]

Mesmo sabendo que nesse momento a noção de intelectual não tinha limites claros, relacioná-la à idéia de um *"produtor de bens simbólicos"* localizado na arena política, institucionalizada ou não, também ajuda a reforçar o argumento de que esses intelectuais estavam comprometidos com projetos de intervenção naquela sociedade. É claro, perpassados por ambigüidades derivadas, como por exemplo, da sua proximidade com o poder ou da ocupação de cargos públicos. Mas nem por isso devemos desprezar seus esforços em prol da viabilização de suas propostas: ou seja, não foram simplesmente "cooptados" pelo poder constituído. Até mesmo porque, no início do

[115] Olavo BILAC. Discurso no Palace Theatre. *Op. Cit.*p. 101. Essa sua postura em relação ao engajamento intelectual já devia ser conhecida, pois em pelo menos duas outras ocasiões anteriores a essa defendeu a mesma atitude, inclusive na revista *Kosmos*.
[116] Angela de Castro GOMES. *Essa gente do Rio. Op. Cit.* p. 42-43

século XX, os intelectuais tinham uma posição de centralidade, uma vez que eram *"(...) especialistas no processo de criação e transmissão cultural"* e bastante hábeis em interpretar a realidade, em produzir e divulgar *"visões de mundo",* o que chamava a atenção dos homens envolvidos com o *"círculo do poder político",* conforme as definições de Ângela de Castro Gomes.[117]

Mas, no que diz respeito à atuação em campos de saber, a noção de intelectual com a qual estamos nomeando esses homens letrados possui contornos fluidos. Primeiro porque, salvo algumas raras exceções, escreviam sobre diversos assuntos, como folclore, geografia, filologia, educação, história e literatura. Estamos falando do polígrafo, isto é, de um intelectual que deve *"(...) ser pensado sempre como um doublé de teórico da cultura e de produtor de arte, inaugurando formas de expressão e refletindo sobre as funções e desdobramentos sociais que tais formas guardariam*".[118]

Uma das características que marcaram mais profundamente a trajetória desses homens foi a atuação na imprensa. Os itinerários percorridos por eles passaram necessariamente pela colaboração em periódicos, diários, mensais ou anuais, pois essa atividade funcionava como vitrine e ponto de contato para o mercado de trabalho, bem como para outros círculos sociais e posições, movimento fundamental, sobretudo para aqueles autores recém-chegados à capital. Periódicos eram meios importantes de divulgação de iniciativas, funcionando concomitantemente como espaços de colocação e consagração e de divulgação da produção intelectual. Assim, portas para grupos, rodas, editoras e outras colocações iam sendo abertas. Tal ofício também era percebido como parte da atividade política, ou como uma dimensão importante dela.[119] Os periódicos foram suportes fundamentais nesse período tanto para a consolidação de uma carreira intelectual quanto para a divulgação e defesa de projetos. Suportes que também foram plataformas para a criação e divulgação de novas formas literárias como a crônica.

A partir desse quadro biográfico e da análise da documentação, além de constatarmos a abordagem de temas relacionados à identidade nacional, uma postura tutelar em relação à sociedade e a intensa atuação na imprensa, localizamos algumas outras recorrências que também marcaram a trajetória desses homens, suas relações e opções.

---

[117] *Idem, ibidem.* p. 37-39
[118] *Idem, ibidem.* p. 13.
[119] Ângela de Castro GOMES. *História e historiadores. Op. Cit.* p. 46

Um dos primeiros aspectos a se destacar é o peso dos intelectuais nascidos na área considerada, na época, como "Norte". Dos 73 intelectuais arrolados, consegui apurar o local de nascimento de 70% deles. Desse total, 51% nasceram na "região norte"; 17% eram naturais do Rio de Janeiro; 4, de São Paulo; 8% de Minas Gerais; 10%, por fim, nasceram na região sul. Do total de intelectuais que migraram para o Rio de Janeiro, 47% morreram neste Estado, evidenciando que a República das Letras tinha o seu epicentro na capital federal (ver anexo 11).

Pelo que foi possível investigar, a maioria dos autores selecionados era de filhos de profissionais liberais, comerciantes, pequenos ou grandes proprietários em decadência ou seja, não pertenciam ao que se pode chamar de "alta aristocracia brasileira", quer política quer econômica. Quase todos freqüentaram alguma instituição de estudos superiores, seja nas faculdades da Bahia, Recife, São Paulo ou Rio; originando ou não diplomas, as escolas superiores representaram espaços de contatos e sociabilidade fundamentais para esses homens.

Nota-se também um significativo envolvimento com a educação. Do total de intelectuais pesquisados foi possível obter dados sobre a profissão de 61 (83,5%). Desse total, 24 (40%) exerceram atividades relacionadas à educação, incluindo-se aí a atuação no Ginásio Nacional/Colégio Pedro II, na Escola Normal/Pedagogium, no Colégio Militar e nos órgãos da administração pública, ligados e à publicação de obras didáticas. A ocupação de cargos nos médios e baixos escalões da burocracia estatal também é uma constante, o que não deixa de ser uma forma de participação na política institucional, embora não partidária.

Um outro ponto em comum entre esses intelectuais era o convívio em cafés, confeitarias e livrarias - locais que eram o ponto de encontro no qual se travaram relações de amizade, contatos sociais, intelectuais e profissionais[120]. Vários dos intelectuais estudados aqui eram freqüentadores assíduos desses estabelecimentos, fundamentais para a sociabilidade intelectual naquele momento. Esse foi o caso do Café Papagaio, freqüentado por Gil, Lima Barreto, Joaquim Vianna, Frota Pessoa, Hemetério dos Santos, Bastos Tigre, Kalixto, Gonzaga Duque, Mario Pederneiras e Lima

[120] Mônica Pimenta VELLOSO. *Modernismo no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, FGV, 1996. p. 47

Campos[121]; da Confeitaria Colombo, na qual se encontravam Olavo Bilac, Emílio de Menezes, Martins Fontes e José do Patrocínio; pela Livraria Garnier passavam Machado de Assis e alguns dos seus admiradores, como José Veríssimo, Mário de Alencar, Silvio Romero, Olavo Bilac, Rodrigo Otávio e Clovis Bevilacqua. Mas na famosa livraria, também conhecida ironicamente como a "sublime porta"[122], havia outras rodas: a dos simbolistas, à qual se uniram anarquistas e socialistas, na qual se agrupavam Gustavo Santiago, Rocha Pombo, Múcio Teixeira, Pedro Couto, Fábio Luz, Curvelo de Mendonça, Nestor Victor, Gonzaga Duque, Lima Campos e Mario Pederneiras. [123] De acordo com as informações de Luis Edmundo, antes de ser um acadêmico, João Ribeiro, formava com esse grupo. Na Livraria Quaresma se reuniam Alberto de Oliveira, Catullo da Paixão Cearense e João Ribeiro.[124] Já na Livraria Briguiet, se encontravam o Barão Homem de Melo, Xavier da Silveira, Medeiros e Albuquerque, José Veríssimo, Pandiá Calógeras, Graça Aranha, Candido de Oliveira e Rui Barbosa. Na Livraria Azevedo se reunia uma roda de professores e gramáticos que contava com a presença de Hemetério dos Santos e Carlos de Laet.[125] Note o leitor a presença, nos cafés, confeitarias e livrarias não apenas dos intelectuais que abordaram os temas específicos da história pátria, do folclore nacional e, conseqüentemente da mestiçagem. Compartilhando o mesmo círculo, encontramos outros intelectuais notáveis para este trabalho que publicaram textos sobre educação, política e atuação intelectual nos mesmos periódicos, como José Veríssimo, Elísio de Carvalho e Curvelo de Mendonça.

Foi possível localizar também, tanto a partir da presença de alguns desses intelectuais nos movimentos de luta pela abolição e pela república (como Coelho Netto, Olavo Bilac, José Veríssimo, João Ribeiro, Rocha Pombo, Mário Mello, Graça Aranha, Gonzaga Duque, Lima Campos, Ernesto Senna e Xavier da Silveira Junior) quanto através das menções posteriores a esses acontecimentos (como nos casos de João do Rio, Joaquim Vianna, Curvelo de Mendonça e Gil) que tais processos tiveram um peso significativo em suas reflexões.

Vale destacar, ainda, a presença de membros da Academia Brasileira de Letras dentre os autores estudados, bem como de alguns de seus opositores, como Curvelo de

[121] Luis EDMUNDO. *Op. Cit.* p. 208-209
[122] João LUSO. A sublime porta. *Kosmos.* Ano V, nº 11, novembro, 1908.
[123] Luis EDMUNDO. *Op. Cit.* p. 271
[124] Brito Broca. *Op. Cit.* p. 83
[125] *Idem, ibidem.* p. 83

Mendonça, que fez parte da roda de anarquistas e socialistas da Livraria Garnier e tinha uma posição crítica em relação ao sistema de reconhecimento da Academia, mas que compartilhava outros elementos de identidade, como a atuação na imprensa, a condição de intelectual, o interesse pelas questões nacionais e culturais do país, entre outras já mencionadas. [126]

Portanto, como lugares de sociabilidade, o *Garnier* e a *Kosmos* também foram espaços de fermentação intelectual e de relações afetivas, *"(...) um ponto de encontro de itinerários individuais (...)"* [127] em torno de determinadas questões e experiências comuns. Não que houvesse um programa político fechado em torno do qual esses autores se reunissem ou fossem reunidos pelos editores. Mas fica claro, depois da leitura total desses periódicos, do levantamento dos seus temários e dos perfis dos intelectuais selecionados como amostra que um dos passaportes de entrada para o *Almanaque* e para a *Kosmos* era a preocupação com a questão nacional e com o progresso.

E, não por coincidência, foi exatamente nesse período que tomou fôlego uma espécie de *"nacionalismo militante"* – nas palavras de Ângela de Castro Gomes – não mais somente tributário das questões candentes no final do século XIX, mas ainda bastante envolvido com a questão racial e com a formação de um "Brasil moderno". De tal maneira que é mister considerar que esses intelectuais estavam em plena elaboração de chaves de leitura que pudessem explicar e transformar a realidade, combinando antigas e novas linguagens e abordagens. [128]

Ao buscarem formas de intervenção e participação política próprias, os homens a que nos referimos encontraram no periódico o seu principal suporte. Ao publicarem nesses periódicos deram corpo a diferentes iniciativas e projetos, o que adensa as possibilidades de novos olhares sobre a relação entre intelectuais e política e intelectuais e república na primeira década do século XX.

Trata-se, então, da trazer à tona iniciativas e formas de atuação de alguns intelectuais que, mesmo decepcionados com a república, investiram seus esforços na defesa da instrução popular e na construção de um acervo cultural e histórico comum à nação, que desejavam ver civilizada, autêntica e moderna. Criaram, assim, estratégias

[126] Podemos citar nesse mesmo sentido o célebre artigo de João Luso, intitulado "A Sublime Porta", publicado na *Kosmos* em 1906, fazendo uma crítica à Academia Brasileira de Letras e a, não menos célebre, carta de Hemetério dos Santos se opondo a literatura "incolor" de Machado de Assis, republicada no *Almanaque Garnier*, em 1910.
[127] Jean-François Sirinelli. Os intelectuais. In: René REMOND. (org). *Por uma história política.* Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996. p. 46.
[128] Ângela de Castro GOMES. *História e historiadores.Op. Cit.* p. 51 e 52

específicas de intervenção a partir da qual buscaram tomar parte nas decisões do poder constituído.

Ilustração 1 – capa do Almanaque Brasileiro Garnier de 1906

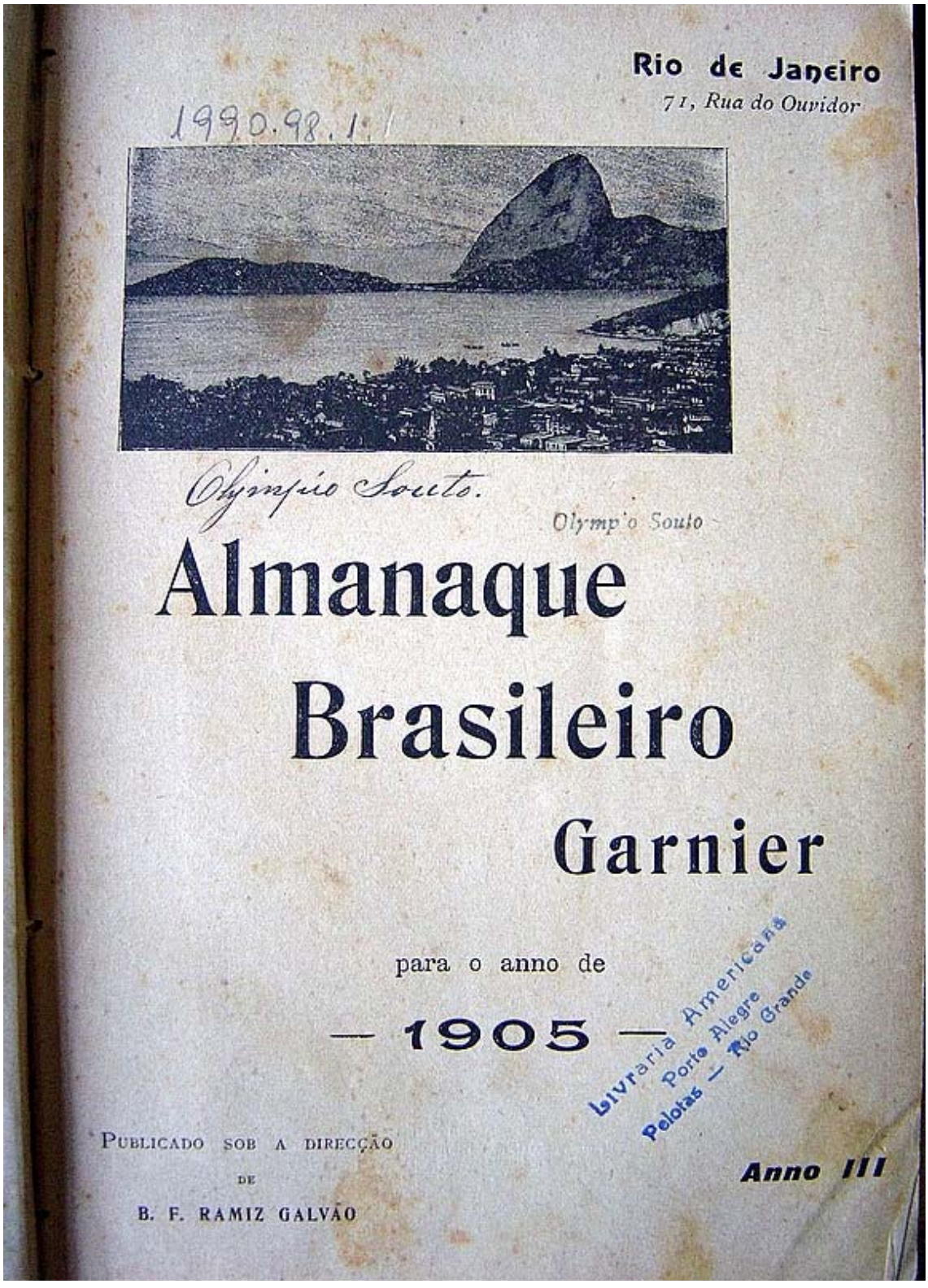

Ilustração 2 - contracapa do *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1905

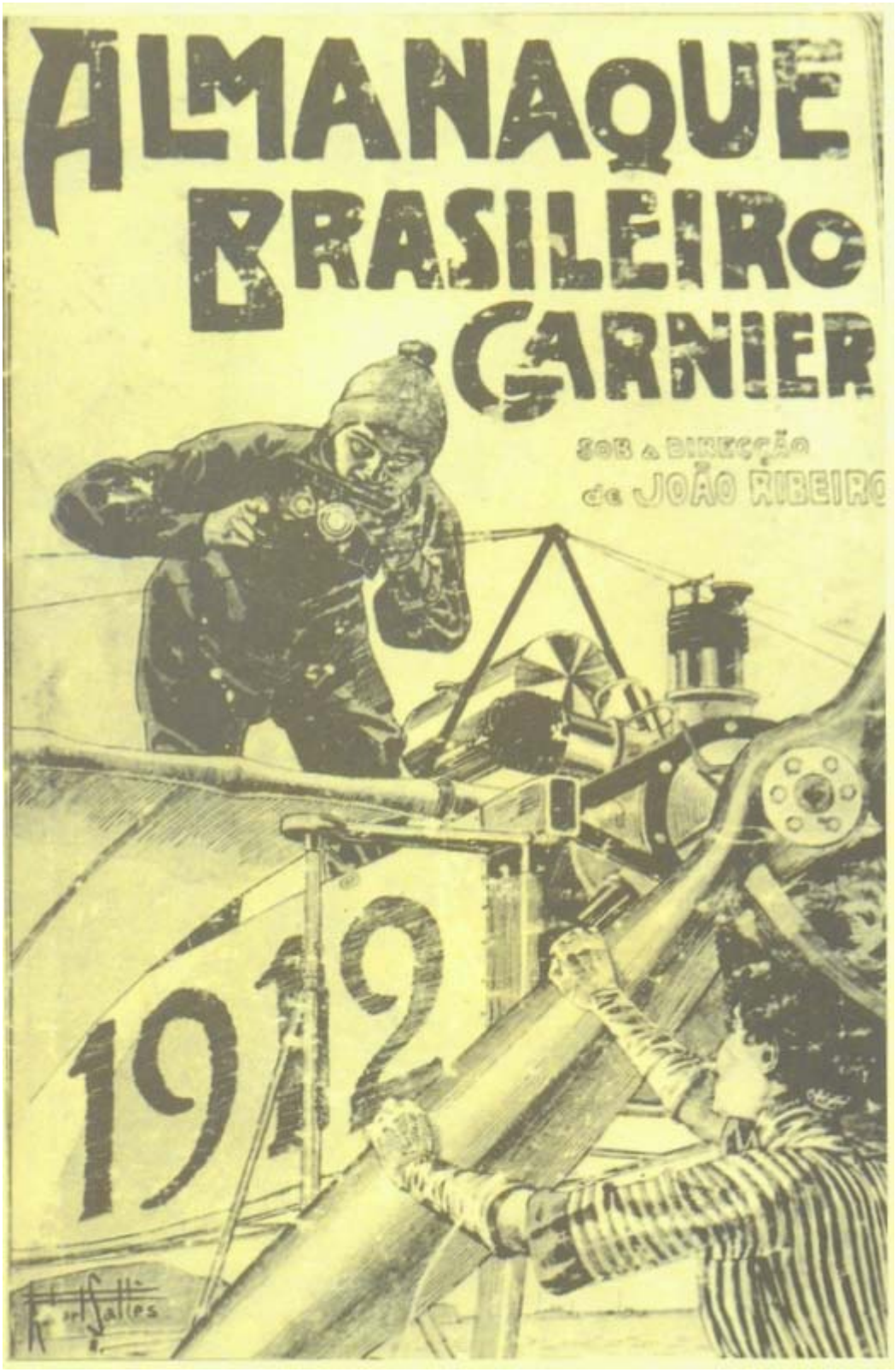

Ilustração 3 - capa do *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1912

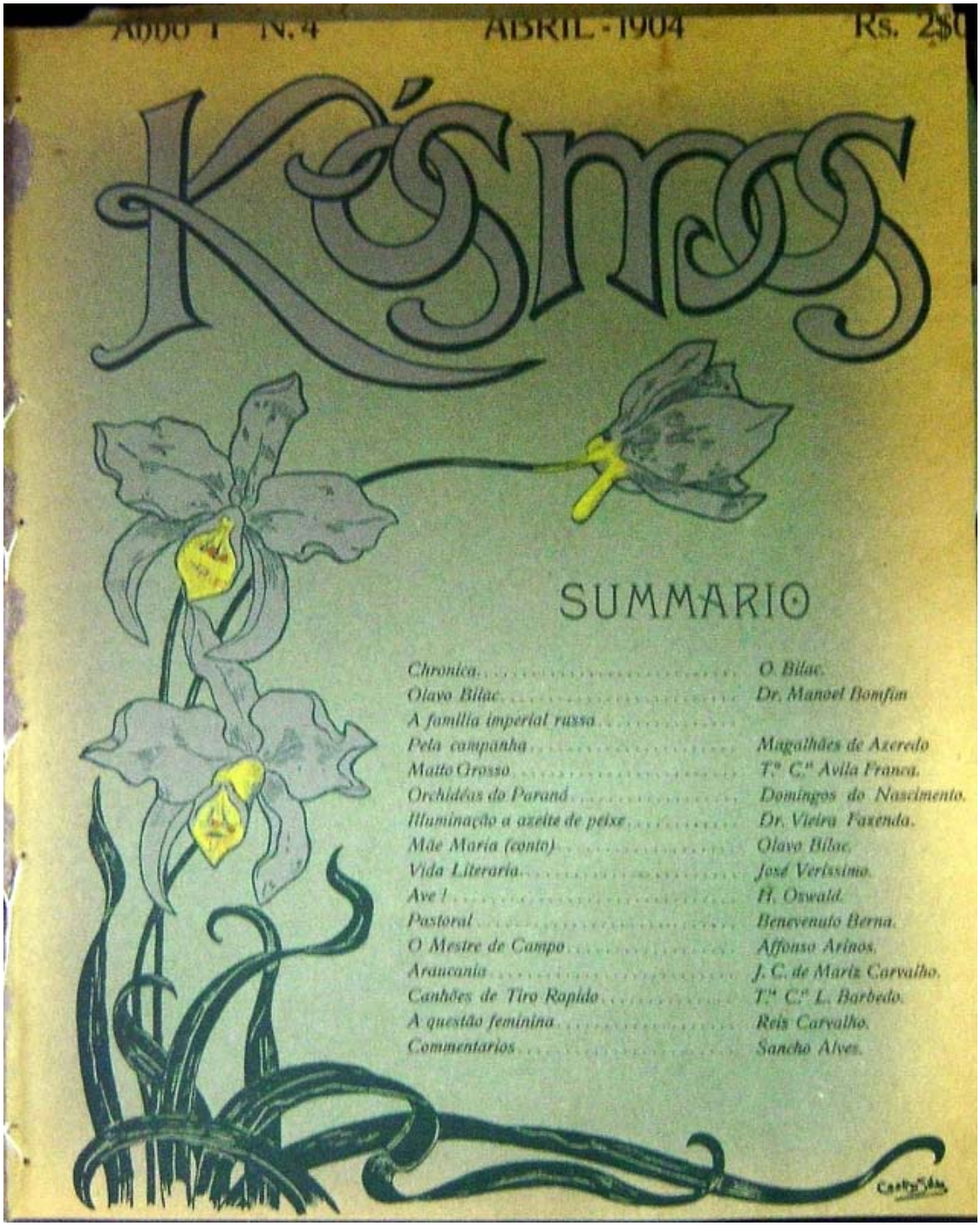

Ilustração 4 – capa da *Kosmos* de abril de 1904

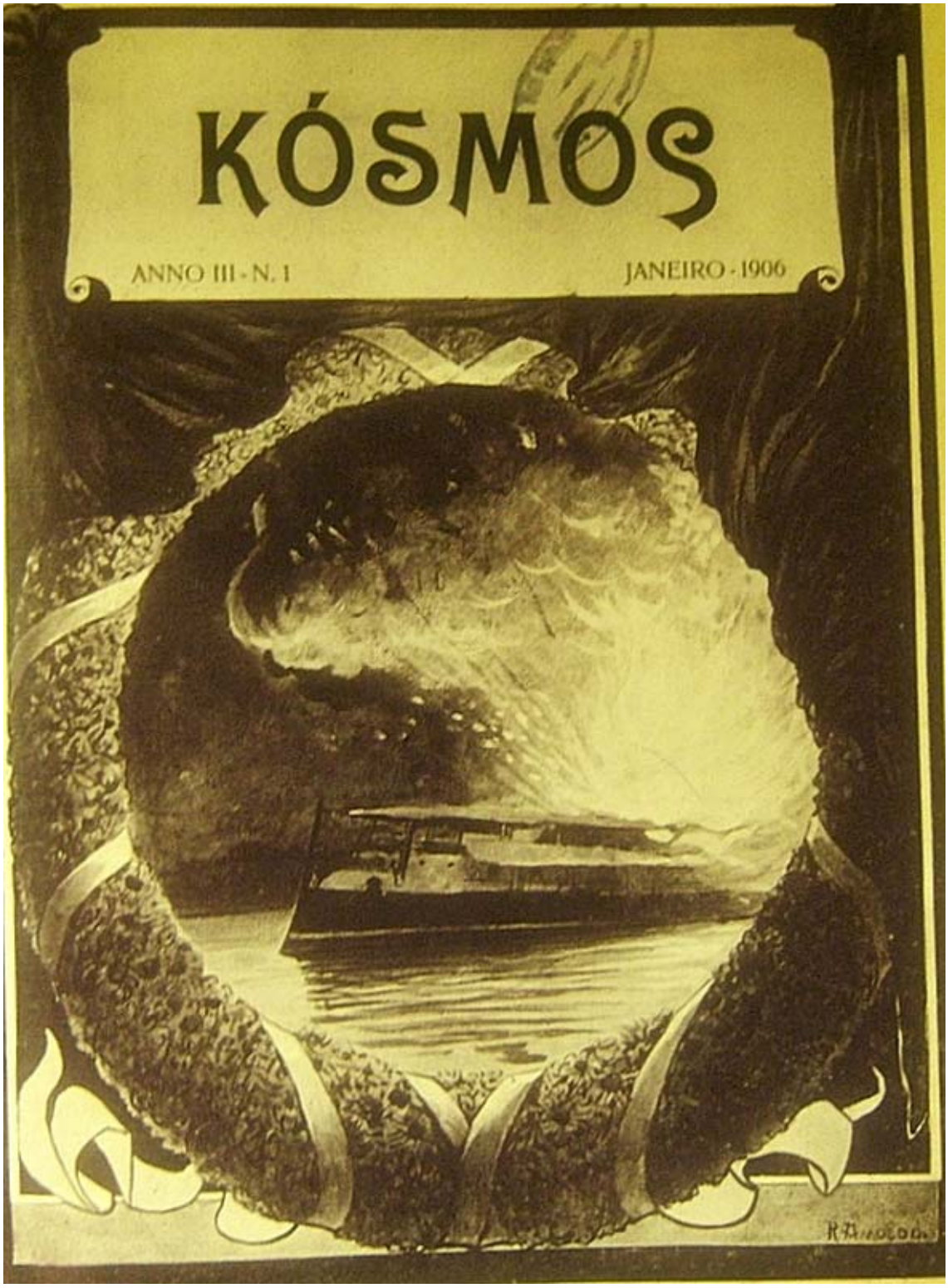

Ilustração 5 – capa da Revista *Kosmos* de 1906

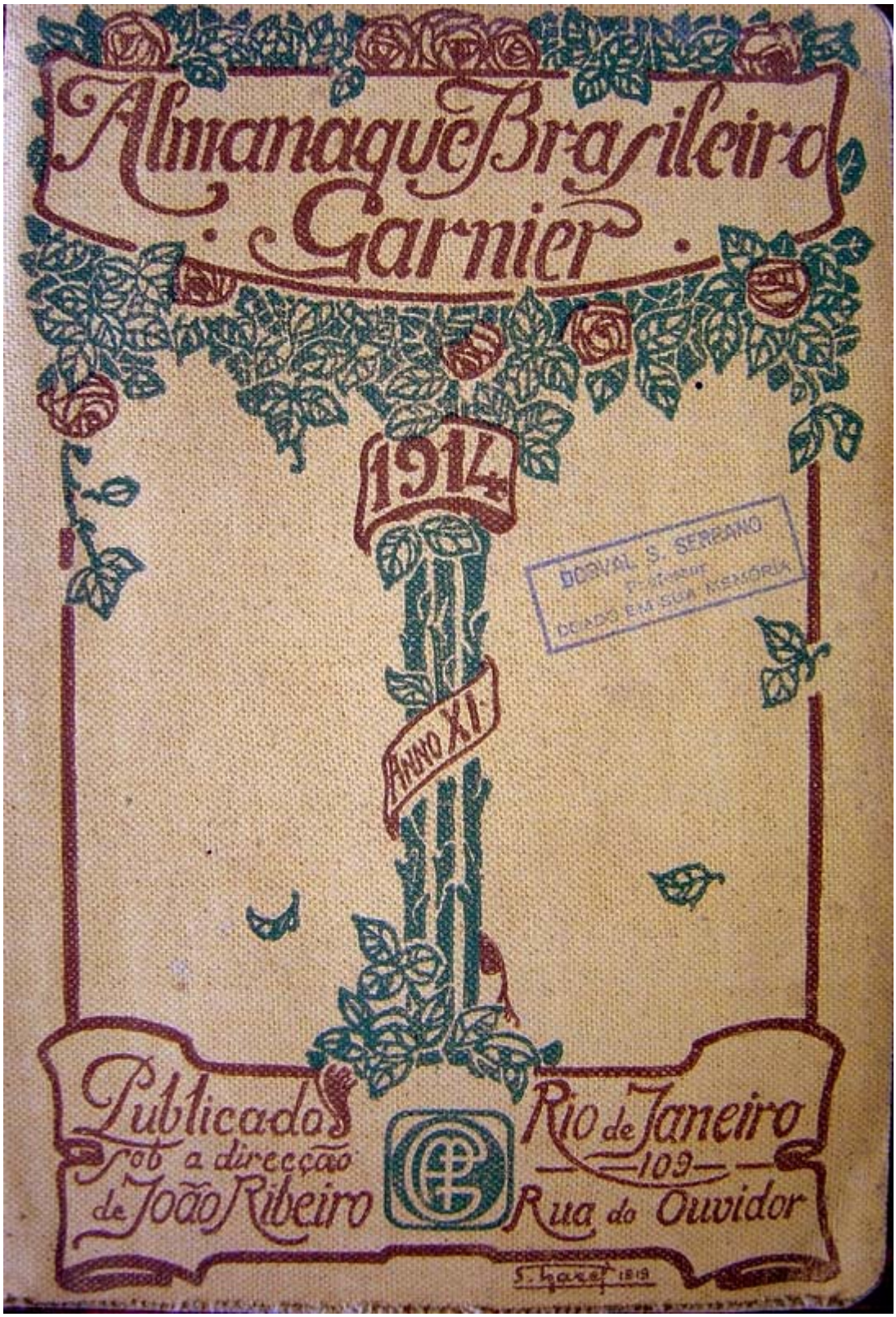

Ilustração 6 – capa do *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1914

2

República, desilusão e polêmicas intelectuais

> (...) porque verdadeiramente nós outros brasileiros não estamos satisfeitos com essa república burguesa e oligárquica que sucedeu ao império como sua herdeira e continuadora. Toda a gente, entre nós, o sente e confessa mais ou menos francamente. A herança foi completa, de todos os vícios, todos os crimes políticos, todas as iniqüidades sociais. (...) Felizmente, porém, algumas vozes honestas e álacres cuidam de melhorar o presente, sem o retorno inconseqüente aos passados de erros. Segundos estas, a fundação da república teve ao menos o mérito de abalar, sacudir o velho torpor peninsular do nosso povo. Com a súbita explosão do 15 de novembro, alimentamos a ilusória esperança de uma era nova de prosperidades. Dentro em pouco, quase tudo se desfez como nuvem vaporosa, e voltamos ao indiferentismo atávico; mas alguma coisa ficou, a sede de uma boa e sã república (...) (Curvelo de Mendonça. O movimento socialista no Brasil. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1906. p. 210)

Ao elaborar uma avaliação de como haviam se desenvolvido as ações socialistas no Brasil durante o ano de 1906, Curvelo de Mendonça[129] deixou explícito,

[129] Jornalista, literato e professor, **Curvelo de Mendonça** nasceu em Riachuelo/SE, em 1870, e faleceu em Laranjeiras, no mesmo Estado, em 1914. Em 1892, ingressou na Faculdade de Direito do Recife, na qual diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Em 1983 estabeleceu-se no Rio de Janeiro, tendo sido chefe de seção da Intendência Municipal, professor e diretor do Instituto Comercial do Distrito Federal. Em 1910, foi para a Europa comissionado pela Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, com o objetivo de assistir aos Congressos Pedagógicos de Bruxelas e Paris. Nessa mesma época, foi nomeado membro do Conselho de Instrução Pública do Rio de Janeiro. Colaborou intensamente na imprensa, em periódicos como *O País*, além do próprio *Almanaque Brasileiro Garnier*. Aproximou-se das tendências socialistas e anarquistas de sua época, tornando-se um grande admirador de Tolstoi. Foi um dos idealizadores da Universidade Popular, em 1904. Fazia parte da roda dos simbolistas aos quais se uniam os anarquistas e socialistas, como Gustavo Santiago, Rocha Pombo, Múcio Teixeira, Fábio Luz, Nestor Victor e outros. Segundo, Luis Edmundo, João Ribeiro pendia para essa roda. Junto com Lima Barreto, Noronha Santos e Domingos Ribeiro Filho fundou a revista *Floreal*, em 1907. Sua obra mais conhecida é o livro *A regeneração (romance social).* Paris, H. Garnier, 1904. Ver

em artigo para o *Garnier,* o seu descontentamento com os rumos que a república havia tomado, enfatizando que houvera poucas mudanças com a passagem da monarquia ao novo regime[130]. Conquanto tenha ressaltado a frustração diante daquela república que havia se tornado *"burguesa e oligárquica",* mencionou também haver *"vozes"* honestas que permaneciam ativas tentando mudar o presente e construir um futuro diferente. O autor se referia aos *"sonhadores socialistas"*, como Felisberto Freire, Rocha Pombo, Pedro Couto, Sinézio de Faria, Rodrigues de Souza, Eduardo Sá e outros que, com ele, fundaram a Universidade Popular, em 1904 [131], por iniciativa de Elísio de Carvalho.[132]

A Universidade sucumbiu no mesmo ano em que nasceu, segundo Mendonça, por causa de inveja, do ciúme e das más paixões do homem. Mas os ideais que a erigiram não teriam morrido com ela. Tinham, sim, se desdobrado, pois muitos dos *"nobres espíritos"* que com ela haviam colaborado teriam ido *"(...) em busca de outros meios de propaganda (...)",* atirando-se à imprensa e *"(...) desenvolvendo cada um a modalidade especial que julga mais consentânea à solução do problema social".* [133] Entre os propagandistas dos ideais socialistas em atuação naquele momento, citou também Victor Vianna, Guedes Coutinho, A. Azamar e Alcindo Guanabara, nomes esquecidos pelo autor no balanço feito para o ano anterior, publicado no mesmo *Almanaque.*

Nesse balanço publicado em 1905, Mendonça já havia destacado alguns nomes de intelectuais, a seu ver, comprometidos com os problemas sociais: o professor Vicente de Souza junto ao operariado; Benjamim Motta, Neno Vasco e Elysio de Carvalho na imprensa libertária; Viveiros de Castro e Evaristo de Moraes nos trabalhos jurídicos;

---

www.biblioteca.ufs.br/sergipanos_todos.php captado em fevereiro de 2006 e Brito BROCA. *A vida literária no Brasil - 1900.* José Olympio Editora/ABL, 2005. 5ª edição. p. 82-83

[130] Ver sobre críticas à República: Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos.* Ano III, nº 6, julho, 1906; Olavo BILAC. Crônica. In: *Kosmos*. Ano IV, nº 10, outubro, 1907; Ferreira VIANA. O Antigo Regime – Uma crise ministerial. *Kosmos,* Ano V, nº 8, agosto, 1908; Dionísio CERQUEIRA. O sonho da república. *Kosmos.* Ano V, nº 10, outubro, 1908; Gonzaga Duque. Crônica. *Kosmos.* Ano V, nº 10, outubro, 1908; Gonzaga Duque. Crônica. *Kosmos.* Ano V, nº 3, março, 1909; Olavo BILAC. A VARELA. Instituições Nacionais – A evolução política do Brasil através dos tempos. Lição de História. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1903;. p. 379-380; José Veríssimo. Heresia política. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1905. p. 279-281; José Veríssimo. Heresia sociológica. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1907. p. 271-273; Pedro COUTO. Machado de Assis, Aluízio Azevedo e João Pinheiro. *Almanaque Brasileiro Garnier*, Rio de Janeiro, 1910. Ver anexos 6 e 7, especialmente os itens "Política e Polêmicas".

[131] A Universidade Popular de Ensino Livre foi fundada em 1904 com o objetivo de oferecer ao proletariado instrução superior e educação social, tendo funcionado na sede do Centro das Classes Operárias (na Rua do Lavradio) e no Centro Internacional dos Pintores (na Rua da Constituição).

[132] Dentre esses, Felisberto Freire, Rocha Pombo, Pedro Couto e Elísio de Carvalho foram colaboradores do *Almanaque Brasileiro Garnier.* Na *Kosmos* também colaboraram Rocha Pombo e Elísio de Carvalho.

[133] Curvelo de MENDONÇA. O movimento socialista no Brasil. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1906. p .211

José Veríssimo, Medeiros e Albuquerque, Fabio Luz, Olavo Bilac, Frota Pessoa e Manoel Bomfim e outros na imprensa e na literatura. [134]

Na área da imprensa e da literatura, esses últimos seriam os homens que ousavam *"(...) de quando em quando repetir o eco das doutrinas socialistas"*. Curvelo de Mendonça esclareceu, porém, que para eles o socialismo era uma *"(...) espécie de fada bela e feiticeira a quem atiram furtivos cumprimentos"*. Aproximavam-se e dela logo desviavam-se cautelosamente, a fim de continuarem suas vidas de *"bons burgueses satisfeitos",* muitas vezes pregando *"doutrinas reacionárias e retrógradas"*. Embora o autor acreditasse ser essa uma *"triste verdade"*, regozijava-se em notar neles alguma sintonia com a influência socialista no que dizia respeito ao engajamento nas questões sociais [135], como a difusão da instrução.

As colocações de Curvelo de Mendonça, nesse sentido, servem como ponto de partida para o diálogo com a importante tese da historiografia que aponta o esvaziamento político como uma marca da atuação intelectual na primeira década do século XX. Assim, se pretende fortalecer o argumento de que determinados intelectuais em atividade no período forjaram suas próprias estratégias de intervenção. É preciso, então, deixar de lado a atitude reverencial tanto em relação à chamada geração de 1870 quanto ao grupo da vanguarda paulista de 1922 para que se possa compreender a atuação dos intelectuais estudados aqui dentro de seus próprios parâmetros. [136]

As ambigüidades sugeridas por Curvelo de Mendonça fazem pensar nas opções desses intelectuais no que tange às suas ações políticas na sociedade. Como considerar a atuação de nomes como Manoel Bomfim, Olavo Bilac e Medeiros e Albuquerque, homens que mantiveram relações estreitas com a mesma república que os havia decepcionado? No bojo dessa complexa rede de ideais e desilusão, a crítica implementada por alguns dos intelectuais estudados nessa pesquisa ao novo regime não se desvinculou de ações e proposições. Concomitante a esse discurso, defenderam ações objetivas negligenciadas pelo Estado e demandas não cumpridas pelos sucessivos

[134] Curvelo de MENDONÇA. O movimento socialista do Brasil. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1905. p. 275
[135] *Idem,ibidem.*
[136] Tânia Regina de LUCA. A *Revista do Brasil. Um diagnóstico para a n(ação).* São Paulo, Ed. UNESP, 1999. p. 22.

governos republicanos vigentes até então, como a implementação da educação primária em massa. [137]

Pretendemos, aqui, matizar um outro olhar sobre a situação, compreendendo que, os intelectuais, ao menos os circunscritos neste trabalho, forjaram suas próprias estratégias de intervenção, diferentes das tomadas pela geração de 1870 ou pela geração de 1922. Portanto, não se devem tomar estas duas como parâmetros absolutos de atuação política. É preciso distanciarmo-nos de uma postura reverencial para compreender as especificidades dos intelectuais — ou de parte deles, listada — em atividade na década de 1910.

2.1 A "república das letras" e a "república da política"

Proclamada um ano após a abolição formal da escravidão, a república foi organizada com base em uma nova Constituição (1891) liberal e federalista – inspirada na constituição norte-americana – que eliminou a exigência de renda para o direito de votar. Entretanto, reafirmou a exclusão dos analfabetos introduzida em 1881, ao mesmo tempo em que desobrigou o governo federal da responsabilidade pela educação primária, deixando-a a cargo dos estados e municípios e sem o status de serviço público e gratuito. Apenas na capital federal a União tomou para si o dever da educação primária, determinando também a inclusão da educação moral e cívica nos currículos.[138]

Nesse contexto[139] é que Olavo Bilac – famoso defensor das reformas urbanas empreendidas pelo governo Rodrigues Alves/Pereira Passos - no calor dos conflitos da Revolta da Vacina (1904), manifestou seu descontentamento com esse governo em relação à responsabilidade da educação do povo:

---

[137] Ver Manoel BOMFIM. Olavo Bilac. *Kosmos*, Ano I, abril, 1904; Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos.* Ano I, nº11, novembro, 1904; Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos.* Ano II, nº 5, maio, 1905; Reis CARVALHO. A questão do ensino. *Kosmos.* Ano V, nº 10, outubro, 1907; Exposição do Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores sobre o ensino superior. *Kosmos,* Ano IV, nº 9, setembro, 1907; Estabelecimentos educacionais. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1905. p.2; Elisio de CARVALHO. Sobre educação popular. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1905. p. 260-263; Pedro COUTO. O Ensino no Brasil. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1906 p. 278-279; Estabelecimentos educacionais. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1907. p. 70; Frota PESSOA. América Latina. *Almanaque Brasileiro Garnier,*1907. p. 334-337 ; Notas estatísticas sobre a Instrução Pública. Instrução Primária em alguns estados. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1908. p.173-176; Congresso de Instrução Pública. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1908. p. 384; Instrução Pública, *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1914. p. 312-314.

[138] Ver José Murilo de CARVALHO. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil. In: José Murilo de CARVALHO. *Pontos e bordados: escritos de história e política.* Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998. pp. 83-106

[139] No tempo em que o *Almanaque Brasileiro Garnier* e a revista *Kosmos* circularam, estiveram no comando do país três governos republicanos civis e um militar: Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914), respectivamente. Ocuparam o governo municipal durante esse período: Pereira Passos (1902-1906), Souza Aguiar (1906-1909) e Bento Ribeiro (1910-1914). Nesse período, o Estado, sobretudo através do poder municipal, buscou se fazer forte na capital federal.

> Um povo não se forma de uma só vez, por milagre: não é com meia dúzia de decretos que de civiliza uma aglomeração de homens, dando-lhe coesão e consciência (...) No Rio de Janeiro e, em todo Brasil, os analfabetos são legião. E não há "povo", onde os analfabetos estão em maioria. Quem não sabe ler, não vê, não raciocina, não vive: não é homem, é um instrumento passivo e triste, que todos os espertos podem manejar sem receio (...) E não sei para que servirá dar avenidas, árvores, jardins, palácios a esta cidade, - se não derem aos homens rudes o meio de saber o que é civilização, o que é higiene, o que é dignidade humana.[140]

Ao afirmar que aquela *"matula desenfreada"* e inculta foi movida por motivação *"ignóbil e irracional",* Bilac não esvaziou a Revolta da Vacina de qualquer potencial de politização ou de luta contra o poder constituído. E não teve dúvida em ratificar que os revoltosos foram manipulados por *"especuladores políticos",* os quais, por sua vez, teriam espalhado inverdades sobre a vacinação entre a *"gente humilde",* que aceitou como verdade que a vacina continha *"sangue de rato pestiferado"*. E de nada teriam adiantado os esclarecimentos feitos pelo governo nos jornais e anúncios porque um *"povo"* que não sabia ler acreditava facilmente no que lhes havia dito os *"desordeiros de plantão"*. As *"arruaças"* do mês de novembro de 1904 mostraram, para Bilac, que os habitantes do Brasil ainda não formavam um povo, pois para isso era preciso ter *"coesão e consciência"*, somente conquistadas com a instrução em massa. [141]

Bilac defendeu, portanto, que o governo não deveria se ocupar somente com o problema do povoamento, da imigração e do saneamento. Sanear significava apenas livrar-se dos mosquitos, ratos e epidemias. Incentivar a imigração estrangeira sem fundar escolas com cada aglomeração de imigrantes era o mesmo que *"dilatar o império da ignorância e da irresponsabilidade"*. Se assim fosse continuaria *"intacta e tremenda"* uma epidemia muito pior que atacava o organismo social e conduzia à *"indisciplina, à inconsciência e à escravidão":* o analfabetismo. [142]

Logo, um Brasil moderno e civilizado não seria viável somente com ações de saneamento e povoamento, como até então, os governos, segundo Bilac, haviam feito. Era preciso investir também em instrução, mas não em escolas superiores, faculdades e ginásios. A crítica do autor se dirigia concomitantemente à ausência de investimentos públicos na instrução primária e à retórica das academias (inclusive, a de letras, à qual pertencia como membro-fundador):

> **(...) eleva-se no Rio de Janeiro, um palácio, para abrigar o pedantismo das Academias, que copiam os estatutos da Academia Francesa; quebram-se lanças em favor da criação de um Teatro Normal; gritam-se que não há em toda a América, Ciência como a nossa Ciência, Arte como a nossa Arte; - e pouco importa que nele se contem milhares de poetas, de pintores e de cientistas, quando a sua maioria, a sua grande massa de milhões de milhões de indivíduos, é uma** turba-multa irresponsável de analfabetos...Ah! quando chegará o dia em que possamos ter menos academias e mais escolas primárias, - menos aparência e mais fundo, menos retórica e mais cartas de abc**. [143] (grifos nossos)**

[140] Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos*. Ano I, novembro, nº 11, 1904.
[141] *Idem, ibidem.*
[142] *Idem,ibidem.*
[143] *Idem, ibidem.*

Para Bilac, e para alguns de seus contemporâneos estudados aqui, ler significava também a possibilidade de conhecer o Brasil escrito pelos intelectuais e o pressuposto para decidir politicamente com autonomia.

Nesse mesmo tom, em resenha publicada no *Almanaque Garnier* sobre o livro *América Latina,* de Manoel Bomfim, o professor Frota Pessoa[144] fazia coro com Bilac e com o próprio Bomfim sobre a necessidade de investimento na educação das massas. Esse seria um *"(...) dever de honra dos governos, o supremo dever (...) disseminá-la em todas as classes, por todos os meios (...)",* pois não poderia *"(...) haver liberdade sem instrução"* e nem mesmo *"(...) progresso material"*. Cobrar dos governantes a realização do *"ideal"* da instrução das massas, segundo o autor, era um dever de todos aqueles que tinham uma *"parcela da autoridade moral e intelectual"* no país.[145]

De acordo com a avaliação de Frota Pessoa, o desapreço pela instrução durante a monarquia não teria sido grande mal, pois num regime em que *"a graça de Deus"* inspiraria *"governantes e governados",* a ignorância *"era quase um bem"*. Mas em um *"regime democrático"* como o republicano, o analfabetismo das massas era como privar o organismo animal de alimento. Combater a *"ignorância popular, fomentada e cultivada pelos poderes públicos"* era o ponto de partida para a concretização de um regime democrático – algo impossível naquele presente ou em um futuro próximo.

O próprio Bomfim, no livro elogiado por Frota Pessoa, foi enfático ao afirmar que o verdadeiro problema do Brasil não era racial, mas a falta de *"instrução popular",* o que seria *"curável, facilmente curável"*. [146] Em outras ocasiões públicas, insistiu na mesma questão, como na revista *Kosmos,* ao elogiar um discurso de Bilac realizado na Academia Brasileira de Letras em 1904. Nesse discurso, em homenagem a Afonso Arinos, Bilac defendeu a instrução do povo e a *"democracia social"* como únicas formas para a *"realização da justiça e da fraternidade humana"*. Segundo Bomfim,

---

[144] **Frota Pessoa** nasceu na cidade de Sobral/CE, em1875 e faleceu no Rio de Janeiro/RJ, em 1951. Sobre esse autor encontramos poucas informações. Sabemos que foi literato, professor e político, tendo exercido os cargos de subdiretor da instrução no Distrito Federal entre 1928 e 1932, além de presidente da Associação dos Professores Primários do Rio de Janeiro. Teve o primeiro conto ("Girão") premiado em um concurso da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, onde morava, em fins do século XIX. Foi citado por Curvelo de Mendonça em artigo no Almanaque Brasileiro Garnier de 1905 como um dos autores que vez por outra dava voz às doutrinas socialistas e preocupava-se com as questões sociais.

[145] Frota PESSOA. América Latina. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1907. p. 335.

[146] Manoel BOMFIM. *América Latina. Males de origem.* Rio de Janeiro, Topbooks, 1993. [1ª edição, 1905] p. 267 p. 299-351

muitos ouvintes estranharam o poeta, outrora boêmio, mas para ele foi nesse momento em que Bilac *"melhor afirmou a sua personalidade"*. [147]

O elogio foi retribuído por Bilac quando comentou no *Correio Paulistano* – em sua coluna cativa intitulada *Diário do Rio* – o projeto de Manoel Bomfim que propunha uma ampla reforma da Instrução Pública. A crítica do autor ao governo que não cumpria suas atribuições foi bem mais ácida do que a que saiu nas páginas da *Kosmos.* Segundo ele, ao avaliar o projeto elaborado por um especialista no assunto (Bomfim), os deputados enveredaram-se por *"chavões e banalidades"*, preocupados que estavam em *"tratar das fábricas de bacharéis"*:

> Decididamente, não se quer compreender que o Estado só tem um dever, em matéria de instrução: o dever de sustentar e disseminar o ensino primário. (...) O que importa à salvação pública, ao decoro do país, à dignidade nacional e ao futuro da nacionalidade, é que, no Brasil, todos os cidadãos saibam ler. [148]

Ganhava coro, assim, um descontentamento quanto ao não cumprimento de uma demanda que, por princípio, deveria ser contemplada pelo Estado, mormente por governos organizados sob o regime republicano. A negligência quanto à instrução primária e quanto à "causa pública" da nação faziam com que esses intelectuais traçassem linhas de continuidade entre a monarquia e a jovem república.

Ao comentar um projeto de lei sobre o retorno dos restos mortais de D. Pedro II e da Imperatriz Thereza Christina ao Brasil, Bilac minimizou os receios da restauração, argumentando que os próprios monarquistas – *"pobres almas"* – já haviam entendido que pouca coisa havia mudado: não havia sangue nem motins, *"os burgueses trabalhavam, os políticos especulavam, os jornalistas pediam empregos públicos e os poetas sonhavam"*. Vendo que os meios para lhes assegurar a fortuna seriam garantidos e que não haveria patíbulos, os monarquistas teriam aderido com *"calmo silêncio sorridente"* à República:

> Foram vivendo e sorrindo, vendo que dos velhos abusos nasciam novos, que, sob formas várias, as paixões eram as mesmas, e que, se o regime havia mudado, não havia mudado a essência da política. Com o correr dos tempos, essas almas timoratas foram assaltadas por outros terrores. Desencadearam-se revoltas sobre revoltas, ferveram ambições, entrechocaram-se partidos, fez-se do estado-de-sítio

[147] Manoel BOMFIM. Olavo Bilac. *Kosmos*, Ano I, abril, 1904.
[148] Olavo BILAC. O ensino público. *O Correio Paulistano.* 08/07/1907 In: Antonio DIMAS. *Bilac, o jornalista. Crônicas, vol. 2.* São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de SP/EDUSP/Ed. UNICAMP, 2006. p. 83

> um Estado no Estado, puseram-se rebeliões sobre anistias e anistias sobre rebeliões – e tudo ficou sendo o que era no tempo do Império, e as almas tímidas descansaram.[149]

Pouca coisa teria mudado, logo, não haveria inimigos nem motivos para temer a restauração da Monarquia, àquela altura, de acordo com Bilac, literalmente um *"cadáver"*. Como muito pouca coisa teria mudado os monarquistas teriam aderido à República, com seus privilégios mantidos. Além disso, a família imperial, *"gente ajuizada e cauta",* acostumada a viver na Europa, desfrutando da paz, do ócio e da fortuna, e, dessa forma, *"(...) pouco disposta a vir meter-se em complicações (...)" no Brasil.* Realizando uma retrospectiva do passado recente e referindo-se às lutas no governo de Floriano Peixoto, das quais participou ativamente, Bilac guardava a certeza de que aquela não era a República pela qual tinha lutado.[150]

Foi nesse sentido que a morte do político João Pinheiro[151] deu ensejo para que Gonzaga Duque, na *Kosmos,* e Pedro Couto, no *Almanaque Garnier,* manifestassem suas posições de descontentamento em relação à república e suas expectativas quanto ao que deveria ser realizado.[152]

Pedro Couto, que se identificou como um republicano radical ao lamentar a morte do político capaz *"de uma ação governativa firme e útil",* empreendeu uma dura crítica aos que exploravam a república. Infelizmente, a morte teria levado aquele que estava em plena ação e poderia salvar a república do *"descalabro"* em que se encontrava, estado ao qual se teria chegado através de uma *"política de competições estreitas e de gastos loucos"*.

Ainda de acordo com o autor, a morte de João Pinheiro representava uma grande perda para o país, pois *"sentia ele muito bem quanto tem sido desvirtuada a República, quanto os homens que a tem dirigido não a tem amado, provocando o Estado de desânimo que os tímidos, os irresolutos e os sem crença afirmam*

---

[149] Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos*. Ano III, julho, 1906.
[150] *Idem, ibidem.*
[151] **João Pinheiro** nasceu em 1860 em Minas Gerais e morreu em 1908 no mesmo local. Em 1906 foi eleito presidente do Estado de Minas pelo Partido Republicano Mineiro. De acordo com as informações de Eliana Dutra, era um republicano convicto, que pautou sua administração em princípios técnicos e científicos de cunho positivista. Promoveu também mudanças na área da educação laica, da educação para o trabalho e da educação conjugada à pesquisa científica, visando o progresso técnico e industrial. Também implementou medidas a fim de modernizar a agricultura e a indústria. Ver Eliana DUTRA. *Rebeldes literários da república. Op. Cit.* p. 76
[152] Gonzaga Duque. Crônica. *Kosmos,* ano 5, nº 10, outubro, 1908; Pedro COUTO. Machado de Assis, Aluízio Azevedo e João Pinheiro. *Almanaque Brasileiro Garnier*, Rio de Janeiro, 1910. p. 379-380.

diariamente". Inspirado na trajetória do morto, criticou ainda a *"revivescência de hábitos aristocráticos",* o *"clericalismo torvo e hipócrita", "o esbanjamento de dinheiros públicos",* que considerou como os elementos deturpadores do regime republicano. Não deixou, ainda assim, de reforçar que não se poderia desanimar: *"Retemperemo-nos. Os fortes se fazem lutando. E os republicanos devem ser fortes para salvar a República".*[153]

Mas mesmo antes de morrer, em outubro de 1908, João Pinheiro já era alvo da admiração de Bilac, dessa vez no *Correio Paulistano*. Em uma crônica com o sugestivo título de "O anticristo", o autor ressaltou que Pinheiro seria uma exceção, pois seus discursos não continham cinismo, máximas indiferentes, promessas vazias que todos sabiam que nunca poderiam ser cumpridas – características de quase todos os políticos da época. Essa atitude corajosa de dizer o que pensava e executar o que dizia seria uma das grandes virtudes do homem que naquele momento era o Presidente do Estado de Minas Gerais.

Demonstrando um entusiasmo com as questões políticas distinto daquele que perpassava suas crônicas na *Kosmos*, Bilac disse ser cada discurso de João Pinheiro *"(...) uma ardente profissão de fé republicana, - e isso é positivamente uma cousa extraordinária, num regime que, habitualmente, de republicano só tem o nome"*. E, então, reproduziu algumas das palavras proferidas pelo próprio em um banquete que lhe ofereceram em Belo Horizonte, poucos dias antes da publicação da crônica. Desse trecho Bilac sublinhou os valores que, segundo ele, infelizmente, estariam esquecidos:

> Praticar a liberdade querendo o povo religioso, mas sem preferência legal por nenhum dogma; tornar a justiça protetora e ao alcance de todos; não votar medidas em favor de classes tornadas privilegiadas, sejam quais forem, porque nem merecimentos, nem aptidões, nem opiniões científicas discutíveis tiram sua autoridade dos decretos, mas de livre aceitação das consciências; ter como critério de todos os atos do governo o exame e respectivo fim e utilidade para o povo, em cujo nome as leis são votadas, pois dele e por ele exclusivamente tira o regime republicano sua legítima superioridade; é esse o dever do Congresso.[154]

Ali, segundo Bilac, não haveria somente palavras, mas um verdadeiro programa de governo, afirmado e cumprido. João Pinheiro teria tornado a justiça gratuita e acessível a ricos e pobres, estabelecido a educação laica nas escolas públicas,

[153] Pedro COUTO. Machado de Assis, Aluízio Azevedo e João Pinheiro. *Op. Cit.*
[154] Trecho do discurso de João Pinheiro – proferido poucos dias antes da publicação dessa crônica de acordo com Bilac – num banquete oferecido ao político em Belo Horizonte e citado por Olavo Bilac. Olavo BILAC. O anticristo. In: *Correio Paulistano.* 22/09/1907.

observando e respeitando o que determinava a *"Constituição Republicana do Brasil"*. Mas por ser a Constituição tão violada, quando um estadista resolvia cumpri-la era visto como um *"maluco revolucionário", "animal raro"* ou *"pavoroso anti-cristo"*. [155]

Do mesmo modo que seus colegas citados até aqui, José Veríssimo também manifestou seus descontentamentos ao expressar preocupações quanto à unidade territorial do país diante do *"exagerado, artificial e frágil federalismo"* republicano, destacando a fragilidade da unidade nacional que a configuração desse regime teria imprimido. Era preciso promover *"uma unificação moral e social"* do país sem a qual uma identidade nacional era impossível.[156] A profusão de textos sobre território, folclore, história e símbolos nacionais publicados no *Almanaque Garnier* e na *Kosmos* nos dão a dimensão do envolvimento desses intelectuais com a política e com os rumos da pátria.

O mesmo autor voltou ao tema ao criticar a *"preguiça intelectual"* generalizada que aceitava dogmas como *"ordem e progresso",* fruto da vitória de *"grupo de sectários"* positivistas sobre o *"sentimento nacional"*. Grupos que nem os medrosos *"monarquistas-sebatianistas"* nem os timoratos *"republicanos-democratas"* teriam tido coragem de censurar. A frase - *"síntese da asseveração de Auguste Comte"* - seria uma *"banalidade"* repetida por vários pensadores e políticos, na medida em que seria *"a mesma base e razão de ser de toda a sociedade e do Estado"*. Se um princípio universal não serviria para singularizar uma nação, mais despropositado ainda era tê-lo estampado na bandeira nacional.[157]

É possível ainda mencionar outros exemplos de críticas desses intelectuais ao poder constituído. Demonstra-se, assim, que em relação à intervenção intelectual na primeira década do século XX também houve espaço para a expressão do descontentamento com a república, além, é claro, de todo o investimento em traçar os caminhos da nação. Perspectiva que dividiu espaço com uma otimista crença no progresso. Contabilizando os saldos das reformas urbanas iniciadas em 1904, Bilac concluiu que os brasileiros não teriam mais do que se envergonhar:

---

[155] *Idem, ibidem.*
[156] José Veríssimo. Heresia política. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1905. p. 279-281
[157] José Veríssimo. Heresia sociológica. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1907. p. 271-273

> Não somente readquirimos a importância política que tínhamos durante o Império, como ganhamos nova força e nova consideração (...) E já não é somente na América que o nosso nome brilha, respeitado e amado: toda a Europa compreende que uma nova nação, de incalculável energia, se levanta agora aqui (...) disposta a aproveitar os opulentos recursos que até agora mantinha inaproveitados e desprezados.[158]

A crença no progresso e os debates em torno dos descaminhos da república não foram tendências excludentes. O engenheiro Erverado Beckheuser, por exemplo, ardoroso defensor das reformas urbanas, ao publicar na revista *Renascença* um grande artigo sobre os cortiços e favelas e caracterizá-los, bem como seus habitantes, de forma negativa, não deixou de atentar para o abismo social que havia na cidade, espelho da nação, sede do poder republicano:

> É interessante fazer notar a formação dessa pujante aldeia de casebres e choças no coração mesmo da capital da república, eloqüentemente dizendo pelo seu mudo contraste a dois passos da Grande Avenida, o que é esse resto de Brasil pelos seus milhões de quilômetros quadrados. [159]

A questão da habitação popular também foi alvo da pena de Bilac na *Kosmos*, que chamava a atenção para a urgência de se construírem casas com recursos públicos para a *"gente pobre"* ao longo das margens da estrada de ferro, pois esse investimento frutificaria *"em vidas, em trabalho, em civilização, em maior glória da nossa terra, em orgulho da nossa raça"*. [160] Para ele, a construção de moradias populares deveria fazer parte do projeto de modernização da Capital, o que não aconteceu. Recorreu à ironia ao propor que os *"pobres"* que não tivessem habitação morassem em acampamentos montados nos locais mais valorizados da cidade, já que as autoridades competentes nada faziam:

> (...) com as demolições e reconstruções (...) houve no Rio uma verdadeira "crise de habitação". O número de casas habitáveis diminuiu (...) porque a reconstrução é morosa. Além disso, diminuiu especialmente, e de modo notável, o número de casas modestas, destinadas à moradia de gente pobre, - porque, substituindo as ruas estreitas e humildes em que havia prédios pequenos e baratos, rasgando-se ruas largas e suntuosas, em que se edificaram palacetes elegantes e caros. E que fizeram os proprietários dos casebres e dos cochicholos que as picaretas demolidoras pouparam? Viram na agonia da gente pobre uma boa e forte fonte de renda e aumentaram o preço dos seus prédios. É uma crise completa e terrível (...) **A crise**

[158] Olavo Bilac. *Kosmos*, Ano III, nº 8, agosto, 1906.
[159] Everardo Backheuser. Onde moram os pobres. *Renascença*. Ano III, nº 15, maio, 1905.
[160] Olavo Bilac. Crônica. In. *Kosmos*. Ano I, nº 1, janeiro, 1904.

> **existe, e os que tudo podem, os que mandam e governam, os que têm dinheiro e força nada querem fazer em favor dos que não acham onde morar.** (...) Que há de fazer a gente pobre? (...) Se ao menos toda essa gente pudesse morar ao ar livre, sob o teto do piedoso céu, sob o palio misericordioso das estrelas! Transformar-se-iam a Avenida Central, a Avenida Beira Mar, o Campo de S. Cristóvão, o Parque da República, os terrenos acrescidos do Mangue, o Largo do Paço, Copacabana e Tijuca, em imensas caravançarás descobertas, em vastos acampamentos, onde os que não pudessem pagar um conto de réis mensalmente por uma casa, ficassem dormindo ao sereno. [161] (grifos nossos)

No entanto, arguto observador social que era, Bilac apontou os impedimentos dessa "solução", sublinhando o caráter injusto da repressão:

> (...) a polícia é feroz: a lei manda considerar vagabundo todo o indivíduo que não tem domicílio certo, - e não quer saber se esse indivíduo tem ou não a probidade de arranjar qualquer domicílio. Conheceis por ventura (...) cousa mais estupidamente feroz do que esta abominável entidade que se chama A Lei? (...) Bem mais feliz que o homem, é o caramujo, que já nasce com a sua casa às costas, e que a leva consigo onde vá (...)[162]

Porém, se havia descontentamento com os descaminhos republicanos, como afirmaram Bilac - de forma velada na *Kosmos* e mais clara em outros periódicos, como a *Gazeta de Notícias* - e Curvelo de Mendonça no *Almanaque Garnier*, ele não implicou o abandono na arena política e tampouco do compromisso com a pátria.

Acompanhamos alguns testemunhos explícitos de intelectuais sobre a necessidade de agir e dar novo rumo à nação, o que lhes conferiu certa sintonia. O desabafo do autor na *Kosmos* é emblemático nesse sentido. Na mesma revista, chegou a desculpar-se[163] com os leitores por abordar assuntos que nada tinham de artísticos, como a varíola e a Revolta da Vacina[164]. Nem por isso, entretanto, deixou de introduzi-los em seus textos, defendendo que a arte, naqueles tempos, não deveria estar distanciada da realidade. E, se a revista era artística, nela também deveriam ter lugar as paixões e lutas de seu tempo.

> Melhor seria, talvez, que nestas colunas só pudessem achar agasalho as coisas da Arte e do Sonho – alguns versos de amor, algumas páginas de crítica, algumas

[161] Olavo BILAC. Crônica. In: *Kosmos*. Ano 4, nº 10, outubro, 1907.
[162] *Idem, ibidem.*
[163] Note-se que o autor também utilizou esse recurso retórico para falar de política na Gazeta de Notícias.
[164] Ver Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos*. Ano II, nº 9, setembro, 1905; Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos*. Ano IV, nº 4, abril, 1907; Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos*. Ano V, nº 5, maio, 1908.

> espantas reproduzindo perfis de mulheres, aspectos da Natureza, recantos pitorescos e calmos da cidade e do campo. Assim, *Kosmos* seria um oásis em que as almas viessem repousar e sorrir um pouco, entre uma conquista e uma decepção, esquecendo o que a vida tem de rude ou triste. Mas a Arte não é, como querem alguns sonhadores ingênuos, uma aspiração e um trabalho à parte, sem ligação com outras preocupações da existência. Todas as preocupações humanas se enfeixam e misturam de modo inseparável. As torres de ouro e marfim, em que os artistas se fecharam ruíram desmoronadas. A Arte de hoje é aberta e sujeita a todas as influências do meio e do tempo (...) Somente um louco – ou um egoísta monstruoso – poderá viver e trabalhar consigo mesmo, trancado a sete chaves dentro do seu sonho, indiferente a quanto se passa, cá fora, no campo vasto em que as paixões lutam e morrem, em que anseiam as ambições e choram os desesperos, em que se decidem os destinos dos povos e das raças (...) Uma revista, que se fundasse, no Brasil, para exclusivamente cuidar de coisas de Arte, seria absurda. [165]

Assim, mesmo que decepcionados com a república pela qual haviam lutado, antes e depois da Proclamação, boa parte dos intelectuais cotejados na pesquisa publicou livros didáticos e/ou defendeu a educação primária como obrigação do Estado, envolvendo-se com o magistério e com os órgãos gestores da instrução pública. Mas, principalmente, atuaram vigorosamente na imprensa, ciosos do papel que a história e a cultura associadas a conteúdos nacionais, tinham como instrumento de construção da nação e da própria república.[166]

> Naquele momento, a esfera da cultura era um solo bastante fértil para a elaboração de projetos de intervenção social. Não por acaso, a ela e ao intelectual foram conferidos papéis de destaque naquela sociedade, o que por sua vez estava associado a uma idéia muito difundida na época de que a educação era um (ou o mais) poderoso instrumento de transformação social. [167]

Esses registros, aliados ao mapeamento das colaborações que se dedicaram profundamente a refletir sobre o Brasil no *Garnier* e na *Kosmos*, evidenciam o quanto alguns intelectuais estavam profundamente comprometidos com a construção da nação. Contribuem, portanto, para compor um perfil mais complexo, politizado e intercambiante das relações entre a *"república das letras"* e a *"república da política"*.

---

[165] Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos.* Ano I, nº 11, novembro, 1904.
[166] Os trabalhos aqui citados de Tânia Regina de Luca sobre a Revista do Brasil e de Eliana Dutra sobre o Almanaque Garnier são emblemáticos nesse sentido. Ver bibliografia.
[167] Angela de Castro GOMES. *Essa gente do Rio. Op. Cit.* p. 21 e 22.

Todavia, ainda estão por fazer estudos sobre as trajetórias intelectuais e as redes de sociabilidade de figuras importantes no meio intelectual da época, como Mario Behring e Olavo Bilac. As dicotomias estabelecidas pela historiografia entre os intelectuais que teriam se integrado ao sistema de consagração e se aproximado do poder e os que teriam permanecido à margem, lutando, não contemplam as próprias relações estabelecidas entre esses intelectuais. Podemos tomar como exemplo o caso de Lima Barreto e Olavo Bilac, que embora fossem amigos, foram colocados em pólos opostos pela bibliografia específica, como fez Nicolau Sevcenko. Lima Barreto foi um dos que votou em Bilac na eleição do *"príncipe dos poetas brasileiros"* feita pela revista *Fon Fon* – fato determinante para a consagração de Bilac. Este, por sua vez, tentou ajudar Lima a publicar seus livros, como se pode comprovar através de um bilhete de Bilac a Lima em 1911. Nele, Bilac dava notícias de suas negociações com o livreiro Francisco Alves, junto ao qual tentava interceder com o objetivo de publicar a segunda edição de *Recordações do escrivão Isaias Caminha: "Quarta-feira, meio-dia. Meu caro L. Barreto./Falei hoje ao Alves, que me disse: "Em princípio a coisa está feita; mas não pode ser já, senão daqui a alguns meses". Insisti , mas em vão. Desculpe o fracasso da boa vontade do seu muito admirador/Bilac."* [168]

É exatamente no sentido de matizar a atuação intelectual na primeira década do século XX que tais colocações servem de mote para um rico diálogo com uma determinada vertente da historiografia que afirma o alheamento político dos intelectuais como uma das características mais marcantes do período. Essa tese tem como principal referência a obra *Os bestializados*, de José Murilo de Carvalho, publicada em 1987, na qual o historiador afirma que o movimento de luta pela instauração da república ensejou uma nova atitude dos intelectuais em relação à política. Alguns, como José do Patrocínio, já estariam envolvidos nas lutas pela Abolição da escravidão, mas outros (Bilac, Pardal Mallet e Luís Murat, etc), pela primeira vez, teriam sido movidos à ação política concreta. Após a proclamação, intelectuais baseados na cidade do Rio Janeiro enviaram um manifesto ao governo provisório declarando seu apóio e afirmando uma aliança entre os homens de letras, o povo e a pátria, unidos rumo ao progresso.

Tal entusiasmo teria acabado com o governo Floriano, momento em que teria se dado um racha entre os intelectuais. Alguns dos entusiastas, mencionados acima, foram

[168] Bilhete citado por Raymundo Magalhães Jr, localizado na correspondência passiva de Lima Barreto, Ver Raymundo MAGALHÃES JR. *Olavo Bilac e sua época*,.Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1965. p. 335

presos ou tiveram que fugir da Capital para não serem presos, como Bilac e Guimarães Passos. Apenas Raul Pompéia teria seguido em frente com a empolgação em torno do republicanismo jacobino de Floriano. Alguns meses após a morte de Floriano, em dezembro de 1895, Raul Pompéia se suicidou, o que teria marcado tragicamente a dificuldade de convivência entre a *"República da política"* e a *"República das letras"*.[169]

A expectativa de alargamento da participação política despertada nos intelectuais pela proclamação da República teria sido gradualmente frustrada, sobretudo após as perseguições empreendidas por Floriano, forçando-os a buscarem novas formas de *"inserção no sistema"*. No entanto, segundo José Murilo de Carvalho, desiludidos, *"(...) teriam desistido da política militante"* e se concentrado na literatura, *"aceitando postos decorativos na burocracia (...)"*.[170]

> Algum tempo depois, Nicolau Sevcenko, em estudo que hoje já é um clássico da historiografia, também sublinhou um refluxo na participação dos literatos na política. Ensejando uma abordagem abrangente, o autor também construiu um esquema tipológico para caracterizar os principais grupos intelectuais do momento e suas opções ante as transformações em curso. Os intelectuais engajados na luta republicana e decepcionados com seus descaminhos teriam sido postos de lado pelo regime. Diante desse alijamento que lhes fora imposto, o autor recuperou as principais posições que intelectuais teriam adotado. Então, teriam se consolidado três pontos de vista diferentes entre os literatos sobre a sua própria atuação e sobre a nacionalidade. Olavo Bilac e Coelho Netto, junto dos demais integrantes do grupo dos "vencedores", teriam se associado à configuração excludente do governo republicano naquele momento e, assim, foram contrapostos aos literatos que fariam parte do grupo dos "vencidos". Ao definir o lugar dos vencedores, o autor foi enfático:

[169] José Murilo de CARVALHO. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi.* São Paulo, Cia das Letras, 1987. p. 26-27
[170] *Idem, ibidem.* p. 37

> (...) o filão letrado que se solda aos grupos arrivistas da sociedade e da política, desfrutando a partir de então de enorme sucesso e prestígio pessoal, elevados a posições de proeminência no regime e de guias incondicionais do público urbano (...) Autores da moda porque assumem o estilo impessoal e anódino da Belle Èpoque. (...) Filhos diletos da Regeneração, suas características são evidentes. Ressalta, sobretudo a sua atuação como polígrafos da imprensa. (...) O segredo do seu sucesso, sabiam-no bem, repousava sobre um perfeito ajustamento aos gostos e anseios do público, daí suas temáticas cediças e suas linguagem aparatosa, repontada de retórica.[171]

Enveredando-se pela distinção entre o campo político e o intelectual, Sevcenko argumentou que o grupo dos "vencidos" teria se dividido em duas formas diferentes de atuação. Uma parte teria se limitado a retirar-se dos domínios da política e, como conseqüência, teria abandonado a pena como forma de ação política para a construção da nação, advogando a pureza e o isolamento do mundo exterior – Cruz e Souza teria sido o maior representante dessa vertente. A outra parte do grupo, representada por Euclides da Cunha e Lima Barreto, teria permanecido acreditando no potencial da ação política da literatura, abordando temas profundos em suas obras.

Desse modo, com as possibilidades abertas pelo jornalismo e a necessidade de adequar o labor literário à velocidade do trabalho jornalístico e aos ditames do gosto dos leitores burgueses, os literatos teriam se alijado da política e aderido totalmente às "fantasias da civilização". Tais fantasias teriam moldado os estilos e temáticas da literatura do momento. É certo que na primeira década do século XX intelectuais do grupo dos "vencedores" defenderam (alguns apoiando explicitamente) as ações do governo em prol da civilização e do progresso. No entanto, isso não quer dizer, necessariamente, que fossem "ideólogos do regime" nem que sua produção fosse um reflexo, ou simples variante, do "discurso do regime", como já indicaram Alfredo Bosi e Leonardo Pereira.[172]

Sevcenko apontou tal desengajamento como o início de um processo que teve seu ápice na primeira década do século XX, momento no qual entrariam em decadência

[171] Nicolau SEVCENKO. *Literatura como missão. Op. Cit.* p. 117
[172] Ver Alfredo BOSI. As letras na primeira República. *Op Cit*. p.296 e Leonardo Affonso de Miranda PEREIRA. Uma miragem da República: sonhos e desilusões de um grupo literário. IN: Virgínia C. CAMILOTTI (org.) *República, Liberalismo e Cidadania.* Piracicaba, Ed. Imep, 2003. p. 70

"valores nobres" da sensibilidade romântica: a frivolidade e o artificialismo derivados do desenvolvimento da técnica e do enriquecimento teriam passado a predominar.[173]

Esse destaque conferido ao pretenso esvaziamento político e à proximidade passiva de intelectuais em relação ao governo não considera as tensões e ambigüidades da atuação dos intelectuais na primeira década do século XX. A partir do variado material localizado na revista *Kosmos* e no *Almanaque Brasileiro Garnier,* podemos dizer que os intelectuais listados, alguns dos quais decepcionados, se inseriram naquela "república real", fazendo de suas colaborações em periódicos instrumentos de ação pública e política.

Historiadores como Ângela de Castro Gomes, Tânia Regina de Luca, Mônica Velloso, Leonardo Pereira, João Paulo Rodrigues e Eliana Dutra, baseados em farta documentação, têm sugerido outra forma de conceber esses intelectuais ao considerarem justamente esse afastamento da política formal como um projeto eminentemente político.[174]

Ao colocar em foco um grupo de intelectuais-humoristas também decepcionado com o universo da política institucional – ou com aquele governo que lhes parecia muito distante do interesse público e da democratização social – Mônica Pimenta Velloso demonstrou outras possibilidades de intervenção intelectual naquela sociedade. Através do humor e da caricatura esse grupo de intelectuais formado por Bastos Tigre, Emílio de Menezes, Lima Barreto, José do Patrocínio Filho, Raul Pederneiras, Kalixto, J. Carlos, Storn, Yantok e Julião Machado,[175] debateu o papel do intelectual, a modernidade, o status da arte, a própria política e a nação, elaborando, por exemplo, uma outra narrativa para a história do país, baseada no humor. A expressão de idéias e propostas através do humor também constituiu uma das faces da intervenção intelectual naquela sociedade. Não menos política por ter utilizado como instrumentos principais o traço e o riso.[176]

---

[173] Nicolau SEVCENKO. *Literatura como missão. Op. Cit.* p. 117-118.
[174] Ver bibliografia.
[175] Emílio de Menezes colaborou no *Almanaque Garnier* e Raul Pederneiras e Kalixto eram assíduos colaboradores da *Kosmos*, ilustrando várias crônicas e contos. Julião Machado, por sua vez, era muito amigo de Bilac, tendo fundado com ele duas importantes revistas: *A cigarra* e a *Bruxa.* Estava presente na homenagem realizada no *Palace-Theatre,* em 1907. Essas observações ajudam a adensar o argumento de que esses intelectuais circulavam por vários espaços.
[176] Mônica Pimenta VELLOSO. *Modernismo no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Editora Fundação Casa de Rui Barbosa, 1996. p. 155-157; p. 34; p. 212-213.

Eliana Dutra, por sua vez, através de uma densa pesquisa no *Almanaque Brasileiro Garnier,* mostrou intelectuais mobilizados em torno de um projeto de formação de um público leitor, processo no qual conteúdos nacionalistas e republicanos foram acionados de maneira estratégica.[177]

Nesse mesmo aspecto, Leonardo Pereira ajudou a situar e a complexificar ainda mais as formas de intervenção intelectual no período. Ao mapear a produção relativa ao carnaval entre o final do século XIX e início do XX, o autor identificou não só a busca desses homens de letras *"por uma identidade nacional profunda"*, como também as constantes afirmações em torno de uma identidade comum para os intelectuais naquele momento. Desse grupo faziam parte intelectuais que, na primeira década do século XX, já haviam atingido pleno reconhecimento, como Coelho Netto, Alcindo Guanabara, Guimarães Passos e o próprio Bilac.[178]

Tal construção identitária, visualizada por Pereira, pode ser identificada também no discurso proferido por Bilac que analisei.[179] Percebe-se que a unidade que Bilac conferiu à sua geração estava vinculada à vivência de experiências em comum (como a luta pela abolição e pela república) e à convergência acerca do papel que o homem de letras deveria desempenhar em relação à nação. Em meio a conflitos e divergências, inclusive estéticas, o amálgama dessa identidade reside justamente na (auto) afirmação de que cabia a esses homens a definição de um projeto para a nação – o que se desdobrou em inúmeras polêmicas em torno das definições do que constituiria esse projeto. [180]

Ainda segundo Pereira, essa auto-representação que os diferenciava da sociedade e das *"camadas incultas"* como os tutores da nação foi elaborada a partir do próprio prestígio social conquistado por esses homens na sociedade, fosse através dos livros publicados, das conferências e/ou da atuação na imprensa. Portanto, reconheceram a necessidade de intervenção na sociedade e de disseminação de sua *"mensagem civilizadora"*, dando corpo à *"missão pedagógica"* que se auto-atribuíam.[181]

---

[177] Eliana DUTRA. *Rebeldes literários da república. Op. Cit.*
[178] Leonardo Affonso de Miranda PEREIRA. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX.* Campinas, Ed. UNICAMP, 2004. p. 31-33
[179] Olavo BILAC. Discurso no Palace-Theatre. *Op. Cit.*
[180]Leonardo Affonso de Miranda PEREIRA. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX.* Campinas, Ed. UNICAMP, 2004.p. 32-33
[181] *Idem.* p. 34; p. 45-48.

Nitidamente, o clima intelectual da primeira década do século XX, que conjugava, como visto anteriormente, desilusão, críticas e intervenção intelectual, coloca em evidência uma dinâmica distante da imagem geralmente atribuída ao período pela historiografia, que o identifica a um momento em que a "república oligárquica e excludente" teria eliminado os espaços de participação política, relegando os intelectuais ao afastamento ou à simples cooptação.

Em outros termos, uma atuação intelectual que a princípio parece contraditória ou desengajada pode ser interpretada sob outro prisma, uma vez que, em última análise, as ambigüidades se apresentam antes como regra que como exceção. O momento foi marcado, portanto, por muitas propostas, tensões e acomodações, relacionadas ao processo de consolidação de uma nova ordem política, como observado por Eliana Dutra.[182]

2.2 Além da *Belle Époque:* o compromisso com a construção da nação

Uma das conseqüências da compreensão da atuação intelectual na primeira década do século XX sob um outro ponto de vista que não o do esvaziamento político é a constatação de que o termo "República Velha" está longe de dar conta da diversidade dos debates, iniciativas e propostas do momento. E tampouco *"Belle Époque"* – que evoca a idéia de harmonia, beletrismo, otimismo, cópia do estrangeiro e de exotismo – , do ponto de vista literário e cultural, comporta o investimento intelectual em divisar um conjunto de características que pudesse particularizar o país.

Esses termos, no que dizem respeito à produção e à atuação intelectual, foram construídos a partir de comparações valorativas com a "geração de 1870" e com a "vanguarda paulista de 1922". Tanto uma quanto a outra aparecem na historiografia associadas às idéias de ruptura, modernidade, transformação e luta política, remetendo também a marcos cronológicos fundadores, como república, abolição e Escola do

[182] Eliana DUTRA. *Rebeldes literários da república. Op. Cit.* p. 60

Recife; tenentismo, modernismo e comunismo, respectivamente.[183] Essa "geração", todavia, viu algumas de suas aspirações se concretizarem, embora tenha compreendido, posteriormente, que tais mudanças não levaram às transformações que desejaram e pelas quais lutaram. Tomar a "geração de 1870" como modelo de atuação intelectual faz com que se veja alheamento e esvaziamento político na primeira década do século XX. O mesmo ocorre quando a atuação da vanguarda paulista de 1922 é concebida como modelo e marco de ingresso do país na modernidade.[184]

Nesse sentido, para que se possa analisar o investimento na formação cultural do Brasil na primeira década do século XX é necessário também estabelecer um diálogo com a tese historiográfica que se refere à chamada *Belle Époque* como momento no qual os intelectuais da Capital Federal estavam voltados para a europeização dos costumes, o que teria motivado uma profunda rejeição às manifestações culturais associadas a um *"Brasil antigo e africano"*.[185] Essa tese se fundamenta também nos desdobramentos relacionados ao processo de controle dos libertos pelo Estado após o fim da escravidão.

Os debates (e ações) acerca da repressão à ociosidade, que se seguiram à lei de 13 de maio de 1888, giraram em torno das estratégias a partir das quais se poderia organizar e disciplinar o mundo do trabalho. Foi nesse contexto que ganhou terreno a associação do termo "classes perigosas" aos libertos e seus descendentes, como apontou Sidney Chalhoub.[186] Vários estudos já demonstraram a contundência do aparato repressivo em relação à população afrodescendente no início do século XX, bem como às manifestações populares em geral.[187] Não pretendemos de forma alguma negar o caráter repressivo do poder público – acentuado, sobremaneira após a lei do ventre livre – em relação aos egressos do cativeiro e seus descendentes. Contudo, essa não foi questão abordada nas páginas do *Garnier* e da *Kosmos*, o que nos permite pensar na

[183] Tânia Regina de LUCA. *A Revista do Brasil. Op. Cit.* p. 20-23
[184] *Idem, ibidem.*
[185] Ver nessa perspectiva: Nicolau Sevcenko. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.* São Paulo, Brasiliense, 1983; Needell, Jeffrey. *Belle Époque tropical.* São Paulo, Cia das Letras, 1993 [1ª edição, 1987]; Velloso, Monica Pimenta. *Tradições populares na primeira década do século XX.* Rio de Janeiro, FUNARTE, 1988.
[186] Sidney CHALHOUB. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial.* São Paulo, Cia das letras, 1996. p. 24-25.
[187] Sidney CHALHOUB. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1996; Monica Pimenta VELLOSO. *Tradições populares na primeira década do século XX.*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1988; Martha Abreu ESTEVES. *Meninas Perdidas, os Populares e o Cotidiano do Amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque***.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; Sidney CHALHOUB. *Cidade febril. Op. Cit.*

existência de outras mediações a respeito da valoração das manifestações culturais associadas aos negros e mestiços no início do século XX.

Assim, para além da afirmativa de que essas manifestações teriam sido largamente desvalorizadas e condenadas no meio intelectual, mais recentemente surgiu uma outra que buscou explicar o interesse dos intelectuais por manifestações culturais justamente associadas a esse Brasil antigo e africano como uma moda de exotismo e regionalismo que teria tomado conta da cidade. Esse voltar de olhos teria tomado lugar não só no âmbito do mundo letrado, mas também no teatro de revista, nos espetáculos musicais e na nascente indústria fonográfica.[188] Tal modismo derivaria somente de uma certa familiaridade patriarcal com a África por parte da classe dominante que fora *"(...) acalentada por negras e vivia rodeada por empregados negros, tendo testemunhado de perto a escravidão (...)"* e guardaria certa nostalgia daqueles tempos.[189]

Embora reconhecendo que o chamado "gosto pelo exótico" – também uma moda européia – tenha existido e deva ser considerada sua presença, não é o bastante para que se possa compreender tal interesse, até porque havia muitas motivações internas envolvidas nesse processo, como a projeção do futuro do Brasil tal qual uma nação dotada de originalidade e nos trilhos do progresso.

Ainda que as fontes deste trabalho sejam compostas em sua maioria, por textos de não-ficção (ou seja, por crônicas, artigos e resenhas), é fundamental determo-nos sobre os trabalhos acadêmicos sobre a literatura da época. Se por um lado apresentam conclusões baseadas, essencialmente, na análise da literatura de ficção, por outro, foram fundadores para os marcos que historiografia construiu sobre a primeira década do século XX, daí sua importância.

Ao analisar a produção do período, estudos que se tornaram fundadores tanto na área de letras quanto na de história, como as obras de Antonio Candido, Alfredo Bosi, Thomas Skidmore, Jeffrey Needell e Nicolau Sevcenko conferiram destaque somente a

[188] Nesta perspectiva, ver: Hermano VIANNA. *O mistério do samba.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995; Santuza Cambraia NAVES. *O Violão Azul, Modernismo e Música Popular*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998; Nicolau SEVCENKO. *Literatura como missão...Op. Cit.* Santuza, assim como Hermano se baseiam para afirmar esse interesse pelas coisas populares, negras e mestiças no estudo clássico de José Ramos TINHORÃO. *Pequena história da música popular*. São Paulo, Art, 1986. O termo *"gosto pelo exótico"* é utilizado por Tinhorão.
[189] Jeffrey NEEDELL. *Belle Époque tropical*. São Paulo, Cia das Letras, 1993. p. 71

algumas figuras, que seriam as exceções da época: Euclides da Cunha e Lima Barreto na literatura e Manoel Bomfim e Alberto Torres no pensamento social.[190]

Assim, a premissa de que as principais marcas da literatura do período que vai, grosso modo, de 1900 a 1922 teriam sido o afrancesamento, a superficialidade, frivolidade e a cópia do estrangeiro fizeram eco tanto nos estudos da área de letras como nos da área de história.

Em trabalho publicado em 1965, referindo-se à literatura, Antonio Candido afirmou que a sua história no século XX poderia ser dividida em três períodos: de 1900 a 1922, de 1922 a 1945 e de 1945 em diante. De acordo com a avaliação do autor, a primeira fase se caracterizaria eminentemente por uma literatura de *permanência,* pois dedicada à conservação e à elaboração dos elementos desenvolvidos depois do Romantismo, sem produzir nada de novo ou de original. Logo, de 1900 a 1922 teria predominado uma literatura que teria se satisfeito em acomodar-se nessa conservação. O autor concluiu, então, que o século literário só teria começado, de fato, com o modernismo, em 1922.[191]

Para Antonio Candido, a produção literária da primeira década do século XX, que se enveredou pelos caminhos das "coisas típicas" e da "cor local", *"(...) ilustra bem a posição dessa fase que procurava, na sua vocação cosmopolita, um meio de encarar com olhos europeus as nossas realidades mais típicas."* [192] Ao mesmo tempo em que reconheceu a existência de reflexões sobre as singularidades nacionais, o autor desvalorizou-as como copiadoras dos modelos europeus.

Mais tarde, em 1980, Candido publicou outro trabalho no qual reafirmou suas posições já destacadas. Até 1930, a literatura predominante se ajustava a uma ideologia de permanência atrelada a um purismo gramatical que cristalizava a língua e adotava o modelo da literatura portuguesa. Assim, *"essa literatura correspondia às expectativas*

---

[190] Antonio CANDIDO. Literatura e cultura de 1900 a 1945. IN: Antonio CANDIDO. *Literatura e Sociedade*. SP, Cia Editora Nacional, 1965; Antonio CANDIDO. Literatura e Subdesenvolvimento. In: *Argumento*. RJ, 1 (1): 20-21, 1973; Antonio CANDIDO. A Revolução de 1930 e a cultura. In: *A Educação pela Noite e outros ensaios*. SP, Ática, 1980. Alfredo BOSI. *O Pré-modernismo*. SP. Cultrix, 1966; Alfredo BOSI. As letras na Primeira República. In: Boris FAUSTO. *Histórica Geral das Civilizações. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições. (1989-1930)*. RJ, Bertrand Brasil, 1990. Alfredo BOSI. *História Concisa da Literatura Brasileira.* São Paulo, Cultrix, 2003; Thomas SKIDMORE. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento social brasileiro.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; Jeffrey NEEDEL. *Op. Cit;* Nicolau SEVCENKO. *Op. Cit.*

[191] Antonio CANDIDO. Literatura e cultura de 1900 a 1945. *Op. Cit.* 1965. pp. 134-135.

[192] *Idem, ibidem* p. 113-114

oficiais de uma cultura de fachada, feita para ser vista pelos estrangeiros, como era em parte a da República Velha".[193]

Alfredo Bosi, por sua vez, publicou em 1966 a obra *O pré-modernismo.* Ao atribuir ao termo *pré* o sentido de antecipação temática e estética do que veio depois com o modernismo de 1922, conservou a noção que qualificava o período pré-1922 a partir de parâmetros externos e posteriores. Embora tenha valorizado a produção literária do período, até então associada à idéia de inferioridade, continuou a avaliá-la como boa ou ruim se estivesse mais ou menos próxima dos padrões modernistas de 1922.

Na década seguinte, o mesmo autor voltaria ao tema em *História Concisa da Literatura Brasileira*, trabalho no qual ratificou essas premissas, destacando os autores que mais bem teriam anunciado o que ainda estava por vir: os romances de Graça Aranha e Lima Barreto, o ensaísmo social profundo de Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Lima e Manoel Bomfim e a aproximação das "coisas nacionais" feita por Monteiro Lobato. Esses autores (e apenas esses) teriam sido capazes de movimentar as *"águas paradas"* da literatura e do pensamento social da primeira década do século XX, pois teriam trazido à tona, antes dos modernistas, os grandes problemas nacionais.[194]

Ao caracterizar a produção literária do período, Bosi destacou o seu aspecto negativo, usando termos como *"escassez de criatividade e invenção*", *"atmosfera rarefeita"*, *"pedantismo*", "vulgaridade" e apontando 1922, portanto, como a grande ruptura nas letras nacionais.[195] Assim, a produção literária criada entre a geração de 1870 e os modernistas paulistas de 1922 permanecia sendo qualificada a partir de parâmetros exteriores a ela. Sem sentido e lógica própria, o momento literário da primeira década do século XX foi caracterizado pelo autor como prenúncio de "1922".[196]

Contudo, no final da década de 1970, o sociólogo Sergio Miceli [197] foi um dos primeiros autores a apontar explicitamente para a necessidade de se repensar a noção dominante acerca da produção intelectual imediatamente anterior a 1922. Ao associar o

[193] Antonio CANDIDO. A Revolução de 1930 e a cultura *Op. Cit* 1980. p. 186
[194] Alfredo BOSI. *História Concisa da Literatura Brasileira. Op. Cit*. p. 171.
[195] Alfredo BOSI. As letras na Primeira República. *Op. Cit.* p. 316
[196] Alfredo BOSI. *O Pré-modernismo. Op. Cit.* p. 35.
[197] Sergio MICELLI. *Poder, sexo e letras na República Velha.* Perspectiva, S. Paulo 1977.

trabalho intelectual às relações de poder e suas filiações políticas, Miceli forjou uma perspectiva de análise a partir da qual os clássicos marcos de ruptura apontados pelos estudos precursores de Antonio Candido [198] e Alfredo Bosi puderam ser redimensionados e problematizados. O sociólogo afirmou também a centralidade do período para a análise do desenvolvimento das condições que propiciaram a profissionalização do trabalho intelectual, sobretudo em sua forma literária, propondo o investimento nas condições sócio-históricas do momento:

> Ao invés de uma fase de estagnação da atividade literária, "uma fase de repouso", de empobrecimento, de esterilidade em nossas letras", nos termos da concepção corrente de hoje se desenvolveram as condições favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, especialmente em sua forma literária, e a constituição de um campo intelectual relativamente autônomo, em conseqüência das exigências postas pela diferenciação e sofisticação do trabalho de dominação. Expurgar esse momento de expansão do campo intelectual do Brasil, relegar os produtores da época tachando-os de "sub-literatos", tratar suas obras segundo critérios elaborados em estados posteriores do campo, em suma transforma-los numa espécie de lixo ideológico, como o fazem certas correntes que não obstante não tem mais quase nada em comum, é o mesmo que desconhecer as condições sócio-históricas em meio as quais se constitui o campo intelectual sob cuja vigência estamos vivendo. [199]

Tanto o livro *"Poder, sexo e letras na República Velha"*, publicado em 1977, quanto seus estudos posteriores contribuíram para que o meio intelectual pudesse ser concebido de outra forma, inter-relacionado às relações sociais e de poder. [200]

Passando dos críticos literários e do sociólogo aos historiadores, percebe-se claramente a influência da cronologia formulada por estudiosos da área de letras, pois autores como Nicolau Sevcenko e Jeffrey Needel, por exemplo, identificaram como tendência dominante uma profunda europeização que desvalorizava "nossas tradições" no início do século XX. Segundo Jeffrey Needell, *"(...) Mais do que nunca, a cultura popular* (...)" teria sido associada ao "(...) *negativismo, na medida em que não compactuaria com os valores da modernidade"* [201]*,* fosse no âmbito da literatura ou do pensamento social.

---

[198] Vale ressaltar a revisão de alguns pontos de vista - ainda que bem sucinta - acerca do tema feita por Antonio Candido no prefácio de *Intelectuais à brasileira,* de Sérgio Miceli. Além disso, tanto Candido quanto Bosi não voltaram-se em suas pesquisas para a análise de periódicos. Ver Sergio MICELI *Intelectuais à brasileira.* São Paulo, Cia das Letras, 2001.

[199] Sergio MICELLI. *Poder, sexo e letras na República Velha.* Perspectiva, S. Paulo 1977. p. 13-14

[200] *Idem ibidem.*

[201] Jeffrey NEEDELL. *Op. Cit.* Na mesma perspectiva ver: Monica Pimenta VELLOSO. *Tradições populares na primeira década do século 20.* Rio de Janeiro, FUNARTE, 1988.

Em 1987, o historiador - um norte-americano interessado na forma através da qual a *"elite carioca"* teria adaptado as idéias da aristocracia européia para manter e promover seus interesses - seguiu os passos de Nicolau Sevcenko, enfatizando a superficialidade e o afrancesamento da literatura e da vida literária na primeira década do século XX.[202]

O brasilianista assinalou que a produção literária da primeira década do século XX expressaria a *"alta cultura de elite"* - reflexo de algo que era exterior aos literatos, à vida literária e à própria literatura produzida por eles. Como desdobramento desse argumento, Needell afirmou que, em busca de ascensão social, os literatos já vinham abandonando a atuação política desde o fim do século XIX, o que teria desembocado no quase total afastamento da política e da crítica social, salvo alguns poucos "heróis" da "geração de 1870", como José Veríssimo, Silvio Romero, Euclides da Cunha e o mais jovem, Lima Barreto. Da mesma forma que Sevcenko, Needell estabeleceu uma tipologia e elegeu alguns homens de letras para exemplificar *"o caráter da literatura da época."* Citou, então, Olavo Bilac, Coelho Netto, João do Rio e Julia Lopes de Almeida – todos colaboradores da *Kosmos, Renascença e Almanaque Garnier* – para exemplificar como o panorama literário da primeira década do século XX no Rio de Janeiro teve como característica fundamental, quiçá unívoca, o apreço pelo decadente, pelo estéril, pelo escapismo e pelo narcisismo. [203]

Assim, os literatos, correspondendo a esse reflexo, teriam passado a produzir uma literatura ajustada aos parâmetros da alta cultura de elite, do fetichismo do consumo e da fantasia da civilização. Incorporando também o marco fundador da brasilidade e da modernidade forjados pelos modernistas paulistas, Needell qualifica negativamente a literatura e a vida literária do período ao afirmar que:

> (...) era estéril em termos nacionais. Seu modelo cosmopolita europeu combinava bem demais com a própria fachada da era. Tal modelo, voltando-se para a vivência urbana, cosmopolita e narcisista da aristocracia e da grande *bourgeoisie*, era uma literatura articulada com a experiência comum às elites urbanas no mundo europeizado como um todo. O novo patamar de riqueza e comunicação alcançado no período fomentou o excesso, a sensualidade, a decadência, o consumo conspícuo e um modelo de vida aristocrático, internacional, centrado em Paris. Assim, para determinadas minorias privilegiadas, a alta cultura do *fin-de-siècle* e a literatura da primeira década do

[202] Jeffrey NEEDELL. *Op. Cit.*
[203] *Idem, ibidem.* p. 70

> século XX adaptavam-se perfeitamente a seu modo de vida. (...) Tratava-se, em tudo, da produção literária compartilhando os piores aspectos da cultura de massa e da cultura de elite: superficialidade e ênfase na vivência e no materialismo caro e voltado para o status. (...) [204]

Tanto Sevcenko quanto Needell acabaram por reforçar a idéia da submissão do mundo letrado ao *"projeto arrivista burguês",* à *"alta cultura de elite"*, seus gostos e desgostos. Nesse sentido, a literatura é subordinada e determinada pelas condições político-econômicas. Literatura e política aparecem, então, como esferas dissociadas pelos dois historiadores, seja no engajamento que apontam como característico da geração de 1870 na luta pela abolição e pela república, seja na submissão dos literatos aos ditames burgueses da década de 1890 em diante.[205] Tal desqualificação, tanto estética quanto política, tem contribuído para apagar um determinado esforço de reflexão sobre o país, que também apontou caminhos a serem seguidos pela nação.

Posteriormente, no texto intitulado "As faces ocultas da I República. Modos de representação do negro na literatura", publicado em 1988, o autor analisou as trajetórias de Lima Barreto e de Cruz e Souza e a condição de renegados imposta aos dois, concluindo que na primeira década do século XX os dois foram efetivamente alijados da consagração. Com a I Guerra, porém, teria havido profundas reviravoltas de paradigmas e, assim, as elites teriam passado rapidamente, por influência direta de Paris, a valorizar a cultura da *"comunidade negra remanescente"*. [206]

No Brasil, Sevcenko ressaltou que esse *"fermento cultural"* penetrou e floresceu de variadas maneiras, destacando dois personagens que teriam sido importantes no processo de valorização da cultura da *"comunidade negra* remanescente" no Rio de Janeiro por parte das elites, antes interessadas somente, segundo ele, na *"fachada europeizada"*. O poeta Paul Claudel e o músico Darius Milhaud, que estiveram no Brasil em missão diplomática entre os anos de 1917 e 1918 seriam esses dois personagens da *"encruzilhada cultural"* que agora se abria para as "coisas negras e mestiças". Os dois artistas franceses chegaram aqui fortemente inspirados por essa *"nova fermentação cultural européia"*, na qual máscaras africanas e o jazz eram referências fundamentais. Ao invés de dar os braços a essas elites e desfilar com elas

---

[204] *Idem, ibidem.*. p. 71
[205] João Paulo Coelho de Souza RODRIGUES. *A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2001. p. 20
[206] Nicolau SEVCENKO. As faces ocultas da I República. Modos de representação do negro na literatura. In: *Revista Tempo Brasileiro.* Rio de Janeiro, nº 95, out-dez., 1988.

pelas fachadas europeizadas da Cidade do Rio, os dois preferiram enveredar-se pelos lugares habitados pelos grupos populares, *"vítimas da Regeneração"*.

Percorrendo esses itinerários, *"foram seduzidos e se apaixonaram em especial pela originalidade e ritmos da comunidade negra remanescente."* Claudel os homenageou em versos. Milhaud inspirou-se no que havia visto nas ruas do Rio e compôs um dos balés mais importantes da época: *"Lê Boeuf sur lê Troit",* que, por sua vez, deu nome a um café na Paris boêmia - lugar onde os idealizadores das vanguardas artísticas da época iam debater as novas tendências como o primitivismo e o purismo. Esse seria o lugar no qual os intelectuais brasileiros *"iam ouvir e falar com louvor daquela cultura que fora renegada no seu meio e que eles acabavam "redescobrindo" em Paris!"*. Para Sevcenko, esse interesse e valorização aconteceram somente depois da I Guerra, com a penetração via "imitação" do modernismo francês, ou seja, a partir estritamente de marcos externos.[207]

Teria sido necessário que um estrangeiro, ou melhor, dois franceses, mostrassem aos brasileiros o que o seu próprio país tinha de autêntico para que os intelectuais brasileiros passassem a valorizar as manifestações culturais de grupos subalternos do seu próprio país. Essa é uma operação de legitimação próxima a que Hermano Vianna sugeriu ter havido entre o poeta francês Blaise Cendars e o grupo modernista de São Paulo nos anos de 1920. [208]

Sevcenko e Needel certamente contribuíram para a elucidação de matizes e clivagens existentes entre os homens de letras no início do século, elaboradas de acordo com as formas através das quais teriam experimentado as novas condições históricas do momento. Seus trabalhos sugerem um panorama do meio intelectual menos homogêneo que o apontado pelos críticos literários já citados, como bem observou Tânia Regina de Luca.[209]

Ainda entre os historiadores preocupados com o meio intelectual do período, não podemos deixar de mencionar o texto "Aspectos históricos do modernismo brasileiro",

---

[207] Nicolau SEVCENKO. As faces ocultas da I República. Modos de representação do negro na literatura. In: *Revista Tempo Brasileiro.* Rio de Janeiro, nº 95, out-dez. 1988. p. 131.
[208] Hermano VIANNA. *O mistério do samba.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995. Ver a esse respeito especialmente o capítulo 6, intitulado "O samba moderno".
[209] Tânia Regina de LUCA. *Op. Cit.* p. 26-27. Também contribuíram para matizar o meio intelectual do período as seguintes obras: Antonio L. MACHADO NETO. *Estrutura social da República das letras. Sociologia da vida intelectual brasileira 1870-1930.* São Paulo, EDUSP, 1973; Flora SUSSEKIND. *Cinematógrafo das letras. Literatura, técnica e modernização no Brasil.* São Paulo, Cia das letras, 1987.

de José Murilo de Carvalho, publicado em 1988.[210] Nesse texto – que é a abertura de um seminário dedicado a pensar a literatura do período – o autor pergunta-se qual a visão que os intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo tinham do Brasil. A visão dos intelectuais localizados na Cidade do Rio teria sido influenciada pela combinação entre a intensa presença do poder público e a marginalização política da maior parte da população, forçando a convivência da ordem com a desordem. Segundo o autor, *"a política era atividade de poucos, e os poucos que se envolviam faziam-no de maneira que não correspondia aos padrões tradicionais de cidadania."* [211] Por outro lado, destacou a abolição da escravidão e a proclamação da república como marcos fundamentais para as reflexões intelectuais sobre o Brasil naquele momento.

Entretanto, segundo o autor, o grande peso do governo e do Estado na capital federal e o fato de, por isso, ter se tornado um *"centro culturalmente cosmopolita, um centro importador e consumidor voraz de produtos da cultura européia"* teria ensejado a mania da imitação da Europa. Seriam raros os intelectuais capazes de *"escapar a esse constrangimento e pensar o Brasil em seus próprios termos"*, como Manoel Bomfim. Ainda de acordo com José Murilo de Carvalho,

> (...) a diversidade social do país e, particularmente, da cidade, era incompatível com o modelo oficial. De fato, como seria possível recuperar a realidade do Rio, sua cultura popular, sua riquíssima cultura popular, se esta cultura tinha muito a ver com a população ex-escrava, com a população negra, com a população marginal? Esta cultura não cabia nos moldes da cultura europeizada do país. Daí as contradições e os bloqueios que se interpunham no caminho da criatividade dos intelectuais. Eles produziam sobre uma base social falsa e enganadora. Consumindo e imitando tudo que vinha de fora.[212]

Contudo, há significativos indícios levantados aqui de que existiram outras mediações no que diz respeito às considerações intelectuais sobre a cultura da população negra e marginalizada. Outros estudos foram fundamentais para que esses indícios fossem localizados e analisados sob outro olhar. Alguns historiadores, como Mônica Velloso e Ângela de Castro Gomes, têm ido mais fundo na avaliação da amplitude e da diversidade do modernismo, assim como das suas continuidades,

---

[210] José Murilo de CARVALHO. As aspectos históricos do pré-modernismo. In: *Sobre o pré-modernismo.* Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. pp. 13-29.
[211] *Idem, ibidem.* p. 15
[212] *Idem, ibidem.* p. 19

conexões, adensando uma instigante crítica à idéia de que os paulistas de 1922 seriam os fundadores da modernidade cultural brasileira.[213]

Assim, os marcos cronológicos consagrados para pensar o modernismo e a modernidade foram extrapolados e seus sentidos, repensados. Isso se deu, inclusive, a partir do questionamento de categorias como pré-modernismo e modernismo de acordo com as tradições intelectuais específicas do Rio de Janeiro, como assinalou Ângela de Castro Gomes.[214]

Ora, diante disso, considera-se que há uma *"multiplicidade de modernidades e modernismos"* a serem pensados como objeto. Afirmar isso significa reconhecer *"a possibilidade de uma variedade de projetos de modernização que se expressariam por numerosas, mas não arbitrárias, estéticas modernistas"*. [215] Termos como nacionalismo, modernismo e modernidade ganharam novos sentidos, uma vez deslindadas suas historicidades, deixando-se de lado um modelo único de nação moderna que teria validade universal - e seria fonte de inspiração - para toda a intelectualidade brasileira.[216]

Nenhum desses autores, porém, nega o papel fundamental que os "paulistas" tiveram na formulação de uma outra idéia de arte e de cultura para o Brasil, mas, sim, apontam para a necessidade de se reavaliação de seu impacto, na medida em que este se deu muito mais em função da estratégia agressiva que utilizaram para divulgar suas idéias de contestação do que da natureza formal das inovações estéticas que traziam em suas obras.[217]

Na semana de Arte Moderna de 1922, os "paulistas" utilizaram-se largamente da *"estratégia do escândalo"* - captada pelo público e pelos críticos como indício de uma *"mudança radical"* – para afirmarem-se como os mensageiros da mudança e portadores do *"paradigma de modernismo e modernidade"* para todo o Brasil.[218]

Mário de Andrade foi enfático ao se referir à produção literária anterior a ele e a sua geração:

---

[213] Especificamente os novos estudos de Mônica Pimenta Velloso, Ângela de Castro Gomes, Tânia Regina de Luca, Eliana Dutra e Martha Abreu na área da História e Eduardo Jardim de Moraes na área da Filosofia têm promovido uma revisão historiográfica em torno da temática do modernismo, da modernidade e da cultura na Primeira República. Ver bibliografia.
[214] Ângela de Castro GOMES. *Essa gente do Rio.Op. Cit.* p.12.
[215] *Idem, ibidem.* p. 12
[216] *Idem, ibidem.* p. 12
[217] Ângela de Castro GOMES. *Essa gente do Rio. Modernismo e Nacionalismo. Op. Cit.*
[218] *Idem, ibidem.*

> Pois então a gente pode ter direito de só pensar na vaidadinha de uma reforma petreca, sem profissão espiritual, jornalista, fazer versos e não esclarecer, aconselhar, quando muito, qual Bilac, pregar mas sem agir? (...) Que fez Bilac de útil quando esteve pregando brasileiradas sem realidade crítica na Academia daqui? Nada. Isto é, fez pior que nada: grelou por esta terra toda a tiririca dum idealismo nacionalista xavier, enviado por tanta lembrança literária. Estamos reagindo contra o preconceito da forma. Estamos matando a literatrice. Estamos acabando com o domínio espiritual da França sobre nós. Estamos acabando com o domínio gramatical de Portugal. Estamos esquecendo a pátria-amada-salve-salve em favor de uma terra de verdade. (...) [219]

Esse paradigma foi posteriormente reafirmado e consolidado por críticos literários e escritores nas décadas de 50 e 60, incluindo-se aí os próprios modernistas paulistas, que construíram uma memória para o "movimento modernista brasileiro" a partir de suas próprias experiências.[220] O fato redundou em uma desqualificação tanto estética quanto política da produção intelectual elaborada na primeira década do século XX.

Observemos atentamente, então, a construção dos cânones literários, pois a

> A história da literatura tem como tarefa o registro do cânone ao longo da história. Pode-se até afirmar que ela se confunde com o cânone, o que significa que lida simultaneamente com a inclusão e a exclusão, depurando, no decurso do tempo, o que fica e permanece. Excluir e, portanto, marginalizar, são práticas, pode-se dizer, inerentes à sua atividade, o que não impede ponderar sobre o que se elege e o que se descarta. A reflexão sobre o que se deixou de fora tem sido matéria da história da literatura nos dias de hoje; cabe verificar o que ainda se omite ou ignora, como, por exemplo, as condições materiais de produção artística, a cultura de massa, o tido por não literário.[221]

Diante disso, a problemática do "ser moderno", do estar em dia com o novo de um determinado tempo, passa a ser considerada como uma idéia que não tem definição exata nem fixa nos parâmetros de um modelo pré-definido, pois muda conforme o momento histórico no qual é enunciada e recebida.[222] É preciso considerar que a experiência da modernidade e do modernismo sob o prima da *"simultaneidade, da*

---

[219] Mario de Andrade. Carta Aberta a Alberto de Oliveira. IN: *Estética,* 1 (3), abril-junho de 1924. p. 333 *apud* João Paulo COELHO de Souza RODRIGUES. Geração Boêmia: vida literária em romances, memórias e biografias. IN: Sidney CHALHOUB e Leonardo PEREIRA (orgs.). *A História Contada: capítulos da história social da literatura no Brasil.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. p. 339.

[220] Ângela de Castro GOMES. *Essa gente do Rio. Op. Cit.* p. 13

[221] Regina ZILBERMAN. *Discursos e Marginalidade: a história da literatura brasileira.* http://www.unicamp.br/histlist/regina.htm

[222] Ângela de Castro GOMES. O Projeto Modernista. *Jornal do Brasil. Especial 500 anos.* http://jbonline.terra.com.br/destaques/500anos/id3ma4.html

continuidade e da pluralidade", atentando para sua complexidade[223] na medida em que tal experiência se configura como um *"(...) processo de tornar-se"* em uma dada época.[224]

Conseqüentemente, a modernidade cultural brasileira não deve ser pensada como se tivesse sido repentinamente descoberta em sua originalidade fundadora por um único grupo de intelectuais. Ao contrário, deve ser tomada como processo amplo, dotado de várias temporalidades e conjugada aos espaços urbanos e regionais onde os intelectuais viveram as suas experiências, teceram suas redes e experimentaram trajetórias individuais e coletivas. [225]

A partir da pesquisa na *Kosmos* e no *Almanaque Garnier,* percebe-se que antes da explosão modernista, mesmo em meio à repressão e aos preconceitos, as manifestações culturais chamadas populares, tanto urbanas quanto rurais, despertavam o interesse de intelectuais. Assim, tanto o investimento na reflexão sobre o Brasil localizado nesses periódicos quanto as menções específicas à decepção com a república e à necessidade de intervenção intelectual nos rumos da nação revelam o comprometimento desses intelectuais com a sociedade e a política.

Entretanto, os "nossos intelectuais" não estavam sozinhos ao selecionarem positivamente elementos culturais associados a negros e mestiços como nacionais. Havia na mesma época toda uma produção elaborada por folcloristas, localizada na ampla pesquisa feita por Martha Abreu, que também não estavam preocupados diretamente com as questões relativas à repressão, à ociosidade ou à organização do mundo do trabalho no pós-abolição. E, assim, coletaram e elaboraram verdadeiros inventários de cantigas, modinhas e lundus, reconhecendo e divulgando a ação ativa (e positiva) de negros e mestiços na construção das valorizadas originalidades culturais e brasileiras.[226] O que marca mais um ponto de aproximação entre a perspectiva expressa por folcloristas como Mello Moraes Filho, Julia Brito Mendes e Alexina Magalhães Pinto em seus estudos e os textos publicados *Garnier* e na *Kosmos.*

---

[223] Monica Pimenta VELLOSO. O modernismo e a questão nacional. In: Ferreira, Jorge; Neves, Lucilia de Almeida. (Org.). O Brasil Republicano. 1 ed. Rio de Janeiro, 2003, v. 1, p. 353

[224] Robert Frederick KARL. O moderno e o modernismo: a *soberania do artista.* 1885-1925. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1988. p. 21 e 22

[225] Ângela de Castro GOMES. *Essa gente do Rio. Op. Cit.* p. 13

[226] Ver Martha ABREU. Histórias da Música Popular Brasileira, uma análise da produção sobre o período colonial. In: Jancsó, I.; Kantor, I.. (Org.). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa.* São Paulo, Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial/ Hucitec, 2001, v. II, p. 683-705; Martha ABREU e Carolina Vianna DANTAS. Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890-1920. In: Carvalho, José Murilo. (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro, Record, 2006 (no prelo).

Em meio aos esforços dispensados em função do compromisso com a construção da nação foi possível perceber um duplo movimento: um voltado para o debate em torno da associação entre traços nacionais e o regime republicano; e o outro referente à avaliação do papel dos descendentes de africanos e da mestiçagem nas conjecturas sobre a nação. Podemos então indagar: que papel esses intelectuais reservaram para os negros e mestiços (mulatos, mamelucos ou caboclos) em suas formulações sobre a história e o folclore nacionais?

Parte II - Os caminhos da nação: nas trilhas da história e do folclore

3

Entre datas e heróis, a escrita da 'história pátria'

> Recordar é viver. (...) A vida se nos apresenta com um fulgor desconhecido, com uma nova e perturbadora beleza, quando evocamos dos dias idos, dos tempos deslembrados; tal a jóia preciosa, herdada de velhas datas, e que ao tirá-la um dia a curiosidade do recanto esquecido da caixa desbotada, nos surpreende com um valor em que não atentáramos, com o toque finíssimo do ouro (...) Rememoraremos apenas o que nos veio de grande: o resto passará vagamente pela memória das gentes mais antigas, como a recordação mal distinta de pesadelo desfeito. (GIL. Crônica. *Kosmos*. Ano I, nº 5, maio, 1904)

De modo leve e sutil, o cronista Gil chamava a atenção dos seus leitores para o modo como o passado poderia trazer (um novo) sentido ao presente. Para isso era preciso guardar apenas as jóias preciosas do passado e esquecer o que não conviesse. Essa mesma perspectiva rondou os artigos e resenhas sobre acontecimentos históricos, heróis e datas nacionais recolhidos tanto no *Almanaque* quanto na própria *Kosmos* (ver anexo 9).

O desafio deste capítulo gira em função da análise do que nossos intelectuais selecionaram como "o passado nacional", ou seja, que elementos escolheram para compor a "história pátria". Que jóias preciosas herdadas do passado foram consideradas como *"o que nos veio de grande"* e que deveria ser compartilhado pela nação?

Um dos desdobramentos desse esforço de rever o passado histórico nacional foi a publicação de colaborações no *Almanaque* e na *Kosmos* que enfatizaram tanto determinados procedimentos metodológicos para a escrita da história quanto episódios,

figuras e datas do passado. Trata-se de um movimento determinado a afirmar laços do regime republicano com o passado, incluindo aí uma avaliação da participação ativa de negros e mestiços na história pátria.

Nessa operação de consagração, alguns heróis e marcos inaugurais foram eleitos, outros recusados, de acordo com as necessidades do presente. Tal movimento se relacionava também à própria forma através da qual esses episódios e seus protagonistas foram narrados. Esses fatos e personagens deveriam ser capazes de despertar empatia, fazendo do leitor herdeiro e guardião desse passado em que estavam inscritos.[227] Note-se que, nos textos que trataram de acontecimentos relativos à história do país, não predominam temas ligados à história político-administrativa. Os artigos e resenhas publicados na *Kosmos* e no *Garnier* apresentaram (ou recomendaram) ao leitor uma história de homens em movimento, escrita de forma envolvente, distante de uma narrativa factual que privilegiasse fatos, nomes e datas exaustivamente. Há que se lembrar também que esses eram periódicos inseridos em um circuito comercial e que tinham como estratégia agradar a um público leitor mais amplo possível.

Ao evocar um passado a partir do presente e afirmar, assim, certas continuidades, esses intelectuais não estavam somente configurando o passado, mas também o futuro. Portanto, como definiu Manoel Salgado Guimarães[228], o trabalho da narrativa histórica está fundamentalmente voltado para o controle, para a ordenação e para uma domesticação das experiências vividas. Essas, por sua vez, são marcadas pelas paixões e sentimentos, cuja essência pode se mostrar desorganizadora. Narrar a história também é ordenar, dar sentido a um conjunto aleatório de experiências vividas de acordo com determinados padrões possíveis de serem compreendidos pelos leitores, ou seja, padrões exteriores àquele passado. E, embora haja relações estreitas entre história, memória e política, a operação não é fruto da ação perversa de alguém que domina a verdade sobre o passado e pretende escamoteá-la. Tais relações são evidentemente bem mais complexas e tensas do que uma pressuposta manipulação consciente do passado.[229]

O momento histórico e as fontes utilizadas aqui são ricos nesse sentido, pois tanto no *Almanaque* quanto na *Kosmos* percebe-se um esforço de confrontação com o

[227] Tânia Regina de LUCA. *Op. Cit.* p. 93.
[228] Manoel Luiz Salgado GUIMARÃES. Escrever história, domesticar o passado. In: Antonio Herculano LOPES, Mônica Pimenta VELLSO, Sandra Jatahy PESAVENTO (orgs.). *História e linguagens. Texto, imagem, oralidade e representações.* Rio de Janeiro. 7Letras/Casa de Rui Barbosa, 2006. p. 47
[229] *Idem, ibidem.* p. 47

passado - tanto o remoto quanto o recente - como alicerce para a reorganização da convivência social sob novos parâmetros. Ainda que se levem em conta as permanências que marcaram a passagem da Monarquia à República no Brasil, havia um claro desafio em relação à definição dos aspectos que diferenciavam e legitimavam cada regime de governo no país. Por esse prisma, mergulhar no passado (ou *"na caixa desbotada*", como sugeriu Gil) significava também formular projeções para o futuro.

Ainda que as "histórias do Brasil" publicadas nos dois periódicos guardem pontos de contato, as discordâncias também fazem parte de nosso problema. O fundamental aqui não é apenas identificá-las, mas relacioná-las às particularidades do projeto editorial de cada uma das publicações.

3.1 Por uma história moderna, científica e nacional

No *Almanaque Brasileiro Garnier,* a maior parte dos textos que abordam temas relativos à História do Brasil refere-se aos critérios e procedimentos para a escrita dessa história. Em outras palavras, há uma ênfase nos atributos que um historiador (e conseqüentemente, a própria história) deveria ter e nos modernos protocolos científicos com os quais deveria estar sintonizado, conforme analisou Eliana Dutra.[230]

Diferente da *Kosmos,* o *Almanaque* não publicou muitos textos específicos sobre acontecimentos históricos ou heróis nacionais. Tal escolha se materializou nesse periódico através da ênfase na apresentação de autores e obras tributários desta forma de fazer história e sua divulgação. Assim, do conjunto dos textos que abordaram a história nacional, como notou Eliana Dutra[231], sobressai a opção editorial de João Ribeiro em dar visibilidade a uma história praticada de acordo com os ditames científicos modernos, bem como a seus praticantes no país. Foi nesse sentido que no *Almanaque* do ano de 1907 foi publicado um trecho do prefácio de *História do Brasil,* de Rocha Pombo[232], sob o título *"Uma nova história do Brasil"*.[233]

---

[230] Eliana DUTRA. *Rebeldes literários da República. Op. Cit.* p. 217-218.
[231] *Idem, ibidem.* Sigo nesse capítulo os passos elaborados pela autora em sua análise sobre a escrita da história publicada no *Almanaque Brasileiro Garnier.* pp. 215-237
[232] **Rocha Pombo** nasceu na cidade de Morretes, no Estado do Paraná, em 1857, e faleceu na cidade do Rio, em 1933. Jornalista, professor, poeta e historiador, entrou para o jornalismo em seu estado natal, ainda jovem, ao fundar e dirigir o jornal "O Povo", de onde fez campanha pela Abolição e pela República. Colaborava também em outros periódicos da Província, pela qual foi eleito deputado provincial em 1886.

A introdução e o trecho do prefácio deram destaque à forma como o autor concebia *"o modo como se há de escrever a História do Brasil"*, contemplando o homem e a terra. A própria estrutura do livro se relacionava ao sentido que a história pátria deveria ter: na primeira parte afirmou a importância de se estudar a natureza, a geografia, a flora, a fauna, o subsolo e as riquezas, elementos que compunham *"o cenário"*. *"O ator"* desse cenário era o *"homem no Brasil"* – um *"(....) fator excepcionalmente curioso, porque é produto de três raças inteiramente distintas: as duas raças subalternas e a raça indo-européia"*. Na segunda parte o autor defendeu a necessidade de se estudar com cuidado *"esses elementos"*, o *"modo como se fundiram"* e as *"proporções em que entraram no estofo étnico da sociedade que aqui se formou."* Ao se referir à última parte da obra, discorreu sobre a validade do uso da documentação, sobre o processo de coleta de documentos no Brasil e sobre as dificuldades de acesso a ela no país – mormente aos documentos relativos à época colonial, em sua maioria, localizados nas "metrópoles". O trecho selecionado para publicação dava a exata medida do que seria fazer história para Rocha Pombo - perspectiva que estaria de acordo com os métodos científicos modernos, pois contemplava o uso de documentos de arquivos, uma narrativa atraente, a preocupação com a formação étnica e a motivação nacional, no que foi legitimado pelo *Almanaque.*

A importância conferida a essa temática no *Almanaque* pode ser atestada no espaço e na recorrência com que apareceu no periódico. Quatro anos depois a mesma obra mereceu mais uma menção, sendo recomendada na seção *Ano Bibliográfico*. Nesse segundo elogio à *História do Brasil,* de Rocha Pombo, o *Almanaque* reafirmou positivamente *"a natureza dos assuntos"* e os *"aspectos novos e originais"* que inspiraram a unidade e a compreensão do autor. E dentre os aspectos valorizados estavam novamente a inclusão *"dos estudos etnográficos", "a consideração das raças como fatores da civilização americana"* conjugados à *"verdade"* e à *"eloqüência"* .

Em 1897 fixou-se na cidade do Rio, onde continuou colaborando em periódicos e se tornou professor do Colégio Pedro II e da Escola Normal. Em 1900 foi aceito como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou livros de poesias e obras sobre variados assuntos, dentro dos quais temas relacionados à história do Brasil: "Nossa Pátria", "História da América", "História do Rio Grande do Norte", "História do Paraná", "Dicionário de sinônimos da Língua Portuguesa", "A religião do belo", "No hospício", "Visões", "Dadá" e outros. É interessante de se notar que no *site* da Academia Brasileira de Letras, na biografia do autor, há a informação de que João Ribeiro fez duras críticas à obra *História do Brasil,* de Rocha Pombo, a mesma que foi elogiada por duas vezes no *Almanaque.* Sem citar a referência, as seguintes palavras são atribuídas a João Ribeiro em relação a esse livro: *"Difuso, frio, raras vezes ameno, de leitura difícil. Entretanto, há grande cópia de informações úteis nele".* Ver www.academia.org.br, captado em maio de 2006.

[233] Uma nova história do Brasil. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1907. p. 228-230.

Por possuir tais características, o livro foi reputado da mesma forma que antes, como tributário de uma maneira de fazer história, ao mesmo tempo indispensável e atrativa ao leitor.[234]

A insistência do *Almanaque* em marcar os atributos necessários ao historiador moderno também apareceu na biografia de Capistrano de Abreu, publicada em 1909 [235] e assinada por Mário de Alencar.[236] Ao identificar em Capistrano a figura desse novo historiador, o autor sublinhou determinadas qualidades conquistadas, em parte, pelo exercício do seu ofício na Biblioteca Nacional. Com ele, Capistrano havia adquirido, segundo Alencar, saberes como *"a pratica da paleografia e da diplomacia", "a consulta e a catalogação de manuscritos"* e teria vivido a experiência da preparação da Exposição de História do Brasil, bem como a *"atmosfera brasileira"* que ela havia engendrado. Junto a esse arcabouço, a experiência da atuação no magistério também foi valorizada. O historiador cearense seria, dessa forma, portador de todos os atributos necessários ao exercício dessa moderna história científica divulgada no *Almanaque*: dominava *"informações originais", "possuía cultura geral e o sentimento da terra e da gente",* tinha a *"habilidade de investigação minuciosa"* e, conjugado a isso tudo, *"um método de comparação, dedução e exposição de uma simplicidade transparente."* Mario de Alencar não esqueceu de mencionar, contudo, o talento de Capistrano em narrar uma história na qual fazia *"reviver, conversar, discutir personagens históricos"*.

---

[234] Ano Bibliográfico 1909-1910. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1911. p. 446

[235] Mario de Alencar. Capistrano de Abreu. ABG, 1909. p. 358-363.

[236] **Mario de Alencar** nasceu na cidade do Rio, em 1872, e faleceu no mesmo local, em 1925. Poeta, jornalista, contista e romancista, era filho do escritor José de Alencar. Estudou no Colégio Pedro II e se diplomou na Faculdade de Direito de São Paulo. Colaborou em vários periódicos como o *Almanaque Brasileiro Garnier, Brasilea, Correio do Povo, Gazeta de Notícias, O Imparcial, A imprensa, Jornal do Commercio, O Mundo Literário, Renascença, Revista Brasileira (1895-1899), Revista da ABL e Revista da Língua Portuguesa*. Funcionário público, foi diretor da Biblioteca da Câmara dos Deputados. Em 1904, como secretário do ministro da Justiça e Negócios Interiores, J. J. Seabra, conseguiu que o Governo alojasse a Academia Brasileira de Letras no prédio que ficou conhecido como o Silogeu Brasileiro, depois sede oficial do órgão. No ano seguinte foi eleito para a Academia, tendo sido também segundo secretário da instituição de 1907 a 1910 e tomado parte em várias de suas comissões. Da sua obra destacamos: "Lágrimas, poesia" (1888); "Versos" (1092); "Ode cívica ao Brasil, poesia" (1903); "Dicionário de rimas" (1906); "Alguns escritos, ensaio" (1910); "O que tinha de ser, romance" (1912); "Se eu fosse político" (1913); "Contos e impressões" (1920); "Acerca da conferência O espírito moderno". *Revista da ABL*, 15: 247-56 (1924). Organização e prefácio: "Machado de Assis, Crítica" (1910); "Machado de Assis, Teatro" (1910); "Machado de Assis , A Semana" (1914); "Catullo da Paixão Cearense, Sertão em flor" (1919); "José de Alencar, Diva" (1921); "Páginas escolhidas dos maiores escritores: José de Alencar" (1922). Brito BROCA. *Op. Cit.* p. 253. Ver também www.academia.org.br, captado em abril de 2006.

Nas palavras do resenhista, Capistrano era capaz de um *"perfeito trabalho de arte e de crítica"*. [237]

Assim como Rocha Pombo e Capistrano de Abreu, Oliveira Lima foi citado como portador dessas mesmas qualidades, com destaque para a vivacidade com que apresentou a época e suas figuras e o espírito de síntese. A partir dos comentários sobre a sua obra intitulada *D. João VI no Brasil,* no Ano Bibliográfico de 1911, o *Almanaque* indicava aos seus leitores que "história do Brasil" deveria ser valorizada.[238]

O elogio a essas obras teve um sentido específico no periódico. Segundo Eliana Dutra, o reconhecimento e a afirmação de que o Brasil tinha historiadores capazes de operar com esses protocolos científicos modernos fez parte do repertório do *Garnier* como mais um argumento que provaria a filiação do país a elevados padrões de civilização, passaporte para um lugar no concerto das nações. Entretanto, essa opção verificada no *Almanaque* estava relacionada à própria concepção da história do seu editor, o que o aproximava desses autores. Afinal, João Ribeiro era o autor de um livro que já tinha se tornado, no momento em ele dirigia o *Garnier,* referência para o ensino de história e para os interessados nas reflexões sobre o país: *História do Brasil para curso superior,* publicado em 1900. Seguindo a argumentação de Eliana Dutra, nessa obra, o autor construiu uma versão republicana para a história do Brasil e afirmou a república como o regime de governo definitivo, único que seria capaz de realizar o ideal de fundação da nação.[239] Esse critério historiográfico marcou os textos sobre história pátria tanto no *Almanaque* quanto na *Kosmos,* embora de formas diferentes, questão que será tratada adiante.

Entretanto, de acordo com a mesma autora, em função desse critério, os historiadores resenhados e recomendados no *Almanaque* o foram por sua sintonia com os pressupostos de João Ribeiro a respeito do que era a "História do Brasil", sobretudo em relação à presença do sentido nacional, da preocupação com a questão da formação etnográfica do povo e do espírito de síntese. Por outro lado, a tensão entre a busca da imparcialidade através da adesão a protocolos metodológicos científicos e a exigência de posicionamento diante da questão nacional, visualizada por Rebeca Gontijo nos

[237] Mario de Alencar. Capistrano de Abreu. *Op. Cit.*.
[238] Ano Bibliográfico 1909-1910. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1911 pp. 439-440
[239] *Idem, ibidem.* p. 221

escritos de Manoel Bomfim [240], subjaz também as indicações em torno de como deveria ser escrita a "história pátria" no *Garnier*.

3.2 A "*cara*" da nação a partir de seus heróis - liberdade, república e as vocações do "povo brasileiro"

Na *Kosmos* foram publicados textos sobre a história do Brasil que contemplaram uma variedade de temas combinando abordagens de fatos e personagens específicos. Embora alguns dos atributos do que seria fazer história de acordo com parâmetros modernos do fazer histórico moderno definido no *Almanaque* também estivessem presentes nas páginas da *Kosmos*, nela apareceram incorporados aos próprios textos e não debatidos de forma específica ou explícita. [241]

Esses textos, grosso modo, se concentram em dois grupos de temáticas relacionadas à luta pela liberdade no Brasil. De um lado estão os episódios da luta contra o invasor, o desbravamento do território e as lutas pela independência nos tempos coloniais e, de outro, o processo da abolição da escravidão e proclamação da república. Mas com um elemento em comum: o destaque dado aos que seriam os grandes heróis da luta pela liberdade no Brasil. Logo, identifica-se um investimento na consagração (e no seu revés, a exclusão) de determinadas figuras do passado, de datas, de festas cívicas e de monumentos. [242]

As reflexões de José Murilo de Carvalho a respeito do papel do herói, elaboradas com o objetivo de compreender o processo de consolidação de um novo imaginário para o regime republicano no Brasil, ajudam a pensar nos termos dessa consagração. Segundo o autor, os *"heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos"*. Heróis seriam mais necessários ainda quando não surgem espontaneamente das lutas que geraram novas ordens, demandando maior esforço na seleção e na promoção de sua figura - jamais aleatória, sempre negociada e

[240] Ver Rebeca GONTIJO. Manoel Bomfim, "pensador da história" na Primeira República. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 25, nº 45, 2005. pp. 129-154
[241] Me refiro especialmente aos artigos publicados por Mario Behring. Ver anexo 9
[242] Ver Lucia Lippi de OLIVEIRA. *A questão nacional na Primeira República.* São Paulo, Brasiliense, 1990.

disputada, pois *"(...) herói que se preze tem de ter, de algum modo, a "cara da nação". Tem que responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado"*. Caso não haja essa sintonia, as chances de que ele caia no esquecimento serão grandes. [243]

Entretanto, mais que discutir que figuras do passado tiveram sucesso como heróis ou não, nos interessa aqui compreender quais heróis os intelectuais estudados julgavam ter a *"cara da nação"*. Se foram coletivamente aceitos ou não é tema para uma outra pesquisa. Mas se estiveram presentes nesse periódico é sinal de que quem os consagrou (autor e editor) acreditava que havia leitores capazes de aderir a eles. Feita essa ressalva sobre as possibilidades de circulação, é preciso deixar claro que o foco está direcionado para quais figuras do passado poderiam ser chamadas ao presente e universalizadas para a nação.

De acordo com Mário Behring em artigo na *Kosmos*, o mergulho no passado e nos arquivos poderia não só revelar, mas fundamentar outros pontos de vista sobre acontecimentos importantes da história pátria. Foi nesse sentido que com suas incursões ao período monárquico, demonstrou ao seu leitor evidências de que D. João VI seria um homem indolente sem vocação para o poder e para governar[244]. Definitivamente, um dos piores monarcas do mundo e de todos os tempos:

> (...) mais pusilânime, o mais grotesco, mais carregado de defeitos, a figura mais chata e apagada, mesquinha de quantas têm até hoje ocupado um trono em todo o mundo – pobre diabo cujas desgraças domésticas se provocam o riso comprassivo, a sua poltroneria e guloseima nauseiam, a sua avareza desgosta, o seu físico ingrato repugna, a sua ingratidão indigna, a sua refalsada hipocrisia enoja, o seu egoísmo sem igual conturba e entristece(...)[245]

Além de ter detestado os republicanos e perseguido os maçons[246], tais traços, afirmados até pelos historiadores portugueses, faziam do monarca, segundo Behring, uma figura do passado da qual os brasileiros não teriam nada para se orgulhar: *"(...) nulo, irresoluto, acovardado sempre, que levou toda a sua vida a fugir, ora dos*

[243] José Murilo de CARVALHO. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil. Op. Cit.* p. 55
[244] Mario BEHRING. Um dia de D. João VI. *Kosmos*. Ano 1, nº 12, dezembro, 1904.
[245] Mario BEHRING. O monumento a D. João VI. *Kosmos*. Ano 4, nº 8, agosto, 1907.
[246] *Idem, ibidem.*

franceses para o Brasil, aqui dos liberais para Portugal, lá das conspirações de família (...)". Medroso a ponto de ser *"vítima de sofrimentos fisiológicos constantes"*, de *"cérebro tacanho e espírito mesquinho",* não teria tido nenhuma participação nos acontecimentos fundamentais de sua época, como a abertura dos portos e a elevação do Brasil a reino.

Assim, não só não carregava nenhum atributo heróico, como deveria ser lembrado por suas qualidades negativas, jamais por estátuas e monumentos glorificantes. Ao se auto-intitular descendente *"(...) dos sonhadores de Minas e Pernambuco"* e defensor das suas *"aspirações libertárias"*, no caso, republicanas e antidespóticas, Mario Behring se opôs com veemência à proposta de um jovem deputado feita no Congresso, em 1907, de erigir um monumento ao soberano.[247] Behring argumentou que os *"(...) juízos da História jamais se"* subordinavam *"(...) às conveniências da política nem aos deveres da cortesia, anime-nos embora os mais vivos sentimentos de patriotismo"*. Por isso se dedicou a provar com documentos de arquivo todas as características que justificavam a não consagração de D. João VI.

Compôs, então, um retrato do monarca no qual destacou-o como guloso, imundo, pestilento, responsável pela *"bárbara execução"* do *"proto-mártir"* Tiradentes e ingrato com o povo brasileiro. Ingratidão imperdoável, já que teria sido recebido de braços abertos por uma população cuja virtude para a hospitalidade resistia a *"todas as correntes cosmopolitas"* que a vinham transformando até a atualidade.

Sua mulher, a *"Rainha Dona Carlota"*, não teria ficado atrás na ingratidão e nas ofensas dirigidas aos brasileiros: dizia em *"alegres exclamações"* que quando voltasse a Lisboa *"certamente ficaria cega"* por ter vivido muitos anos no Brasil *"(...) na escuridão, entre negros e mulatos"*. As memórias e os documentos depositados na Biblioteca Nacional (e transcritos no texto publicado) provariam, segundo seu autor, todas as arbitrariedades cometidas por D. João VI e o *"pouco amor do povo à realeza"*.[248]

---

[247] O monumento havia sido proposto pelo deputado Eloy de Miranda Chaves. O deputado nasceu em Pindamonhangaba em 1875, formando-se em Direito em 1896. Em 1876, assumiu o cargo de promotor público em Jundiaí. Elegeu-se vereador, tornando-se presidente da Câmara Municipal de Jundiaí, e depois deputado federal pelo Partido Republicano Paulista - PRP. Faleceu em 1964. Ver www.fphesp.org.br/corumbatai/expo_ambiental/expo_historica/eloy.htm, captado em agosto de 2006.

[248] Mario BEHRING. O monumento a D. João VI. *Kosmos*. Ano 4, nº 8, agosto, 1907. Ver o mesmo sentido: A. F. D. João VI. *Kosmos*. Ano 4, nº 7, julho, 1907. De acordo com A F, D. João seria: *"(...) impressionista e impulsivo, sugestionável e egoísta, egoísta sobretudo, hidrocéfalo e sujo; isso ele o foi. Tinha o sangue frio de marmota; só pedia que o deixassem viver, e apagava-se numa homocromia*

Então, questionava Mario Behring, se o *"grande mártir nacional Tiradentes"* ainda não tinha um monumento em sua homenagem, como alguém poderia querer erigir na Capital uma estátua de D. João VI confeccionada com subvenção pública de cinco contos de réis? Logo dele, que a história provaria ter sido um governante nulo, despótico e desamado pelo povo. A sua consagração não teria nenhuma legitimidade:

> (...) contra o projetado monumento clama o sangue dos mártires de Pernambuco em 1817, vítimas das sanhas do despotismo, que haviam ousado querer por terra (...) Mais ainda (...) é impossível que o Brasil que consagrou uma de suas datas festivas à comemoração do vulto republicano [Tiradentes], nele resumindo todas as outras vítimas do despotismo, e que ainda não ergueu em uma das praças da Capital um monumento ao mártir, concorra agora para a glorificação em estátua do assassino de Tiradentes![249]

Outro texto, publicado na mesma revista dois meses depois por Carlos Henze, fornece pistas diversas sobre as razões do juízo tão depreciativo e jocoso de Mario Behring em relação a D. João VI. Referindo-se exatamente a esse texto de Mario, Henze empenhou-se na análise da fisionomia de D. João VI, concluindo que ela permitia que se afirmassem os dois traços principais da sua personalidade: a materialidade e a matreirice – *"feição típica da sua mentalidade"*. Sua inteligência estaria na capacidade de fazer intrigas, o que tanto o historiador português Oliveira Martins quanto Mario Behring já haveriam provado com documentos. Mas, de acordo com Henze, essa vocação para a intriga de D. João VI poderia ser comprovada também a partir dos *"(...) episódios da sua malquerença aos maçons (...)".*[250] Naquele início de século, Mario Behring já era uma importante figura da maçonaria brasileira e não deixou de destacar seu papel significativo nas maiores lutas pela liberdade no Brasil, como nos episódios da independência do país, da abolição da escravidão e da proclamação da república.[251] Mas, se descartarmos a questão específica da Maçonaria, podemos considerar que os argumentos que fundamentaram tal visão negativa de Behring acerca da monarquia coincidem com os de outros colaboradores da *Kosmos* e do *Almanaque Garnier,* sinalizando uma posição veementemente republicana nesses periódicos. Afinal, era

---

defensiva, na penumbra parda, como as toupeiras, com a gente inferior de que se cercava (...)"; e Américo FLUMINENSE. D. João VI. *Kosmos,* Ano IV, nº 7, julho, 1907.

[249] *Idem.*Ver nesse mesmo sentido: Mario BEHRING. O precursor. *Kosmos.* Ano III, nº 4, abril, 1906; Reis CARVALHO. Tiradentes e os precursores da independência brasileira. *Kosmos,* Ano IV, nº 4, abril, 1907.

[250] Carlos HENZE. D. João VI na fisionomia. *Kosmos.* Ano 4, nº 10, outubro, 1906.

[251] Ver Mario BEHRING. O Alvará de 30 de março. *Kosmos.* Ano 3, nº 8, agosto, 1906. Mario BEHRING. Uma sociedade secreta. *Kosmos.* Ano 4, nº 1, janeiro, 1907; Mario BEHRING. Patriarcas invisíveis. *Kosmos.* Ano 4, nº 6, junho, 1907.

preciso inventar outros símbolos nacionais que pudessem ocupar o lugar da "coroa" e legitimar o novo regime.

Dentro desse processo, ainda no que diz respeito aos juízos dispensados à monarquia e aos monarcas pelos nossos intelectuais, é interessante acompanhar os argumentos de Mario Behring a respeito de D. Pedro II. O monarca foi alvo de caracterizações um pouco menos jocosas. O próprio Mario Behring, porém, fazendo uso de documentos inéditos encontrados na Biblioteca Nacional, construiu uma versão sobre o episódio da maioridade (diferente da história consolidada, segundo ele). A partir da análise da frase *"quero já",* concluiu que Pedro II naquele momento teria demonstrado ser apático e facilmente manipulável[252]:

> A frase ["Quero já"] considerada já histórica , e como tal encontrada em todos ou quase todos os escritores da história pátria, é contestada por quem se afirma tê-la proferido que se revela agora inteiramente alheio aos acontecimentos que deram causa ao seu irregular advento ao trono, lavando-se ainda a pecha de ambicioso que já lhe foi várias vezes assacada, principalmente em virtude dessa frase, para muitos reveladora de insofrida ambição de mando. E quero acreditar que para o futuro, **rebusquem os historiadores os preciosos arquivos da nossa tão desconhecida Biblioteca e nela colham os documentos que aclaram tantos pontos controversos da história pátria**. [253] (grifos nossos)

Ao encontrar na Biblioteca Nacional, na seção em que trabalhava (de manuscritos), um livro (*História do Brasil de 1830 a 1840,* do conselheiro Pereira da Silva) repleto de anotações de D. Pedro II contestando as afirmações imputadas a ele próprio, elaborou uma outra interpretação sobre a participação do Imperador no processo da maioridade e de sua aclamação. A ênfase das considerações de Mario sobre Pedro II recaíram sobre sua mal disfarçada indiferença em relação ao trono e ao governo do país.

Em valoração semelhante, Olavo Bilac admitia na *Kosmos* que D. Pedro II não havia chegado a ser um Napoleão, isto é, não teria sido um grande estadista. Mas, diferente do seu colega de redação, sublinhou ter sido D. Pedro II *"(...) um homem bom e justo, um brasileiro que sinceramente amou o Brasil, um nobre espírito tolerante e esclarecido, um nobre servidor da Pátria".* Ter amado a pátria permitia que o monarca fizesse parte do passado comum da nação, pois não seria mais tempo de temer

[252] Mario BEHRING. O "quero já". *Kosmos,* Ano 4, nº 2, fevereiro, 1907
[253] *Idem, ibidem.*

fantasmas. Assim, Bilac insistia muito que a monarquia no Brasil era, definitivamente, um passado que não ameaçava o presente. Se não havia mais nada a temer em relação a uma possível restauração, a pátria poderia receber o cadáver do seu *"filho amado",* da mesma forma que o povo francês recebeu o cadáver de Napoleão em Paris, acolhendo-o sem seu *Pantheon*. [254] Já que reconhecia que a República era o mais adequado regime de governo para o "povo brasileiro", Bilac reconciliou a pátria com D.Pedro II, forjando um passado para o Brasil, tal qual a França possuía.

As versões construídas sobre a Monarquia tiveram sensíveis nuances dentro dos próprios periódicos. A *Kosmos* acolheu tanto os textos de Mario Behring e suas formulações veementemente negativas em relação à monarquia como um outro texto mais conciliador, que incorporava D. Pedro II à nossa estirpe de heróis, segundo os padrões franceses, filiando o Brasil a um "patamar elevado de civilização". As ênfases dos artigos históricos publicados no *Almanaque* relativos à monarquia revelam as mesmas nuances. Podemos tomar, como exemplo, a referência positiva feita por José Veríssimo à monarquia, por ter mantido a unidade territorial do Brasil[255]; o texto de Curvelo de Mendonça que abre esse capítulo e as colocações de Joaquim Vianna sobre a queda do Império.

Em colaboração publicada no *Almanaque,* Joaquim Vianna sintetizou os motivos que teriam feito o Império cair. Embora tenha insistido também na inaptidão de Pedro II como estadista, foi menos conciliador que Bilac.[256] Para Joaquim, o império teria sido destronado em função da política do seu próprio chefe. Antimilitarista, o monarca não teria feito as alianças necessárias com a igreja, com o exército e ainda teria concedido cadeiras no ensino superior a republicanos. Isso teria minado as bases monarquistas nas três maiores forças sociais das quais dependeria um bom governo. Diante dessas constatações concluiu que o Imperador teria escolhido *"(...) viver na paz de uma biblioteca calma".* Acreditando ser superior e imbatível, D. Pedro II teria sido hesitante ao se furtar a falar ao *"(...) entusiasmo patriótico do povo."* Além disso, argumentou, ao alienar *"(...) todos os seus grandes amigos naturais",* ao não possuir uma nobreza hereditária e ao ser desprovida de espírito militar, a monarquia teria se tornado impopular. Definitivamente, D. Pedro II não seria um *"homem de ação". "Contemplativo"* e dotado de *"vocação burocrática",* teria vivido *"(...) metodicamente,*

[254] Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos.* Ano 3, nº 6, junho, 1906.
[255] José Veríssimo. Heresia sociológica. *Op. Cit.*
[256] Joaquim VIANNA. Por que caiu o Império. *Almanaque Brasileiro Garnier.* 1909. p. 270-274.

sem vôos de imaginação, como um exemplar chefe de seção, o mais exemplar chefe de seção da administração brasileira". [257]

Dessas evidências podemos constatar que na *Kosmos* alguns intelectuais associaram a monarquia, como regime de governo, à arbitrariedade, ao autoritarismo e à injustiça.[258] Já em relação aos juízos construídos sobre os soberanos brasileiros, encontramos menções negativas e positivas, como no caso do elogio de Bilac a D. Pedro II e de Xavier da Silveira a Princesa Isabel[259]. No entanto, mesmo nessas formulações positivas sobre os monarcas brasileiros, a monarquia recoberta de negatividade, enquanto regime de governo, associada à opressão e ao atraso.

A interpretação, via de regra negativa, da monarquia, encontrada nesses periódicos, trazia a idéia de que ela era um elemento estranho à vocação natural do "povo brasileiro" para a liberdade e, conseqüentemente, para a república. Assim, os episódios de luta contra o invasor e pela expansão do território, contra a opressão monárquica e pela independência foram associados a uma espécie de germe da própria nacionalidade e do sentimento republicano no Brasil. Como nos lembra Eliana Dutra, tal interpretação se assemelhava muito ao ponto de vista desenvolvido por João Ribeiro. [260]

Ao elaborar uma cronologia da luta pela liberdade no Brasil, Reis Carvalho[261] recuperou, na *Kosmos,* a Batalha do Guararapes (1648) e o importante papel desempenhado pelas "*três raças constitutivas do povo brasileiro (...)" – "(...) dignamente representadas por Fernandes Vieira, Henrique Dias e Filipe Camarão"* – na *"vitória decisiva de uma verdadeira nação contra o estrangeiro invasor".* [262] No

---

[257] *Idem, ibidem.*
[258] Ver Mario Behring. Uma injustiça da história. *Kosmos.* Ano I, nº 10, outubro, 1904; Mario Behring. Uma sociedade secreta. *Kosmos.* Ano IV, nº 1, janeiro, 1907.
[259] Xavier da SILVEIRA JR. Treze de maio. *Kosmos,* ano 1, nº 5, maio, 1904.
[260] Eliana DUTRA. *Rebeldes literários da república. Op. Cit.* p. 221-222.
[261] Pelo que foi possível apurar o nome completo desse autor, que nasceu em 1874, era Antonio dos **Reis Carvalho** e, às vezes, usava como pseudônimo Oscar d'Alva. Ao que tudo indica tinha fortes inclinações positivistas. Publicou os seguintes livros: "Prelúdio, poesias de 1894-1897" (1903), "A questão do ensino, bases de uma reforma da instrução pública no Brasil" (1910), "A guerra e a grande guerra, conferencia realizada no salão nobre do *Carole Français* em 8 de novembro de 1915/publicação da Liga Brasileira pelos Aliados" (1915), "Os feriados brasileiros. Sumárias apreciações sobre os dias de festa nacional, considerados como datas de celebração do culto cívico, da religião da Pátria, preâmbulo da religião da humanidade" (1926), "A ditadura republicana" (1935), "I.-Pela liberdade contra a tirania II.-Delen-dus fascimus! III- A cruzada da liberdade" (1939).
[262] Reis CARVALHO. Tiradentes e os precursores da independência brasileira. *Kosmos,* Ano IV, nº 4, abril, 1907. Ver também, Reis CARVALHO. A independência do Brasil. *Kosmos.* Ano II, nº 9, setembro, 1905.

processo dessas lutas, a defesa do território e a união das três raças foram agrupadas como elementos fundadores (e originais) da "nacionalidade brasileira".

> (...) o triunfo sobre as armas de Holanda, graças ao concurso, por assim dizer exclusivo, dos brancos, negros e índios, domiciliados no Brasil, filhos da nossa terra, sem auxílio da Metrópole, que vivia em guerra com a Espanha, a nacionalidade brasileira formara-se espontaneamente. [263]

Segundo o autor, o episódio teria demonstrado que o Brasil naquele momento já estava emancipado, pois seria capaz de se manter independente sem qualquer tutela. Depois de ter expulsado heroicamente os holandeses e repelido espanhóis e franceses, a nação se teria feito forte o suficiente para livrar-se do *"domínio opressor português"*. Essa ênfase nos vínculos entre território e nação implicava considerá-lo um dos fundamentos principais da nacionalidade, pois teriam sido nessas lutas que as três raças se irmanaram, que o sentimento nacional e as aspirações republicanas teriam tomado corpo.

Capistrano de Abreu, Felisberto Freire, Curvelo de Mendonça e Mario Behring também investiram nessa associação entre território e nação. Capistrano, por exemplo, publicou textos no *Almanaque Garnier* e na *Kosmos* sobre a história do desbravamento e da exploração do território nacional nos tempos coloniais. A identificação entre nacionalidade e território correspondeu nesses periódicos, à publicação de vários textos sobre o território, a expansão das fronteiras e as riquezas naturais do país. Conhecer essas lutas em defesa do território e o próprio território nacional era uma forma de aprender a ser brasileiro.

Em resenha de um livro de Felisberto Freire (*História territorial do Brasil*) publicada no *Garnier*, Curvelo de Mendonça endossava as assertivas do primeiro, concordando que a expansão das fronteiras e o desbravamento do território pelos *"brasileiros",* a partir das bandeiras e missões, teriam constituído um *"Brasil novo, um Brasil vivo e forte, que em nada se parece com o que se diz nos compêndios anêmicos adotados nas escolas para o ensino do nosso passado"*. Curvelo elogiou também as convicções republicanas de Felisberto, suas incursões pelos arquivos, o cunho nacional

[263] Reis CARVALHO. Tiradentes e os precursores da independência brasileira. *Op. Cit.*

que teria dado aos seus argumentos, o seu amor pelos estudos históricos e sua dedicação àqueles que desbravaram o país e fizeram a *"sua relativa grandeza"*. [264]

Assim, teriam sido indispensáveis para o processo de conquista da independência os episódios nos quais os invasores estrangeiros foram expulsos e os movimentos que lutaram direta e indiretamente pela independência do país.[265] Dentre os *"(...) que indiretamente por ela trabalharam, sem talvez mesmo o imaginarem, aspirando à independência industrial pela liberdade da lavoura e mineração, da manufatura e do comércio",* estariam a Revolta de Bequimão (Maranhão-1684), a Guerra dos Emboabas (São Paulo – 1708), a Guerra dos Mascates (Olinda/Pernambuco – 1710) e a Revolta de Felipe dos Santos (Minas Gerais – 1720).

Segundo Reis Carvalho, Bequimão, português de nascimento, teria se rebelado contra o monopólio do estanco e contra o jesuitismo no Maranhão. Ao depor figuras ligadas a esses poderes, teria minado a influência da Metrópole e defendido a liberdade industrial da sua terra – *"precursora da independência política"*. Já o paulista Domingos Monteiro teria defendido bravamente a integridade (e a exploração) do território contra os emboabas forasteiros. Na Guerra dos Mascates, Bernardo Vieira de Melo teria sido o único nesses episódios a querer a república, mas uma *"república aristocrática, um estado oligárquico, inteiramente contrário ao verdadeiro ideal republicano, assinalado mais tarde na fase orgânica da Revolução Francesa."* Embora tenha feito essa ressalva, o autor foi taxativo ao afirmar que esse *"herói pernambucano"* tinha se limitado a lutar pela liberdade industrial, asfixiada pelos *"filhos do reino"*. Até porque seus planos de separação e formação de um governo republicano não teriam sido encampados pelos seus colegas revoltosos, interessados que estariam somente em destruir o *"jugo despótico do governador da capitania de Pernambuco."* Felipe dos Santos seria, mais que todos os outros líderes citados, o *"paladino das idéias de emancipação puramente materiais"*. [266]

Já entre os movimentos que teriam lutado conscientemente pela conquista da liberdade, o autor destacou a Conjuração Mineira (1789) e a Revolução Pernambucana (1817), o que representou uma mudança de referenciais. Ainda de acordo com Reis Carvalho, o problema da emancipação no Brasil só teria sido formulado a partir de 1789

[264] Curvelo de MENDONÇA. História territorial do Brasil. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1907. p. 331
[265] Reis CARVALHO. Tiradentes e os precursores da independência brasileira. *Op. Cit.*
[266] *Idem, ibidem.*

devido às influências das doutrinas filosóficas do século XVIII importadas da França e da independência das colônias inglesas da América do Norte.

Mas, para os letrados de Minas Gerais que abraçaram a causa da liberdade – associada à independência e à república –, a luta não teria passado de devaneio, pois a teriam repelido logo assim que foram ameaçados com os castigos utilizados para punir os crimes de lesa-majestade. Entre os célebres conjurados, somente Tiradentes teria defendido a liberdade até as últimas conseqüências. Para Reis Carvalho, a primazia da defesa das causas da liberdade e da república no Brasil era de Tiradentes. Só ele teria mantido *"(...) a coragem de afirmar a sua digna conduta de apóstolo da independência e da república"*. A Revolução Pernambucana, inclusive, não teria sido nada mais que um desdobramento dos ideais e da conduta do *"apóstolo da independência e da república*", pois em 1817 a nova Conjuração teria espalhado pelo norte do Brasil os mesmos ideais que a Conjuração Mineira espalhou pelo sul.

E quais seriam as qualidades atribuídas pelo autor que faziam de Tiradentes um herói, um abnegado, um *"incomparável patriota"*? Em primeiro lugar, destacou sua coragem, em seguida o fato de ser *"filho do povo"* e ter estado *"(...) em relação contínua com ele, conhecendo-lhe os sofrimentos de que também era vítima (...)"*. De espírito nobre, teria sido deixado sozinho por seus covardes companheiros. Único a ser punido pelo despotismo régio com a pena capital, teria enfrentado *"sereno e forte"* o *"glorioso martírio"*. Fundindo o *"ardor cívico"* ao *"entusiasmo religioso",* Reis Carvalho descreveu o martírio do herói, aproximando Tiradentes da figura de Cristo. Essa interpretação mística enfatizou a fidelidade de Tiradentes aos seus sonhos e o fato de não ter cometido nenhum ato violento em sua cruzada pela liberdade. Pelo contrário: teria sido vítima da traição dos seus amigos e do despotismo do governo monárquico.

Segundo José Murilo de Carvalho, a associação entre o "herói cívico" e a "religiosidade cristã", nesse caso, tocava fundo o sentimento popular. Para o historiador, ao não antagonizar Tiradentes a ninguém, essa versão, abria a possibilidade de identificação dos cidadãos com o herói e com os sentimentos que ele poderia expressar, como liberdade, independência ou república. Assim, Tiradentes poderia transcender

classes, regiões, o passado, o presente e o futuro, sendo, de acordo com José Murilo, um herói multifacetado. [267]

Entretanto, de acordo com a menção do próprio Reis Carvalho, citando um livro de Joaquim Norberto no qual qualificava Tiradentes como *"leviano",* não haveria unanimidade em torno de alferes naquele momento. O livro ao qual Reis Carvalho se refere é *História da conjuração mineira,* publicado em 1873. Norberto foi o primeiro autor a associar Tiradentes a Cristo, embora tenha conferido a ele importância secundária. [268] José Murilo de Carvalho explicou o tratamento secundário dispensado por Norberto a Tiradentes, argumentando que o autor valorizava em primeiro lugar os mártires da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador, que teriam morrido como autênticos heróis cívicos (como Frei Caneca), *"com o grito da liberdade na garganta (...)"* - diferente de Tiradentes.[269]

Como mais um indício da disputa em torno da figura de Tiradentes há, no *Almanaque Garnier* de 1911, um texto de Mário Melo – membro do Instituto Arqueológico e Científico de Pernambuco. Segundo ele, o já citado Bernardo Vieira de Melo, líder da Guerra dos Mascates, teria sido o primeiro herói a bradar pela liberdade e pela república no Brasil e não o alferes. Para o autor, a primazia atribuída a Tiradentes (chamado por ele de *"o leviano da inconfidência")* era um *"erro histórico"*, pois Bernardo Vieira de Melo, no contexto da Guerra dos Mascates, teria sido o primeiro a propor o governo republicano no Senado de Olinda, exatamente no dia 10 de novembro de 1710.

Portanto, o primeiro brado pela independência e pela república teria sido dado em Pernambuco e não em Minas Gerais.[270] Nesse mesmo número do *Almanaque,* ao discorrer sobre a história e a condição do seu Estado natal, Pernambuco, Curvelo de Mendonça fez uma afirmação semelhante: *"Era um povo, o povo brasileiro, que se afirmava nessas plagas, onde o espírito republicano triunfara várias vezes durante o resto do período colonial e durante o Império."* [271]

---

[267] José Murilo de CARVALHO. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil.* São Paulo, Cia das letras, 1990. p. 68

[268] Joaquim **Norberto** de Souza Silva nasceu no Rio de Janeiro em junho de 1820 e faleceu em Niterói em maio de 1891. Ver Artur José Renda Vitorino. A construção histórica do mito Tiradentes. História e-História. UNICAMP/Núcleo de Estudos Estratégicos, abril, 2005.

[269] José Murilo de CARVALHO. *A formação das almas. Op. Cit.* p. 67

[270] Mário MELO. Primeiro brado de República na América – página brilhante da história pernambucana. *almanaque brasileiro garnier,* 1911. pp. 271-276

[271] Curvelo de MENDONÇA. Pernambuco. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1911. p. 205-207.

Retomando os argumentos de José Murilo, pode-se pensar que essa disputa em torno da primazia da luta pela liberdade e do primeiro brado republicano no Brasil correspondeu também às disputas pela hegemonia nacional, já que desde pelo menos a metade do século XIX o Sudeste podia ser considerado o centro político do país. E era nessa região que se localizavam as três capitanias que estavam nos planos de libertação da Inconfidência: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Além do que, como informa o autor, nessa mesma região o republicanismo foi mais forte. A região Nordeste, já no final do século XIX, estava vivendo um processo de decadência política e econômica e não teria contado com um movimento republicano tão vigoroso.[272] Por outro lado, a presença no *Almanaque* de textos que tematizaram o Norte e o Nordeste se refere também à opção editorial de João Ribeiro em dar destaque a essas regiões, de acordo com suas preocupações em torno da unidade nacional, como já foi assinalado.

O lamento de Curvelo de Mendonça quanto ao abandono da região Norte/Nordeste (mormente Pernambuco e Ceará) é emblemático, indicando o que fundamentava tal disputa. Para ele, essa região, *"humilhada pelo novo regime",* possuía *"tradições de opulência"* que contrastavam com o *"espetáculo da atualidade mesquinha e precária, entre o sul que de há muito lhe arrancou o predomínio político e econômico (...)".*[273]

Ainda que essa "tensão regional" seja evidente somente no *Almanaque,* em síntese podemos considerar que as reordenações dos fatos e personagens históricos elaborados no *Garnier* e na *Kosmos* favoreciam uma leitura do passado que vertia confiança no futuro da nação e afirmava a existência, desde os tempos coloniais, de um povo destemido que sabia defender e expandir o seu território[274] e tinha vocação inata para a liberdade.

E aqui chego ao ponto que julgo ser um dos mais interessantes dessa tese, talvez surpreendendo o leitor tanto quanto surpreendeu a mim: na genealogia de fatos e heróis selecionados como ícones da luta pela liberdade no Brasil na revista *Kosmos,* alguns negros tiveram suas atuações positivamente destacadas.

Foi Mario Behring quem apresentou Chico Rei e suas virtudes ao leitor da *Revista,* aproximando-o do cotidiano vivido por esse negro e *"seu povo"*. O autor

[272] José Murilo de CARVALHO. *A formação das almas. Op. Cit.* p. 67.
[273] Curvelo de MENDONÇA. Pernambuco. *Op. Cit.*
[274] Nesse sentido, ver as séries de artigos de Mario Behring publicados na *Kosmos* intituladas "Emboabas" e Bandeirantes. Ver anexo 9.

narrou a história de Chico – batizado de Francisco antes de embarcar para o Brasil – que fora rei no *"continente negro",* onde levava uma vida *"bárbara",* mas *"feliz"*. Desfrutando de plena liberdade, fora capturado por traficantes da *"humana mercadoria"* a serviço do *"bárbaro mister*". Noções que poderiam levar o leitor a questionar o que era, de fato, bárbaro.

Depois do martírio passado entre a captura e a travessia até o Rio de Janeiro, "nosso herói" teria conseguido reencontrar somente um de seus filhos, que, assim como ele, fora reduzido à escravidão. Chico Rei, seu filho e o que restou do seu povo teriam seguido para Vila Rica, local onde foram *"atirados à faina extenuante das catas"*.

Apesar do cansaço, o *"forte negro",* dedicava-se em suas horas de descanso a minerar para si próprio, tendo dessa forma conseguido comprar sua liberdade. Liberto, embrenhou-se na mata em busca de ouro e assim comprou a liberdade do seu filho e a de todos do seu povo que ali se encontravam. Desse modo, teria formado uma comunidade que, *"proprietária da riquíssima lavra da Encardideira, forrava os pretos de nações vizinhas a sua na África (...)"*. Foi essa *"nobilíssima cooperativa"* que fundou a Igreja do Rosário em Vila Rica e a Irmandade de Santa Efigênia, uma vez que seus membros eram adeptos do *"culto católico"*.

Atribuindo qualidades positivas a esses africanos e aos seus descendentes - como bravos, fortes, determinados, generosos, alegres e ordeiros -, o autor passou à descrição detalhada de uma festa de Reis em Vila Rica, segundo contavam as *"tradições"* do local. No evento havia *"escravos", "peões e cavaleiros", "paulistas", "sertanejos do norte conduzindo a viola inseparável", "gentis e donairosas filhas dos ricos homens", "mestiças galantes, mamelucas e curibocas", "africanas robustas"*. E, é claro, Chico Rei e seu povo, junto a uma *"multidão (...) policromática",* festejando alegremente e compartilhando uma mesma devoção católica com brancos, ricos, pobres, mestiços e autoridades locais. O quadro completava-se com a descrição do som africano, ao mesmo tempo selvagem e sedutor, que saía da Igreja:

> (...) a **plebe berrando litanias** em meio do mais confuso **som de bárbaros instrumentos**, adufes, xequerês, caxambus, **reboando lugubremente**, tudo isso formando um quadro magnífico que dava a idéia da **grandiosidade selvática das**

> **pompas africanas** que recordavam nostálgicos, aqueles exilados (...)[275] (grifos nossos)

Nesse cenário, Chico Rei teria assistido à missa ao *lado "das mais altas dignidades da terra"*. Do lado de fora da Igreja grupos de africanos dançavam o *"samba"* ao som *"alegre e lascívio"* de *"rústicos instrumentos"* e os *"mestiços"* formavam seus farranchos e a viola *"banzeira"*. Embora associando o que era mais aparentemente africano à noção de "bárbaro", enfatizou a convivência harmônica entre diferentes e desiguais, ressaltando as diferenças, mas também as aproximações entre elas. Tal característica foi destacada positivamente como uma herança dos *"nossos ilustres antepassados"* deixada para a atualidade. As cores, rostos e vozes da festa – tão diversos e misturados – anunciavam para o autor uma espécie de síntese que se materializava no *"cântico triunfal de uma nova raça que se formava sob o cálido sol dos trópicos"* nos tempos coloniais. [276]

Esse tipo de abordagem que buscava legitimar o Brasil como o lugar de uma convivência racial harmônica, pode ser localizado também em outros suportes que não periódicos. Um exemplo interessante é o manual didático publicado por Silvio Romero, em 1890. Nele, o autor afirmou que a contribuição do país para a Humanidade era formar uma sociedade de gente *"(...) livre dos preconceitos de castas, de seitas, de famílias, de grupos, de corrilhos (...)"*. Diante disso, o mundo diria, então, compreender*"(...) que foi entre nós que primeiro se pôs em prática largamente esse desígnio."* A originalidade do Brasil estaria justamente em não ser exclusivista, ao contrário de como seriam todos os povos antigos e modernos.

Discorrendo sobre a missão do Brasil na Humanidade, Romero foi categórico ao sugerir o país como *"uma mansão democrática do congraçamento (...) dos deserdados de todo o mundo"*, que incluía a todos igualmente, em um processo que desembocaria na formação de um tipo novo, longe do exclusivismo europeu, africano, asiático ou americano. A "história pátria" seria a prova cabal de que a contribuição do país para a Humanidade seria, de fato, essa. Segundo Romero, *"(...) para os ingleses, alemães, norte-americanos só eles é que tem prestígio e valor aos olhos do mundo."* O *"preconceito arraigado"* e o *"rigor com que"* afugentavam os povos que não pertenciam à *"sua raça"* atestava a sua afirmação. Logo, a "História do Brasil" deveria

[275] Mario BEHRING. Chico Rei. *Kosmos*, Ano III, nº 6, julho, 1906.
[276] *Idem, ibidem.*

ser interpretada no sentido de rejeitar esse sentimento: a *"nossa missão na terra (...) uma missão de congraçamento e paz"*. [277]

O autor também deu destaque à união das três raças na luta pelo território e pela liberdade ao citar como heróis gloriosos Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias, do mesmo modo que assinalou que Tiradentes, como um *"verdadeiro herói do povo, (...) teve vida simples dos homens do povo."* Ainda citou o mestiço Gonçalves Dias como um herói nacional das letras. Zumbi, entretanto, estava ausente do seu panteão.

Zumbi estava, entretanto, na galeria de heróis brasileiros traçada por Mario Behring na *Kosmos*. No texto, o autor se remeteu ao tempo em que os holandeses *"dominavam Pernambuco"* para narrar a formação e a heróica resistência do quilombo às tropas do governo. Ali,

> (...) míseros escravos escapos ao eito, devassando os ásperos sertões das Alagoas foram respirar um sopro de liberdade na selva que se adensava entre palmares extensos (...) fundando o seu Mocambo, **destinado mais tarde a celebrizar-se com a heróica resistência a quantas expedições procuraram desbaratá-lo**. (...) [278] (grifos nossos)

Behring em seu artigo, ressaltou a coragem de Zumbi e argumentou contra a premissa de que o quilombola teria covardemente se suicidado, em vez de lutar para defender os seus companheiros. Assim, depois de analisar documentos da época sobre a última campanha militar a investir contra o mocambo, depositados no Arquivo da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional, concluiu que não passaria

> (...) de lenda o suicídio de Zumbi. Entretanto a morte em combate assim verificada não lhe diminui em nada a grandeza do valor. E os próprios documentos oficiais se encarregam de dar grande proporção ao vulto do herói **negro que resistiu impávido a** um exército de 7.000 soldados aguerridos, **digno sem dúvida de figurar na gloriosa galeria dos mártires da liberdade**. [279] (grifos nossos)

---

[277] Silvio ROMERO. *A História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis. (para classes primárias)*. Rio de Janeiro, Livraria Clássica Alves e comp., 1890 p. 3, 4 e 50. Com prefácio e vocabulário de João Ribeiro.
[278] Mario BEHRING. A morte do Zumbi. *Kosmos*. Ano III, nº 9, setembro, 1906.
[279] *Idem, ibidem.*

Zumbi também fora inserido por Behring nessa galeria dos heróis da luta pela liberdade no Brasil, que inclui tanto negros integrados à sociedade colonial, como Henrique Dias e Chico Rei quanto o próprio Zumbi - todos afirmados como negros. No caso do texto de Mario Behring, inclusive, a narrativa construiu a oposição entre as forças oficiais/brancos/opressores *versus* Zumbi e seus seguidores/negros/resistentes.

Na tentativa de contextualizar essas afirmações feitas na *Kosmos,* encontramos Zumbi afirmado como herói em termos semelhantes em outro manual didático, agora de autoria de Gonzaga Duque, um dos maiores colaboradores da *Kosmos.* Publicado em 1898, o livro tem como título *Revoluções Brasileiras*[280]. É composto por 18 resumos históricos de episódios, revolucionários, segundo o seu autor, e que pendiam à forma republicana, pois seriam como preparações ou ensaios para o ato final: a própria proclamação da república em 1889.

O primeiro resumo trata da formação e destruição do Quilombo de Palmares (1630-1695/PE), passando pela Guerra dos Mascates (1710-1713/PE), pelo Levante de Felipe dos Santos (1720/MG), pela Inconfidência Mineira (1789-1792), pela Revolução de 1817 (PE), pela Independência (*"Tentativas republicanas"*), pela Guerra de Independência (1821-1823-BA), pela Confederação do Equador (1824-1825/PE, CE, PA), o Sete de Abril (1831/RJ), Rusgas (1831-1837), Cabanagem (1834-1836- PA), Sabinada (1837-1838- BA), Balaiada (1838-1841- MA), São Paulo (*"Revolta do Partido Liberal"*/ 1842), Minas Gerais (*Revolta do Partido Liberal"*/1842), Guerra dos Farrapos (1835-1845/RS), Praieira (*"Revolta do Partido Liberal de Pernambuco"*/1849) e, finalmente, Duque termina sua obra com a Proclamação da República (1889), entendida como a culminância dos anteriores. Como se os ideais de liberdade e progresso tivessem finalmente sido realizados no momento encontro do "povo brasileiro" com a sua verdadeira vocação, isto é, com o regime de governo mais adequado à suas lutas, história e tradições. Enfim, *"o povo não era monarquista",* concluiu.[281] Ainda segundo Duque, com exceção do Quilombo dos Palmares – *"que alguns historiadores chamam República"* – todos os resumos do seu livro davam conta

[280] Gonzaga DUQUE. Advertência. In: Francisco Foot HARDMAN, Vera LINS. (orgs.) *Gonzaga Duque. Revoluções brasileiras Resumos históricos*. São Paulo, Ed.UNESP, 1998. [1ª edição: 1898]. O livro foi aprovado e adotado pelo Conselho Superior de Instrução do Distrito Federal, pelos Estados do Rio de Janeiro, Paraná e pela Diretoria Geral da Instrução Pública da Capital de Pernambuco. Ganhou várias resenhas na imprensa, sendo avaliado com elogios por Arthur Azevedo (O País, 29/10/1898), por Coelho Netto (Gazeta de Notícias, 30/11/1898) e por Medeiros e Albuquerque (A Notícia, 31/12/1898). Os três destacaram positivamente a narrativa envolvente e a energia patriótica do livro.

[281] Gonzaga DUQUE. Advertência. In: Francisco Foot HARDMAN, Vera LINS (orgs.) *Op. Cit.* p. 189

de *"(...) guerras civis com o objetivo da transformação de governo, senão completa como as que pretendiam a forma republicana, pelo menos parcial, porque alvejavam a substituição do governo local"*. Essas teriam sido as revoluções que formavam o cenário *"(...) da nossa passada existência nacional."* [282]

Assim como João Ribeiro[283], Gonzaga Duque[284] propunha uma interpretação republicana para a história do Brasil. Contudo, preocupado com a formação cívica da juventude, Duque traçou uma espécie de genealogia da república no país, associando-a às idéias de povo, pátria, liberdade e cidadania. Daí a república aparecer como uma transformação de governo cuja meta final seria a posse do governo do povo pelo povo.[285]

Essa "história pátria" traçada pelo autor construía uma identidade nacional para o país fundada nos paradigmas republicanos, por sua vez identificados em cada uma dessas *"revoluções"*. Conhecer a história das *"origens republicanas"* era um "*dever da educação de um povo livre"*, que deveria alentar a *"alma patriótica"* da mocidade. Mas ainda estaria por fazer essa história nos moldes republicanos; ainda era preciso dar sentido àquela república:

> **A história do Brasil**, que até hoje tem sido escrita para uso das escolas e para a leitura dos nossos jovens patrícios, **não atende a *desideratum* porque ficou restrita aos estritos moldes convencionais do ensino monárquico**; é omissa e deficiente na referência às sucessivas e sangrentas guerras que vieram conduzindo a nova nação sul-americana à posse do governo do povo pelo povo.[286] (grifos nossos)

No livro, Duque também atribuiu a Zumbi características positivas: forte, líder, justo e corajoso. Ao final do resumo sobre o Quilombo dos Palmares, afirmou que Zumbi e seus seguidores, na última batalha contra os brancos, teriam preferido o suicídio a serem feitos de prisioneiros por seus inimigos. Contudo, na reedição do livro, de 1905, o autor acrescentou uma nota a esse resumo, fazendo referência ao artigo sobre o mesmo tema que seria publicado no ano seguinte por seu amigo Mario Behring na *Kosmos*. Nela, destacou que a maior parte dos historiadores brasileiros, juntamente com o português Oliveira Martins, afirmava que Zumbi teria mesmo se suicidado. Mas,

[282] Gonzaga DUQUE. Por que Revoluções? In: Francisco Foot HARDMAN, Vera LINS *Op. Cit.* p. 4.
[283] Ver *Feições e fisionomia. A História do Brasil de João Ribeiro.* Rio de Janeiro, Access Editora, 2000; Eliana DUTRA. *Rebeldes literários da república. Op. Cit.*
[284] Ver Francisco Foot HARDMAN, Vera LINS. Introdução. In: Francisco Foot HARDMAN, Vera LINS (orgs.) *Op. Cit.* pp. XI-XIX
[285] Gonzaga DUQUE. Advertência. In: Francisco Foot HARDMAN, Vera LINS (orgs.). *Op. Cit.* p. 189
[286] *Idem, ibidem.*

depois do trabalho de Mario Behring e da documentação apresentada por ele, teria o autor se convencido de que Zumbi morreu lutando[287]. De qualquer forma, os dois qualificaram Zumbi como africano e negro, atribuindo-lhe o *status* de herói nacional devido ao seu empenho na luta pela liberdade. São indícios de que as formulações presentes no periódico viajavam também por outros espaços, como manuais didáticos e escolas.

Outro colaborador da *Kosmos* que mencionou o Quilombo dos Palmares em seus estudos foi Manoel Bomfim. Ao descartar a inferioridade racial dos africanos e seus descendentes, utilizou argumentos baseados na história para sublinhar positivamente suas qualidades e suas contribuições à nação. Eis que a epopéia de Palmares foi novamente tomada como exemplo de heroísmo:

> **Heróicos foram eles de resistir como resistiram**. A história das revoluções dos negros nas Antilhas, a história de Palmares e dos quilombos, ali estão para mostrar **que não faltava aos africanos e seus descendentes, nem bravura, nem vigor na resistência, nem amor à liberdade pessoal**. Se, hoje, depois de trezentos anos de cativeiro (do cativeiro que aqui existia!), esses homens não são verdadeiros monstros sociais e intelectuais, é porque possuíam virtudes notáveis. [288] (grifos nossos)

A presença da figura heroicizada de Zumbi no manual didático de Gonzaga Duque e a do Quilombo de Palmares na obra sociológica de Manuel Bomfim indica a circulação dessas idéias para além do espaço da revista *Kosmos*, o que vem a confirmar a representatividade da afirmação feita no periódico por Mario Behring. Além disso, o fato de Gonzaga Duque ter conhecimento do artigo de Mario Behring antes da sua publicação na *Kosmos* também revela a convivência próxima entre esses intelectuais em outros espaços que não só a *Revista,* mas também lá.[289]

Em comparação com a *Kosmos,* com exceção de uma menção a José do Patrocínio no *Ano Necrológico* de 1907, o *Almanaque Garnier* não conferiu destaques mais específicos a heróis nacionais ou a heróis negros. Aliás, a menção a José do

[287] *Idem, ibidem.* p. 14
[288] Manoel BOMFIM. *América Latina, males de origem. Op. Cit.* p. 238
[289] Para se pensar historicamente as aparições e valorações de Zumbi na historiografia, tanto no período anterior quanto no posterior ao tratado nessa tese, ver: Hebe MATTOS. O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros. In: Martha ABREU, Rebeca GONTIJO. Cultura política, historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira, 2007 (no prelo); Andressa Merces Barbosa dos REIS. *Zumbi: historiografia e imagens*. 2004. Dissertação de mestrado, Pós-graduação em História, UNESP, Franca.

Patrocínio não tinha um conteúdo heroicizante. Remetia apenas à dimensão nacional que sua morte teria tomado, à sua *"grande popularidade",* ao *"seu poderoso talento",* ao seu papel preponderante na *"campanha libertadora"*, e ao *"preconceito de cor"* do qual fora vítima.[290]

Mas se, de um passado mais remoto, foi selecionada uma variedade maior de heróis como representantes de um povo que trazia em si os sentimentos de liberdade e congraçamento – aspirações que seriam latentes em brancos e negros, unindo-os desde o período colonial - o mesmo não se deu em relação aos possíveis heróis de um passado mais recente.

Floriano Peixoto, por exemplo, ganhou duas menções contrárias à construção de monumentos em sua homenagem. Um texto no *Almanaque Garnier* publicado em 1907 discorreu sobre a inauguração de uma estátua de Floriano em Minas Gerais. Ainda que o autor tenha reconhecido que a estátua foi *"(...) acolhida por parte do nosso povo com grandes júbilos",* definitivamente Floriano não seria popular. Não bastasse isso, uma *"apoteose"* daquelas a ele era algo prematuro. Afinal, tinha tomado parte em uma *"guerra civil cujos ressentimentos mais"* mereciam *"ser esquecidos que rememorados"*. Como adendo a isso ainda havia florianistas pelas ruas, o que por si só evidenciaria a *"inconveniência"* daquele *"monumento em praça pública"*. [291]

No mesmo ano, Gonzaga Duque criticava na *Kosmos* a estátua do Marechal Floriano [292] (já inaugurada, na capital federal), dando conta dos debates em torno de sua elaboração, ocorridos em 1904. A primeira crítica se referia à orientação positivista da obra, cujo projeto exigiu que o artista a executá-la fosse brasileiro e comungasse os princípios políticos florianistas, causando má impressão no meio artístico. Eduardo de Sá, segundo Duque, um desconhecido pintor, saiu vencedor. Os protestos de artistas e escritores não teriam tardado reclamavam do sectarismo *"grandemente antipático"* que envolveu o monumento e seu idealizador. No entanto, a comissão que organizou o concurso, saída do *Club* militar, não se sensibilizou e o monumento foi entregue ao artista escolhido.

Além de tais arbitrariedades, Duque apontou problemas estéticos e de legitimidade. Do ponto de vista, estético abundaria em símbolos: *"metia-se-lhe a*

[290] José do Patrocínio. Ano necrológico. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1907.
[291] Minas Gerais e Floriano Peixoto. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1907.
[292] Gonzaga DUQUE. Estátua do Marechal Floriano por Eduardo de Sá. *Kosmos,* Ano IV, nº 10, outubro, 1907.

filosofia de Comte pelas linhas, esbarrava-se com a grande revolução francesa a todo o momento". Seriam muitos os detalhes que ameaçavam o público *"de uma formidável erudição positivista em pedra e bronze desesperadamente jacobinesca. Realmente, era para nos pôr frios"*, ratificou. O que importava para Duque era a expressão alegórica do conjunto dos feitos que o retratado deixava de herança para o seu país. Coisa que, segundo ele, Floriano não tinha:

> O que traz o glorificado à praça pública, o que o põe em evidência ao olhar contemplador da multidão, revivendo na memória das gerações futuras, é o ato superior da sua vida, que o fez maior entre os seus semelhantes pelo benefício prestado à cultura efetiva dos homens, à liberdade de uma raça ou à unificação nacional de um povo. (...) Assim, quando se levanta uma estátua a esse ou aquele grande homem, deve se ter em vista a maneira pela qual, ele é aceito, e admirado pela massa popular, mesmo porque, se lhe falta esta admiração, o seu monumento perde a razão de ser, nunca passará de uma figura de praça, anônima e mais ou menos decorativa conforme o seu valor estético.[293]

Para o autor, faltava a Floriano exatamente essa admiração popular, pois homenagens em espaços públicos deveriam passar pelo *"consenso de toda uma população"* e só deveriam ser feita a heróis, ídolos ou grandes benfeitores do povo. A figura de Floriano, pelo que construiu em vida, não seria capaz de unir, de promover a identificação entre os cidadãos e a pátria. Diante disso e da própria proposta estética de Eduardo Sá, Gonzaga Duque previa que a estátua viraria motivo da *"corrosiva chacota"* das multidões. [294]

Das figuras do passado recente mencionadas como heróis nacionais, as ligadas à abolição da escravidão foram as únicas a serem celebradas. Desse movimento nota-se uma insistência em associar a abolição à república e em apagar seus vínculos com a monarquia. Ao estabelecer uma linha de continuidade entre as lutas pela liberdade desde os tempos coloniais até a abolição e a república, esse esforço de legitimar o novo regime associou escravidão, barbárie e opressão à Monarquia; liberdade e civilização, à República:

> **Um pacto hediondo foi então selado entre a monarquia e a escravidão** (...) n'uma verdadeira xipofagia que identificou os dois organismos. (...) **Cinqüenta**

[293] *Idem, ibidem.*
[294] *Idem, ibidem.*

> **anos depois veio a contra-prova, e ficou demonstrado que a vida da escravidão e da monarquia estavam na mais estreita e recíproca dependência**, tanto que, perecendo aquela, pereceu logo esta; e, ainda mais, que, se já não estivesse realizada a obra de Treze de Maio, a proclamação da República que, em substância, implicava a extinção da monarquia, implicava também a abolição do elemento servil, pelo claro motivo de ser o novo regime incompatível com a escravidão. [295] (grifos nossos)

Portanto, foram destacados episódios de forma que a vocação para a liberdade fosse encarada como elemento apenas temporariamente oprimido durante a vigência da monarquia, em um processo que culminaria, finalmente, com a abolição da escravidão e com a proclamação da república. Processo para o qual teriam contribuído da mesma forma negros e brancos – irmanados em torno das mais nobres causas nacionais.

Assim, ao lado da Princesa Isabel, Xavier da Silveira elencou outros personagens que julgou fundamentais na *"epopéia abolicionista"*. Eles teriam como características a coragem, a capacidade de organização em torno de uma causa, a ação política e a firmeza de caráter. Em sua lista estavam Euzébio de Queiroz, Perdigão Malheiro, Teixeira de Freitas, Joaquim Nabuco, Visconde do Rio Branco, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Silva Jardim - sobre os quais não há nenhuma menção à cor, - lado a lado com homens definidos como negros: Luiz Gama[296], Ferreira de Menezes[297], José do Patrocínio e Quintino de Lacerda[298].

---

[295] Xavier da SILVEIRA JUNIOR. Treze de maio. *Kosmos*, Ano I, nº 5, maio, 1904.

[296] Luiz Gonzaga Pinto da Gama. (Salvador/BA – 1830 * São Paulo/SP – 1882). Filho de uma africana chamada Luiz Mahin, banida da Bahia por envolvimento em insurreições, aos dez anos Luiz Gama foi vendido como escravo pelo próprio pai e foi comprado por um sr. de São Paulo. Provou que era liberto, assentou-se como praça no exército, tendo baixa por insubordinação. Conseguiu um emprego de amanuense na Secretária de Polícia, em 1856, mas por causa de sua luta anti-escravista e anti-racista foi demitido. Tornou-se rábula, conseguindo vitória em ações de liberdade para centenas de escravos. Publicou livros de poesia satírica anti-racista, como *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino* e colaborou amplamente na imprensa defendendo a Abolição e a República. Seu enterro foi acompanhado por uma multidão composta por brancos e negros, pobres e ricos, moços e velhos. Seus amigos negros fizeram questão de carregar o seu caixão. Ver

[297] Pouco se sabe sobre a vida de José Ferreira de Menezes (Rio de Janeiro/RJ – 1845 * Rio de Janeiro/RJ – 1881). Poeta, orador, contista e romancista, era também filho de escravos e se tornou dono do um dos mais poderosos e afamados jornais diários do Rio de Janeiro: *A Gazeta da tarde*, do qual defendeu ardentemente a causa abolicionista. Morreu subitamente em 1881 e a *Gazeta* foi adquirida por José do Patrocínio.

[298] Quintino de Lacerda, liberto, foi o chefe do Quilombo do Jabaquara. Localizado em Santos, foi provavelmente a maior colônia de fugitivos da história, segundo Eduardo Silva. Quintino de Lacerda era trabalhador do porto de Santos, líder das "turmas de homens de cor" que em algumas ocasiões aproveitou as greves dos imigrantes para retomar os postos de trabalho que haviam sido perdidos no porto com o desmonte da ordem escravista; era adepto do republicanismo mais radical, afinado com Silva Jardim. Apoiou Floriano Peixoto durante a Revolta da Armada em 1893, assumindo o controle do porto de Santos. Foi, então, condecorado como major honorário do exército brasileiro. Foi eleito vereador da Câmara Municipal de Santos, em 1895. Ver Eduardo SILVA. *As camélias do Leblon. Op. Cit.* p. 12 e 13.

Luiz Gama foi qualificado pelo autor como um *"misto sublime de Spartacus e de Toussaint-Louverture",* que atuava na tribuna, no jornalismo, no panfleto, no livro, na sátira, nos tribunais. Afrontava com coragem ameaças de morte, possuindo uma *"grande e santa revolta de consciência contra o domínio do homem contra o homem."* Por isso seria o *"primeiro dos pretos",* tendo sido associado a uma postura mais radical, certamente por sua luta anti-racista, pois comparado ao também liberto Toussaint-Louverture, herói da Independência Haitiana que libertou os escravos e deu uma constituição ao seu país.

Já Ferreira de Menezes, *"o apaixonado poeta negro"*, teria contribuído com seu *"espírito ateniense"* para essa *"obra de dignificação da pátria"*. José do Patrocínio foi comparado a Victor Hugo. O *"preto Quintino de Lacerda"* foi lembrado sem adjetivos e comparações: sua menção se justificava pelo importante papel desempenhado na luta abolicionista como chefe do quilombo Jabaquara, em Santos, onde acolhia os escravos que fugiam das fazendas paulistas e mineiras.[299] Esses heróis negros foram, em sua maioria, comparados a figuras universais: o que significava afirmar que Brasil já tinha heróis à altura de tal comparação. Esse foi um critério ao qual nossos intelectuais recorreram constantemente.

Embora essa história da Abolição tenha sido contada através dos grandes homens e enfatizando o papel preponderante dos intelectuais, é interessante notar o destaque positivo que o autor conferiu a personagens históricos negros e seu papel ativo nas lutas por causas que dignificavam a pátria. Tal investimento na consagração de homens afirmados como negros (ou como representantes da raça negra) como heróis naquele momento convergia para a idéia de que a colaboração da *"raça negra"* na história pátria não teria ficado restrita à *"afetiva e submissa dedicação (...) ao trabalho rude e extenuador de três séculos"*. Como sugeriu o cronista Gil, não por coincidência, na própria *Kosmos,* suas contribuições ao Brasil também teriam se dado em termos de *"mentalidades"* e *"heróis"*. [300] E foi em busca deles que esses intelectuais olharam o passado e forjaram marcos de fundação fundamentais para a concretização de um projeto nacional naquele presente. Tal investimento pode ser visto de forma ainda mais

[299] Xavier da SILVEIRA JUNIOR. Treze de maio. *Kosmos*, Ano I, nº 5, maio, 1904
[300] GIL. Crônica. *Kosmos*. Ano I, nº 5, maio, 1904.

complexa se considerarmos também as evidências de que boa parte da população negra da Corte, conforme afirmou Flávio Gomes, era simpática à monarquia.[301]

Assim, esses intelectuais operaram uma espécie de adequação do passado às demandas do presente, defendido como marco de um novo tempo. Foi no passado que buscaram os elementos para fundamentar suas demandas, selecionando e ordenando determinadas experiências vividas.[302] Essa operação, entretanto, não se restringiu apenas aos heróis, se estendendo às datas nacionais, como veremos agora.

3.3 *A revivescência de comemorações gloriosas* – datas e festas nacionais

Para o cronista Gil, em crônica publicada na *Kosmos* em 1904, era fundamental a comemoração de uma série de datas do passado para encher aquele *"Brasil novo"* do presente com suas glórias. Urgia viver intensamente aqueles dias de modernidade e progresso, sem deixar de lado, porém, a *"(...) recordação de heróis e feitos desaparecidos, com a revivescência de comemorações gloriosas (...)"*. Era preciso melhorar e completar de sentido determinadas manifestações que ele julgava gloriosas e importantes.[303]

O *Almanaque Garnier* publicou em todos os seus números a lista das *Festas Nacionais Brasileiras,* que contava com uma data a mais do que o Decreto de 14 de janeiro de 1890 estabeleceu[304]: a promulgação da Constituição Federal. Além disso, o dia 21 de abril deixava de ser oficialmente chamado de comemoração dos "*precursores da independência brasileira"* para tornar-se o dia da *"execução de Tiradentes"* e o 15 de novembro passava de *"comemoração da pátria brasileira"* para *"proclamação da república":* 1 de janeiro (confraternização da humanidade); 24 de fevereiro (promulgação da Constituição Federal); 21 de abril (execução de Tiradentes); 3 de maio (descoberta do Brasil); 13 de maio (extinção da escravidão); 14 de julho (Comemoração da República, da liberdade e da independência dos povos americanos); 7 de setembro (independência do Brasil); 12 de outubro (descoberta da América); 2 de novembro

[301] Flávio GOMES. *Negros e política (1888-1937).* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005. p. 23
[302] Manoel Luiz Salgado GUIMARÃES. *Op. Cit.* p. 51
[303] GIL. Crônica. *Kosmos*. Ano 1, nº 5, maio, 1904.
[304] Decreto nº 155-B, 14/01/1890 do Governo Provisório citado por Lucia Lippi de OLIVEIRA. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 2, nº 4, 1989.

(comemoração geral dos mortos); 15 de novembro (Proclamação da República). De acordo com Lucia Lippi de Oliveira, ao decretarem a comemoração cívica dessas datas, os republicanos estabeleceram continuidades com elementos e figuras do passado, valorizando a lembrança de acontecimentos e heróis até então considerados perdedores pela história oficial.[305]

O dia 15 de novembro, por exemplo, embora registrado como uma data importante, não foi tema de nenhuma elaboração específica. Somente Bilac o fez, mesmo assim menosprezando sua importância, pois apenas marcaria uma *"evolução política"*.[306] Reis Carvalho investiu na defesa da comemoração de 14 de julho (dia da queda da Bastilha e, no Brasil, oficialmente denominado de *"Comemoração da República, da liberdade e da independência dos povos americanos"*) em lugar do 15 de novembro.

Em 1908 foi publicada na *Kosmos* uma conferência sua feita no mesmo ano no *Centro Republicano Conservador* da capital federal – um órgão positivista. Àquela altura a república no Brasil já estava claramente distante do acontecimento revolucionário francês de 14 de julho, daí o esforço do autor em justificar a existência dessa data comemorativa e de inserir o país em uma tradição republicana universal identificada com o Iluminismo, com a ciência, com o progresso, com a indústria e com determinadas virtudes, como as liberdades públicas. Argumentava ele que, em primeiro lugar, o 14 de julho não era uma data exclusivamente francesa, era um dia de festa para todo o ocidente, porque a Revolução de 1889 não teria sido uma crise particular a França, mas uma "explosão que inflamou todo o mundo". Mais que isso, o 14 de julho não se referiria somente à tomada da Bastilha, mas a toda a tradição filosófica do século XVIII que demoliu (a monarquia) e reconstruiu a França (sob o regime republicano com base na ciência, na indústria e na plena liberdade, influenciando a Europa e a América). Desse modo, *"a República, a Liberdade e a Independência"* eram frutos da *"crise de 1789"* que gerou nas Américas uma "*gloriosa estirpe de heróis"*, formada por George Washington, Toussaint-Louverture, Sucre, San Martin, Bolívar e Tiradentes. [307]

[305] Lucia Lippi de OLIVEIRA. As festas que a República manda guardar. *Op. Cit.*
[306] Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos.* Ano II, nº 5, maio, 1905
[307] Reis CARVALHO. O feriado brasileiro de 14 de julho. *Kosmos.* Ano 5, nº 7, julho, 1908.

Entretanto, as datas que mereceram mais destaque foram o 21 de abril (Tiradentes), o 3 de maio (Descobrimento do Brasil) e o 13 de maio (Abolição da escravidão).

Reis Carvalho escreveu sobre a *"festa nacional de 21 de abril",* na qual a nação deveria celebrar a figura de Tiradentes, evocadora da memória de todos os outros *"martirizados* precursores", como Manuel Bequimão, Bernardo Vieira de Mello, Filipe dos Santos, Domingos Martins, Padre Roma e etc, e os *"(...) que se perdem na imensa galeria dos anônimos sublimes."* Todos unidos pela liberdade e pela pátria. Mario Behring também mencionou o dia dedicado a Tiradentes como o momento de comemoração do *"vulto republicano",* que por sua vez sintetizaria em si todas as vítimas do despotismo monárquico.[308]

Foi o cronista Gil, no entanto, quem propôs a comemoração mais interessante. Para ele se deveria unir, em uma grande comemoração, o dia do trabalho, o dia do descobrimento[309] e o dia da *"reivindicação libertadora"*: os três marcos fundacionais deveriam ser associados à República. A sugestiva conjunção de datas não por acaso relacionava-se diretamente à criação do sentimento de amor à pátria e à integração dos ex-escravos e seus descendentes ao mundo do trabalho e à própria nação republicana. As comemorações do dia do trabalho e o da abolição deveriam, assim, *"(...) ser identificadas na mesma representação (...)"*, já que se vivia, segundo ele, um processo no qual a massa de trabalhadores era cada vez mais constituída pelo "nacional" e "o nacional" era em sua maioria "o mestiço". E esse tipo nacional para Gil deveria ter como *"(...) traço iniludível, o leve dourado da face, a insurreição mal refreada dos cabelos, o olhar insinuante e elástico (...)".* Tal deveria ser o tipo definitivo da nacionalidade brasileira, que no ano de 1904 já poderia ser notado nas ruas pela *"(...) vivacidade inteligente no homem e na beleza faceira da mulher".* [310]

Da *"tragédia da escravidão"* nascera o *"mestiço"* – uma *"sub-raça"*. Mas logo que *"tirada das agonias do cativeiro"* teria florescido *"magnificamente na vida nacional"* - o que o autor comprovava citando nomes, em suas palavras, de *"mestiços ilustres"*, como Basílio da Gama, Valentim da Fonseca, Rebouças e Gonçalves Dias. Logo concluiu que a colaboração da *"raça negra"* teria se dado tanto em termos da

[308] Ver Reis CARVALHO. Tiradentes e os precursores da independência brasileira. *Op. Cit.*.
[309] Sobre o tema ver também Capistrano de ABREU. Três de maio. Ano II, nº 5, maio, 1905.
[310] GIL. Crônica. *Kosmos,* Ano 1, nº 5, maio, 1904.

"afetividade" e da *"submissão no trabalho"* quanto das *"mentalidades e heróis"*. Daí que essa unificação de datas serviria para que não se falasse mais em dia da *"Abolição",* da *"Conquista Libertadora"* ou da *"derrocada do cativeiro"*. Só assim seria possível esquecer que *"(...) houve um dia essa miséria no Brasil"*. [311]

Fundamentando sua proposta, Gil argumentou que a data operária no Brasil não tinha o sentido de luta de *"multidões de explorados e famintos (...) fazendo da parede o muro contra a fome, odiando o trabalho porque ele é o cativeiro e o sofrimento"* como nos países europeus. O trabalhador na capital federal podia ser *"pobre"*, mas não era o *"faminto"* nem o miserável que fazia greves politizadas nos países europeus, daí que no Brasil a greve nada teria a ver com a *"revolta social"*. Havia, desse modo, um esforço significativo em afirmar uma convivência social e racial harmônica como característica nacional e original do Brasil. No Rio de Janeiro é que se dava *"realmente a Festa do Trabalho"*, pois se comemorava a *"glorificação do labor"* que sustentava a coletividade. E assim, o autor particulariza positivamente o Brasil em relação às *"(...) conturbadas sociedades do velho mundo"*, afinal, segundo ele, este era um país no qual não havia *"(...) preconceitos nem classes"*.

No ano seguinte, 1905, exatamente no mês de maio, a revista *Kosmos* trouxe uma série de colaborações que abordaram essas três datas cívicas do mês. A defesa mais eloqüente dessas datas foi a do 13 de maio, feita por Xavier da Silveira Junior, para quem o dia era muito *"mais do quem uma simples data evocadora de acontecimentos gloriosos"* – no caso, *"o grande ato da libertação dos cativos no Brasil"*. O 13 de maio sintetizaria a expressão de dois ciclos da *"civilização brasileira": "o que foi então definitivamente encerrado e revestia ainda a ficção semi-bárbara e anacrônica das instituições coloniais, e o que nela teve início e ao Brasil deu ingresso franco no concerto solidário dos povos, que no século XIX, constituíam a alta representação moral da humanidade."* E esse ciclo teria se completado com a proclamação da república, pois, segundo o ele, *"morrendo a escravidão morreu a monarquia, morrendo a monarquia morreria a escravidão"*. [312]

Nesse mesmo número da *Kosmos,* comentando também sobre que seriam os mais importantes acontecimentos da "história pátria", Olavo Bilac bradava que maio deveria ser o mês das mais importantes comemorações cívicas nacionais, às quais não

[311] *Idem*, *ibidem.*
[312] Xavier da SILVEIRA Jr. Treze de maio. *Op. Cit.*

era dado, porém, o devido destaque. Inconformado, afirmava *"(...) que se não fôssemos um povo sem entusiasmo, celebraríamos com exaltado jubilo as duas maiores datas da nossa história"*: o 3 de maio *("natalício da Nação"*, ou o descobrimento) e o 13 de maio *("emancipação moral"*; *"batismo de civilização"*). Essas datas tinham, segundo ele, significado especial e santo. Já o 7 de setembro e 15 de novembro assinalariam apenas duas *"evoluções políticas"*: a primeira data marcaria a passagem de colônia à metrópole, confirmando sua existência política e a segunda, a transformação de governo hereditário em governo eletivo. Era preciso afirmar a República e a construção da nação republicana como uma mudança relacionada a acontecimentos gloriosos e não como uma obra dos militares ou do acaso.[313]

Também para Bilac os marcos fundacionais mais importantes seriam, então, o descobrimento - data em que se deveria comemorar o *"desabrochar da Terra, cuja grandeza adormecida nem era suspeitada pelos que a vinham descobrir"* - e a Abolição, antes da qual o Brasil não tinha existência moral; a escravidão - *"erro secular"* - fazia o país ser um *"disparate cronológico, um anacronismo social"*.

Assim, o autor lamentava a falta de hábito em festejar as grandes datas cívicas da *"nossa história"*: *"Não há uma comemoração nacional - uma só! - que consiga despertar no animo d'este povo um movimento de júbilo patriótico"*, atribuído por ele à falta de consciência que os brasileiros teriam do valor da sua nacionalidade e do progresso conquistado até então, daí o sentimento de vergonha do que eram, a falta de orgulho do presente e a desesperança no futuro.

> O Brasil está cheio de gente preta ou mestiça, que a grande lei de 13 de maio veio redimir e integrar na comunhão brasileira...Mas quantos libertos foram visitar n'esse dia o túmulo dos seus libertadores? Quantos d'eles foram beijar a sepultura de José do Patrocínio, o Cristo da raça negra, crucificado pela ingratidão e pela calúnia? Quantos deles saíram à rua, em bandos jubilosos, para festejar o grande dia do Amor e da Igualdade? Ai de nós! A festa de 13 de maio passou, como a de 3 de maio, sem uma só vibração de alegria popular...Bandeiras nas repartições públicas, retumbar de salvas chochas, e ridículas reticências de gás nas gambiarras dos ministérios: mais nada![314]

Em primeiro lugar, o autor aventou a hipótese de ser a vergonha dos brasileiros do seu próprio país o motivo dessa falta de civismo. Mas ele próprio, em seguida, argumentou que tal vergonha não existiria mais e, se existisse, seria absurda. Afinal, o

[313] Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos.* Ano II, nº 5, maio, 1905.
[314] *Idem, ibidem.*

Brasil estaria cada vez melhor na sua marcha para a *"perfeita civilização"*. O que tornava ainda mais despropositada que a falta de fervor cívico fosse motivada por descrédito no valor da nação ou do progresso. Um povo *"forte e livre"*, que já tinha arte e comércio, indústria e civilização, logo iria transformar *"os nossos sertões em uma imensa colméia humana"*, ancorada nos valores da paz e do trabalho. Mas a falta de *"educação cívica"* seria um dos maiores obstáculos à formação nacional, sobretudo no que dizia respeito à população afro-descendente, que deveria festejar o 13 de maio homenageando-se José do Patrocínio. [315]

José do Patrocínio foi o herói escolhido. Fotos, caricaturas, homenagens e biografias foram publicadas na *Kosmos* quando José do Patrocínio morreu em 1905, enfatizando-o como um herói negro da *"história da nossa nacionalidade"*. Audácia, coragem e patriotismo na luta pela liberdade dos escravos compunham o enredo que fazia dele o *"(...) apóstolo defensor da redenção de sua raça, da reivindicação dos seus irmãos igualados na lei à humanidade brasileira"*. [316]

Todavia, inconformado, Bilac registrou seu questionamento acerca das razões que fariam com que aquela *"gente preta ou mestiça"* não se sentisse - ou parecesse não se sentir ao menos nos moldes que o intelectual desejava – civicamente orgulhosa de sua pátria. Por que *"essa gente"* preferiria ir à festa da Penha ou brincar nos *"bárbaros cordões"*, questionava Bilac.[317]

Dois anos depois, parece ter encontrado a resposta. Em uma crônica publicada em 1907, na *Gazeta de Notícias*, Bilac relatava que ouvira dizer e lera nos jornais que os *"pretos"* libertados pela lei de 13 de maio eram *"ingratos"*, já que não se congregavam numa grande festa cívica em homenagem e gratidão aos seus libertadores. Enfático, Bilac contra-argumentou que a Abolição não deveria ser comemorada só pelos descendentes de escravos, que não deviam gratidão a ninguém, muito pelo contrário. A glorificação dos abolicionistas mortos e vivos deveria ser feita pelo país inteiro, pelos que nasceram livres, pelos libertos e pelos descendentes dos escravizadores. Esses é que deveriam uma gratidão sem limites aos abolicionistas por terem livrado o Brasil da *"desonra de possuir escravos"* e aos próprios ex-escravos e seus descendentes pelos anos de servidão e riqueza adquiridos. Por sua vez, os libertos e seus descendentes não

[315] *Idem, ibidem.*
[316] Ernesto SENNA. José do Patrocínio. *Kosmos.* Ano II, nº2, fevereiro, 1905.
[317] *Idem, ibidem.*

deveriam nada aos abolicionistas, pois com toda justiça podiam *"nos lançar no rosto* [Bilac incluiu-se entre os abolicionistas] *o não termos ainda completado a obra da Abolição"*. Os abolicionistas teriam libertado os escravos, mas não os teriam instruído, não lhes teriam oferecido educação, nem lhes teriam assegurado o trabalho e, *"estupidamente e cruelmente"*, admitiram que já haviam feito tudo. Aos homens que tinham sido explorados *"como animais"* e seus descendentes não haviam oferecido nenhuma instrução para que pudessem se transformar em *"verdadeiros cidadãos"* daquela república, afirmava resignado. Os que tinham lutado e vencido, teriam vencido sozinhos por seus próprios méritos; outros muitos teriam morrido e continuavam morrendo devorados "*pela miséria, pela ignorância, pelo alcoolismo e pelo abandono moral..."* [318]

O historiador Robert Daibert forneceu algumas pistas sobre o esforço dos governos republicanos em capitanear para o regime a memória da Abolição e seu subseqüente fracasso. No segundo aniversário da Abolição, em 1890, houve na capital federal uma comemoração oficial que contou com um desfile cívico e com a inauguração de uma estátua de bronze encomendada em Paris que representava a figura de uma africana, medindo cerca de 3 metros de altura e pesando mais de 240 Kg. Em um dos braços a mulher trazia uma pulseira de ouro com uma meia lua pendurada na qual estavam gravadas duas frases: *"Ao Generalíssimo Manuel Deodoro da Fonseca, À Confederação Abolicionista"* e *"15 de maio de 1890, 2º da República"*. Na festa houve manifestações patrióticas em prol da república realizados por professores e alunos de escolas públicas. A população também foi convocada para iluminar e enfeitar suas casas e janelas com inscrições como *"revolucionárias grandes datas pacíficas: o 13 de maio e o 15 de novembro"*. De acordo com Daibert, as comemorações republicanas oficiais do 13 de maio do ano seguinte foram um fracasso em termos de adesão do público, enunciando o esvaziamento das comemorações de caráter oficial da data.[319] O que não quer dizer que não houvesse outras comemorações, como os batuques e os jongos, por exemplo.

Contudo, a despeito da insistência da afirmação de que não se comemorava mais, pelo menos em termos cívicos, a Abolição, a presença de estandartes abolicionistas no funeral de Joaquim Nabuco, em 1910, pode indicar o contrário, fato

[318] Olavo BILAC. Crônica. *Gazeta de Notícias,* 19/05/1907.
[319] Robert DAIBERT JUNIOR. *Isabel, a "Redentora dos escravos".* São Paulo, EDUSC, 2004. p. 191-193.

que não foi mencionado por Bilac nem por nenhum outro autor nos dois periódicos.[320] A partir disso, podemos pensar que o silenciamento sobre as comemorações relacionadas ao 13 de maio que aconteciam, sobretudo, extra-oficialmente, possa ser um indício de que tais comemorações não agradassem a Bilac, ele próprio abolicionista e republicano, preocupado em instituir outros marcos para a Abolição que não mencionassem a Monarquia e a Princesa Isabel. Mais uma pista nesse sentido é o fato de enaltecerem José do Patrocínio como o *"Cristo da raça negra",* sem mencionar nas biografias dedicadas a ele a sua profunda admiração pela Princesa, que celebrizou como *"A Redentora"*.

* * *

Os debates e justificativas em torno da seleção de acontecimentos, heróis e datas nacionais localizados nesses periódicos dimensionam não só o esforço em marcar traços que distinguissem a monarquia da república, mas em associar conteúdos nacionais ao novo regime. E mais: encontramos registros que projetam a união de negros e brancos na luta pelas mais nobres causas nacionais.

Sabemos que durante o Império, especialmente na produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, movimentos de insurreição anteriores à independência eram silenciados. O episódio da Inconfidência Mineira era visto como movimento fracassado, como uma ameaça à unidade nacional por seu caráter local e por seu conteúdo republicano. [321] Zumbi e o Quilombo dos Palmares eram considerados ameaças ao poder constituído e à unidade nacional. Até 1910, Zumbi e Palmares eram temas ausentes da produção desse Instituto.[322]

Já nos compêndios didáticos, Hebe Mattos[323] localizou em um livro ("História da América Portuguesa") publicado por Rocha Pitta, em 1730, uma narrativa histórica

[320] Luigi BONAFÉ. *Como se faz um herói republicano. Os funerais cívicos de Joaquim Nabuco.* (material apresentação à banca de progressão para o doutorado em 2006)
[321] Claudia Regina CALLARI. Os Institutos Históricos: do patronato de D Pedro à construção de Tiradentes. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 21, nº 40, 2001. p. 62-63
[322] *Idem, ibidem.* p. 72-73
[323] Hebe MATTOS. O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros. In: Martha ABREU, Rebeca GONTIJO (Orgs.). *Cultura política, historiografia e ensino de história.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007 (no prelo).

na qual, ainda que do ponto de vista português, o último Zumbi foi transformado em herói. No texto, a coragem dos palmarinos é destacada, embora a versão de que Zumbi teria preferido o suicídio ao cativeiro tenha prevalecido. Do mesmo modo, Palmares apareceu positivamente mencionada - por sua grandeza e civilização - no primeiro livro didático de história do Brasil, escrito por José Inácio de Abreu e Lima e publicado em 1843 ("Compêndio de História do Brasil"). Segundo a autora, o significado específico conferido a Zumbi por Abreu Lima está relacionado a uma *"tradição liberal que se inscrevia num campo anti-racista bem definido e bastante atuante nas décadas que antecederam à publicação do volume. Tal tradição rejeitava justificativas racializadas para a manutenção da escravidão, acatando apenas as de bases históricas e jurídicas, bem como qualquer restrição de direitos civis ou políticos com base em características inatas".*[324]

Mas Zumbi não desfrutou de unanimidade e o próprio liberalismo que informava tais interpretações tinha nuances diferentes. Hebe Mattos citou, nesse sentido, outro manual didático, escrito por Joaquim Manoel de Macedo e publicado em 1865, cujo título é "Lições de História do Brasil". Nesta obra, Zumbi é definido como negro associado à condição escrava, logo pouco importante para a história, ao passo que Domingos Jorge Velho é tomado por herói. Ainda que dentro do escopo do liberalismo, pois a cor continuava a não importar muito em si mesma, à experiência da escravidão foi conferido um peso maior. [325]

Com a chamada "geração de 1870", a raça tornou-se um referencial para as reflexões intelectuais sobre o Brasil, sendo celebrada, nesse contexto, ainda segundo Hebe Mattos, a formação de uma nova "raça brasileira", que incorporava índios e negros sob o comando dos portugueses.[326] Mesmo assim, Zumbi não desapareceu dos manuais didáticos nem das reflexões intelectuais. De forma patente, tanto ele quanto Tiradentes, na documentação levantada, foram interpretados de acordo com as demandas do presente e, desse modo, foram afirmados como mártires nacionais, exemplos de sacrifício, abnegação, coragem e justiça em nome da liberdade no início do século XX.

[324] *Idem, ibidem*
[325] *Idem, ibidem.*
[326] *Idem, ibidem.*

Como vimos, temas não ocuparam espaço só nos periódicos refinados como a *Kosmos* e o *Garnier*. Os heróis consagrados nesses periódicos também freqüentaram as páginas de manuais didáticos e de outros suportes também. Podemos acrescentar a essa lista telas e painéis encomendados pelos governos estaduais e o governo central ao pintor Antonio Parreiras, por exemplo.[327] Se Tiradentes foi alvo de diferentes representações pictóricas que reforçaram as disputas em torno de sua memória, como demonstrou José Murilo de Carvalho, sabemos que Zumbi ganhou pelo menos uma grande tela na primeira década do século XX, feita pelo próprio Antonio Parreiras em 1903, retratando-o como uma figura altiva e valente.

Diante das evidências apresentadas aqui, podemos indicar que os debates em torno dos elementos identitários nacionais e do próprio processo de legitimação do regime republicano envolveu a defesa de outras figuras do passado além do ambíguo Tiradentes e de Nossa Senhora da Aparecida – "emprestada" do domínio da religião, diante da incapacidade das correntes republicanas em expandirem a legitimidade do novo regime, como apontou José Murilo de Carvalho. [328]

Então, que significado as afirmações em relação a Henrique Dias, Zumbi, Chico Rei, Luiz Gama e José do Patrocínio poderiam ter em um momento absolutamente marcado pela ampla difusão das teorias raciais, como afirma uma tese consagrada da historiografia [329], que fazia com que a elite e os intelectuais tivessem vergonha das origens do seu próprio país?

Investigando a construção da "História do Brasil", Ângela Castro Gomes apontou que, "ao lado do amplo compartilhamento das teorias européias racistas que existia na virada do século XX, crescem" – nesse momento – "as divergências quanto à avaliação dos efeitos da miscigenação existente no Brasil, francamente constatada, mas nem sempre mais tão condenada". A crença no fundamento científico dessas teorias continuava existindo, daí a própria difusão da ideologia do branqueamento. Entretanto, começava-se a ponderar de forma mais sistemática a presença ativa de índios e negros

[327] Valéria SALGUEIRO. A arte de construir a nação – pintura histórica e a Primeira República. *Estudos Históricos.* Nº 30, 2002/2.
[328] José Murilo de CARVALHO. *A formação das almas. Op. Cit.* p. 140
[329] Thomas SKIDMORE. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, Lilia M. SCHWARCS. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.* São Paulo, Cia. das Letras, 1993, Jeffrey NEEDEL. *Op. Cit.*

na história e na cultura, que estavam sendo forjadas naquele momento como nacionais.[330]

Se tomarmos como referencial esses textos que valorizaram tanto a participação das três raças unidas em defesa do território quanto a presença ativa de negros nas lutas pela liberdade, incorporando-os orgulhosamente à história pátria, pode-se afirmar que essas figuras do passado tinham a *"cara da nação",* ao menos para alguns intelectuais bastante atuantes na primeira década do século XX.

Evidentemente não se pode deixar de lado as ambigüidades que marcaram o caráter incorporador dessa seleção de acontecimentos e heróis, seja no que diz respeito à origem africana - são exemplares as expressões utilizadas por Mario Behring para caracterizar a música da festa promovida por Chico Rei (*"confuso som de bárbaros instrumentos, adufes, xequerês, caxambus, reboando lugubremente"*, *"grandiosidade selvática das pompas africanas"*); seja na consagração no passado do congraçamento entre as três raças como garantia de um futuro mestiço, depurado dos traços africanos.

Contudo, nessa operação que associou conteúdos históricos nacionais à república e a república a conteúdos históricos nacionais, o presente configurou não só o passado da nação e da república, mas o futuro também, sempre orquestrados pela batuta de intelectuais – reconhecidos como seus legítimos condutores. O "povo brasileiro" e o "cidadão republicano" projetados precisavam ser orientados, conduzidos por intelectuais que não abriram mão da ação política em prol da integração do Brasil no concerto internacional das nações. Assim como também não desistiram de intervir naquela república (que não era a dos sonhos) e de dar corpo a ela com uma história e, com uma cultura, como veremos no próximo capítulo. Note-se, entretanto, que isso não implicou nenhum posicionamento diante das ações repressivas do poder público contra a população afro-descendente, por exemplo. Aliás, essa não era uma preocupação que estava na pauta dos intelectuais estudados a partir do *Garnier* e da *Kosmos.*

[330] Ver Angela de Castro GOMES. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção da Casa grande e senzala. *Remate de Males – Revista do Deptº de Teoria Literária/UNICAMP*, Campinas, 2000. p. 50, Martha ABREU, Carolina Vianna DANTAS. *Op. Cit.*

4

Folclore e singularidade nacional

A tarefa de buscar elementos identitários que pudessem ser compartilhados pela nação em meio a uma população marcada pela heterogeneidade não foi fácil: junte-se à diversidade étnica - e seus intercâmbios múltiplos - presente desde os tempos coloniais uma grande variedade de imigrantes estrangeiros vindos em massa para o Brasil ao longo dos séculos XIX e XX. A população que vivia aqui estava inserida no domínio do diverso, das diferenças de classe, regiões, costumes, aparências e falares.[331]

Segundo Larissa Moreira Vianna, o censo de 1872 detectou que mais de 70% da população nacional era formada por indivíduos de cor livres. Ainda que esses números possam ser imprecisos por conta das categorias de cor utilizadas, dão a dimensão da diversidade com a qual intelectuais estudados aqui estavam lidando, na primeira década do século XX, para definir uma identidade nacional para o Brasil. E mais: evidenciam que pensar a nação implicava necessariamente pensar na presença de negros e mestiços em confronto com as teorias raciais.[332]

A busca pela definição de um caráter cultural para a nacionalidade no *Garnier* e na *Kosmos* se desdobrou na celebração de festas, músicas, tipos, costumes, danças, personagens e lutas. Porém, se em ambos os periódicos foram publicados muitos textos sobre folclore[333], havia entre eles ao menos uma diferença. No primeiro predominaram os temas ligados ao interior do país, onde estaria localizada a "alma brasileira"; na *Kosmos,* pudemos identificar, lado a lado, textos que exaltaram o interior e seus

[331] Márcia Regina Capelari NAXARA. *Estrangeiro em sua própria terra. Representações do Brasileiro. 1870 – 1920*. São Paulo, FAPESP/Annablume, 1998. p. 107 e 115
[332] Larissa Moreira VIANNA. *O idioma da mestiçagem: religiosidade e 'identidade parda' na América Portuguesa.* Niterói, Departamento de História/UFF, tese de doutorado, 2004. p. 11.
[333] Ver anexos.

autênticos habitantes e os que identificaram expressões nacionais em manifestações culturais urbanas.[334]

No capítulo anterior apreciamos os acontecimentos, personagens e datas históricos que deveriam ser guardados e consagrados naquele presente. Vamos nos debruçar agora sobre determinadas experiências, práticas e manifestações culturais pensadas pelos intelectuais estudados aqui como uma espécie de patrimônio nacional. Vejamos, a seguir, quais delas foram selecionadas como singularidades capazes de promover um reconhecimento cultural comum e conferir unidade à nação.

4.1 A "alma encantadora" dos recônditos do Brasil

> Compreenderão todos os leitores o quanto é interessante o estudo da literatura chamada popular, anônima ou oral? Não faltam talvez os que olham com certo menosprezo essas produções singelas que constituem o romanceiro, o cancioneiro e a novelística do povo, e que consideram até como contraditório o termo - literatura oral -, desejando reservar o nome literatura àquelas produções em prosa ou verso que são transmitidas pelas letras. (...) ninguém que tem estudado o assunto desconhece o profundo

[334] Ver, por exemplo: B. OCTAVIO, Núpcias na roça. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1904; Alguns artigos publicados no Garnier; artigos publicados na Kosmos. Mello MORAES FILHO. As vésperas de Reis – Os ranchos (Bahia). *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1905; Álvaro GUERRA. Tia Maria. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1905; Raimundo MAGALHÃES. Quem contou da vaca (conto popular). *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1908; Eduardo RAMOS. O flautista do sertão. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1908; Rodrigues de CARVALHO. Folclore do Norte – peleja do bem-te-vi como madapolão. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1910; José de CARVALHO. No domínio do folclore- o Ceará. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1910. Já na *Kosmos,* ver; AA. O bumba meu boi. *Kosmos.* Ano II, nº 1, janeiro, 1906; Lima CAMPOS. A capoeira. *Kosmos.* Ano III, nº 5, maio, 1906; João do RIO. O elogio ao cordão. *Kosmos.* Ano III, nº 2, fevereiro, 1906; João do RIO. A musa popular. *Kosmos.* Ano II, nº 8, agosto, 1905; FANTASIO (OLAVO BILAC). A dança no Rio de Janeiro. Ano III, nº 5, maio, 1906; FANTASIO (OLAVO BILAC). O namoro no Rio de Janeiro. Ano III, nº 6, junho, 1906 Mario PEDERNEIRAS. Tradições. *Kosmos,* Ano III, nº 10, outubro, 1906; AMÉRICO FLUMINENSE (GONZAGA DUQUE). O carnaval do Rio. *Kosmos.* Ano IV, nº 2, fevereiro, 1907. Para mais artigos e maiores detalhes temáticos sobre os textos, ver anexo 10.

> sentimento poético, a força da imaginação e a arte narrativa que não raro transparecem nas obras da literatura popular, qualidades essas que têm provocado aos entusiásticos encômios de poetas como Molière, Goethe e Almeida Garret (...) e o que dá interesse particular ao seu estudo, é que as literaturas populares nos revelam relações de intercurso entre os povos (...) das quais não fala nenhum documento escrito. (Oscar NOBILING. Uma página de História da Literatura Popular. (Folk-lore). *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1907 p. 232).

A julgar pelo entusiasmo do folclorista Oscar Nobiling[335] no *Garnier*, o Brasil seria um vasto campo a explorar. Ao assumir a direção do *Almanaque* em 1907, João Ribeiro deixou clara sua intenção de abrir ainda mais espaço às colaborações que dessem a conhecer o povo e suas tradições, que materializariam a existência de uma unidade cultural nacional. Assim, o folclore – os costumes, o cancioneiro, os modos de falar, contar e versejar – corporificava, para o editor, as verdadeiras tradições nacionais e, em última instância, a própria cultura do país.[336] Povo e nação deveriam estar definitivamente identificados e ancorados na tradição.

Se consideramos em conjunto os textos sobre folclore publicados no *Almanaque*, sobressai claramente um eixo comum: são costumes, festas, modos de dizer, vocábulos e expressões, brasileirismos, lendas, mitos, versos de cancioneiro recolhidos no interior do país, principalmente no "norte" (Ceará, Pernambuco, Bahia e Acre).[337] Textos como

---

[335] Oscar Nobiling nasceu em Hamburgo em março de 1865 e faleceu em Bremen, em setembro de 1912. Depois de cursos em Friburgo, Berlim, Bonn e Paris, veio para o Brasil em 1889, naturalizando-se brasileiro em 1894. Fixou-se em São Paulo ensinando em colégios, escrevendo ensaios de erudição e folclore, artigos de crítica e comentário literário para vários periódicos. Voltou cinco vezes a Alemanha, doutorando-se em 1907 na Universidade de Bonn. Publicou vários livros didáticos para o ensino de línguas. Grande conhecedor da língua portuguesa, publicou entre outros: *Cantigas de Dom João Garcia e de Guilhade, Trovador do século XVII* (Erlangen, 1907) e a *Coleção de modinhas brasileiras,* demonstrando suas simpatias pelo "folclore" do Brasil. Ver http://jangadabrasil.com.Br/outubro38/im38100c.htm captado em dezembro de 2006.

[336] Expediente, *Almanaque Brasileiro Garnier,*1907; Expediente, *Almanaque Brasileiro Garnier,*1912. Eliana DUTRA. *Rebeldes literários da república. Op. Cit.*p. 121.

[337] Melo MORAES FILHO. A véspera de Reis. Os Ranchos (Bahia). *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1903. p. 299-203; Rocha POMBO. Catullo Cearense. *ABG.* 1909. p 436-437**;** Graça ARANHA. Tobias Barreto. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1909. p. 241-242; Rodrigues de CARVALHO. Folclore do Norte – peleja do bem-te-vi como madapolão. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1910. p. 272-277; Vocabulário e locuções populares do norte. *Almanaque Brasileiro,* 1910. p. 277-281; José de CARVALHO. No domínio do folklore, o Ceará. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1910. p. 281-285; Fabio LUZ/João RIBEIRO. Costumes Brasileiros. *Almanaque Brasileiro Garnier,*1911. p. 339-342; Henrique SILVA. Folklore do Brasil Central. *ABG*, 1911. p. 412-416; Frederico CAVALCANTI. Como o sertanejo prevê as chuvas. *Almanaque Brasileiro Garnier,*1912; Raymundo MAGALHÃES. Linguagem popular (Norte do Brazil).

"Núpcias na roça", de B. Octavio; "As vésperas dos Reis – Os ranchos na Bahia" e "O trovados do sertão", de Mello Moraes; "O flautista do sertão", de Eduardo Ramos; "Tia Maria", de Álvaro Guerra; "Linguagem popular- Norte do Brasil" e "Brasileirismos", de Alexina Magalhães; "Como o sertanejo prevê as chuvas", de Frederico Cavalcanti; "Costumes Brasileiros", de João Ribeiro; "ABC poético do Ceará", de Antonio Salles; e "No domínio do folclore – o Ceará", de José de Carvalho dão o tom do que foi tomado no *Almanaque* como singularidade nacional.

Pensando em suas ênfases e silêncios, podemos indicar que o projeto editorial do *Garnier* circunscreveu trabalhos que, quando não opunham cidade e autenticidade, valorizaram o interior do país como o lugar da "verdadeira alma nacional". O mergulho nas "tradições populares" proporcionou a visualização de uma nacionalidade original, integrada, coesa. Tal qual os países europeus, o Brasil também teria passado e tradições. Assim, um novo Brasil pôde ser delineado nas páginas do periódico, numa perspectiva otimista do presente e do futuro.

Como notou Eliana Dutra, esse investimento correspondeu a um esforço de integração concentrado na publicação de pesquisas e registros, principalmente sobre "o norte". Não por acaso era justamente essa a região que preocupava José Veríssimo quando avaliou, no periódico, o que chamou de a frágil unidade nacional do país.[338] Tal ênfase se desdobrou na valorização do interior e de seus habitantes: aí estaria o verdadeiro Brasil, longe do litoral e do cosmopolitismo das cidades. Esse recurso à tradição, que selecionou os costumes que os intelectuais julgavam capazes de promover uma identificação cultural, também diz respeito à forma como os próprios intelectuais se relacionaram com o cosmopolitismo e o progresso, tão presentes na primeira década do século XX na capital da república. [339] Não pense o leitor, entretanto, que defender as "tradições populares" significou defender o atraso. Ao contrário, tratou-se de registrar o que estaria em vias de desaparecimento. A fotografia, por exemplo, técnica considerada moderna, podia estar perfeitamente conciliada com o registro das autênticas tradições populares. [340]

Almanaque Brasileiro, 1912. p. 107-108; Expressões populares. Acre. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1914. p. 472-473. Para uma organização dos artigos por temas, ver anexo.

[338] José Veríssimo. Heresia sociológica. *Op. Cit*;

[339] Eliana DUTRA. *Rebeldes literários. Op. Cit.* p. 121

[340] Ver a respeito dessa hipótese, Eliana DUTRA. *Rebeldes literários. Op. Cit.* p. 118-119

Ao apresentar aos leitores do *Garnier* os *"Costumes Brasileiros"* ilustrados com fotos feitas por Fabio Luz, o próprio editor do *Almanaque* previa o desaparecimento de todos esses *"elementos primitivos"* e autênticos diante da penetração do progresso.

> Essa feição do Brasil primitivo vai pouco a pouco se apagando, (...) com as condições e exigências da vida civilizada que penetra rapidamente com as estradas de ferro, a navegação a vapor e a colonização européia. Dentro de poucos anos d'ela não existirá mais que raros vestígios cada vez mais afastados do litoral e das cidades marítimas".[341] (grifos nossos)

O próprio João Ribeiro "fez uso" da fotografia para eternizar costumes que julgava autênticos e nacionais, como a rendeira, a casa de sapé, o vendedor de frutas e o engenho de cana da Bahia. Seu texto veio acompanhado de fotografias que registraram para a posteridade tudo aquilo cujo desaparecimento ele previa para breve. A técnica moderna poderia, portanto, preservar as tradições que compunham um acervo cultural comum - cimento fundamental para criação e a manutenção do sentimento nacional.

Contudo, se aqui modernidade e tradição não foram termos excludentes, autenticidade e cosmopolitismo foram tomados como pólos opostos, o que parece coerente com as repetidas afirmações de que "o norte" seria uma espécie de celeiro das originalidades nacionais, berço do mais autêntico tipo nacional e do melhor fruto da mestiçagem. Com a palavra o folclorista cearense José de Carvalho:

> Quando no futuro, o estudo do folclore, ou tradições populares do Brasil, for uma realidade e se achar consolidado num seguro exame, verificado de Sul a Norte, e, então, se possa, com segurança, julgar o grau de inteligência ou de espírito do povo, nessas diversas províncias em que se subdivide a raça, estamos certos de que, no interessante estudo, caberá ao Ceará o primeiro ou o mais conspícuo lugar. Não nos move, neste conceito, nenhum estreito sentimento de bairrismo, por sermos cearense; mas, é que, conhecendo esse heróico povo desde as mais remotas e incultas camadas sertanejas, sabemos a fundo das belas e ingênitas qualidades de sua inteligência e de seu caráter**.** O vimos de perto nos sertões natais (…) [342] (grifos nossos)

[341] Ver Fabio LUZ/João RIBEIRO. Costumes Brasileiros. *Op. Cit.;* Henrique SILVA. Folklore do Brasil Central. *Op. Cit.* MELLO MORAES FILHO. A véspera de reis. Os ranchos (Bahia). *Op. Cit*

[342] José de CARVALHO. No domínio do Folklore - o Ceará. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1912. p. 411-412.

Colocando em foco os textos que evidenciam o peso conferido a esses "lugares de origem" no *Almanaque*, é possível relacioná-los a um movimento que valorizou as regiões Norte e Nordeste (genericamente denominadas de *"Norte")* nos debates que associaram folclore e nacionalidade, já que sobretudo no fim do século XIX, o "*Norte"* era tido como lugar não afetado pela imigração e pelo progresso.[343]

A argumentação do folclorista Raymundo Magalhães é um indício das ênfases selecionadas no *Garnier* para caracterizar esse "povo" a partir de suas tradições. Para o autor, as canções, versos, modos de falar e vocábulos coletados no "norte" do país e ali cotidianamente experimentados seriam praticamente desconhecidos no "sul". O abismo se tornava ainda maior quando se considerava que era nesses recônditos do interior do país que a *"pitoresca"* linguagem do povo, *"(...) eriçada de barbarismos (...)"*, não havia sido *"(...) ainda desfigurada pela macaqueação do estrangeiro"*.[344]

Ao analisar o caso dos migrantes do Ceará para a Amazônia, José Carvalho fez um elogio ao caboclo como forte e resistente, ressaltando a força e o heroísmo que faziam aquele povo vencer grandes adversidades, sendo ainda capaz de rir do *"seu próprio sofrimento"*. [345] Em outro texto publicado no *Almanaque,* o autor foi ainda mais longe em suas afirmações sobre o caboclo ao projetar nele o elemento ou tipo que no futuro representaria positivamente toda a raça nacional (ou *"o brasileiro"*). Para ele, conforme mostrou Eliana Dutra [346], o caboclo predominaria na mistura racial em curso e as heranças portuguesas e africanas tenderiam ao desaparecimento.[347]

Ainda que valorizando igualmente o interior como lugar da autenticidade, Henrique Silva, outro colaborador do *Almanaque,* operou um pequeno deslocamento em relação a seu colega. Localizou essa espécie de protótipo mestiço do brasileiro no *"Brasil Central"* – o nosso *"Far-West"* -, associando a formação da nação ao movimento bandeirante de expansão das fronteiras.[348] Seguindo a tônica da maior parte das colaborações sobre folclore no periódico, o autor se apressava em registrar as manifestações culturais (versos e canções de viola) que expressariam o âmago mais

[343] Cristina Ribeiro BETIOLI. *O Norte – um lugar para a nacionalidade.* Campinas, Dissertação de Mestrado, IEL/UNICAMP, 2003.
[344] Raymundo MAGALHÃES. Linguagem popular (Norte do Brazil). *ABG,* 1912.
[345] José de CARVALHO. No domínio do Folklore - o Ceará. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1910. 281-285.
[346] Eliana DUTRA. *Rebeldes literários da república. Op. Cit.* p. 128-129.
[347] José de CARVALHO. No domínio do Folklore - o Ceará. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1912. p. 411-412.
[348] Henrique SILVA. Folklore do Brasil Central. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1911. p. 412-416.

sincero da nossa nacionalidade. Interessava-lhe *"salvar o espólio poético de tantos elementos étnicos para reconstruir por inteiro as tradições do vasto cenário sertanista"*. [349]

Assim, intelectuais que se dedicaram ao folclore e que compartilhavam dessa posição em relação às autenticidades nacionais desfilaram pelas páginas do *Garnier*. Alguns tiveram, inclusive, perfis publicados e obras recomendadas, como Silvio Romero, Mello Moraes Filho e Pereira da Costa. Além desses hoje mais conhecidos e dos já citados, também colaboraram, entre outros, Alexina Magalhães, Osório Duque-Estrada, Macedo Soares e Alberto de Faria.

Até mesmo intelectuais que não estavam diretamente ligados à produção folclorística, como Rocha Pombo e Graça Aranha, se mostraram fascinados pela "alma popular" do interior do país. Há que se lembrar do tom celebratório com que Rocha Pombo se referiu às músicas cantadas por Catullo da Paixão Cearense em uma festa na casa de Mello Moraes[350] e a homenagem de Graça Aranha a Tobias Barreto.[351] O diplomata qualificou-o como um *"sertanejo exemplar", "um verdadeiro homem" (...) "da nossa raça"*: forte, resistente, inteligente, adaptável, portador de um lirismo encantador.

Como já deve ter notado o leitor, a justificativa dessa opção pelo homem do interior (sertanejo, caboclo ou bandeirante) como mais autêntico se relacionava diretamente à distância das cidades e do litoral. Seria ela a responsável por determinar a autenticidade, pois no litoral o cosmopolitismo, as modas internacionais e a imigração liquidariam com qualquer chance de formação de um tipo brasileiro e expressões culturais verdadeiramente originais. Percebe-se aqui um critério que silenciou temas a respeito das manifestações culturais urbanas como possíveis originalidades ou expressões nacionais.

Outro indício a confirmar esse argumento foi a menção feita a João do Rio no *Almanaque*. Em seu perfil foi conferido destaque à sua dedicação às multidões urbanas, *"a todo o vasto subsolo do Rio"*, uma *"babel cosmopolita"*. João do Rio, portanto,

[349] *Idem.*
[350] Rocha POMBO. Catullo Cerense. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1909. p. 436-437
[351] Graça ARANHA. Tobias Barreto. *Op. Cit.*.

registrava personagens que não figuraram nas páginas do *Garnier,* como os *"mulatos ambulantes",* os *"tipos originais e populares"* da cidade, os *"vagabundos que alimentam a musa das ruas", "os forrobodós", "os candomblés"* e etc [352], alguns dos quais tendo freqüentado, porém, as páginas da *Kosmos.*

Podemos relacionar essa perspectiva presente no *Garnier* a uma produção intelectual que a partir de 1870 buscou aprofundar o conhecimento sobre o país. Segundo Silvio Romero - referência para os intelectuais citados aqui -, ao estudo da poesia popular só interessavam as populações rurais, posto que o "popular" das cidades era *"inculto"* e formado por *"capadócios ou cafajestes"*, não passando de *"resíduos"* de uma cultura em processo de degeneração. Essa seria uma *"gente madraça, que, possuindo todos os defeitos dos habitantes do campo, não lhe comparte as virtudes".*[353] Nessa perspectiva, a preocupação era construir um determinado saber que se afastasse da diferença e da fragmentação, uma vez que tais registros pertenciam a um outro "tempo", que não existiria mais na cidade do presente.

De acordo com Martha Abreu, esse empenho se deu em um contexto no qual duas questões eram primordiais: a primeira dizia respeito aos desafios acerca da abolição da escravidão e dos debates em torno do progresso e da civilização; a segunda se referia ao peso que a discussão dos possíveis males oriundos de uma população marcadamente africana e mestiça teriam nos prognósticos sobre a nação que se desejava construir. Em meio a avaliações pessimistas e à procura dos caminhos que pudessem colocar o país na rota da civilização, foram publicados no Brasil, entre o final do século XIX e início do XX, muitos trabalhos de cunho etnográfico, literário e artístico que traziam registros de lendas, contos, versos, festas, expressões e vocabulários

[352] João do Rio. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1907. p. 324-325; Folkloristas brasileiros. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1911. p. 406-407. O único trabalho de João do Rio publicado no *Almanaque* foi: João do RIO. A princesa de sândalo (costumes dos musics halls). *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1907. p. 313-316.
[353] Silvio ROMERO. Estudos sobre a poesia popular. p. 45 *Apud* Claudia Neiva de MATOS. *Poesia popular na República das letras. Silvio Romero folclorista.* Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/FUNARTE, p. 170.

identificados pelos seus autores como "populares". Esse popular esteve, geralmente, associado ao *"regional sertanejo, produto da conjunção entre brancos e índios"* ou ainda ao *"homem do campo"*.[354]

Todavia, a filiação a essa tradição intelectual que investiu na coleta do folclore e na busca de uma identidade nacional localizada no interior não significou, de modo algum, descompasso com as tendências em voga na Europa. Ainda segundo Martha Abreu, os estudos sobre "cultura popular" foram inaugurados a partir do fim do século XVIII por Herder e pelos irmãos Grimm e intensificados em função do investimento dos intelectuais ligados ao romantismo europeu no século XIX. Interessados na busca de tradições e identidades nacionais, associaram-nas ao rural e ao interior, selecionando-as em contraste ao *"modelo francês do cosmopolitismo, modernidade e civilização."* [355] Como marcos desse interesse a autora destacou o lançamento, pelo folclorista português Teófilo Braga, de uma série de publicações sobre poesia popular portuguesa (1867) e a fundação da primeira sociedade de folclore na Inglaterra (1878).[356]

Não por acaso, Teófilo Braga foi uma das referências para as reflexões sobre folclore ensejadas pelos autores publicados no *Almanaque*. Seguindo Eliana Dutra, o intelectual português esteve envolvido em intervenções políticas bastante semelhantes às quais se dedicaram o editor do *Almanaque* e alguns de seus colaboradores, como a implantação da república, as preocupações cívicas e os estudos sobre o folclore. Como que em paralelo, as idéias que nortearam o intelectual português em seu viés pedagógico voltado para a busca da identidade nacional estavam no horizonte de João Ribeiro. [357]

---

[354] Martha ABREU. Folcloristas. In: Ronaldo VAINFAS. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002. p. 281
[355] *Idem, ibidem.* p. 282
[356] *Idem, ibidem.*
[357] Eliana DUTRA. *Rebeldes literários. Op. Cit.* p. 126

Contudo, no Brasil essa busca tinha um elemento complicador a ser enfrentado: a ampla presença de uma população de origem africana. Diante dos dilemas pretensamente trazidos pela miscigenação em termos de possíveis degenerações e obstáculos ao progresso ou, ainda, de um processo de branqueamento, a inclusão da "cultura popular" na nacionalidade sinalizava um caminho mais decisivo e menos restrito que os oferecidos pelos argumentos raciais, conforme observou Eliana Dutra sobre os estudos de folclore publicados no *Garnier*. E, embora João Ribeiro já tivesse tornado públicos seus argumentos sobre a existência da desigualdade de raças no país, optou por manter a questão silenciada no *Almanaque*. Tal opção foi creditada, pela autora, ao seu compromisso com uma pedagogia da nacionalidade, a partir da qual associou o "folclore" e a uma nova abordagem do Brasil e da república.[358]

Do ponto de vista de João Ribeiro, essa "nova abordagem" presente em suas obras se desdobrou na associação entre uma interpretação republicana da história do Brasil e a existência de uma *"raça mameluca"*, formada a partir do desmoronamento das lealdades a Portugal. Nessa *"raça mameluca"*, nascida das lutas em defesa do território, o autor localizou a origem do sentimento republicano dos brasileiros. A república era encarada pelo editor do *Almanaque* como resultado do desenvolvimento de um "povo" que foi se diferenciando do português nos processos das lutas pelo território e, assim, foi construindo sua própria identidade.[359]

Assim, a mistura das três raças formadoras foi admitida de forma positiva, tenho sido o homem do interior, denominado caboclo ou sertanejo, considerado o seu melhor fruto. Ainda que o debate sobre negros, mestiços de origem africana e preconceito racial não tenha estado completamente ausente do *Almanaque,* é certo que não correspondeu a um investimento na eleição de manifestações culturais urbanas diretamente associadas a esses grupos como parte do esforço de construção de uma identidade nacional. Negros e

[358] *Idem, ibidem.* p. 126-127.
[359] *Idem, ibidem.*. p. 127, 144 e 223.

mestiços de origem africana ficaram subsumidos na positivação da origem racial miscigenada no passado e na "cultura popular" localizada do interior do país, o que fica evidente nos textos já mencionados de Antonio Salles ("Tia Maria") e de Mello Moraes ("As vésperas dos Reis – Os ranchos na Bahia") e de B. Octavio ("Núpcias na roça").

Se até aqui falamos apenas do *Almanaque,* já é hora de pensar na *Revista Kosmos* e em que medida ela se aproximou (ou se afastou) das perspectivas predominantes no primeiro. Comparando os textos sobre folclore publicados nos dois periódicos, constata-se que as colaborações sobre folclore do "interior autêntico" do Brasil também freqüentaram as páginas da *Revista.*

Da mesma forma o *Almanaque, Kosmos* publicou uma série de textos ocupados em registrar os costumes, lendas, versos, falares e cantares da população do interior do país. Contudo, ao lado de textos que celebravam a autenticidade encontrada no interior, na *Kosmos* os habitantes desse interior também apareceram associados a valores negativos. A série de cinco contos de autoria de Coelho Netto denominada "Fertilidade" é exemplar nesse sentido.[360]

Incorporando divergências e ambigüidades, os retratos do interior estampados na *Kosmos* variaram segundo a valoração de cada autor, indo desde a exaltação de características como força, virilidade, lirismo, disposição para o trabalho, harmonia com a natureza e autenticidade até a associação desse universo com a imundície e a superstição. Em síntese: eram homens e mulheres pobres, vivendo em sua maioria na terra de fazendeiros ou lutando para conseguir o seu próprio pedaço de terra. O "interior do país" retratado na *Kosmos* parece mais próximo das condições de vida dos seus habitantes, contando inclusive com a presença de negros. Mesmo que essas diferenças tenham sido consideradas, em ambas as publicações predominou uma concepção do "popular" como idéia maleável, híbrida, indefinida e eventualmente conflituosa. No interior, distante das cidades, esse "popular" existiria em "estado puro" e, exatamente por isso, estaria recoberto de positividade.

Resta-nos ainda analisar a particularidade mais evidente da *Kosmos* em relação ao *Almanaque*: a consagração de determinadas manifestações culturais urbanas associadas à presença negra como originais e capazes de integrar o acervo cultural

[360] A série foi publicada na *Kosmos* entre março de julho de 1905. Ver anexo 10.

comum à nação. Algumas questões nortearam nosso percurso. Como já foi dito, o caminho apontado por uma corrente historiográfica (de que os intelectuais da chamada *Belle Èpoque* estiveram voltados predominantemente para a europeização dos costumes e que rejeitavam o que estivesse associado a um *"Brasil antigo e africano"*)[361] não contempla as questões trazidas pelos textos publicados nesses periódicos. Tampouco outra tese, derivada da primeira, que explicou o interesse de intelectuais por manifestações culturais associadas a negros e mestiços como a evidência de uma onda de exotismo e regionalismo, é capaz de explicar sozinha os investimentos intelectuais identificados nesta pesquisa.[362]

Diante disso, algumas indagações podem nortear nossas reflexões sobre o material localizado, sobretudo na *Kosmos* (mas também na *Renascença* e na *Revista da Academia Brasileira de Letras*), que mencionaram elementos culturais urbanos e/ou com presença negra e mestiça acentuadas como possíveis singularidades nacionais. Que manifestações foram eleitas e a partir de que predicados? Que tipo de associação foi estabelecida com a presença negra? Ao enfatizarem um outro mestiço, os autores da *Kosmos* estariam operando com outra idéia de mestiçagem? Que relações foram forjadas com o passado? Procurando responder a essas questões será privilegiada, agora, a análise dos textos sobre manifestações culturais (urbanas) nas quais negros e mestiços de origem africana e a própria mestiçagem foram temas centrais.

---

[361] Como exemplos dessas teses, ver: Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.* São Paulo, Brasiliense, 1983; Needell, Jeffrey. *Belle Époque tropical***.** São Paulo, Cia das Letras, 1993 [1ª edição, 1987]; Velloso, Monica Pimenta. *Tradições populares na primeira década do século XX.* Rio de Janeiro, FUNARTE, 1988; Esteves, Martha Abreu. *Meninas Perdidas, os Populares e o Cotidiano do Amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque***,** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

[362] Nesta perspectiva, ver: Vianna, Hermano. *O Mistério do samba.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor/UFRJ, 1995; Naves, Santuza Cambraia. *O Violão Azul, Modernismo e Música Popular*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998; Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão. Op. Cit.*

4.2 *Brasil café com leite* - a cidade e a presença negra

> Na Saúde, a dança é uma fusão de danças, é o samba, uma mistura do *jongo* e dos batuques africanos, do *cannaverde* dos portugueses e da *poracé* dos índios. As três raças fundem-se no samba, como n'um cadinho (...) [No] samba (...) desaparece o conflito das raças. Nele se absorvem os ódios da cor. O samba é, - se me permitis a expressão – uma espécie de bule, onde entram, separados, o café escuro e o leite claro, e de onde jorra, homogêneo e harmônico, o híbrido café com leite. (Fantasio/pseudônimo. de Olavo Bilac. A dança no Rio de Janeiro. *Kosmos*. Ano III, nº 5, maio, 1906)

Assim como se deu no *Almanaque Garnier,* a preocupação com a produção de acervo cultural comum à nação foi o pano de fundo dos textos publicados na *Kosmos* sobre os costumes, práticas e símbolos que poderiam ser consagrados como parte de um acervo cultural nacional.

A primeira observação que nos interessa apresentar ao leitor está contida numa crônica publicada na *Kosmos* em 1904 e assinada por Gil. Tomando a capital da república pela nação, o autor notou, entusiasmado, que a Festa da Penha havia dado *"vida, cor e originalidade"* àquele mês de outubro de 1904. Afinal, teria reunido sob a mesma sintonia pessoas de diferentes origens sociais e raciais, como *"foliões arlequinescos*", *"burgueses graves"*, *"cantadores nostálgicos"*, *"capadócios desabusados"*. Enfim, *"gentes de todas as raças e idades"* na mais perfeita harmonia, compartilhando a devoção, a festa e a *"alegria espontânea e sincera de viver"*. [363] Além de proporcionar valiosos trânsitos culturais e sociais, a Festa da Penha deveria ser encarada como uma tradição por um motivo muito específico: a partir dela e de outras

[363] GIL. Crônica. *Kosmos*. Ano I, nº 10, outubro, 1904.

festas similares o mestiço teria se integrado à nacionalidade e vencido os *"preconceitos de classe"*.[364] Portanto, aquela modernidade não poderia prescindir da originalidade trazida pelas festas como as da Penha e da Glória, nas quais raças e classes diferentes compartilhavam, segundo o autor, os mesmos códigos identitários.

Mas, se do ponto de vista do cronista Gil a festa da Penha foi recoberta de positividade, para Bilac parecia *"ignóbil"*. Sem associar essa negatividade à presença de negros ou mestiços na Festa, Bilac argumentou que, em geral, essa era uma ocasião em que a *"gentalha"* praticaria brutalidades, desordens e crimes. Além do que, no andar, no falar, no trajar dos festeiros tudo lhe parecia grotesco e desprezível. Não havia nada mais terrível para o autor do que os devotos da festa da Penha se dirigindo, depois da quermesse, para a Avenida Central, pois seriam pessoas (e práticas culturais) em descompasso com a modernidade. A festa da Penha combinava, segundo Bilac, com o Rio de Janeiro do passado, com o *"velho Rio de Janeiro de ruas tortas, de betesgas escuras, de becos sórdidos",* não com o pressente e muito menos com o futuro. [365] Definitivamente, para Bilac a festa da Penha era *"(...) um monstruoso anacronismo: era a ressurreição da barbaria (...) vindo perturbar e envergonhar a vida civilizada."* [366]

Mais à frente, entretanto, veremos o mesmo Bilac defendendo, a partir de outra manifestação cultural, a união das três raças e celebrando o mestiço. Operando essa valorização, se aproximava, em última análise, da perspectiva defendida por Gil, ao celebrar as trocas culturais que favoreceriam a mistura, a harmonia e a originalidade. O que fica nítido é que houve uma seleção e que o mestiço e a mestiçagem poderiam ser compatíveis com a modernidade e com o progresso. Aliás, mais que compatíveis, imprescindíveis para lhes conferir sentido, originalidade e tradição.

Nesse sentido, Bilac – sob o pseudônimo Fantasio e, assim, despido do peso de escrever as crônicas de abertura da *Kosmos* – não deixou de apontar em sua geografia sócio-racial[367] da dança no Rio de Janeiro o artificialismo dos bailados no bairro de Botafogo, em contraposição às danças executadas nos bairros da zona portuária, como

[364] *Idem, ibidem.*
[365] Olavo BILAC. Crônica. In: *Kosmos.* Ano III, nº 10, outubro, 1906.
[366] *Idem, ibidem.*
[367] Essas e outras incursões etnográficas de Olavo Bilac lhe renderam, posteriormente, a denominação de *"poeta-sociólogo"* por Gilberto Freyre. Ver Gilberto FREYRE. *Região e tradição*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1941. p. 252

era o caso do maxixe e do samba. Esse artificialismo ia diminuindo de acordo com a região da cidade: nos locais habitados por negros a dança ia ficando cada vez mais híbrida, criativa e original.[368]

Na Saúde, localidade habitada majoritariamente por negros[369] na primeira década do século XX, segundo Bilac se dançava o *"samba: "uma fusão de danças"* que misturava o *"jongo"* e os *"batuques"* africanos, o *"connaverde"* dos portugueses e a *"poracé"* dos índios. Metáfora da nossa formação, no samba *"as três raças fundem-se (...) como n'um cadinho".*[370] No *"samba"* desapareceria *(...) o conflito das raças. Nele se absorvem os ódios da cor. O samba é – se me permitis a expressão – uma espécie de bule, onde entram, separados, o café escuro e o leite claro, e de onde jorra, homogêneo e harmônico, o híbrido café com leite.* [371]

A imagem do *"híbrido café com leite"* é emblemática. Não só o "samba" como espaço de trocas e sínteses culturais, mas a própria capacidade de congraçamento racial e cultural sublinhada, ou seja, a mestiçagem, são destacados como parte desse acervo cultural comum.[372] O *"samba"* de Bilac harmonizava as diferenças raciais e culturais e celebrava o mestiço como um tipo nacional original não-branco, mas homogêneo e harmônico. Entretanto, não podemos deixar de sublinhar que Bilac admitia existirem ódios da cor no país naquele momento, o que coloca em destaque seu esforço em propor e inculcar, com a consagração dessas expressões culturais, a unidade e o congraçamento. Se a Festa da Penha não poderia encarnar ao mesmo tempo originalidade e modernidade, o *samba*, para Bilac, seria capaz incorporar ambas. Em elaboração, música e dança foram considerados lugares ideais para trocas culturais, para essa mistura que absorveria o *"preconceito de cor"* e fundiria os elementos formadores da nacionalidade.

Propostas como essas parecem não ter sido exceção entre a intelectualidade no início do século. Nomes como Raul Pederneiras e Affonso Arinos também investiram nessa construção. Para o primeiro, o maxixe – originado dos *"arrastados ou sambas"*

---

[368] Olavo BILAC. A dança no Rio de Janeiro. *Kosmos.* Ano III, nº 5, maio, 1906.
[369] O autor não menciona esse fato, mas no bairro da Saúde - localizado na região central da cidade, nas imediações do porto – concentravam-se negros, imigrantes pobres e a parte da população negra da cidade surgida a partir da "diáspora baiana". Era uma área repleta de cortiços, candomblés, maltas de capoeiras. Maria Clementina Pereira da CUNHA. *Op. Cit.* 165. Além disso, nas caricaturas de Kalixto que acompanham a crônica a origem social e étnica dos dançarinos é evidente: os indivíduos que dançam maxixe e samba na saúde são negros e trajam roupas simples.
[370] Olavo BILAC. A dança no Rio de Janeiro. *Op. Cit;*
[371] *Idem, ibidem.*
[372] Fantasio (pseud. de Olavo Bilac). A dança no Rio de Janeiro. *Kosmos.* Ano III, nº 5, maio, 1906.

na Cidade Nova – simbolizava uma *"(...) incompreensível mistura de mazurca, polca, fandango e dança africana (...)"* que fascinava e expressava o que era o Brasil.[373] Já Affonso Arinos, numa perspectiva mais formal, atribuiu à *"música popular"* um caráter positivamente nacional e mestiço. Para o autor, a música popular sintetizaria a união das três raças e a inventividade do mestiço, o que faria dela a maior *"expressão espontânea de gênio de nosso povo"*, produto da presença e do intercâmbio entre portugueses e africanos no Brasil.[374] Preocupado com a valorização da "música popular brasileira", tentava sensibilizar as mulheres – para ele *"as maiores inspiradoras dos poetas"* - a tomarem para si a missão de *"repatriar a música brasileira exilada das nossas grandes cidades e dos salões, honrá-la nos seus cultores e intérpretes"* [375]. De acordo com seu ponto de vista e com a perspectiva dos folcloristas nesse momento, não se deveria contrariar, com doutrinas sem raízes nas tradições e nos costumes, a organização espontânea dos povos. E isso seria fundamental para "*o bom governo dos povos"*. [376] Toda essa valorização demandou, contudo, a necessidade de seleção, pois na avaliação de Arinos as *"canções triviais"* podiam conter algum *"desvario das orgias"* ou *"coplas brutais e grosseiras"*. Para o autor, se a *"musa popular era essencialmente ignorante, não deixava de ser profundamente genial"*. [377]

Argumentos próximos a esses foram defendidos por folcloristas entre o fim do século XIX e início do XX, como constatou Martha Abreu em seus estudos sobre a construção de uma "identidade musical mestiça".[378] Alguns desses folcloristas, como Pereira da Costa e Alexina de Magalhães, colaboradores do *Almanaque,* não deixaram de registrar em suas publicações o valor das contribuições culturais negras e mestiças para a identidade nacional. Pereira da Costa, prestigioso político e historiador de Pernambuco, registrou em sua obra mais importante, publicada em 1908, [379] superstições, danças, músicas, poesias, quadras, versos políticos e parlendas chamadas populares, dando destaque às influências africanas. Ainda que tenha considerado

[373] Raul PEDERNEIRAS. O maxixe. *Século XX*. Rio de Janeiro. Ano I, nº 8, maio, 1906.
[374] Affonso ARINOS. A música popular. *Kosmos*. Ano II, nº 4, abril, 1905.
[375] *Idem, ibidem*.
[376] *Idem, ibidem.*
[377] Affonso ARINOS. *Op. Cit.*
[378] Martha ABREU. Histórias da Música Popular Brasileira, uma análise da produção sobre o período colonial. In: Jancsó, I.; Kantor, I.. (Org.). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo, Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial/Hucitec, 2001. Ver também Martha ABREU, Carolina Vianna DANTAS. *Op. Cit.* Os trechos de Pereira da Costa e de Alexina de Magalhães estão nesse artigo.
[379] Francisco Pereira da COSTA. Folk-lore Pernambucano. Subsídios para a História da Poesia Popular em Pernambucano. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1908. Tomo LXX, parte II. p. 202-203.

"*monótonos e bárbaros"* os sons africanos, reconheceu a originalidade e o interesse no estudo desses assuntos. Além disso, elegeu o samba a dança popular tipicamente brasileira, caracterizando-o como *"(...) um misto de dança, poesia e música, cujas toadas são acompanhadas à viola e pandeiro"*. O autor concluiu que *"a adoção dessas danças africanas (pelo povo) vinha de fins do século XVIII, pelo menos*." [380]

Para o folclorista, a valorização cultural dessas *"especialidades brasileiras"* como os *"batuques e maracatus africanos"* estava conjugada ao reconhecimento social de que o negro *"constituía um dos principais fatores da nossa nacionalidade, distintamente, ao lado do branco e do índio, e misturadamente, pelo cruzamento comum das três raças"*. Isso, contudo, não foi encarado como fator negativo, já que Pereira da Costa entendia que não faltariam *"aos africanos e seus descendentes, nem bravura, nem vigor na resistência, nem amor à liberdade pessoal, porque o martírio era de vencer todas as paciências, e esgotar qualquer resignação"* [381]. Ao igualar a todos, a lei de 13 de maio de 1888 teria apenas deixado "*as distinções que naturalmente estabelecem a honestidade e o caráter, alheias ao prejuízo de raça..."*. [382]

Em seus estudos sobre folclore, a professora mineira Alexina de Magalhães, por sua vez, demonstrou valorizar também manifestações culturais associadas aos indivíduos de ascendência africana: *"(...) encontrei um preto velho cearense, dormindo ao relento à mingua de serviço; era inteligentíssimo; fazia contas admiravelmente, si bem que analfabeto"* [383]

Assim, na trama das ambigüidades que marcaram esse elogio da presença negra na nacionalidade através do folclore, as menções ao carnaval e à Festa da Penha ensejaram impasses. A presença mais aparentemente africana no carnaval, em particular, foi quase que unanimemente valorada de forma negativa pelos colaboradores da *Kosmos*, à exceção de João do Rio (embora com ressalvas). Ao tematizar os cordões carnavalescos na *Revista* em 1906, ainda que tenha usado termos como *"horror*", *"pavoroso"*, *"bárbaro"*, *"pandemônio"* e *"turba"*, o autor assumiu a idéia de que aquele *"povo"* dos cordões era guardião de determinadas práticas culturais importantes de serem registradas e vividas. Entre a atração e a repulsa, apontou que nessas

[380] *Idem, ibidem.*
[381] *Idem, ibidem.* p. 230-233.
[382] *Idem, ibidem.* p. 237.
[383] Alexina MAGALHÃES. *Cantigas das Crianças e do Povo, e Danças Populares* (Coleção Icks, série A). Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, Livraria Francisco Alves, 1911 (Biblioteca infantil). P. 194

manifestações culturais havia algo de original, que integrava a modernidade, a presença negra e a nação:

> Achas tu que haveria Carnaval se não houvesse os cordões? Achas tu que bastariam os préstitos idiotas de meia dúzia de senhores que se julgam engraçadíssimos (...)? (...) o Carnaval teria desaparecido, seria hoje menos que a festa da Glória ou o "Bumba meu boi" se não fosse o entusiasmo dos grupos da Gamboa, do Saco da Saúde, de São Diogo, da Cidade Nova (...). [384]

Os cordões seriam não só os *"núcleos irredutíveis da folia carioca (...)",* mas *"(...) um bem do povo, bem da terra (...)"*. A começar pelo título de sua crônica – *Elogio do Cordão* – e sua publicação na refinada *Kosmos*, podemos perceber que os espaços e manifestações culturais da população negra e urbana despertavam interesse em intelectuais e, conseqüentemente, em leitores. Embora buscasse em sua crônica a *"alma encantadora do Rio",* associando uma dada identidade coletiva à cidade, tomou a parte pelo todo, mimetizando o Brasil na capital federal. E, ao fazer essa operação, chamou a atenção para a originalidade de uma determinada manifestação cultural tremendamente associada à presença, senão africana, certamente negra naquele momento.

Como em outros casos, podemos encontrar na mesma *Revista* opiniões contraditórias, evidenciando as tensões que circundavam o debate. Se para João do Rio os cordões carnavalescos tinham um tom admirável e original, para Olavo Bilac eram *"abomináveis, horríveis e fétidos"*.[385] Gonzaga Duque parecia concordar com Bilac, pois, nos carnavais de 1906 e de 1907, chamou a atenção do leitor para o *"o bramir selvagem dos Zé-pereiras"*[386], "*a melopéia irritante dos cateretês, as danças de taba, a festa bárbara, horrivelmente barulhenta e desesperadamente estúpida"*.[387] Já no carnaval de 1909, embora tenha reafirmado ser a festa um *"(...) berreiro de taba de mistura com uivos de africanos em samba (...), ou uma festa "(...) de cabindas e botocudos"*[388], Duque destacou-a positivamente como a única *"festa popular"* capaz de mobilizar *"a alma ingênua do populacho"*, fazendo com que saíssem dos seus *"casebres para as avenidas e ruas do novo Rio"*, ocupando-as com alegria.[389] Ainda

[384] João do RIO. Elogio ao cordão. *Kosmos*. Ano II, nº 2, fevereiro, 1906.
[385] Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos*. Ano III, nº 3, março, 1906.
[386] Gonzaga DUQUE. O Carnaval no Rio. *Kosmos*. Ano IV, nº 2, fevereiro, 1907.
[387] Gonzaga DUQUE. Princezes e Pierrots. *Kosmos*. Ano III, nº 3, março, 1906.
[388] Gonzaga DUQUE. O Carnaval no Rio. *Kosmos. Op. Cit.*
[389] Gonzaga DUQUE. *Kosmos.* Ano VI, nº 2, fevereiro, 1909.

que continuasse a julgar a folia do *"povo"* como uma *"festa bárbara"* e o carnaval dos clubes como pomposo e mais civilizado, parece que naquele ano a presença desse *"povo"* com seus sons e ritmos na Avenida Central já não era mais tão repugnante ao autor.[390] O que teria mudado? O cronista ou o "povo"?

Em *Ecos da Folia,* seu denso trabalho de pesquisa, Maria Clementina Pereira Cunha traz questões que ajudam a pensar essas divergências em torno do carnaval, de sua lenta "aceitação" pelos intelectuais como processo que envolveu disputas entre eles e os próprios agentes da folia. Ao analisar a festa, a autora colocou em evidência os esforços de "grupos carnavalescos populares", notadamente ranchos e cordões, e de "artistas populares" para conquistar o reconhecimento do mundo letrado. Dessa forma, Maria Clementina fornece indicações que matizam o olhar dos intelectuais. Imerso em um processo de negociação e conflito em torno de práticas e significados culturais com os agentes das referidas manifestações culturais, esse olhar selecionou algumas delas como tradição.[391]

É possível, portanto, propor que os intelectuais mencionados aqui não apenas selecionaram determinadas manifestações culturais, como refizeram seus laços com o passado, marcando silêncios e hierarquias. Esse é o traço marcante de textos como "A musa popular", "A tatuagem no Rio" e "Orações", de João do Rio; "Iluminação a azeite de peixe" e "Cenas extintas", de Vieira Fazenda; "Bumba meu boi", assinado por A. A.; "Aspectos e costumes – o Morro do Castelo", de Américo Fluminense (pseudônimo de Gonzaga Duque); "Uma tradição religiosa da Bahia – Festa do Senhor do Bomfim", de Xavier Marques; e "Namoro no Rio de Janeiro", de Fantasio (pseudônimo de Olavo Bilac).

Nesse sentido é significativa também a forma a partir da qual outro colaborador, Lima Campos, elegeu e justificou a capoeira como uma das maiores singularidades culturais brasileiras, metáfora da nossa formação miscigenada. De acordo com o autor, a capoeira materializava todas as qualidades do mestiço de origem africana e portuguesa – tipo nacional valorizado por ele. Embora não fosse tão conhecida quanto outras lutas nacional-populares, como a savata francesa, o jiu jitsu japonês, o pau português e o boxe inglês, a *"nossa capoeira",* por sua *"acrobacia intuitiva"* e *"pela agilidade dos*

[390] Ver a respeito das mudanças dos intelectuais em relação ao carnaval Maria Clementina Pereira da CUNHA. *Ecos da folia. Op. Cit.* e Leonardo Affonso Miranda PEREIRA. *O Carnaval das letras. Op. Cit.*
[391] Maria Clementina Pereira CUNHA. *Ecos da folia. Op. Cit.;* Maria Clementina Pereira CUNHA. *De sambas e passarinhos. as claves do tempo nas canções de Sinhô.* (mimeo,.2004) *Op. Cit.*

seus golpes destros", era a *"melhor"* e mais *"terrível"* luta. Diferente das outras, que se destacavam pelo ataque, a capoeira era superior justamente por ser, em essência, não-violenta. O bom capoeira poderia executar a luta sem desferir um golpe sequer no seu adversário, caso ele desconhecesse o jogo. Da mesma forma, dois grandes capoeiras poderiam ser perfeitos no jogo sem jamais se ferirem, evidenciando o *"grande valor defensivo que possui essa estratégia popular e que a coloca acima de todas as congêneres de qualquer outra nacionalidade."* Assim como o *"mestiço",* a capoeira era uma luta esperta e *"pasmosa"* que inutilizaria o adversário pelo ridículo, pois um *"verdadeiro capoeira"* desafiava, fazia troça e impunha sua superioridade sem chegar às vias de fato.[392]

Quais seriam as origens dessa luta tão poderosa e inteligente?, perguntava o autor para instigar o seu leitor. A resposta construiu uma origem não apenas para a capoeira, mas para o próprio brasileiro. Segundo Lima Campos, a luta teria nascido da necessidade do mestiço nacional, fisicamente fraco - na época da "*transição do reinado português (...) para o primeiro império livre"* –, de agredir ou se defender do ex-colonizador robusto nas tabernas e matulas, pois estariam envolvidos em conflitos constantes por causa de suas nacionalidades. Nascida no Rio de Janeiro e depois difundida por todo país, a capoeira seria a nossa *"arma original",* criada pelo *"espírito inventivo do mestiço"*. Logo, não era portuguesa, nem africana, mas sim

> (...) mulata (...) cafusa (...) mameluca, isto é, é cruzada, é mestiça, tendo-lhe o mestiço anexado, por princípios atávicos e com adaptação inteligente, a navalha do fadista da mouraria lisboeta, alguns movimentos sambados do africano e, sobretudo, a agilidade, a levipedez felina e pasmosa do índio nos saltos rápidos, leves e imprevistos para um lado e para o outro (...) [393]

O mestiço seria o responsável por essa mistura original de elementos culturais variados, operando sua síntese. No entanto, em 1904, salientou o escritor, já não existiriam mais as *"terríveis maltas"* de outrora, pois os capoeiras não levariam mais a esses extremos *"o amor a arte"* e, logicamente, a escravidão havia acabado.

Note-se que, ao refazer a origem da capoeira, em nenhum momento o autor mencionou escravos ou escravidão, a Guarda Negra e as correrias dos capoeiras contra os republicanos durante a campanha pela república, nem mesmo as supostas simpatias da população afro-descendente em relação à "Princesa Redentora". Da mesma forma,

[392] Lima CAMPOS. A capoeira. *Kosmos*. Ano III, nº 3, março, 1906.
[393] *Idem, ibidem*

não citou a Revolta da Vacina (1904), ocorrida há apenas dois anos da publicação de seu artigo, quando um capoeira chamando Prata Preta se destacou entre os revoltosos por sua coragem e astúcia.[394] Não mencionou, tampouco, a presença dos capoeiras nos cordões carnavalescos - que tanto incomodava os letrados nos jornais -, nem fez qualquer associação entre o mestiço, a/o capoeira, a vadiagem ou a malandragem. Afinal, a luta era punida por lei, como estava previsto no Código Penal de 1890. Por isso é plausível supor que Campos tenha escrito sua colaboração consciente disso e da lembrança do tempo do governo provisório de Deodoro, que, com Sampaio Ferraz, mandou tantos capoeiras para Fernando de Noronha.[395]

Ora, a justificativa maior da repressão à capoeira pelas primeiras autoridades republicanas era justamente seu comprometimento com políticos da monarquia e a própria simpatia dos descendentes de africanos pelo regime monárquico e pela princesa que assinou a Lei Áurea.[396] Segundo Luiz Sérgio Dias, seria equivocado julgar que a capoeira tivesse desaparecido do cenário cultural da capital após a desarticulação ensejada durante os primeiros governos republicanos. Estaria viva de outras formas no mundo do *"povo da lira",* o *"povo sacudido"* ou, ainda, o *"povo escovado"* – termos cunhados, não se sabe exatamente por quem, para designar grupos específicos de negros e mulatos capoeiristas muitas vezes admiradores do violão e das cantorias).[397]

Em seu livro *"O trovador da malandragem"* - que reunia lundus, choros e modinhas registrados entre 1889 e 1902 –, Eduardo das Neves fez menção aos *"(...) casos passados com os mais célebres e famigerados representantes do incrível povo da lyra (...)*". Aqui o autor registra o lundu *"Gemendo na Lyra",* que nos dá pistas sobre quem seria esse "povo": *"Sou decidido, creoulo chorão/ Sou cabra na perna e toco violão/Canto modinhas em qualquer lugar.../O que não me agrada só, é trabalhar."* [398]

---

[394] Ver José Murilo de CARVALHO. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo, Cia das Letras, 1987.
[395] Ver Luiz Sergio DIAS. A turma da Lira. Sobrevivência negra no Rio de Janeiro pós-abolicionista. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Negro Brasileiro, Rio de Janeiro, IPHAN, nº 25, 1997, p. 331
[396] Flávio GOMES. *Negros e política. Op. Cit.*p. 7-12 e Luiz Sérgio DIAS. A turma da Lira. Sobrevivência negra no Rio de Janeiro pós-abolicionista. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional.* Rio de Janeiro, IPHAN, nº 25, 1997.
[397] Luiz Sérgio DIAS. *Op. Cit.*p. 331.
[398] Eduardo das NEVES. *O trovador da malandragem.* Rio de Janeiro, Quaresma, 1926. Ver sobre o músico: Martha ABREU. Eduardo das Neves (1874-1919): histórias de um crioulo malandro. In: Fonseca, Denise Pini Rosalem. (Org.). *Resistência e Inclusão: história, cultura, educação e cidadania afro-descendentes*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, Consulado Geral dos Estados Unidos, 2003, v. 1, pp. 73-89

De acordo com a versão de Lima Campos, a capoeira passava a ter raízes mestiças, brasileiras, não mais africanas ou escravas. Nessa operação, selecionou a capoeira como singularidade nacional e reconheceu-a como uma tradição também fundada no passado de luta contra o colonizador português. Assim, não só civilizou a capoeira e suas origens, como a reconciliou com a nação e com o regime republicano.

Mello Moraes e Coelho Netto compartilharam com Lima Campos tal visão: tomaram parte no debate que associou positivamente a capoeira à mestiçagem e à singularidade nacional. Os três foram contemporâneos das investidas policiais contra a capoeiragem na capital federal e precursores da formulação que visou a elevar a capoeira ao patamar de luta nacional. De acordo com Luiz Renato Vieira e Matthias Assunção, em obra publicada em 1901 ("Festas e tradições populares do Brasil"), Mello Moraes Filho já associava capoeira e mestiçagem, ressaltando o "mulato" como seu ícone. Coelho Netto, por sua vez, defendeu, em 1910, que a capoeira deveria ser ensinada nos institutos militares e nos quartéis.[399] Portanto, ao ordenar o passado da capoeira dessa forma, certamente Lima Campos conhecia outras referências conflitantes em relação às que consagrou na *Kosmos*, evidenciando que essa seleção intelectual foi fruto de diálogos e disputas.[400]

Nas crônicas intituladas *Tradições*, de Mario Pederneiras, é possível identificar um movimento análogo, sendo o caso do seu encontro com uma baiana em plena Avenida Central exemplar dessa incorporação de manifestações culturais associadas a negros e mestiços da cidade a um acervo cultural nacional.[401] Ao conversarem sobre que elementos do passado deveriam permanecer no presente, o narrador e seu amigo Márcio notaram que tudo era novo. Nem o Castelo, *"o berço da Cidade"*, haviam poupado. Mas no fim de uma das crônicas da série há uma reviravolta: os dois encontram um sinal da "tradição" da qual sentiam tanta saudade: uma *"Bahiana"*.

> De repente, do assomo alegre de uma descoberta, exclamei:

[399] Ver Luiz Renato VIEIRA & Matthias Röhring ASSUNÇÃO. Mitos, controvérsias e história da capoeira. *Estudos Afro-Asiáticos,* nº 34, dezembro de 1998. p. 88

[400] Maria Clementina Pereira CUNHA. Folcloristas e historiadores no Brasil: pontos para um debate. *Proj. História,* São Paulo, nº 16, fevereiro, 1998. p. 173

[401] Mario Pederneiras publicou uma série de crônicas na *Kosmos* entre 1906 e 1907. Sob o título Tradições, nessas crônicas defendeu determinados elementos identificados ao passado como tradições. Essa crônica publicada em outubro, porém, é a única da série que faz menção a algum elemento ligado à afrodescendentes. Para mais detalhes, ver os anexos.

> - Ah! Cá está! Ei-la, Marcio, olha, repara, certifica-te. Era impossível. (...) Olha; é a velha, a inesquecível Tradição. Veio plantar-se aqui neste recanto sossegado da Avenida, sob a proteção silenciosa do velho convento [Convento da Ajuda] (...) eu descobrira a luz mortiça da pequena lanterna suspensa da Bahiana vendedora de mendobi e cuscuz. Sim! Era ela, que ali estava, opondo ao clamor barulhento da civilização dominadora, a ingenuidade simples do seu pequeno comércio primitivo.(...) Viera para ali (...) E escolhera aquele recanto civilizado para oferecer ao transeunte moderno, a novidade excitante do seu mendobi e o sabor adstringente do seu cuscuz. Parei feliz. (...) Exultei. (...) - E dizem, meu caro Marcio, que somos um país sem tradições. Olha, repara, certifica-te. (...) Ah! A Civilização... [402]

É interessante destacar que uma Baiana – e tudo que representava em termos dos costumes dos grupos de negros da "Pequena África" - tenha sido escolhida para simbolizar a tradição que deveria ser preservada e dar sentido à modernidade, enriquecendo-a. Várias temporalidades se cruzam na crônica, pois a baiana que encarnava a tradição poderia oferecer ao *"transeunte moderno"* uma *"novidade excitante"* e conferir àquela Avenida civilizada, onde era *"tudo novo",* exterior ao contexto da cidade e sem passado, um sinal de familiaridade. A imagem da baiana vendendo mendobi e cuscuz na Avenida Central foi evocada como um traço de originalidade valorizado, uma tradição que aquela modernidade anunciava.

Tiago Melo Gomes indica que o "tipo da baiana" – que não se referia a um espaço geográfico determinado – foi uma figura eminente e recorrentemente revisitada no palco das revistas entre a última década do século XIX e as três primeiras do século XX.[403] Em 1892, a revista *Tim tim por tim tim*, do português Souza Bastos, tinha como personagem principal uma baiana representada pela atriz portuguesa Pepa Ruiz, que cantava o lundu baiano Munguzá. A partir de então, tipos como a "baiana" e a "mulata" foram cantados orgulhosamente como elementos nacionais no teatro de revista por décadas. E, na época, os termos "mulata" e "baiana" poderiam ter significados bem próximos, ambos irremediavelmente associados a uma ascendência africana.

Figuras presentes no cotidiano da cidade do Rio desde meados do século XIX, as tias baianas com seus tabuleiros vendiam quitutes em vários locais, como largos, esquinas, praças, estações de trem, portas de gafieiras e etc. Com suas barracas de "comidas típicas", sempre estavam compareciam às festas das igrejas da Penha e da Glória. Tabuleiros e barracas eram locais de circulação de informações, pontos de

[402] Mario PEDERNEIRAS. Tradições. In: *Kosmos*. Rio de Janeiro, ano 3, nº 10, outubro, 1906.
[403] Tiago de Melo GOMES. Sabina das laranjas: gênero, raça e nação na trajetória de um símbolo popular, 1889-1930. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 22, 2002.

contato e de encontro entre grupos sociais diversos e, sobretudo, locais importantes para a articulação da "comunidade negra" da cidade. Em artigo sobre o tema, Mônica Velloso deu o exemplo do tabuleiro da tia Tereza, situado no Largo de São Francisco, como local de encontro de políticos e jornalistas conhecidos na época. O jornalista Vagalume, um desses "ilustres freqüentadores", destacou que era no tabuleiro da Tia Tereza que os sambistas ficavam sabendo das novidades, oportunidades, festas e encontros. O tabuleiro era uma espécie de *"bureau de informações",* segundo ele. Já Wlamyra Albuquerque remete às várias posturas municipais que, no Rio de Janeiro do início do século XX, buscaram insistentemente banir das ruas esse tipo de comércio, indicando que a presença dessas mulheres estava associada a estereótipos comprometedores dos padrões de urbanidade e de sociabilidade desejados.[404] Seria demais vislumbrar na afirmação de Mario Pederneiras uma possível resistência dessas mulheres à repressão do poder municipal? Creio que não.

É possível ainda mencionar outras colaborações publicadas na *Kosmos* para demonstrar como os intelectuais arrolados investiram numa versão otimista da mestiçagem, das singularidades nacionais a que ela teria dado origem e das contribuições dos negros para a cultura nacional. É por isso que apresento ao leitor o célebre boneco negro João Minhoca. Criação do tipógrafo negro Baptista, o personagem apareceu em duas crônicas na *Kosmos:* uma de João do Rio[405] de outra de Olavo Bilac.[406]

Em sua crônica publicada em 1906, João do Rio contou que ficara sabendo, na *garden-party* de uma associação de caridade, que no Rio de Janeiro só haveria um artista apto a mover as marionetes do Guiguol, trazidas de Paris pela diretora da instituição. O seu nome era Baptista e ele se recusava a mover bonecos estrangeiros. Só aceitou fazer o espetáculo se pudesse usar os seus próprios bonecos identificados a tipos nacionais. E foi o que teria acontecido: Baptista teria feito o espetáculo usando os bonecos de sua criação, entre eles João Minhoca - negro e baiano da Freguesia de Santo Amaro. O velho Baptista estava de volta, depois de muito tempo sumido.

Segundo o autor, era inacreditável que Baptista e João Minhoca estivessem tão esquecidos, afinal, o boneco negro era um elemento *"(...) absolutamente nacional (...)"*

---

[404] Wlamyra R.de ALBUQUERQUE. *Algazarra nas ruas. Comemorações da independência na Bahia (1889-1923).* Campinas, Ed. UNICAMP, 1999. p. 41.
[405] João do RIO. O fim de um símbolo. *Kosmos.* Ano II, nº 6, junho, 1905.
[406] Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos.* Ano 3, nº 1, janeiro, 1906.

naquela cidade de *"(...) colônias e imitações."* Fascinado, o narrador entrevistou Baptista, que lhe contou a sua trajetória de glória durante o Império e ruína depois da República. Baptista não teria deixado de mencionar a admiração que o Imperador nutria por ele, contando de quando, avisado que D. Pedro II admirava seus bonecos foi até o palácio convidá-lo para uma apresentação. Ao entrar pelo jardim, Baptista chegou nos fundos do palácio e encontrou uma *"velha de olhar bondoso"* a quem perguntou por onde deveria seguir para falar com Sua Majestade, ao que ela respondeu: *"Vai por ali, meu filho"*. Mais adiante, cruzou com o mordomo e lhe fez a mesma pergunta, ao que o mordomo respondeu que o Imperador estava do outro lado. Baptista disse: *"mas a velha que está no fundo do jardim diz que é por aqui. O mordomo abriu numa gargalhada"* e revelou que a *"velha"* era a *"S Majestade, a Imperatriz."* O narrador, encantado com a história, lamentou junto com Baptista o fim de um tempo em que *a "soberana chamava nos jardins os humildes filhos",* registrando sua decepção com a distância que havia entre a república e seus cidadãos.

Refazendo os laços do criador e da criatura com o passado, o cronista, em tom de orgulho, contava aos seus leitores que, além de ser o inventor do único boneco nacional do Brasil, Baptista teria atuado ativamente na campanha abolicionista em suas viagens pelo Estado do Rio. Citou como exemplo o caso de Vassouras, onde os barões de Cananéa, Amparo e Massambará acharam que o boneco *"negrinho*" controlado por Baptista pregava desrespeito ao branco e, por isso, teriam mandado seus escravos impedir o espetáculo.

Tremendamente amargurado, Baptista teria confessado que tentou recomeçar seus espetáculos de marionetes na república, mas viu-se assolado pelos altos impostos cobrados injustamente dos "bonecos" e dos teatros sérios e pela invasão de marionetes estrangeiras. Segundo o próprio, os tempos seriam outros: suas histórias e bonecos não teriam mais graça. O narrador, contudo, não concordava, acreditando que os bonecos cabiam perfeitamente naqueles "novos tempos" como uma referência necessária.

No desfecho da crônica, João do Rio contou ter assistido Baptista agarrar os bonecos Maricota, Aventureiro e D. Diogo e, com fúria, atirá-los à arca. *"(...) Reluzente como um deus africano (...)",* João Minhoca resumiria *"(...) a vida de uma cidade, na*

rasteira, no namoro, na política, no teatro, na chalaça (...)". "(...) João Minhoca, capoeira, fidalgo, inventor de balões, abolicionista!" [407]

As justificativas apresentadas na crônica para o pretenso fim daquele símbolo constróem uma interessante relação com a república. No fim da conversa entre João do Rio e Baptista, um antipático homem de casaca teria se dirigido ao tipógrafo, pedindo que se retirasse com seus bonecos, pois precisava fechar o jardim. Depois teria se virado para os dois e dito: *"Aposto que esteve a falar do Imperador e a atacar o Guignol. Esse Baptista! (...). No Rio já não temos nem rasteiras nem moleques. Despache seus bonecos e vá dormir".* João do Rio indicava, assim, que Baptista e João Minhoca estavam associados a elementos do passado que não caberiam mais naquele presente republicano: a escravidão e a própria monarquia. O cronista deixou registrado, porém, que não compartilhava desse juízo, alegado pelo próprio Baptista e pelo austero funcionário do governo para o desaparecimento do boneco negro – um legítimo representante nacional que deveria permanecer vivo.[408] Ao que tudo indica, Bilac concordava com João do Rio sobre a necessidade da permanência daquele símbolo. No ano seguinte, muito contente na crônica de abertura da *Kosmos* de 1906, Bilac dava a notícia de que tinha passado uma tarde inteira se divertindo na inauguração do teatrinho do João Minhoca, montado em um canteiro verdejante próximo à Avenida Beira Mar.

Segundo o autor, a importância do boneco negro estaria calcada em duas razões. Primeiro uma universal: aproximava o Brasil da Europa. Lá as marionetes seriam uma tradição muito antiga e cada país teria preservado o seu boneco nacionalmente característico. Ora, assim como os países europeus, o Brasil também tinha o *"seu boneco nacional":* um *"arlequim ou polichinelo brasileiro",* batizado com o nome de João Minhoca, amado pelas crianças e pelos adultos. Mas um outro motivo também justificaria que João Minhoca se tornasse uma tradição: era capaz silenciar conflitos e unir ricos e pobres, conclusão à qual chegou o autor ao assistir o teatro de bonecos:

> (...) crianças de todas as idades e de todas as condições, desde o bambino rico até ali viera em carruagem de luxo, até o petiz de roupinha surrada e sapatos velhos: a alegria (...) irmanava a todos (...) absorvia a atenção geral, e não deixava que os meninos pobres invejassem as boas roupas dos meninos ricos, nem que esses

[407] *Idem, ibidem.*
[408] Martha Abreu chamou a atenção para o fato de que um dos espetáculos mais apreciados nas festas do Divino durante todo o século XIX era o de João Minhoca. Ver Martha ABREU. *O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. p. 96-97.

> mofassem dos jalecos rotos daqueles. Abençoado João Minhoca! Bastaria este benefício, para que o teu nome fosse para todo o sempre louvado. [409]

Eis que um boneco negro, do tempo do Império e identificado às lutas pela abolição era capaz de unir classes e atestar que, assim como os países europeus, o Brasil também tinha suas tradições nacionais.

Diante das questões levantadas por Bilac e João do Rio a partir de João Minhoca, fica evidente que, além de terem sido interpretados de diferentes formas, os "modelos de civilização" também eram multifacetados e contraditórios. No início do século XX havia respeitáveis intelectuais na França que valorizavam os inventários folclorísticos.[410] Na própria França havia as bandas de jazz formadas por negros, enquanto nos Estados Unidos havia o *cake walk*, cuja origem estaria nos eitos da Luisiana.[411]

Desse ponto de vista, parece mais fácil entender a sugestão feita por Lima Campos ao elogiar o *cake walk,* que, com suas raízes africanas e mestiças, faria um tremendo sucesso não só na rica nação norte-americana, mas em todas as grandes capitais cosmopolitas. Híbrido, o *cake walk* mesclava os *"quebros mórbidos do jongo africano"* com os *"sapateios célebres de solo escocês"*, com os *"volteios voluptuosos de jota aragonesa"* e com as *"desarticulações do can-can"*. [412]

Nos Estados Unidos, a terra do *Uncle Sam*, do dólar e da riqueza, todos bailariam o *cake-walk* [413] – dança de origem africana que, misturada a outros elementos, teria se transformado na expressão da originalidade conjugada ao cosmopolitismo. Em um interessante histórico da dança, o autor explicou o seu sucesso nos *chics* cafés-

---

[409] Olavo BILAC. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, Ano III, janeiro, nº 1, 1906.

[410] Martha ABREU; Carolina Vianna DANTAS. Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890-1920. In: José Murilo de CARVALHO. *Nação e Cidadania no Oitocentos,* organizado por José Murilo de Carvalho.Pronex/Faperj, Ed. Record. (no prelo)

[411] Lima CAMPOS. *Cake-walk.* Kosmos, Ano I, nº 8, agosto, 1904.

[412] *Idem Ibidem.*.

[413] Segundo Rafael José de Menezes Bastos o cake walk era considerado na França uma dança exótica de origem norte-americana, similar ao maxixe brasileiro: "*Desde o final do século XIX e início do XX, a França já vinha sendo "invadida" pelas danses exotiques e danses nouvelles (...) As primeiras incluíam tudo que fosse estrangeiro; as segundas, especialmente as manifestações artísticas provindas das Américas – o cake walk norte-americano, o tango argentino, o maxixe brasileiro, o paso doble espanhol, a rumba cubana, entre outros. Os gêneros provenientes da América Latina e os orientais – danças cambojanas, por exemplo – eram muito prestigiados (...) Misturavam-se todos, juntamente com os gêneros propriamente franceses, no music hall (...)".* Ver Rafael José de Menezes BASTOS. Les Batutas, 1922: uma antropologia da noite parisiense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 58, p. 177-196, 2005.

concerto não só dos Estados Unidos, mas nos de todas as grandes capitais do mundo onde esses espetáculos eram apresentados. Manifestação cultural fortemente associada aos negros, o *cake wal*k tinha origem na *"ciranda negra da Luisiana"*, na *"a arlequinada etíope de todo o sul",* fruto da vida dura dos escravos no eito. No princípio seria uma espécie de *sabbat* dos cativos, uma forma de aliviar o martírio e a dor do cativeiro, dançado ao clarão das fogueiras nas noites de festa. No entanto, o mestiço teria introduzido outros elementos à dança *("a estesia dos maneios", "a graça bretã"*, a cancanização da música) ao modernizar os movimentos e as figuras e universalizar a música. Despertando sensações como volúpia, luxúria e euforia, com seus sapateios fortes e rápidos, com o *"repicar dos batuques", "os arranhos dos récos e os rufos dos cuités",* o *cake walk* aludia ao mesmo tempo a um ritmo *"(...) selvagem e cancanista, em que passam, por vezes, sombras largas de terra d'África (...) e a malícia lantejoulada e picante das cançonetas (...)"*. A assistência delirava, aplaudia e aclamava. Era produto da mestiçagem e das trocas culturais proporcionadas pelo mestiço dançado pelo "povo" do *Uncle Sam*, o *Senhor do Dólar*.

O leitor já deve ter percebido a semelhança com os já mencionados elogios ao mestiço. O artigo de fato sugeriu um caminho para se pensar as manifestações culturais de marcante presença africana e mestiça. A origem africana conferia originalidade e o mestiço se encarregava de fundi-la a outros elementos, universalizando-a: quanto menos africana, mais civilizada, mas sem perder a originalidade legada por essa origem. O mestiço seria o elemento que proporcionava trocas culturais, mesclando os traços mais africanos a outros elementos culturais contemporâneos, cosmopolitas e "civilizados"[414], operação semelhante à que o mesmo Lima Campos propôs ao refazer as origens da capoeira no Brasil.

Todas as expressões culturais apresentadas até agora foram afirmadas como merecedoras de perpetuação no presente. Entretanto, há um outro conjunto de textos que se refere a elementos culturais que não deveriam mais existir no presente nem mesmo em fantasia de carnaval, mas que deveriam fazer parte de uma espécie de memória cultural nacional. Esse foi o caso dos textos que tematizaram escravos ou ex-escravos anciãos, como Mãe Maria, Tia Maria, Tio Cipriano, Pai Joaquim, Pai Quilombo e Pai

[414] *Idem.*

João.[415] Ou, ainda, o caso dos textos que se reportaram às histórias de amor e traição entre escravos vividas em senzalas e fazendas do interior do país.[416]

Foi nesse sentido que, no carnaval de 1907, Mario Pederneiras comemorou o fato de que tipos como o Pai João – *"imundamente ridículo, pintado de piche, falando no arreveso da linguagem africana, agarrado à vassoura tradicional"* – estivessem passando do plano real para o domínio da memória e, assim, a caminho de não mais serem revividos. Segundo o autor, "Pai João" deveria ficar confinado ao *"esbatimento saudoso das boas recordações."* Ainda que boa recordação do tempo do cativeiro, a fantasia de Pai João não seria adequada àquele presente composto pelo *fon fon* dos automóveis, pela luz elétrica, pelo bom calçamento e pelas ruas largas.[417]

Sob a mesma perspectiva foram valorizadas positivamente as histórias de assombração contadas por "Pai Joaquim"; as histórias da infância vividas na África, as festas os bailes as brigas, as missas, os cateretês, as feitiçarias e os namoros experimentados por "Tio Cipriano" durante o cativeiro; a submissão, a obediência e as doces histórias de escravos maltratados que voltavam como assombração de "Tia Maria" e "Mãe Maria"; dos feitiços de "Pai Quilombo", usados contra o senhor que o humilhava.

Embora esses homens e mulheres centenários fossem considerados completamente incompatíveis aos novos tempos de progresso e liberdade, seu legado de histórias e costumes que deveria ser preservado. A personagem "Mãe Maria" é exemplar nesse sentido. Protagonista de um conto de Olavo Bilac, vivia na cidade com a família do menino Amâncio, de quem era a *"verdadeira mãe"*. Antes de ir para a cidade – onde *"o cativeiro era infinitamente mais brando do que na roça"* –, a escrava tinha estado na labuta em uma fazenda de café, onde sofreu com a crueldade imperdoável dos seus senhores.[418] Desse passado trazia inúmeras cicatrizes nas costas e no peito. Mas, *"resignada e mansa",* suportava humilhações, tratava o seu sinhozinho

[415] Olavo BILAC. Mãe Maria. *Kosmos.* Ano I, nº 4, abril, 1904; Álvaro GUERRA. Tia Maria. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1906. p. 289-294// Rodrigo OCTAVIO.Gongo Velho. *Renascença.*Ano I, nº 6, setembro, 1904. Escragnolle DORIA. Pai Quilombo. *Renascença.*Ano II, nº 4, abril, 1905/ Carlos Magalhães de AZEREDO. Tio Cipriano. *Revista da Academia Brasileira de Letras.* Out-dez, 1911.

[416] Vieira FAZENDA. O chafariz do Lagarto. *Kosmos.* Ano I, nº 6, junho, 1904; Valdomiro da SILVEIRA. Pena de pato. *Kosmos,* nº 7, julho, 1904; Lima CAMPOS. Uma santa brasileira (Santa Diana (a lenda mineira). *Kosmos*. Ano V, nº 1, janeiro, 1908; Viriato CORREA. João Quilombo. *Kosmos.* Ano V, nº 7, julho, 1908.

[417] Mario PEDERNEIRAS. Tradições. *Kosmos*. Ano IV, nº 2, fevereiro, 1907.

[418] Olavo BILAC. Mãe Maria. *Op. Cit.* O conto saiu publicado, posteriormente, na obra didática *Contos Pátrios,* publicada em colaboração com Coelho Netto em 1905.

com carinho, ensinando-o a rezar o *"Padre Nosso, estropiado pela sua língua africana"*, encantando-o com suas histórias de sacis pererês, caiaporas, almas do outro mundo e anjos do Senhor. "Mãe Maria" alimentava a imaginação de Amâncio com *"enredos fantásticos"* dos quais faziam parte *"bruxas cavalgando cabos de vassouras, príncipes que roubavam princesas, arcanjos que desciam do céu para curar as feridas dos escravos no tronco, negras aleijadas que invocavam o diabo (...)"*. [419]

Devemos considerar que as visões e versões sobre "pai João" e seus congêneres nesse período eram baseadas nas narrativas orais e canções registradas por folcloristas desde o final do século XIX, segundo Martha Abreu. Tais narrativas estavam inseridas em campo bastante amplo de significados, podendo expressar críticas, ironias, astúcia, esperteza, vinganças, ódios, esperanças e sonhos da população afro-descendente no pós-abolição. Isso vai de encontro aos sentidos encontrados nas histórias localizadas nos periódicos acima mencionadas. Contudo, ressalta Martha Abreu, independente da origem do "folclore do pai João" - se inventado por negros, brancos, mestiços, senhores ou escravos, intelectuais ou o público das ruas. Suas história eram *"popularíssimos"* no início do século XX, circulando por diversos espaços, como nos periódicos já citados, em uma canção chamada "Preto forro alegre", gravada por Eduardo das Neves em 1912 ou nas obras dos folcloristas sob a forma de registros colhidos nos engenhos de Alagoas e da Bahia. Essas narrativas que envolviam escravos ou ex-escravos anciãos tinham, portanto, significados múltiplos por vezes conflitantes de acordo com os sujeitos e lugares onde estiveram presentes. [420]

Nos contos localizados nos periódicos, os escravos anciãos estavam sempre deslocados no tempo, como representantes de um passado muito distante do presente do narrador e mesmo dos outros personagens. No entanto, esse aspecto negativo identificado carregava uma ambigüidade, pois em todos esses contos um atributo é sempre valorizado: as tradições orais e as histórias contadas por eles são tratadas como parte importante e rica da memória cultural da nação. Além disso, a própria presença dessas histórias no *Garnier,* na *Kosmos* e na *Renascença* evidencia como esses intelectuais assumiram as marcas da escravidão e da imigração africana na formação nacional. Assim, alguns predicados foram destacados como um legado positivo, uma espécie de memória cultural nacional: a afirmação da escravidão como barbárie, a idéia

[419] *Idem.*
[420] Martha ABREU. "Outras histórias de Pai João": conflito racial, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular 1880-1950. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 31, 2004. p. 235-276.

de que a escravidão faria parte de um passado muito distante, o comportamento submisso e afetivo dos ex-escravos e o todo um manancial de oralidade e costumes compartilhados por escravos com seus senhores e suas famílias. Há, então, uma clara alusão à tutela branca, a uma nostalgia patriarcal e ao compartilhamento de histórias e costumes que deveriam ser guardados na memória de todos, brancos e negros, reforçando nitidamente hierarquias e lugares sociais.

Considerados em separado, todos esses textos são menções esparsas a costumes que, por sua originalidade e laços com o passado, poderiam simbolizar o Brasil. Mas, tomados em conjunto e relacionados com o próprio temário da *Revista* sobre a modernidade e as transformações pelas quais passaram a capital na primeira década do século XX [421], sugerem que tais tradições foram selecionadas visando a dar sentido àquela modernidade e a fomentar um acervo cultural comum à nação.

Se a capoeira e os cordões carnavalescos foram incorporados, o mesmo não aconteceu com a religiosidade de origem africana, tema que só não esteve totalmente ausente dos dois periódicos devido à menção muito negativa feita por João do Rio aos *"candomblés"* dos africanos no Rio de Janeiro na *Kosmos.* Refiro-me ao texto publicado pelo autor em 1904, intitulado *"O natal dos africanos"*. *"Fétidos"*, mas *"formidáveis"*, os candomblés, segundo o autor, contavam com muita cachaça, possessões, histeria, *"instrumentos selvagens"* de percussão, carnificina de animais e delírios que oscilavam entre a *"luxúria"* e o *"pavor"*. Se o cordão, ainda que *"bárbaro",* foi qualificado como original, os *"candomblés*", com sua marca exterior mais africana[422], não seriam passíveis de universalização, o que marcou também os limites dessa incorporação.

[421] Ver anexos 6 e 7.
[422] João do RIO. O natal dos africanos. *Kosmos*. Ano I, nº 12, dezembro, 1904.

5

A mestiçagem como patrimônio – uma chave de leitura para o Brasil

Os registros recolhidos na *Kosmos* e no *Garnier* fazem pensar no esforço de defesa da idéia do Brasil como um país aberto à assimilação, no qual as diferenças culturais e raciais teriam sido integradas, como poderiam "provar" a nossa história e o nosso folclore. Analisados em conjunto e comparativamente, esses registros evidenciam o quanto a preocupação com a unidade nacional motivou os intelectuais estudados aqui a um mergulho nas "coisas brasileiras". No interior ou na cidade, a mistura foi o motor a partir do qual se inventaram "unidades" para o Brasil e seus padrões de autenticidade.

É claro que tal preocupação estava também estava relacionada às disputas em torno da centralização e da descentralização do poder – problema que fez parte dos debates e da prática política durante a monarquia e permaneceu como questão na república, como mencionou Hermano Vianna.[423] O leitor deve lembrar da preocupação trazida por José Veríssimo em torno dos excessos federalistas do regime republicano, do investimento nas tradições populares do "Norte" (sob o comando João Ribeiro no *Almanaque*), bem como do esforço de alguns intelectuais de *Kosmos* em universalizar expressões culturais com evidentes traços negros.

Seja no caso das tradições populares encontradas nos recônditos do interior do país e sua correspondente mestiçagem, cujo fruto seria o mameluco, o caboclo ou o sertanejo, um tipo nacional de "alma mestiça", sem que sua cor fosse mencionada; seja no caso das expressões culturais urbanas e da afirmação de uma mestiçagem na qual a presença negra era mais forte, originando mestiço "não-branco", o que se buscava era a unidade nacional. Com base na comparação entre o *Almanaque* e a *Kosmos,* embora a

[423] Hermano VIANNA. *Op. Cit.* p. 56-57

mistura das três raças tenha sido assumida positivamente como a maior originalidade nacional, podemos indicar que a mestiçagem no Brasil, do ponto de vista intelectual, não foi um fenômeno interpretado de forma homogênea. A variedade de manifestações culturais era grande, tão grande quanto as possibilidades de escolha sobre o que (e quem) valorizar e condenar também.

Para além dos periódicos pesquisados e na tentativa de relacioná-los com seu tempo, devemos lembrar da oposição entre litoral-mulatos e interior-sertanejo/caboclo ensejada por Euclides da Cunha, visão ligada às tendências românticas e pós-românticas e tributária de um elogio do interior como o lugar da autenticidade. Affonso Celso, outro intelectual de peso no início do século XX, também preocupado com a questão da unidade nacional, não citava o mulato entre os mestiços brasileiros. [424]

Contudo, esse esforço que consagrou a mestiçagem não excluiu a utilização de expressões e adjetivos pejorativos. Os textos citados aqui não vieram acoplados a qualquer debate em torno da reivindicação do alargamento de direitos políticos ou possíveis ameaças à autoridade do Estado. De forma próxima, os possíveis conflitos, perseguições e subversões que envolveram de fato muitas das manifestações culturais eleitas como nacionais passaram ao largo dos registros intelectuais localizados. Pelo contrário: percebe-se até um esforço em silenciá-los. Ora, as próprias manifestações culturais eleitas como nacionais nesses periódicos certamente tinham significados para seus agentes ou para as autoridades policiais que não foram contemplados pelos registros intelectuais. Refazendo os passos do argumento desenvolvido em outra oportunidade[425], penso que podemos tomar como emblemático o caso das elaborações intelectuais sobre capoeira, os *"sambas"*, a Festa da Penha, os cordões carnavalescos, a baiana, os versos do cancioneiro popular e as histórias de "pai João e sua mulher", localizadas no *Garnier* e na *Kosmos*.

É nítido, então, que a identidade nacional que estava sendo construída nesses periódicos era fruto de relações de força, o que nos faz perceber o peso que a identidade tinha para uma sociedade hierarquizada e desigual como a brasileira naquele período.[426] Até mesmo porque também estava em jogo ali a definição de quais seriam os critérios de pertencimento à Nação, de que elementos e sujeitos sociais seriam considerados seu

[424] *Idem*. p. 70
[425] Martha ABREU, Carolina Vianna DANTAS. *Op. Cit.*
[426] Ver Ivana Stolze LIMA. *Cores, marcas e falas. Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil.* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003. p. 203-207

"amálgama", de quem seria incluído e/ou excluído dela e de que forma. E esse processo pressupõe a marcação do lugar social dos sujeitos e a definição das relações entre diferença, alteridade e heterogeneidade dentro de uma unidade nacional que se desejava criar.[427]

Considerar a identidade como relação social é fundamental nos casos expostos aqui, pois implica compreendê-la no âmbito das relações de força, poder e hierarquia, entender que ela não é simplesmente definida, mas disputada. Quando a identidade nacional está em jogo, não se trata apenas da questão de que a sua definição envolve - e é alvo de - embates entre grupo sociais portadores de poderes desiguais, pois

> Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados (relativamente ao poder), de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com as relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A Identidade e diferença não são, nunca, inocentes. Podemos dizer que onde existe diferenciação – ou seja , identidade e diferença – aí está presente o poder. [428]

Se identidade e poder estão intrinsecamente relacionados, há que se destacar o fato de que nesse processo mapeado nos periódicos algumas diferenças foram marcadas, outras ocultadas e esmaecidas, omitindo-se conflitos raciais e de classe.[429] Os limites dessa incorporação mapeada aqui estavam justamente na forma como esta reforçou hierarquias e marcou lugares sociais. Negros, mestiços e populares participavam da nação a partir da cultura e da história, mas não da política. Portanto, a Nação cuja

---

[427] O processo, portanto, envolveu seleções, incorporações e exclusões. Se investiu na criação de símbolos e expressões nacionais adequados àquele "novo tempo" baseados na idéia da mestiçagem como fusão e integração de negros mestiços, também forjou alteridades. Assim, convergimos para o que apontam Benedict Anderson, Eric Hobsbawm e Ernest Gellner na busca de argumentos que expliquem o surgimento concreto das nações na modernidade. A nação é uma invenção, um artefato, um fenômeno da engenharia política. Logo, se *"o nacionalismo não é o despertar de uma velha força, latente e adormecida, embora seja assim que de facto se apresenta",* é preciso interrogar o que foi delimitado com o *status* de nacional. Gellner alerta, porém, para o fato de que tal aspecto *"culturalmente criativo, imaginativo e positivamente inventivo do ardor nacionalista"* não pode nos levar a concluir de maneira equivocada que o nacionalismo *"é uma invenção (...) contingente, artificial (...)".*O que esses intelectuais defenderam era fruto de seus sonhos, frustrações e expectativas. Ver, Benedict ANDERSON. *Nação e consciência nacional.* São Paulo: Ática, 1989. p. 16; Eric HOBSBAWM. *Nações e nacionalismos desde 1780.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 18; Ernest GELLNER. *Nações e Nacionalismos. Trajectos*. Lisboa, Gravida, 1993**.** p. 77-78.

[428] *Idem Ibidem.* p. 81

[429] *Idem Ibidem.* p. 9-12

acepção foi localizada nesses periódicos não incorporou de forma ilimitada todos os habitantes em todas as esferas da vida social. A integração defendida, como vimos, esteve restrita à esfera da história e do folclore, ou seja, da cultura e da "alma nacional".

No entanto, tais limites não impedem a constatação de que a mestiçagem e o papel de negros e mestiços na história e na cultura nacionais tenha sido percebido de forma positiva. Transformados em tradição, foram incorporados a uma espécie de patrimônio cultural nacional[430]. Segundo Canclini, as operações que elegem determinados bens e práticas culturais como patrimônio nacional visam à produção de um *"lugar de solidariedade social"* e, nesse sentido, *"incorrem numa certa simulação ao sustentarem que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos, ou quando afirmam que a grandiosidade e o prestígio acumulados por esses bens transcendem as frações de classe".* [431]

Assim, determinadas contribuições de negros e mestiços foram reconhecidas e divulgadas em periódicos inseridos em um circuito comercial, produtos culturais que precisavam ser vendidos e eram comprados por leitores que estavam dispostos, senão a concordar, ao menos a debater tais questões. Os próprios projetos editorais do *Almanaque* e da *Kosmos,* ainda que sob diferentes perspectivas, tinham em comum o empenho em transformar o conhecimento sobre o Brasil publicado em suas páginas em reconhecimento nacional.[432]

No "cadinho" que nos garantiria a não-imitação couberam as três raças, a sua miscigenação, negros, mestiços e populares desempenhando papéis ativos nas nossas músicas, danças, festas, lutas, costumes e tipos. Ao selecionarem e combinarem determinadas referências que consideraram como emblemáticas, esses intelectuais deram-lhe *"uma unidade e uma coerência imaginárias",* buscando dar corpo a um sentido nacional para o Brasil. Na medida em que esse investimento correspondeu à construção de uma concepção coletiva do Brasil, esse conjunto de manifestações foi considerado pelos intelectuais como patrimônio nacional.[433]

---

[430] Sigo aqui as indicações de Canclini sobre patrimônio cultural nacional, como categoria histórica, em permanente transformação e diretamente vinculada às relações sociais e de poder. Ver Nestor García CANCLINI. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional***,** n. 23, 1994. pp. p. 95-115.
[431] *Idem Idbem.* p. 96.
[432] Sobre a relação entre divulgação de conhecimentos nacionais e reconhecimento de códigos identitários nesse momento ver Lucia Lippi de OLIVEIRA. Questão nacional na primeira república. In: *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.* São Paulo, Editora da Unesp/FAPESP, 1997. p. 186
[433] Nestor García CANCLINI. *Op. Cit.* p. 98

Nossas conclusões até aqui indicam que a mestiçagem não foi um fenômeno homogêneo. Tampouco parece que a estratégia do branqueamento visou univocamente a livrar o Brasil da presença de negros e mestiços (ou do *"Brasil antigo e africano")*, banindo-os do cenário nacional. Embora tenha havido intelectuais e políticos que defenderam tal premissa, como mostrou em detalhes Thomas Skidmore [434], a análise do *Garnier* e da *Kosmos* deixa evidente que o universo intelectual da primeira década do século XX comportou propostas e iniciativas, que foram além dessa premissa.

Autores como Renato Ortiz, Roberto Ventura, Lilia Schwarcz e Claudia Matos localizaram uma intensificação nos debates em torno da mestiçagem e do negro a partir das últimas três décadas do século XIX, em meio à introdução das teorias evolucionistas e cientificistas e à campanha pela abolição no Brasil.[435]

Segundo Lilia Schwarcz, essas teorias opunham-se ao Humanismo do século 18 e deixavam de lado o princípio universal da igualdade, herdado da Revolução Francesa, *"(...) que buscava naturalizar a desigualdade em sociedades só formalmente igualitárias."* Contraditórios, Humanismo e teorias biológicas baseadas na raça existiram num mesmo tempo, tendo sido até mesmo combinadas. Foi nesse contexto que o argumento racial adquiriu outros significados, não limitados à definição biológica. O termo, historicamente construído, recebeu uma interpretação social e, dessa forma, não pode ser tomado como uma idéia fixa ou natural, pois foi recorrentemente experimentado e renegociado nesse período em que os modelos biológicos ganharam ressonância.[436]

Portanto, foi a partir da segunda metade do XIX que tanto os monogenistas quanto os poligenistas assumiram a perspectiva evolucionista e ao conceito de raça foi dado um significado original. As teorias de Darwin - cujo enfoque se referia estritamente à natureza e ao ramo biológico - foram se tornando referência obrigatória, fornecendo uma nova orientação que foi aplicada à antropologia, à sociologia, à história, à economia e etc. No plano político, por exemplo, o

[434] Thomas SKIDMORE. *Op. Cit.*
[435] Ver Renato ORTIZ. *Cultura brasileira e identidade nacional.* São Paulo, Brasiliense, 1986; Roberto VENTURA. *Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil.* São Paulo, Cia das letras, 1991; Lilia K. M. SCHWARCZ. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil.* São Paulo, Cia das letras, 1993; Claudia MATOS. *Op. Cit.*
[436] Lilia K. M. SCHWARCZ. *Op. Cit.*. p. 244

darwinismo foi tomado como base para projetos conservadores como o imperialismo europeu, ou seja, para o domínio sobre os supostamente *"mais fracos e inadaptados."* Assim, antigos debates tomaram novas proporções e rumos e os princípios monogenistas e poligenistas[437] foram acionados em diferentes combinações com as então, novas teorias raciais e evolucionistas.

Desde a entrada das teorias raciais no país, o Brasil passou a ser visto como espaço da mistura de raças, com todas as implicações que isso traria em termos de (im)possibilidade de progresso e de civilização. De acordo com as teorias raciais, a mestiçagem emergia nesse momento como uma incógnita, ambigüidade que pairava sobre a idéia de paraíso racial então vigente. Ao mesmo tempo mácula e singularidade, a mescla de raças significava degeneração e ameaça ao futuro, mas também despertava curiosidade de estudiosos nacionais e estrangeiros. [438] Certamente essa não era uma afirmação que trazia conforto para os intelectuais brasileiros.

Mas se no Brasil o argumento racial estava adequado ao estabelecimento e legitimação de diferenças sociais no pós-abolição, sua defesa implicava também uma visão pessimista da mestiçagem e do próprio futuro do país. E foi exatamente nos meandros desse paradoxo que saídas originais puderam ser elaboradas, acomodando modelos de matrizes diversas. De tal maneira, foi possível a adoção somente de determinadas assertivas como a suposta diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem tocar no que isso traria de negativo; ou ainda, uma leitura do darwinismo social que solucionou a idéia de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e "aperfeiçoamento", deixando de lado a noção de que a humanidade tinha uma origem comum e abrindo espaço para o a defesa do branqueamento.[439]

Silvio Romero foi um dos autores que se dedicaram profundamente a pensar nas relações entre raça, cultura e nação entre o final do XIX e início do XX, influenciando seus pares e as gerações posteriores.[440] Com posições por vezes ambíguas, partiu de uma afirmação clara: não adiantava debater se era bom ou ruim,

[437] Segundo Lilia Schwarcz, os monogenistas teriam sido a corrente dominante até meados do século 19, baseava-se no Humanismo e nas escrituras bíblicas, defendendo que a humanidade era uma. Já os poligenistas teriam se firmado a partir da segunda metade do século 19 e acreditavam que existiam vários centro de criação que correspondiam às diferenças raciais, fortalecendo a concepção biológica dos comportamentos humanos, tidos como determinados pelas leis biológicas e naturais.
[438] Lilia K M SCHWARCZ. *O Espetáculo das raças*. p. 12; p. 53
[439] Idem Ibdem.. p. 53-54
[440] Ver Claudia MATOS. *Op. Cit.*

o Brasil era um país composto por mestiços e isso era fato irrevogável. Reconheceu que tal fenômeno não era novo, mas que no Brasil, naquele momento, era mais intenso e flagrante. Logo, seria preciso refletir e propor soluções. Para alcançar o branqueamento era preciso conhecer as nossas heranças. Em tom de polêmica, apelou para essa necessidade na revista *Renascença*, em 1906*:*

> **(...) não pode haver nada mais cômico (...) do que apreciar o *aplomb* com que a mestiçada nacional, na sua imensa escala cromática, em reuniões, sociedades, congressos, grupos, academias assembléias, tropas de terra e mar, todo e** qualquer ajuntamento, em suma, que apareçam de 100 brasileiros para cima, caso em que a proporção dos misturados para os brancos puros é sempre de 90% a 95%**, nada mais cômico do que o sério com que a imensa mestiçada fabula de si própria pouco mais ou menos como se constituísse uma reunião de fidalgos anglo-saxões ou antigos romanos do mais puro sangue...Ah, Deus!** Quando se acabará essa cegueira do nosso povo, para seguir firme o seu caminho, tratará de conhecer suas origens sem ilusões e preconceitos? [441] **(grifos nossos)**

De acordo com Roberto Ventura, as noções de mestiçagem e de branqueamento elaboradas por Romero configuraram uma dessas possibilidades de interpretação original das teorias raciais. O autor partiu da combinação entre a crença na existência inata de diferenças raciais e nas idéias evolucionistas, ou seja, na existência da concorrência pela vida e no predomínio do mais apto. Assim, Romero teria conjugado a mestiçagem - como fenômeno que diferenciava o Brasil das outras nações - ao branqueamento. E a partir dessa diferenciação o Brasil poderia superar a falta de originalidade da cultura nacional. Dessa forma, o médico sergipano condenava o mestiço como racialmente inferior ao mesmo tempo em que atribuía à mestiçagem o papel de única saída ou garantia para a criação de uma cultura não-imitativa. A mestiçagem seria o único fator que conferiria originalidade ao Brasil, ainda que isso não significasse obrigatoriamente riqueza e vigor. [442] Portanto, a reavaliação e a redefinição da mestiçagem conferiu a Silvio Romero ele uma posição que, a um só tempo, o distanciava e aproximava das teorias raciais.[443] Para ele, pensar sobre "o mestiço" implicava necessariamente assumir e estudar o *"(...) elemento*

[441] Silvio ROMERO. Brasil Social IV (o negro). In: *Renascença,* Ano III, nº 29, julho, 1906.
[442] Roberto VENTURA. *Op. Cit.* p. 51
[443] Claudia MATOS. *Op. Cit.* p.111

africano, que por mais que queiramos esconder, predomina ainda em nossas populações...(...)".[444]

Essas ambigüidades e hesitações foram comuns na trajetória intelectual de Silvio Romero, atrelado que estava aos paradigmas do evolucionismo e do racismo científico, destacou as contribuições do negro, imputando a elas outras tantas reduções que acabavam por lhes retirar a positividade e a relevância. A maior de todas as reduções cometidas pelo autor relaciona-se às suas considerações sobre a mestiçagem que, ao elogiar o mestiço, apagavam o negro: "*(...) a ação do negro é muito apreciável na formação do mestiço. Se não se conhece um só negro, genuinamente negro, livre da mescla, notável em nossa história, conhecem-se inúmeros mestiços, que figuram entre os nossos primeiros homens".* [445] A partir da mestiçagem Silvio Romero resgatou o negro e ao mesmo tempo o subsumiu, uma vez que o branqueamento pressupunha o predomínio do elemento branco. [446]

Pensando nessas possíveis interpretações, ao avaliar a perspectiva do debate cultural dos nossos intelectuais do *Garnier* e da *Kosmos,* parece que a penetração das teorias raciais não impediu outras saídas otimistas para se pensar a nacionalidade e o próprio futuro da nação. Saídas que, embora estivessem dentro dos paradigmas raciais, valorizaram a mestiçagem e o mestiço como (produtores de) singularidades nacionais em uma perspectiva próxima à de Silvio Romero.

De acordo com Renato Ortiz, desde o final do século XIX a idéia de um "Brasil-cadinho" vinha sendo forjada e a categoria mestiço, para autores como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, fazia parte de uma linguagem capaz de expressar a realidade social desse período. E, dentro de certos limites, correspondeu também a uma busca pela identidade nacional, o que fica evidente a partir da pesquisa em periódicos publicados na primeira década do século XX, bem como a existência de outras mediações além das teorias raciais. Para Ortiz, independentemente das críticas (que supôs isoladas) cunhadas por Manoel Bomfim, o racismo científico foi a moeda corrente no debate político e cultural brasileiro entre o final do século XIX e início do XX, redefinido e adaptado, porém, às condições locais.[447]

---

[444] Silvio ROMERO. *Estudos sobre a poesia popular*. Petrópolis, Vozes, 1977. p. 49
[445] Idem. História da literatura brasileira. Tomo 1, p. 111 *apud* Claudia Neiva MATOS. *Op. cit* p. 118
[446] Claudia MATOS. *Op. Cit.*
[447] Renato ORTIZ. *Op. Cit.* p. 62

A partir do paradigma racista, autores como o próprio Silvio Romero, Joaquim Nabuco, Afrânio Peixoto e João Baptista de Lacerda, por exemplo, enalteceram a mestiçagem como instrumento de assimilação racial dos considerados grupos inferiores, de forma que assim escapavam da armadilha determinista que condenariam o Brasil ao atraso e à barbárie.[448]

No I Congresso Universal de Raças, realizado em Londres em 1911, nosso representante, João Baptista de Lacerda, defendeu uma posição próxima: valorizou o mestiço, mas sem questionar o estatuto de inferioridade dos não-brancos. Assim, ao mesmo tempo em que produziria elementos culturais e étnicos originais, a mestiçagem extinguiria as "raças inferiores", nascendo desse processo uma população mais clara e mais forte. Esses homens contavam também com a suposta baixa taxa de natalidade, com a maior incidência de doenças entre os descendentes de africanos e com a imigração européia, o que colaboraria para a aceleração do branqueamento da população. Era a certeza de que negros, índios e mestiços sairiam de cena em algum momento do futuro.[449]

> O grande papel atribuído ao mestiço por Silvio Romero encerrava tantas ambigüidades quanto a consagração do mestiço e da mestiçagem por nossos intelectuais dos periódicos. O mestiço, para Romero, seria uma espécie de "ganho evolutivo", pois teria ajudado o colonizador branco a se adaptar ao meio nos trópicos e incorporado índios e africanos à civilização. Aqui sim podemos ver aproximações com o samba de Bilac, com o *cake walk* e a capoeira de Lima Campos. Mas, ainda assim, resta uma diferença significativa: ao que indicam os periódicos pesquisados, havia intelectuais que não desejavam um tipo nacional branco nem uma *"cultura brasileira de base européia",* como Romero esperava.[450]

Mais próxima ou mais distante do branqueamento, a adesão à mestiçagem significou fundar os mitos da identidade nacional na fusão e na integração de raças e culturas. Esse caminho pode ser bastante profícuo para pensarmos no esforço de alguns

[448] *Idem Ibidem.* p. 62-63
[449] Roberto VENTURA. *Op. Cit.* p. 63
[450] *Idem, ibidem.* p. 64

intelectuais em defender o Brasil como um país no qual não havia nem deveria haver preconceito de cor. A afirmação de Bilac no *Palace Theatre*, em 1907, de que no Brasil eram todos iguais, todos irmãos, diante de tantos homens e autoridades ilustres, adquire outro significado ao consideramos isso. [451]

Entre a certeza da inferioridade do africano de Nina Rodrigues; a mestiçagem como originalidade tendendo ao branqueamento de Silvio Romero e de Gonzaga Duque; as investidas seletivamente consagradoras no mestiço de Lima Campos, as colocações ambivalentes de Olavo Bilac e a recusa da raça como fator determinante de Juliano Moreira, oscilaram as posições sobre mestiçagem, negros e mestiços nos periódicos pesquisados. Havia, portanto, vários tons na abordagem da questão, assim como outras mediações e matrizes que juntamente com as teorias raciais, faziam parte de um mesmo universo intelectual. [452]

Vale a pena acompanhar a argumentação de Gonzaga Duque em uma crônica publicada na *Kosmos* sobre o seu admirado amigo Cruz e Souza, *"o poeta negro"*. Segundo o autor, Cruz e Souza trazia consigo o *"pesar da cor"*. *"Intelectualmente superior, doía-lhe a diferença deprimente da sua raça, que nele, por compreensível supersensibilismo (...) atingia a forma duma desgraça."* Descrevendo-o como portador de um forte recalque racial, Duque mencionou ter ouvido do amigo que o fato de ter nascido negro era acidental, mas raramente se referia a tal acontecimento com humor, como fariam *"alguns homens intelectuais de sua raça."* Cruz e Souza sentir-se-ia perseguido e hostilizado pelo seu chefe na Repartição - um mulato do qual sempre se queixava:

> **-** É que eu lhe recordo a origem **(...) dizia-me – tenho talvez a mesma cor da mãe...e ele, que quer ser moreno à força, esbarra-se comigo,** vê-me como a afirmação tremenda do seu passado**, sou o espectro recordativo da mucamba que o despejou no mundo. [453] (grifos nossos)**

[451] Olavo BILAC. Discurso no Palace Theatre. *Op. Cit.*
[452] Nina RODRIGUES. As belas artes dos colonos pretos do Brasil – a escultura. *Kosmos,* ano I, nº 8, agosto, 1904; GONZAGA DUQUE. O poeta negro. *Kosmos*, ano VI, nº 2, fevereiro, 1909; Lima CAMPOS. A capoeira. *Op. Cit.* Lima CAMPOS. Cake-walk. *Op. Cit;* Fantasio/pseud. de Olavo Bilac. A dança no Rio de Janeiro. *Op. Cit.;*Augusta P. MOREIRA. Homens de cor no Brasil. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1910.p. 352-359.
[453] GONZAGA DUQUE. O poeta negro. *Kosmos*, ano VI, nº 2, fevereiro, 1909.

Diante da discriminação pelos da *"sua raça",* Cruz e Souza tornava-se arredio, agressivo e cáustico, postura que, segundo Duque, o isolou e prejudicou sua carreira. Pois cheio de prevenção, tomava qualquer crítica a si e a sua obra como ataques à sua cor, sobretudo se vinham de *"mulatos"*. O *"talentoso negro"* não se conformava com a repulsa manifestada por um *"assimilado"* em relação aos indivíduos de sua *"raça ancestral",* reagindo sempre com *"amargor"* e *"acabrunhamento",* tanto mais se suspeitasse que estava sendo *"motejado"* por alguém *"oriundo da mesma raça"*. Aí a *"ofensa revolvia-o profundamente, convulcionava-o, sacudia-o (...) indo do enxovalho à caricatura impiedosa, traçada em estupendos períodos debochativos dum vivo escarninho (...)"*. [454]

De acordo com Duque, essas tensões em torno da cor não deveriam ganhar a posteridade porque a mestiçagem, ao mesmo tempo em que eliminaria o "elemento negro" (de "*tipo conservado",* como Cruz e Souza), acabaria também com o próprio preconceito de cor. Para o futuro só interessaria o poeta Cruz e Souza e não a sua forma agressiva de lidar com o preconceito de cor. Logo, seu nome deveria se firmar e nunca se apagar do *"grupo intelectual de uma raça que tem dado, dentro do seu tipo conservado, homens de real valor mental e moral",* como o pintor carioca Manuel da Cunha, os Dias da Cruz, Luiz Gama, os Rebouças, Paula Brito e Rangel de São Paio – ainda que Duque tenha confessado que não tinha *"a menor prevenção de raças"*. Afinal, nunca teria se preocupado com a cor dos indivíduos e a prova dessa sua postura estaria no fato dele próprio ter sido amamentado *"num seio de negra"*.[455] Aqui podemos observar uma aposta mais explícita no branqueamento. A *"raça ancestral"* foi valorizada no passado, no legado cultural deixado para o presente, mas a presença em carne e osso de negros *"de tipo conservado"* traria inconvenientes em termos do preconceito de cor, que logo desapareceriam através da mestiçagem, para alívio do cronista.

Para Gil, como vimos, a definição de um tipo homogêneo para a nação implicava o *"abrandamento"* da *"raça negra"* pela mestiçagem, ou seja, pela *"assimilação de elementos estranhos"*. Embora projetasse um tipo nacional no qual a presença africana não fosse fenotipicamente explícita, Gil defendeu, numa formulação

[454] Uma dessas críticas carregadas de referências raciais foi feita a Cruz e Souza na revista *Kosmos* por José Veríssimo. Ver José VERÍSSIMO. Vida literária – uma poetisa e dois poetas. *Kosmos,* Ano II, nº 1, janeiro, 1905.
[455] *Idem, ibidem.*

intrincada, que não se deveriam apagar todos os traços capazes de conferir originalidade ao Brasil. Optou por um tipo nacional que deveria ter como *"(...) traço iniludível, o leve dourado da face, a insurreição mal refreada dos cabelos, o olhar insinuante e elástico (...)".*[456]

Além desses há outros exemplos que nos permitem confirmar a existência, na primeira década do século XX, de concepções que matizam o determinismo racial vigente e trouxeram à tona elaborações intelectuais que, mesmo construídas em diálogo direto com as teorias raciais, valorizaram positivamente negros, mestiços e a própria mestiçagem. Ao que indica a documentação, aquele era um universo intelectual caracterizado pela pluralidade de posições em relação ao papel de negros e mestiços na nação, autorizando-nos a considerar a mestiçagem como uma espécie de campo de conflitos. Nesse sentido é que apresento ao leitor mais um pouco dos interessantíssimos registros de intelectuais sobre negros, mestiçagem e preconceito de cor localizados na pesquisa. Eles evidenciam as tensões, as idas e vindas em torno dessas questões.

A contestação do determinismo racial operada por Manoel Bomfim será o nosso ponto de partida. Dentro da linguagem biológica do seu tempo, Manoel Bomfim refutou a aplicação, segundo ele inapropriada, das teorias biológicas à sociedade humana. A fim de compreender o atraso em que se encontravam a América Latina e o Brasil, o autor investiu na análise dos problemas herdados do período colonial, chegando à conclusão de que o atraso tinha motivações históricas derivadas da exploração predatória operada por espanhóis e portugueses na América Latina – o que vinculou à idéia do parasitismo.[457]

Portanto, teria sido a colonização ibérica predatória a origem dos problemas nacionais e não a pretensa inferioridade racial dos povos que viviam nesse território. Dessa forma, Bomfim rechaçou a visão corrente na Europa de que a América Latina era

[456] GIL. Crônica. *Kosmos,* Ano I, nº 5, maio, 1904.

[457] Embora também colaborasse em periódicos, não encontrei nenhuma menção a Alberto Torres em todos os periódicos pesquisados. Por isso não o incorporei ao corpo do texto, mas não posso deixar de mencionar a proximidade de sua análise da questão racial com a elaborada por Bomfim. Homem público de prestígio (Ministro da Justiça, 1896-1897; Governador do Estado do Rio, 1898-1900; membro do Superior Tribunal Federal, 1901-1909), Alberto Torres se baseou nos novos estudos da Antropologia e da Arqueologia para refutar o determinismo racial. Inspirados nas discussões culturalistas de Franz Boas e Ratzel, assim como Bomfim, Alberto Torres associou as teorias raciais européias às ambições imperialistas de seus países, considerando o meio como fator mais importante para a formação social. Para ele, ainda que o Brasil conjugasse raças diferentes em sua formação, teria formando uma civilização notável e dotada de unidade cultural, o que provaria a invalidade de tais teorias. As "causas" do pretenso atraso do Brasil seriam a falta de educação e o saneamento adequados. Ver Thomas SKIDMORE. *Op. Cit.* P. 139.

composta de países habitados por gentes preguiçosas, mestiços degenerados e bárbaros incapazes de organizar verdadeiras nacionalidades.[458]

Para ele, as teorias biológicas racistas eram um sofisma, isto é, uma justificativa *"(...) mascarada de ciência barata e covardemente aplicada à exploração dos fracos pelos fortes".*[459] Ao apontar as incoerências das teses racistas de Agassiz sobre a pretensa inferioridade do mestiço no Brasil, demonstrou o quão anacrônico era o autor, pois defenderia premissas já refutadas pelos novos estudos europeus:

> É horrível o que o naturalista da "imutabilidade das espécies" observou dos mulatos e mestiços brasileiros; (...) Não há razão para que nos impressionemos com os conceitos do sábio reacionário; ele andava por estes mundos com o propósito determinado de achar provas de que foi o Padre Eterno quem fez, bem separadamente, em momentos diferentes, cada uma das espécies existentes, e que elas são hoje o que eram quando saíram das mãos do obreiro lá dos céus (...)[460]

Quanto às teorias racistas construídas a partir das teses de Darwin, Bomfim argumentou que haviam inapropriadamente aplicado a teoria biologista do inglês à seleção humana, coisa que o próprio autor nunca havia feito nem proposto.

Examinando especificamente a questão da mestiçagem Bomfim refutou com argumentos históricos e sociológicos as qualidades negativas imputadas aos africanos e seus descendentes - como *"submissão incondicional", "frouxidão de vontade", "docilidade servil", "afetividade passiva"* –, afirmando que tais características, quando presentes, eram fruto das condições históricas e sociais a que foram submetidos, ou seja, da escravidão, da exploração e do abandono.

Para operar esse rompimento com as teorias raciais Bomfim fez uso de outras referências teóricas, recorreu a autores como Ribot, Waitz, Marlin De Moussy e Quatrefages. Na leitura de Bomfim, ao contrário do que diziam as teorias racistas, Ribot, por exemplo, acreditava que a mestiçagem poderia misturar qualidades morais e intelectuais e dar origem ao *"aparecimento de aptidões novas".*

Com base nesses autores, Bomfim argumentou que a mestiçagem teria desenvolvido no Brasil *"qualidades apreciáveis",* como a ausência de preconceito de

[458] Manoel BOMFIM. *América Latina. Males de origem* Rio de Janeiro, Topbooks, 1993. [1ª edição, 1901] p. 39
[459] *Idem Ibidem.* p. 243
[460] *Idem Ibidem.* p. 263

cor, possibilitando aos mestiços um pleno desenvolvimento de suas aptidões, como a superioridade artística em relação às raças mães. A quase totalidade dos pintores e músicos brasileiros seria de mestiços, havendo também muitos notáveis na medicina. Logo, os problemas pelos quais passavam os mestiços não diferiam em nada das populações européias que não tinham acesso adequado à educação:

> Dêem-lhes interesses superiores, e dali nascerão sociedades estimáveis. Fortes e vigorosos como são, eles saberão aproveitar ultimamente as energias e resistências que possuem, e que os tornam efetivamente superiores aos colonos que se fazem recrutar nos refugos das civilizações corrompidas. [461]

Dando um tom nacionalista e anti-imperialista ao seu anti-racismo, Bomfim investiu em argumentos históricos para desmontar o arcabouço racista, afirmando que a solução para o atraso do Brasil estava na ampliação do ensino e da habitação adequada e na diversificação da economia para além da monocultura. O verdadeiro problema, a falta de *"instrução popular",* para ele era *"curável, facilmente curável"*. [462]

Um incidente comentado por Olavo Bilac na *Gazeta de Notícias,* em 1907, também é revelador dos matizes com que a mestiçagem e o preconceito de cor foram concebidos na época. A ocasião deu ensejo a uma dura crítica do autor à ingratidão dos brasileiros que se envergonhavam da *"raça mártir" – "a raça a quem mais devemos"*. Ao contar da viagem do General Roca para São Paulo, mencionou um contratempo que teria acontecido em uma parada para o almoço na cidade de Resende. Em meio a foguetes, bandas de música e aclamações, um octagenário homem negro, veterano da guerra do Paraguai[463], teria gritado: *"Viva o Imperador!",* oferecendo ao general um cacho de bananas. De acordo com Bilac, diante da manifestação *"burlesca e comprometedora",* os brasileiros presentes ficaram muito constrangidos porque quando os argentinos queriam *"(...) cobrir-nos de ridículo (...)"* lançavam à face dos brasileiros

> (...) justamente esses **dois estigmas: os nossos pretos e as nossas bananas**. E ali estava um preto oferecendo bananas ao general Roca! ...Imaginais o pasmo da comitiva? Os que não coraram de vergonha, riram de malícia...Não sei até como não se levantou ali algum punho colérico para fulminar com um

[461] Manoel BOMFIM. *América Latina. Op. Cit.* p. 267
[462] *Idem Ibidem.* p. 299-351
[463] Ver nesse mesmo sentido, ver Dionísio CERQUEIRA. O rosário do Cabo-de-ordens. *Kosmos,* ano V, nº 5, maio, 1908 (nesse artigo, o narrador discorre sobre a vida de um liberto, filho de pais alforriados, que teve uma atuação heróica na Guerra do Paraguai.

> soco patriótico imprudente, o homem que ousava, com sua presença bárbara, perturbar a harmonia da festa civilizada.[464] (grifos nossos)

Diferente dos *"bonifrates"* brasileiros da comitiva, o general Roca, afirmou Bilac com ironia, não teria rido nem se indignado: recebeu o *"preto"* com benevolência, saudou-o quando soube que era um veterano da guerra do Paraguai, aceitou as bananas e gratificou o *"pobre ancião"*. A partir desse ponto, Bilac desfez a oposição entre a *"presença bárbara"* e a *"harmonia da festa civilizada",* propondo que os valores trazidos por ambas deveriam ser integrados. Mais uma vez, tradição e modernidade não aparecem como antíteses.

Preocupado com a questão, Bilac indagou de quê os brasileiros teriam vergonha ou achariam graça desse caso, pois ali estava uma pessoa que deveria ser respeitada não apenas pela sua idade, mas por representar a *"(...) velhice na nossa terra, o nosso passado, a nossa tradição. Estava ali a raça mártir que nos desbravou a terra, que a regou com o seu sangue, que a defendeu, que a formou, que a enriqueceu!"*. Portanto, mais uma vez o encontramos afirmando que as contribuições dos negros à nacionalidade ultrapassavam a suposta afetividade submissa e do trabalho.

Enfim, a história daquele *"preto"* de carapinha seria a de muitos outros pretos que vieram para cá ou aqui haviam nascido cativos; que se fizeram homens *"debaixo do azorrague e do opróbrio"* e que conquistaram a liberdade em troca de uma nova escravidão, pois foram lutar no Paraguai *"e lá se bateram sem saber porquê se batiam"*. Na volta, teriam sido abandonados à própria sorte pelo governo e pela sociedade, envelhecendo na *"ignorância, na ociosidade e no abuso da aguardente (...) numa terra em que até hoje a organização do trabalho é um mito"*. Bilac considerava que aquele homem era um sobrevivente tanto da guerra quanto do egoísmo dos que não se importaram com ele após o seu retorno ao Brasil. Então porque a vergonha e o riso, justamente em um país que se orgulhava de ter assimilado a *"raça negra"*? Bradando contra o *"desprezo"* corrente contra os negros, defendeu que eles deveriam ser assumidos no passado e no presente. Afinal, todos seriam irmãos, na medida em que todos eram brasileiros unidos pelas lutas, pelo passado e pelas tradições. E, naquele

[464] Olavo BILAC. Crônica. *Gazeta de Notícias.* 24/03/1907. In: Antonio DIMAS. *Bilac, o jornalista. Crônicas, vol. 2.* São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de SP/EDUSP/Ed. UNICAMP, 2006. p. 78-79 Ver nesse mesmo sentido: Domingos OLIMPIO. O Doutor Conceição**.** *Kosmos*. Ano I, nº 5, maio, 1904. (nesse texto o autor relata o preconceito de cor sofrido pelo médico negro Pedro da Conceição, cujo sucesso profissional seria cada vez maior, posicionando-se contra atitudes "racistas")

caso específico, estariam unidos à própria figura do general Roca, pelos sacrifícios de guerra que resultaram na vitória:

> Nós todos costumamos dizer, com uma basófia retumbante**, que não desprezamos a raça negra, que a incorporamos dignamente em nossa civilização, que não a perseguimos, nem a exterminamos. Não a exterminamos pelas armas, é certo. Mas não é menos certo ainda que a tratamos sempre com desdém.** Aqui, os brancos desprezam os pretos; os mulatos claros dizem que são brancos, e os mulatos escuros dizem que não são descendentes de pretos, mas descendentes de tamoios e de tupiniquins. É ainda uma raça maldita! e, entretanto, o Brasil foi feito por ela...Oh, a nossa cruel tolice! a nossa estúpida presunção! Como se uma pátria pudesse anular o seu passado, alterar a sua tradição, destruir a sua história, toda facilmente como qualquer de nós deita ao lixo as botinas estragadas (...) Não, meus amigos e meus irmãos! (...) Não foi um incidente vergonhoso, nem um incidente ridículo. Nessas festas ao nosso amigo [general Roca], a homenagem do soldado ancião, do preto maluco, do cidadão humilde, foi a nota enternecedora. Aparecendo ali, inesperadamente, em pleno brilho do festival civilizado, o preto decrépito parecia estar dizendo: "Um momento amigo! eu também sou brasileiro, e dos mais dignos, apesar da minha cor, apesar da minha decrepitude, e apesar da minha baixa condição. Podem rir à vontade esses meninos bonitos que vos acompanham: vós não rireis! **E vós não rireis porque somos irmãos: batemo-nos juntos, vencemos juntos – e, se a minha pele tem uma cor diferente da cor da vossa pele, os nossos cabelos e as nossas barbas têm a mesma cor."** [465] (grifos nossos)

Podemos perceber que Bilac dialogava com seus leitores assumindo que, embora em geral se admitisse a integração dos negros, havia um forte preconceito de cor naquela sociedade, abrangendo, inclusive, as relações de negros e mestiços entre si. A insistência do autor na perspectiva da integração é incontestável, mormente ao defender que o Brasil deveria assumir sua herança africana com orgulho, mesmo que isso anda fosse um motivo de constrangimento. Por outro lado, podemos atentar para o que estaria em jogo, para Bilac, nos debates em torno dos critérios de pertencimento à nação. A cor negra, a decrepitude e a baixa condição pareciam não fazer parte do que os *"boniferates"* [466] do governo desejavam que fosse "o brasileiro".

Continuando nosso percurso pelo pelos registros intelectuais em torno do preconceito de cor, vemos Bilac muito preocupado em jogar por terra o que se dizia negativamente do Brasil em relação à sua forte presença negra e mestiça. O mesmo se

---

[465] *Idem Ibidem.*

[466] Bonifrate: "s.m. Boneco de engonços; autômato, títere. / Fig. Pessoa cuja aparência não corresponde à gravidade própria da sua idade, estado ou posição social*"*.www.kinghost.com.br/dicionario/bonifrate.html, captado em janeiro de 2007.

deu na ocasião em que o autor comentou o desdém com que uma atriz estrangeira se remeteu ao seu grande amigo (e negro) José do Patrocínio em a revista publicada na França: *Je sais tout.* A atriz era Jane Hading e com sua crônica teria provocado a *"nossa fúria patriótica"* ao contar que, em 1888, quando o Sr. Coquelin esteve pela primeira vez no Rio, *"(...) um deputado negro, em cena aberta, no Lírico, pregou ao peito desse ator a insígnia da Ordem da Rosa..."* Logo depois, esclareceu Bilac, o Jornal do Commercio confirmou a história, corrigindo que não se tratava de um deputado, mas de um vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, *"o grande abolicionista José do Patrocínio",* que fez a entrega do diploma daquele oficialato em homenagem ao ator francês. Impaciente, Bilac mais uma vez perguntava:

> Ora, pois! Que coisa há, nesse fato, que nos possa envergonhar? **Patrocínio, se não era negro, era quase negro. E desse quase negro, do seu talento, da sua formidável e esplendorosa ação social, da sua fúlgida glória de abolicionista, todo o Brasil se orgulha e se orgulhará sempre!** (...) Vejam a grande desonra para um país: ter um deputado negro! Mas a França já teve uma porção de deputados negros, - e nem por isso o galo francês, o glorioso *Chanteclair* da Gália, perde o entorno da voz possante e a cor afogueada da crista![467] (grifos nossos)

Se a França civilizada, modelo de progresso, tinha (ou teve) deputados negros, o Brasil poderia assumir sua herança sem nenhuma implicação aos seus projetos modernizantes. Era o atestado na nossa compatibilidade (racial e cultural) com as grandes correntes universais. Patrocínio seria um homem *"quase negro"* que deveria ser fonte de orgulho nacional e não de desprezo ou vergonha. Não resisto em apresentar mais um caso semelhante registrado por Bilac. O acontecimento se deu quando foi encenada na cidade do Rio a peça *O dote,* de Arthur Azevedo, em italiano, por atores italianos. Na véspera do espetáculo, Bilac ouvira comentários de que a peça seria um fiasco, pois um ator italiano iria representar o *"(...) velho preto João, que é um tipo exclusivamente, fundamentalmente, essencialmente brasileiro (...)".* O leitor se lembra da valorização dessa figura na *Kosmos*?

Mas, segundo Bilac, *"(...) o preto João interpretado pelo ator italiano foi um admirável preto."* Ao sair do teatro, o autor, teria encontrado novamente com o pessimista que previu erroneamente o fracasso da peça, preocupado que a Cia. italiana

[467] Olavo BILAC. O que se diz de nós. *Correio Paulistano.* 13/09/1907. In: Antonio DIMAS. *Bilac, o jornalista. Crônicas, vol. 2.* São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de SP/EDUSP/Ed. UNICAMP, 2006. p. 177.

de teatro fosse encená-la na Itália, justamente uma peça brasileira com um preto como personagem. Para Bilac esse era um grande favor que os atores italianos fariam ao Brasil, divulgando nossas artes no exterior, mas para o *"Sr. Nariz torcido"* era motivo de vergonha irem mostrar à Europa que no Brasil havia pretos. Bilac criava mais uma vez a oportunidade de abordar o tema do desdém pelos negros em suas crônicas e afirmava de novo seu importante papel na formação brasileira:

> **É esta uma das nossas manias: esconder o preto, disfarçar o preto, ter vergonha do preto, querer convencer a Europa da não existência do preto**. **Queremos tirar o preto das nossas fotografias, das nossas peças de teatro, dos nossos romances, da nossa história, da nossa raça e da nossa vida...Absurda e tola pretensão!** Néscia e irritante mania! **Nenhum povo altera, nem anula, nem precipita a sua história. O preto é inseparável, na constituição da nossa raça, dos outros elementos que têm contribuído e ainda hão de contribuir para formá-la.** A mania não é apenas absurda e tola é também injusta, e reveladora de muita ingratidão. Foi o preto, afinal, que verdadeiramente criou esse país: lavrou a terra, regou-a com o suor, com o seu sangue e com as suas lágrimas; fecundou-a com o seu trabalho e com o seu sofrimento; preparou-a, com o seu obscuro sacrifício, para o radiante presente, de que ela já está gozando, e para o futuro, mais radiante ainda que a espera...**Não há motivo para que reneguemos o preto, - nem no teatro, nem na vida real.** O preto João de Arthur Azevedo não nos desmoralizará na Itália. Já temos para lá mandado muitos brancos de verdade, - muito piores do que esse pobre e generoso preto de ficção. [468] (grifos nossos)

Mais veemente que as anteriores, essa foi uma manifestação contra os paradigmas racistas em voga no momento, que apontavam a presença de negros e mestiços como estorvos ao progresso e à civilização. E mais: uma defesa evidente de que o Brasil deveria ser compreendido a partir do ponto de vista da integração e não da separação de classes ou do sumiço de cores. Note-se que em nenhum desses momentos o autor mencionou a necessidade de imigrantes nem o branqueamento e, ainda que tais questões pudessem estar implícitas em suas análises, não há como negar que Bilac estava travando um diálogo com tais paradigmas e combatendo-os.

Ciente de sua missão pedagógica, Olavo Bilac foi um dos que reagiam indignados ao que, segundo ele, seria a crescente americanização do Brasil, representada pela introdução do preconceito de cor aqui. O Brasil correria o risco de

[468] Diário do Rio. *Correio Paulistano.* 23/06/1908. In: Antonio DIMAS. *Bilac, o jornalista. Crônicas, Op. Cit.* p. 200.

fazer aflorar os ódios de cor, caso se submetesse ao imperialismo dos Estados Unidos, país destacado como sendo racialmente segregacionista.[469]

De volta de uma viagem a São Paulo, o autor comentou sobre a proibição da entrada de *"pretos e mulatos"* - tomados por *"incapazes e más figuras"* - na guarda civil naquela cidade. O preconceito de cor, *"o mais bárbaro e revoltante de todos os preconceitos",* para Bilac deveria ser totalmente repudiado. Afinal, o que mais honrava e nobilitava a *"civilização brasileira"* era justamente

> **(...)** a singela e admirável harmonia que ela estabeleceu entre as raças que contribuíram para a sua formação. A cor jamais impediu, no Brasil, que um homem galgasse as mais altas posições. **Já no tempo do Império havia no Senado homens de cor. Vários mulatos, bem pouco disfarçados, foram ministros de Estado...**Foi preciso que estabelecêssemos a República e que nos entregássemos de corpo de alma ao mais democrático de todos os regimes – para que alguém se lembrasse de excluir do seio de uma corporação os pretos e os seus descendentes**!**[470] **(grifos nossos)**

Ao referir-se ao passado, Bilac trazia à tona exemplos dessa pretensa convivência racial harmônica, defendendo a mestiçagem como característica positiva e original da nacionalidade brasileira. A destruição da *"grande obra confraternizadora das raças"* empreendida no passado seria *"um crime imperdoável"*, além de uma *"revoltante ingratidão"* com o *"preto"*. Estaria ele se referindo a casos de preconceito de cor mencionados anteriormente como algo exclusivamente recente, que não aconteceria nos tempos do Império? Difícil saber. Como fundamento de seu argumento Bilac expôs a realidade mestiça do Brasil, ao afirmar que nessa *"perseguição imoral e vergonhosa exercida contra os homens de cor"* não haveria somente ingratidão, mas também uma *"filáucia cômica",* pois nenhum brasileiro seria *"completamente, absolutamente, legitimamente"* branco, sem a mescla africana no sangue:

> **Lembrai-vos, amigos, que já o Marquês de Pombal foi um dia obrigado a lançar um decreto determinando "que todos dos fidalgos de Portugal, fosse qual fosse a sua ascendência, seriam, para todos os efeitos, considerados brancos..." É que lá, depois das conquistas na África, começou a nascer**

[469] Crônica. *Gazeta de Notícias*. 21/01/1906. In: Antonio DIMAS. *Bilac, o jornalista. Crônicas. Op. Cit.* p. 113.
[470] *Idem Ibidem.*

> **muito fidalgote de pele trigueira demais...**E que diremos nós da nossa fidalguia agrícola, nascida entre o palácio e a senzala? [471] **(grifos nossos)**

A constatação histórica de que o Brasil era uma nação mestiça - originada de outra nação mestiça – legitimava a condição mestiça brasileira como singularidade. E isso não implicaria inferioridade racial nem impedimentos ao progresso e à civilização. Penso que o leitor já esteja percebendo que as teorias raciais fizeram parte daquele horizonte intelectual de diferentes formas, sobretudo quando tratadas no âmbito dos debates culturais. [472]

Assim, é possível encontrar na *Gazeta de Notícias* e no *Correio Paulistano* textos semelhantes aos localizados na *Kosmos*, nos quais ficam evidentes os limites dessa incorporação de negros e mestiços à nacionalidade. Se o *"samba"* era bom, os cordões eram *"fétidos"* e *"bárbaros"*. Por outro lado, ao mesmo tempo em que defendeu que no Brasil vigorava uma *"singela e admirável harmonia entre as raças",* Bilac também mencionou pedagogicamente vários casos de homens de cor sofrendo discriminações e se posicionou contra elas.

O que dizer, então, do professor negro Hemetério dos Santos[473], que, embora fosse alvo de chistes racistas na imprensa, acreditava ser o Brasil uma obra de tolerância e amor, na qual os negros teriam um papel importantíssimo? A famosa carta em que o gramático negro criticava Machado de Assis logo após a sua morte,

---

[471] *Idem Ibidem.*

[472] Como mais uma pista nesse sentido podemos citar o caso de Monteiro Lobato. Ao contrário de Bilac, estabelecido no Rio, Capital da República, Monteiro Lobato não enxergou positividade na mestiçagem quando passou pela cidade. Lobato, num movimento inverso, louvou a barreira que o preconceito racial estabeleceu à miscigenação nos Estados, tendendo a defesa explícita do branqueamento. Em carta a um amigo, relatou suas impressões sobre o que vira nas ruas da cidade do Rio: *"Num desfile, à tarde...perpassam todas as degenerescências, todas as formas, más-formas humanas – todas menos a normal...Como consertar essa gente? Que problemas terríveis o pobre negro da África nos criou aqui, na sua inconsciente vingança! Talvez a salvação venha de São Paulo e outras zonas que intensamente se injetam de sangue europeu. Os americanos salvaram-se da mestiçagem com a barreira do preconceito racial. Temos também aqui essa barreira, mas só em certas classes e certas zonas. No Rio, não existe"*. Monteiro LOBATO. Carta de 3 de fevereiro de 1908. In: *A barca de Gleyre*. São Paulo, 1944. p. 133. Skidmore chamou a atenção para o fato de que as partes de conteúdo mais racista dessa carta foram suprimidas da correspondência do autor publicada, posteriormente, em suas Obras Completas. Thomas SKIDMORE. *Op. Cit*.

[473] **Hemetério José dos Santos** nasceu em Codó, no Maranhão, em 1858 e morreu na cidade do Rio, em 1939. Foi poeta, professor, gramático e filólogo. Foi professor e diretor do Pedagogium no Rio de Janeiro. Publicou "O livro dos meninos" (1881), "Pretidão do amor" (1905) – no qual defendeu os casamentos inter-raciais -, "Gramática portuguesa" (1913),"Frutos cativos, poesias" (1919). Foi colaborador esporádico do *Almanaque Garnier* e bastante assíduo da *Renascença.* Publicou também no periódico *Os Anais*, de Alcindo Guanabara. Não localizei nenhum trabalho seu publicado na *Kosmos.*

em 1908, foi republicada no *Almanaque Garnier* em 1910. Nela, Hemetério afirmou ser o Brasil um exemplo em termos de irmanação das raças e Machado de Assis alguém que renegou suas origens.[474] Não nos interessa aqui avaliar se tais acusações têm fundamento ou não, mas analisar o que se pensava e como se lidava na época com o preconceito de cor e com a participação do negro na construção de uma identidade nacional.[475]

Na tal carta Hemetério acusava Machado de ter negligenciado o *"problema do negro"*, fundamental na *"vida de nação"* brasileira. Diante disso, concluiu que o autor de Dom Casmurro partiu de *"(...) idéias preconcebidas contra sua cor de procedência"*, enveredando-se por preconceitos *"(...) vesgos e zarolhos."* Ao contrário de Machado, uma estirpe de autores como Joaquim Manoel de Macedo, Agrário de Menezes, Trajano Galeão, Bernardo Guimarães, Gonçalves Dias, Castro Alves e tantos outros não deixaram de tocar no assunto, molhando suas penas no *"tinteiro de dor e de vergonha nossa"*.

Para o autor da carta, Machado teria apagado quaisquer vestígios significativos do negro em sua obra e, por isso, estaria muito aquém de homens como Rio Branco, Patrocínio, Arthur e Aluízio de Azevedo, Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Rui Barbosa e *"vários em legião"* que não se furtaram à missão patriótica de referir-se ao negro na vida nacional. O preconceito contra sua própria origem teria marcado não só obras, mas a própria vida pessoal do bruxo do Cosme Velho, que teria renegado sua madrasta, uma *"boa mulata velha"* – supostamente conhecida de Hemetério. Logo ela, que teria ensinado a Machado as primeiras letras e o tratado com todo carinho. Segundo o professor, ela chorava ao lembrar que Machado a havia

[474] Hemetério dos Santos dirigiu uma carta aberta a Fábio Luz, publicada na Gazeta de Notícias em 16/11/1908.
[475] Para uma ótima análise da relação de Machado de Assis com as questões do seu tempo, inclusive as raciais, ver Sidney CHALHOUB. *Machado de Assis, historiador. Op. Cit.*

abandonado depois de se mudar de São Cristóvão para as Laranjeiras para viver em seu *"opulento nicho de glórias"*.

A literatura *"incolor"* de Machado seria imperdoável, uma ofensa aos *"seus irmãos de cor",* e demonstraria que o autor não tinha tido ousadia suficiente para provar com fatos *"(...) que a obra do português e do negro"* aqui era *"sem par no mundo, pela bondade e pela candura que ambos derramaram por toda a parte, nessa construção de amor e tolerância"* que era o Brasil. Dessa forma, para Hemetério, contrapor-se ao preconceito de cor implicava afirmar que o *"problema do negro"* aqui não teria se desdobrado em antagonismos em função também da contribuição do próprio negro. Nesse quesito o Brasil seria tão original que deveria servir de exemplo para o mundo:

> (...) **a sociedade brasileira é sem modelo na história pelos exemplos de altas virtudes constantes, múltiplas e variadas desses três tipos que se irmanaram pelo sentimento**, tornando-se um só espírito para a cultura do bem, desde os tempos de Vieira e Gregório.[476] (grifos nossos)

Era inaceitável para Hemetério que Machado de Assis se envergonhasse da cor que tanto lhe orgulhava. Defendendo essa perspectiva, publicou um estudo contestando outro gramático no *Garnier,* que garantia estar a palavra "*preto"* etimologicamente associada à algo desprezível e vil. Hemetério argumentou que tal afirmação não tinha fundamento nem na etimologia nem na linguagem popular. Na linguagem popular o vocábulo significaria *"colorido mais forte que o negro, de uso mais geral para designar a raça simplesmente",* o que o levou a crer que não existiam noções pejorativas associadas aos termos *"preto"* e *"negro"*.[477]

[476] Hemetério dos SANTOS. Machado de Assis. *Almanaque Brasileiro Garnier,* 1910. p. 369-374.
[477] Idem. Etymologias. Preto. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1907. p. 237-239.

O que diferencia o registro de Hemetério dos outros autores é o fato dele ser negro e ter sofrido publicamente vários tipos de discriminação, mas ainda assim, defender a mestiçagem e o congraçamento de raças como singularidades nacionais. Se, por um lado, reconhecia a existência do preconceito de cor e posicionava-se contra ele, afirmava também o Brasil como uma nação na qual as três raças haviam se irmanado, um país caracterizado pelo congraçamento racial; uma obra de tolerância para o qual o negro teria contribuído ativamente.

Aqui chamo a atenção do leitor, mais uma vez, para os conflitos e as tensões que envolviam as afirmações intelectuais nesses periódicos em torno da identidade nacional, evidenciando a cultura como um *"campo indeterminado de diálogo e negociação entre diferentes e desiguais – portanto também como lugar de realização do conflito e da luta em torno de práticas e significados"*, como sugeriu Maria Clementina Pereira da Cunha.[478] Não menos interessante é a posição de Juliano Moreira, expressa em um texto escrito por sua esposa, a enfermeira alemã Augusta Moreira e publicado no *Almanaque* em 1910. [479]

Antes de sair no *Almanaque* o artigo foi publicado no periódico alemão *Globus - revista ilustrada, geográfica e etnográfica,* em 1908. Na introdução ao texto, o editor do *Almanaque*, João Ribeiro, informou ser essa uma revista muito importante e dirigida pelo *notável* geógrafo Dr. Richard Andree e que o artigo seria publicado por seu interesse sociológico. Mais tarde, após a morte do seu marido, Augusta P Moreira escreveu um capítulo - "Juliano Moreira e o problema no negro e do mestiço no Brasil" -, baseada na tese defendida por Juliano em 1929 na Faculdade de Medicina da Universidade de Hamburgo. Tal capítulo foi escrito por Augusta a pedido e por insistência de Gilberto Freyre e foi publicado por ele em 1937 na obra *Novos estudos afro-brasileiros.* Ao que tudo indica, nessa mesma época João Ribeiro começava a se interessar pelos princípios higienistas e eugenistas em voga na Europa, o que pode justificar a presença desse texto.[480] De qualquer modo, as idéias de Juliano Moreira

[478] Maria Clementina CUNHA. Folcloristas e historiadores no Brasil. Pontos para um debate. *Proj. História,* São Paulo, nº 16, fevereiro, 1998. p. 173
[479] Augusta P. MOREIRA. *Op. Cit.*
[480] Lílian Denise MAI. Difusão dos ideários higienista e eugenista no Brasil. In: Maria Lúcia BOARINI. (org.) *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil.* Maringá, EDUEM, 2003. p. 50

encerravam uma contundente defesa da difusão da educação, tal qual foi recorrentemente defendido no *Almanaque,* o que constitui um ponto de contato com os critérios editoriais de Ribeiro.

De acordo com as idéias e experimentações de Juliano Moreira, explicava Augusta, era possível afirmar, com base científica, que negros e mestiços, independente da origem africana e/ou da mestiçagem, teriam as mesmas condições raciais que os brancos. Só o que poderia distingui-los era o meio em que viviam e a educação recebida. Uma prova disso era que apesar de todos os *"preconceitos de cor"* existentes no Brasil, os indivíduos descendentes de africanos tinham conseguido *"atingir boas posições"* nas mais variadas profissões e cargos, incluindo-se médicos, pedagogos e advogados respeitáveis. Existiriam *"no Brasil pretos tão bons quanto brancos"* e a única coisa que os distinguiria, ou que os deveria distinguir, eram os méritos, passíveis de serem alcançados por todos desde que se tivesse boa educação e se vivesse em boas condições sanitárias e mentais. A raça não distinguiria ninguém.

Se os *"mulatos"* no Brasil vinham, ao longo do tempo e em larga escala, distinguindo-se *da "massa geral de seus compatriotas",* como era o caso de Gonçalves Dias, Rebouças, Tobias Barreto[481] e Patrocínio como afirmar que a mestiçagem era um *"empecilho aos surtos de inteligência*?*"* Logo, os maiores *"defeitos"* que os estudiosos da *"questão negra"* vinham atribuindo ao negro, como *"imprevidência, imoralidade e improbidade",* foram combatidos por Moreira com minuciosa argumentação e exemplos. Apostando na educação, o autor chegava à conclusão de que *"(...) os defeitos dos pretos não são maiores que os dos brancos e (...) por intermédio da educação eles desaparecerão (...)"* [482]

Antes de ter seu artigo publicado no *Garnier,* entretanto, as questões relativas ao determinismo racial e seus desdobramentos já mobilizavam o autor. Em 1896, depois de ser aprovado no concurso para professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Juliano Moreira mencionou a forma através da qual o preconceito racial o atingiu em sua experiência pessoal. No discurso de posse, dirigindo suas palavras aos que tinham receio de que *"(...) a pigmentação"* fosse uma *"nuvem capaz de marear o rilho"* daquela Faculdade, marcou sua posição, afirmando sutilmente que nem a cor nem a raça

[481] Note o leitor que em texto já citado no capítulo 4, para Graça Aranha Tobias Barreto era um "sertanejo exemplar". Já Juliano Moreira era um "mulato".
[482] Augusta P. MOREIRA.*Op. Cit.*.

deveriam importar, mas os méritos individuais. O que enegrecia a *"pasta humana"* era o servilismo e a ignorância, não o negro:

> Subir sem outro bordão que não seja a abnegação ao trabalho, eis o que há de mais escabroso. (...) Em dias de mais luz e hombridade o embaçamento externo deixará de vir à linha de conta. Ver-se-á, então que só o vício, a subserviência e a ignorância são que tisnam a pasta humana quando a ela se misturam (...). A incúria e o desmazelo que petrificam (...) dão àquela massa humana aquele outro negror (...) [483]

O concurso prestado por Moreira para entrar para a Faculdade de Medicina foi um processo difícil. No dia do resultado, antes dos portões da Faculdade abrirem, já havia um movimento de estudantes interessados em saber se ele havia sido aprovado. Tentavam evitar que houvesse fraude, afinal se tratava de uma instituição com fama de racista. Esses mesmos estudantes acompanharam todo o concurso (prova prática, didática e defesa de tese), lotando o auditório. A banca era composta por homens conhecidos por seu passado escravocrata. Na manhã de maio de 1896, ao entrarem no prédio da Faculdade, os estudantes puderam conferir que Juliano Moreira havia sido aprovado com nota máxima e, assim, comemoraram o que na época entenderam como a vitória do mérito contra o preconceito. Aos 23 anos, o filho de uma doméstica com um funcionário da prefeitura - que só o reconheceu como filho legítimo quando ficou viúvo – tornou-se professor da Faculdade de Medicina da Bahia. [484]

Em diálogo aberto com Nina Rodrigues, Juliano Moreira defendia o papel da profilaxia, ou seja, a importância da educação e da higiene mental. Imbuído da perspectiva de "moralização das massas", analisou o problema dos negros africanos viciados em álcool, chegando à conclusão de que os elementos degenerativos não se relacionavam à raça, pois

> (...) o álcool infiltrava-se nos neurônios os elementos degenerativos que, reforçados através dos tempos dão razão de ser a muita tara atual, atribuída à raça e à mestiçagem por todos aqueles que não se querem dar ao trabalho de aprofundar as origens dos fatos (...) a má natureza dos elementos formadores de

[483] A. PASSOS. Juliano Moreira (vida e obra). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975. p. 17-18 Ver também AnaMaria Galdini ODA & Paulo DALGALARRONDO. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Rev. Bras. Psiquiatria.* Dez. 2000, vol.22, nº 4, p.178-179.

[484] Ana Maria Galdini Raimundo ODA. Teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. In: Psychiatry On-line Brazil, *Nº 6, Dez.,* 2001. *Em www.polbr.med.br/arquivo/wal1201.htm*

> nossa nacionalidade deve-se à degenerescência física, moral e social que injustamente tem sido atribuída ao único fato da mestiçagem. [485]

Partindo desses pressupostos, polemizou a respeito com seu conterrâneo Nina Rodrigues com base em casos empíricos, o que nos dá a medida dos impasses e hesitações nesse momento em relação à questão racial. Moreira, então, descreveu com minúcia a história de um paciente (chamado de A.P.D.), sua infância e os estudos até o segundo ano de direito, o seu retorno à casa dos pais, a doença e a morte. A.P.D. era um *"(...) pequeno proprietário, falecido aos 55 anos de idade, mestiço, filho de italiano e de uma preta. Antecedentes hereditários - Pai bêbado habitual, mãe nada apresentava de anormal."* [486] .

Descontente com a interrupção de seus estudos, A.P.D. passou a preocupar-se demasiadamente com a questão dos limites de suas terras com as de um vizinho. A tal "paranóia querelante" levara o paciente a intermináveis processos judiciais durante 32 anos, tendo o próprio psiquiatra oportunidades de verificar socialmente o caráter paranóico de APD. Entretanto, , ao contrário do seu colega Nina Rodrigues, Moreira desassociava qualquer hipótese dessa "demência" estar ligada à mestiçagem:

> (...) Tendo mostrado este doente ao Prof. Nina Rodrigues, achou ele no caso mais uma prova de que a mestiçagem é um fator degenerativo. Ora, tendo eu sempre me oposto a esta maneira superficial de ver o problema, aproveitei uma longa estada na Europa para examinar os parentes de A.P.D. que tinham ficado na Europa livres da mestiçagem. (...) Apurei o seguinte: o velho pai de nosso doente tivera dois irmãos e uma irmã. Dos primeiros, um também partiu para a América desertando das fileiras do exército. Dele não se sabe notícias. O outro, imbecil, ébrio habitual, turbulento, muito supersticioso, esteve preso duas vezes por ter ofendido fisicamente duas velhas (...) casou-se e teve dois filhos, ambos imbecis. A irmã epiléptica teve três filhos: um também epiléptico, um imbecil e o terceiro homicida, supõe-se que também epiléptico (...). Vê-se que o ramo europeu da família, livre da mestiçagem, em nada foi superior ao ramo mestiço brasileiro.(...) Intelectualmente mesmo A.P.D. apesar de paranóico era evidentemente superior aos seus primos italianos. Não afirmarei que o relativo lucro proveio do cruzamento, mas sim da circunstância de ser a mãe dele uma mulher sã, não tendo ele herdado sua eiva senão de seu pai, bêbado habitual, nada escrupuloso em negócios e com evidente tendência *demandista."* [487]

---

[485] Juliano MOREIRA apud Vera PORTOCARRERO. Arquivos da loucura. Juliano Moreira e a descontinuidade da psiquiatria. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2002. p 55, 56.
[486] Juliano MOREIRA. *Querelantes e Pseudo-querelantes*. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, vol. 4, pp. 426-434, 1908.
[487] *Idem, ibidem*. p.431-432.

Segundo sua mulher, Juliano Moreira teria deixado claro que os estudos que concluíram pela inferioridade do mestiço *"estudaram a questão muito unilateralmente"*, pois, influenciados por uma *"leitura apressada e errônea"* dos trabalhos de Gobineau. [488]

* * *

Em meio aos esforços por delimitar e promover uma unidade nacional a partir da história e da cultura, ainda que a relação interdependente entre mestiçagem e branqueamento tenha sido recorrente e implique claramente em reafirmar índios e africanos como inferiores, observa-se que houve um espaço no qual se reconheceu e valorizou a presença ativa de negros e mestiços na nação que então se projetava.

A partir de uma leitura positiva da mestiçagem a integração foi possível, ainda que no âmbito da identidade ou da "alma nacional". Nesse processo, os textos analisados introduziram distinções e afinidades refinadas (e muitas vezes sutis) em suas elaborações sobre mestiços e mestiçagem, recobrindo-as de positividade, homogeneidade e originalidade.

Diante desses registros, podemos não mais encarar intelectuais como Manoel Bomfim e Alberto Torres como isolados ou dissidentes, mas como participantes de um debate marcado por ambigüidades, é certo, mas também por uma pluralidade de concepções. Por isso mesmo, operaram sensíveis deslocamentos no debate racial e cultural sobre a identidade nacional no período. Ainda que dentro do paradigma racial e em diálogo com ele, relativizaram o "peso negativo" da mestiçagem e do mestiço na formação nacional, valorizando a fusão como nosso mito de origem. [489]

---

[488] *Idem, ibidem.*
[489] Ver Renato ORTIZ. *Op. Cit.* Eliana DUTRA. The fusion of races as lócus of memory. In: *Diogenes.* Oxford, nº 191, vol. 48, 2000.

Entre as *"ferramentas"* (matrizes, noções, conceitos, argumentos) às quais esses intelectuais recorreram seletivamente e segundo suas necessidades para compreender o seu tempo[490], não havia somente as teorias raciais. Com base na documentação analisada, nos arriscamos a dizer que uma perspectiva liberal e a emergência do movimento sanitarista também foram referências importantes para as elaborações intelectuais mencionadas aqui.

No Brasil durante o século XIX, segundo Hebe Mattos [491] o "estatuto da pureza de sangue" baseou mais profundamente os critérios de diferenciação/hierarquização sociais do que a idéia moderna de diferenciação racial. A justificação da escravidão se fundou em maior grau no direito liberal da propriedade do que em supostas diferenças raciais. Logo, o que teria sustentado a legitimidade da escravidão na Monarquia emancipada foi o recurso ao direito de propriedade e as hierarquias sociais tradicionais no Antigo Regime e não o conceito moderno de raça.

> Desse modo, havia uma resistência a esse tipo de discriminação concebida como racial, uma vez que se recusava a noção de raça em prol de um *"radical e original"* processo de *"desracialização"* e de *"des-senhorização"*. Tal perspectiva abriu possibilidades de ascensão para homens livres de cor, como o Conselheiro Rebouças - para quem o exercício da cidadania política deveria estar diretamente relacionado às restrições censitárias e não a qualquer restrição baseada no sangue, na cor ou na raça.[492]
>
> De acordo com Rebouças, a renda e a propriedade eram adquiridas com talentos e virtudes individuais, único pré-requisito legítimo para o exercício da cidadania política. Um liberto deveria, automaticamente, tornar-se cidadão brasileiro com todos os direitos civis e políticos previstos na lei. Novamente o único dispositivo que legitimava a escravidão era o direito à propriedade.

---

[490] Ângela ALONSO. *Idéias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002. p. 39-40

[491] Hebe MATTOS. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico.*Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

[492] *Idem, ibidem.* p. 35

> Em sua luta anti-racista em prol dos libertos, Rebouças se esforçou por desracializar a permanência da escravidão em sua época, seguindo com um argumento que enfatizava os tantos serviços e atos de bravura prestados à nação por cidadãos libertos aqui e em outras sociedades. O Conselheiro destacava o importante papel dos libertos nas lutas pela independência, tendendo a assumir que a escravidão se baseava em razões históricas e legais e não em qualquer diferença natural e/ou racial. Em consonância com essa perspectiva, não haveria razões plausíveis para que se continuasse a restringir os direitos dos libertos. Rebouças lutava contra o que hoje se denomina preconceito racial, sem que isso implicasse, porém, um combate simultâneo à escravidão ou a pressupostos igualitários de hierarquia social numa leitura liberal da sociedade escravista, como notou Hebe Mattos.[493]
>
> Para o "velho Rebouças" as hierarquias raciais deveriam estar pautadas somente no reconhecimento dos talentos e virtudes de cada indivíduo, a cor seria uma espécie de acidente. (Será que o leitor lembra do que Cruz e Souza dizia sobre sua cor ao amigo Gonzaga Duque?) Recusando a racialização, foi como um ser racializado que o Conselheiro Rebouças aproveitou as "brechas liberais" e defendeu por toda a vida que as diferenças de origem não deveriam ser tomadas como critério de distinção da cidadania: a raça não importava ou, pelo menos, não deveria importar. [494]

Obviamente não se quer afirmar a sobrevivência, durante a primeira década do XX, desse liberalismo de forma tão penetrante quanto no século XIX. Mas as colocações de Olavo Bilac, Gonzaga Duque e Juliano Moreira são indícios de que essa matriz continuou tendo adesão após a introdução das teorias raciais no país.

Ademais, na segunda metade do século XIX, a existência nos Estados Unidos de uma legislação discriminatória baseada na raça foi duramente criticada por

[493] *Idem, ibidem.*
[494] Keila GRINBERG. *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças.* Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2002. p. 13 e 323.

abolicionistas brasileiros como os juristas Tavares Bastos e Conselheiro Nabuco de Araújo, e pelo Visconde de Jequitinhonha, que acreditavam que uma legislação desse tipo não seria só abusiva, mas arriscada e inadequada para os padrões sociais brasileiros. Já vimos o peso que a abolição e o próprio processo abolicionista tiveram para as reflexões dos "nossos intelectuais", muitos dos quais participaram efetivamente dessas lutas. [495]

Mas a ênfase dos abolicionistas brasileiros em destacar o seu país como uma espécie de paraíso racial relacionava-se também às suas necessidades de garantir uma transição pacífica da escravidão para o regime de trabalho livre e barrar a expansão de outros abolicionismos que poderiam atuar fora dos parâmetros legais. Embora a questão do preconceito racial tenha sido cada vez mais abordada a partir da segunda metade do século XIX, a tendência geral era negar que o racismo fosse um grande problema nacional ou pudesse vir a ser depois do fim da escravidão. [496]

Ao contrário dos Estados Unidos, o Brasil estaria a salvo de uma possível guerra racial. Eliminada a escravidão, o caminho para uma sociedade livre, composta por juridicamente iguais e aberta à ascensão social de todos, independente da raça ou da cor, estaria aberto. Prova disso era a pretensa facilidade de assimilação do liberto ao mundo dos livres. Se até durante a escravidão essa espécie de paraíso racial mostrava ser uma realidade, quando viesse a abolição a questão racial não se transformaria em questão nacional.[497]

---

[495] Tavares Bastos propôs uma abolição gradual da escravidão de acordo com o contingente de escravos de cada província, a começar pelas províncias em que a escravidão tinha menor peso. Tavares BASTOS. Seção de manuscritos. Biblioteca Nacional. 11-1-25 *apud* Wlamyra R de ALBUQUERQUE. *A exaltação das diferenças. Racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900).* Tese de Doutorado. UNICAMP, 2004. p. 63

[496] Célia Maria Marinho de AZEVEDO. Abolicionismo e memória das relações raciais. In: *Estudos Afro-asiáticos*. UCAM/ Rio de Janeiro, nº 26, setembro, 2004. p. 5

[497] *Idem, ibidem.* p. 6

Abolicionistas como Joaquim Nabuco afirmaram que a escravidão Brasil era uma *"fusão de raças"* em comparação com os Estados Unidos - uma *"guerra de raças"* que culminou em um violento conflito. Assim, Nabuco tentava mostrar para os senhores de escravos que os problemas derivados da escravidão seriam facilmente resolvidos, sem maiores traumas, com a abolição. Afinal, os ódios raciais, segundo ele, nunca haviam deitado raízes no Brasil. Os dois maiores objetivos dos abolicionistas seriam reconstruir o Brasil sob um regime de trabalho livre e unir as raças na liberdade.[498]

Logo, não se deveria desprezar a parte da população nacional descendente de escravos, pois, além de numerosa, havia dado um *"povo"* ao Brasil e construído o país com seus próprios braços à custa de muito sofrimento. Estava claro para ele que era preciso empenhar-se em livrar o Brasil da *"maldição da cor"* trazida pela escravidão moderna que submeteu somente os africanos e seus descendentes, completando, assim, a tarefa de concretização da harmonia racial pretensamente já existente no Brasil.[499] Diante desses argumentos, parece mais fácil compreender o desejo de intelectuais, inclusive, negros, como José do Patrocínio e Hemetério dos Santos, de que o país fosse uma espécie de "paraíso racial", um verdadeiro Brasil *"café com leite",* nas palavras de Bilac.

Por outro lado, devemos lembrar ainda que emergência do movimento sanitarista nesse momento poderia representar uma saída possível à condenação do país à degeneração baseada na raça. A ciência experimental e os conhecimentos médicos-higienistas começavam a indicar que a indolência e a preguiça do "povo brasileiro" não eram conseqüências de possíveis heranças raciais atávicas ou da

[498] *Idem, ibidem.*

[499] Joaquim NABUCO. *O Abolicionismo.* Brasília, Ed. UNB, 2003. p. 79-83. [1ª edição:1884]

mestiçagem, mas da doença e do abandono em que vivia a maior parte da população, conforme argumentaram Nísia Trindade e Gilberto Hochman.[500] Tal movimento, que adquiriu maior força sobretudo a partir dos anos de 1910, proclamou que o problema do Brasil seria a doença e esse, seu maior obstáculo à civilização, ensejando uma clara rejeição aos determinismos racial e climático. Para resolver o problema era preciso sanear o Brasil, demanda obrigatória a ser cumprida pelos governos. [501]

Não se trata de minimizar o peso das teorias raciais, nem seus desdobramentos em termos das políticas voltadas para o branqueamento e para a repressão e o controle aos afrodescendentes na primeira década do século XX. Trata-se de trazer à tona outras mediações, fundamentais para se compreender a pluralidade das avaliações acerca do papel dos negros e mestiços na história e no folclore e da própria mestiçagem na formação nacional. Paralelamente às teorias raciais que previam a inferioridade dos afrodescendentes e a degeneração dos mestiços às quais intelectuais, políticos, cientistas, médicos e juristas aderiram naquele período, é possível identificar investimentos de alguns intelectuais na descoberta e na difusão de manifestações culturais marcadamente mestiças. Como homens dentro do seu tempo, no entanto, esses intelectuais não escaparam das máximas racistas, mas também não desejaram banir negros e mestiços do cenário nacional, nem desprezaram suas contribuições ao que estavam definindo como elementos originais da "cultura brasileira", capazes de selar uma unidade nacional.

[500] Nísia TRINDADE, Gilberto HOCHMAN. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: Maio Marcos C. Santos Ricardo V. (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz; 1996. p. 23
[501] *Idem, ibidem.*

6

Considerações finais

Das páginas do *Almanaque Brasileiro Garnier* e da revista *Kosmos* aflora um conjunto intercambiante de formulações sobre as singularidades nacionais do Brasil, intimamente relacionadas à busca de saídas positivas para a nação. Partindo da análise desses dois periódicos, este trabalho procurou remontar os vestígios de um debate que colocou negros e mestiços no cerne das formulações sobre a identidade nacional. Ao localizar determinados registros intelectuais que valorizaram as contribuições de negros e mestiços na formação nacional, buscou-se também colocá-los em diálogo com seu tempo.

Assim, tratei dos predicados dessa valorização no que diz respeito às construções em torno do que deveriam conter a "história pátria" e o "folclore nacional", posto que esses campos se revelaram espaços nos quais a discussão sobre o papel de negros, mestiços e mestiçagem foram mais recorrentes. Busquei, ao mesmo tempo, dar conta das formulações que sustentaram essa "integração", suas limitações e silêncios. Ou seja, entendi as idéias de fusão e integração não como algo em si ou como essência, mas como registros derivados de relações de força, tensões e negociações que estavam, inclusive, para além do mundo dos intelectuais.

Tocar na questão dos negros, dos mestiços e da mestiçagem nesses periódicos implicou não só considerar diálogos culturais, hibridismos e mediações, mas também distâncias, hierarquias e destruição. Portanto, me dediquei a perscrutar as especificidades do período a partir do recorte já enunciado. Encontrei conteúdos intercambiantes que indicam a pluralidade tanto daquele debate sobre a identidade nacional quanto do próprio universo intelectual na primeira década do século XX.

Nos registros sobre a história pátria publicados no *Almanaque Brasileiro Garnier*, localizamos uma discussão mais erudita sobre os métodos e temas adequados à

elaboração da história pátria, segundo certos padrões considerados modernos e científicos da época. Podemos aferir que o editor do *Almanaque,* ele próprio historiador e praticante desse tipo de fazer histórico, influiu intensamente na decisão do que publicar no periódico. Assim, nas páginas do *Almanaque* foi primordialmente defendida uma história pátria que privilegiasse a pesquisa de documentos em arquivos, o sentido nacional, a preocupação com a questão da formação racial/étnica do país, o espírito de síntese e a capacidade de narrar acontecimentos de forma a trazer ao presente os homens e fatos do passado de maneira vívida e atraente.

O elogio a essa forma de escrever a história pátria – presente, sobretudo, em resenhas e em recomendações ao leitor – funcionava também como constatação da filiação do Brasil aos mais elevados padrões de civilização. Ao consagrar obras de Capistrano de Abreu, Rocha Pombo e Oliveira Lima e divulgar uma história do Brasil, o *Almanaque* relacionava a história produzida no país ao lastro ocidental moderno. João Ribeiro enfeixou no *Almanaque*, mais do que a publicação de trabalhos sobre história em si, comentários e resenhas sobre uma determinada forma de se escrever a história do Brasil, recomendando-a a seus leitores. Em paralelo, há a presença da associação entre território e nacionalidade em textos que tematizaram as lutas pela defesa e expansão do território como processo fundamental para a formação da consciência nacional e do sentimento republicano[502].

Já a *Kosmos* acolheu em suas páginas várias colaborações entre personagens e acontecimentos históricos diferentes, consagrando a união das três raças nas lutas pela defesa do território e episódios de luta pela liberdade, incluindo a valorização de negros como Chico Rei, Zumbi, Luiz Gama e José do Patrocínio, além de Tiradentes, como verdadeiros heróis nacionais. Esse processo, iniciado ainda nos tempos coloniais, teria dado origem ao sentimento nacional e culminado com a proclamação da república. Nessa produção, nota-se uma clara intenção em definir os traços que distinguiam a monarquia da república, associando-se a primeira à opressão, ao atraso e à escravidão e a segunda ao progresso e à liberdade. E salta aos olhos um esforço em destacar a participação ativa de homens negros na história pátria.

Assim como os acontecimentos e heróis, algumas das datas que deveriam ser comemoradas como marcos fundadores também foram debatidas e guardaram íntima

[502] Hipótese formulada por Eliana Dutra. Ver Eliana DUTRA. *Rebeldes literários. Op. Cit.* p. 220

correlação com os heróis e acontecimentos históricos consagrados. O 21 de abril e o 13 de maio foram sublinhados como as nossas mais importantes datas cívicas.

Essa retomada de movimentos em defesa do território e da liberdade – ou contra a opressão monárquica –, concebidos como precursores da república, deitou suas raízes no passado. Os intelectuais localizados construíram, assim, uma associação entre território, liberdade, república e nação, como se essas noções tivessem sempre existido conjugadas e como aspiração nacional. Durante esse processo, que teria culminado com a república, as diferenças raciais teriam sido articuladas, forjando-se uma tessitura a partir da qual teria se formado o entendimento do que era o Brasil e os brasileiros. Esses episódios e personagens retomados do passado o foram como possíveis elementos engendradores de pertencimento, buscando fazer deles referências identitárias para aquele presente. Por certo, tratava-se se de associação conteúdos nacionais a conteúdos republicanos, tecendo os laços do novo regime com o passado e com o "povo brasileiro".

Em síntese, essa foi a história divulgada no *Garnier* e na *Kosmos*. Devemos ressaltar, contudo, um evidente esforço presente na *Kosmos* em consagrar heróis negros, diferente do *Almanaque*, que privilegiou um debate mais erudito sobre a escrita da história pátria. Uma outra sensível diferença nesse mesmo sentido pode ser notada entre os dois periódicos nos textos publicados sobre folclore ou expressões culturais nacionais. No *Almanaque* prevaleceram temas ligados à exaltação do interior do país, mormente o "norte", como lugar de autenticidade. Longe da cidade e do cosmopolitismo as verdadeiras singularidades nacionais materializadas nas tradições populares estariam a salvo da deturpação. A origem miscigenada do "povo brasileiro" foi recoberta de positividade em termos do seu legado de originalidade e o tipo nacional privilegiado foi o homem do interior, por vezes denominado de caboclo ou sertanejo.

As expressões culturais urbanas com marcante presença negra foram enfocadas por vários textos publicados na *Kosmos,* ainda que os "temas caboclos" também tenham merecido espaço em suas páginas. No entanto, nota-se um esforço mais explícito em valorizar como singularidade nacional expressões culturais tremendamente associadas à presença negra como a capoeira, a baiana, o boneco João Minhoca e a própria mestiçagem. Essa busca da essência da nacionalidade, seja a partir da opção pelo "interior-caboclo" ou pelo "urbano-mulato", tinha como intenção principal a

homogeneização, a possibilidade de adesão pelo todo, como propôs Bilac com seu "bule miscigenador".

Ademais, como evidência das possibilidades de circulação desses temas, podemos mencionar também as alusões aos negros, aos mestiços e à mestiçagem nos catálogos da Casa Edson, por exemplo. Embora não tenhamos conhecimento dos seus conteúdos, os títulos são indícios de que esses temas circulavam por outros espaços comerciais, que não só periódicos como o *Almanaque* e a *Kosmos*. No catálogo de 1902 do repertório de modinhas, cantadas e acompanhadas pelo violão de Cadete, havia, dentre outros, os seguintes títulos: *"A cor moreno"*, *"O Capoeira"*, *"Morena"*, *"Morena do Rio"*, *"A Mulata"*, *"Laranjas da Sabina"*, *"Preta Mina"* e *"A creoulla"*. Já no repertório de cançonetas e Lundus, cantadas e acompanhadas pelo violão de Bahiano, apareciam: *"Mulata vaidosa"*, *"A mulata"* e *"Pai Paulino"*. Juntos, Cadete e Bahiano haviam gravado, entre outras tantas músicas, *"Os dois creoullos"*. Na seção *"Discursos arrebatadores e eloqüentes"* era vendido um disco cujo título era *"Um deputado negro na Câmara de Deputados"*. No catálogo de 1913, podemos ver que Bahiano seguia cantando canções com títulos como *"Morena dengosa"* e *"Mulata formosa"* e a seção discursos contava com o disco *"Treze de maio – discurso de um preto"*. [503] Também não foi por acaso que, nesse mesmo período, Catullo da Paixão Cearense também fez fama com suas composições que falavam de um sertão idílico que ele nunca conheceu, publicando e vendendo, aos milhares, gravações, partituras, coletâneas de modinhas, lundus e cançonetas.[504]

Podemos afirmar, então, que esses são registros intelectuais plurais que estabeleceram uma complexa relação com as prerrogativas racistas a fim de encontrar saídas positivas para o país que compatibilizassem o mestiço e a mestiçagem com a civilização. Esforço que aos nossos olhos contemporâneos pode parecer uma batalha sem sentido,[505] mas não podemos perder de vista que aquele universo da primeira década do século XX estava impregnado por noções de superioridade e inferioridade biológica.

Para os intelectuais circunscritos nessa pesquisa, a mestiçagem abria a possibilidade de conciliar as contradições de uma sociedade multirracial e

[503] Humberto M. FRANCESCHI. *A Casa Edson e seu tempo.* Rio de Janeiro, Sarapuí, 2002. [Cd 1-Documentos]
[504] Manoel BANDEIRA. Poesia do sertão. *Crônicas da Província do Brasil.* Poesia completa e prosa. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1996. pp. 463-465
[505] Ver Renato ORTIZ. *Op. Cit.* p. 13

hierarquizada. Basta lembrarmos de todas as justificativas já elencadas para a consagração de cada herói, das cada uma das tradições populares ou, em geral, dos elementos culturais selecionados como singularidade nacional. Além disso, a questão da mastiçagem não envolveu somente debates intelectuais, mas experiências dolorosas vividas no dia-a-dia. O professor Hemetério devia saber muito bem disso.

> Desse modo, não podemos esquecer que os episódios e figuras retomados do passado foram mantidos afastados do debate em torno dos direitos políticos e da questão da cidadania. Embora Olavo Bilac tenha afirmado que a obra da Abolição só se completaria com a instrução e o trabalho para os ex-escravos e seus descentes - do que dependeria a transformação dos egressos do cativeiro em cidadãos republicanos - , a questão dos direitos políticos não foi tocada. Do mesmo modo, ainda que a educação em massa tenha sido defendida recorrentemente tanto no *Almanaque* quanto na *Kosmos* como pressuposto para a existência de fato do "cidadão republicano", isso não correspondeu à discussão em torno de direitos políticos e da ampliação da cidadania para esse "futuro cidadão" que se projetava.

Mas, para além dessas evidentes limitações da integração defendida, essas formulações intelectuais acerca da história e do folclore nacionais, consideradas aqui como uma forma de intervenção política, permitem que seja projetada uma imagem da primeira década do século XX diferente daquele imputada pela idéia de *Belle Époque*.

Do ponto de vista cultural, o termo enseja a premissa de que tudo que estava associado aos negros, mestiços e à mestiçagem foi sumariamente rejeitado. Considerar que o interesse por esses temas se deu em função da importação da Europa de uma onde de exotismo e regionalismo apaga as motivações internas que determinaram a busca obstinada desses intelectuais de uma "cara" para o Brasil que conjugasse originalidade e civilização. Tampouco a idéia de esvaziamento político, à qual remete o termo *"República Velha"*, parece ser um caminho fértil para avaliar as iniciativas e formulações intelectuais captadas aqui. As relações estabelecidas por esses intelectuais com o poder constituído e a imprensa no período são um testemunho pungente de que não abandonaram a atuação política e de que não foram simplesmente cooptados pelo governo.

Enfim, sabemos que a "história pátria" e a "cultura nacional" não são entidades naturais, mas frutos de um esforço de pessoas, grupos e instituições que implica

atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores [506], jamais arbitrários ou aleatórios. E todo o esforço dos intelectuais mencionados aqui foi o de transformar determinados valores, personagens, sentimentos e acontecimentos em tradições que, por sua vez, deveriam experimentadas e guardadas como entidade natural naquele momento. Antes dos modernistas de 22 tomarem para si o papel de vanguarda de uma presumida identidade nacional original e moderna, os *"antigos modernistas"* [507] mapeados aqui , profundamente marcados pela experiência da Abolição, da República e do Pós-Abolição, cruzaram temporalidades distintas, esbarraram em fronteiras raciais e sociais. Transitaram por algumas, fabricaram e apagaram outras, descobrindo o Brasil a partir da integração e da fusão entre diferentes e desiguais. Afinal, essa era (ou deveria ser) a nossa tradição, como provariam a história e o folclore nacionais forjados naquele presente.

Contudo, se levarmos em conta que esse tipo de integração ainda é recorrentemente mencionado nos discursos sobre a nação, podemos afirmar que os intelectuais citados aqui também ajudaram a construir uma longa e forte tradição cultural de se pensar o Brasil e os brasileiros. Mas, com algumas poucas exceções, *Casa grande e senzala* é apontada como a grande inflexão na cultura e no pensamento social brasileiro. [508] A publicação do livro foi recebida com entusiasmo no mundo intelectual: a maior parte das resenhas que o livrou ganhou destacava o seu caráter de ruptura com o que estava, até então, estabelecido em relação às reflexões sobre a "cultura brasileira". [509]

> Em síntese, tal ruptura dizia respeito a uma inversão no valor e no papel atribuídos à origem africana e ao mestiço/mestiçagem no Brasil; ao fato de Gilberto Freyre ter descartado completamente a vergonha do Brasil de se identificar como uma sociedade mestiça com profundas influências negras/africanas; de ele ter se

[506] Ver Lucia Lippi de Oliveira, "Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do descobrimento", *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol 14, nº 26, 2000.
[507] Aqui me refiro, especificamente, aos autores qualificados pela bibliografia clássica de "pré-modernistas". Ver Francisco Foot HARDMAN. Antigos modernistas. In: *Tempo e História.* Paulo, Cia das Le-tras/Sec. Mun. Cult., 1992. p. 289-305
[508] Sobre as construções em torno da obra: Edson Nery da FONSECA. A fortuna crítica de Gilberto Freyre. In: *Remate de males.* Campinas, IEL/UNICAMP, nº 20, 2000. pp. 9-29; Guillermo GIUCCI. Casa grande e senzala. História de uma recepção. In: *Remate de males.* Campinas, IEL/UNICAMP, nº 20, 2000. pp.31-45; *Remate de males.* Campinas, IEL/UNICAMP, nº 20, 2000. Antonio A Sergio GUIMARÃES. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo, Ed. 34, 1999. Especialmente, o capítulo 2.
[509] Hermano VIANNA. *O Mistério do samba. Op. Cit.* Especialmente, o capítulo 5

livrado das interpretações biologizantes da cultura, embora tenha derrapado em alguns biologismos

Assim, Gilberto Freyre teria vencido toda a resistência baseada nas teorias raciais predominantes desde o final do século XIX até então e transformado a mestiçagem – origem de todos os males nacionais e causa do atraso e da degeneração – em processo positivo que teria produzido manifestações culturais originais das quais os brasileiros deveriam se orgulhar e a partir da qual poderiam forjar uma nova identidade, afastando de vez a imitação. A questão era assumir-se mestiço no presente, deixando de lado as perspectivas futuras que o processo de branqueamento trazia. Afinal, todo brasileiro, inclusive, o branco, trazia ou na alma ou no corpo a influência direta ou remota do africano/negro - *na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam os nossos sentidos, na música popular, na fala* – transmitidos pela escrava que deu de mamar, que contou histórias, que protegeu e iniciou sexualmente, pelo moleque companheiro de brincadeiras.[510]

O próprio autor foi um dos maiores propaladores do ineditismo da sua obra e de si próprio como o descobrir do verdadeiro valor do mestiço. Portanto, teria sido ele o fundador, a partir da distinção entre raça e cultura, de uma elaboração que valorizava as contribuições do branco português e do negro africano no âmbito da família patriarcal colonial, enfatizando uma convivência social e racial harmônica entre diferentes e desiguais. [511]

O autor pernambucano produziu uma explicação positiva da organização patriarcal brasileira, materializada nas relações entre a casa grande e a senzala, que para ele não eram antíteses, mas sim, elementos que formam uma síntese: lugar onde a aristocracia da casa grande partilhava seu convívio íntimo com os habitantes da senzala. Logo, a casa grande e a senzala formariam um universo de conciliação social, onde diferentes e desiguais compartilham uma convivência íntima e carinhosa.[512]

Com isso Gilberto Freyre defendeu uma versão para a identidade nacional que considerava e valorizava a mistura e a convivência entre tradições culturais diversas. A defesa da mestiçagem por Freyre em *Casa grande e senzala* pressupunha a

[510] Gilberto FREYRE. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.* São Paulo, Global, 2005.
[511] Ver Silvana Gonçalves DE PAULA. *Gilberto Freyre e a construção da modernidade brasileira.* Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA/UFFRJ, 1990.
[512] Gilberto FREYRE. *Op. Cit.*

mestiçagem como herança portuguesa que teria tornado possível a formação de um tipo nacional brasileiro perfeitamente adaptado ao meio tropical marcado pelas diferenças.

Nesse sentido, para Freyre a mestiçagem era um elemento que possibilitava um sutil equilíbrio entre forças antagônicas que, dessa forma, poderiam conviver vigorosa e harmoniosamente. O mestiço, como fruto original do mundo tropical, era o que melhor poderia equilibrar esse mundo, marcado imensamente pela diversidade. A mestiçagem aparecia, assim, como elemento ideal para estabelecer pontes entre diferentes e desiguais, ou seja, estaria muito adequada à diversidade característica do mundo tropical luso-brasileiro, possibilitando a aproximação e a convivência harmoniosa entre os antagonismos da sociedade colonial (senhor/escravo, católico/herege, africano/europeu), açucarando-os e ensejando possibilidades de confraternização e mobilidade social. Logo, a maior originalidade do brasileiro seria essa tendência para a assimilação das diferenças e para a interação entre elas - herança do português.

Enfim, a consagração de *Casa grande e senzala,* já no momento do seu lançamento, parecia encetar a idéia de que todos os brasileiros estavam esperando essa espécie de *"revolução"* elaborada por Freyre.[513] Posteriormente o caráter de ruptura da obras foi reafirmado por Antonio Candido como marco ao lado de *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Junior, publicada, em 1933, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda, lançado em 1936. Essas serram as três obras fundamentais e renovadoras para se entender o Brasil. [514]

Daí em diante, *Casa grande e senzala* foi tomado pelas histórias do pensamento social e da literatura brasileiras como marco de uma grande ruptura. Não só no conteúdo a respeito do mestiço e da mestiçagem, mas também em relação à utilização de novas fontes, metodologia e orientação teórica. De acordo com o próprio Freyre no primeiro prefácio da obra, a inversão de valores em relação à mestiçagem por ele operada relacionava-se, quase que estritamente, ao estudo da

[513] Hermano VIANNA. *Op. Cit*. p. 77
[514] Angela de Castro GOMES. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção de Casa grande e senzala. In: *Remate de males,* IEL/UNICAMP, nº 20, 2000. p. 47

Antropologia, orientado pelo Professor Franz Boas, que teria revelado a ele, então fora do seu país, *"(...) o negro e o mulato em seu justo valor."* [515]

Nesse processo, Freyre atribuiu uma importância secundária à produção intelectual brasileira. No entanto, numa leitura mais atenta da obra é impossível não perceber diálogo travado por Freyre com a produção intelectual anterior a ele: Manoel Bomfim, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, João Ribeiro, Silvio Romero, Oliveira Lima estão entre os autores nacionais mais referidos. Entre os estrangeiros figuram o viajante inglês Henry Koster e o próprio Franz Boas.[516] Ora, as idéias não surgem do nada. Nem mesmo as idéias mais revolucionárias, fruto das mentes mais brilhantes: todas estão perfeitamente dentro do seu tempo, guardando relações germinais com ele.

Refletindo sobre o contexto de produção *Casa grande e senzala* especificamente a partir de um recuo às primeiras décadas do século 20, a fim de melhor compreender o contexto de sua produção e recepção, Ângela de Castro Gomes destacou o papel dos intelectuais que, nas primeiras décadas das do século 20, sob o impacto do fim do regime escravista e da implantação do republicano, conferiram novos contornos aos debates em torno do papel do índio e do negro na história e na cultura do país.

A partir desse recorte a autora identificou um *"clima favorável"* ao acolhimento da obra, seja em relação ao uso de fontes, à forma da narrativa ou à apreciação do negro/mestiço como presença ativa na história e na cultura do país. Portanto, quando *Casa grande e senzala* foi lançado, em 1933, algumas das "inovações" trazidas por Gilberto Freyre vinham sendo debatidas e outras valorizadas.[517]

Não se pretende postular um novo marco zero para o investimento na associação entre nação e mestiçagem no Brasil, nem afirmar que determinados intelectuais da primeira década do século XX estavam defendendo a mesma coisa que Gilberto Freyre defenderia a partir de *Casa grande e senzala,* em 1933. Em primeiro lugar e, diferente do sociólogo pernambucano, estavam em busca da "substância" que faltava para que o Brasil tivesse um povo de fato (isto é, uma população dotada de sentimento de pertencimento) e uma verdadeira nação (com atributos culturais e históricos singulares).

---

[515] Gilberto FREYRE. Prefácio. In: *Casa grande e senzala. Op. Cit.*
[516] *Idem, ibidem.*
[517] Angela de Castro GOMES. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção de Casa grande e senzala. *Op. Cit*. p. 50 e 56.

Mas é certo que as elaborações intelectuais apreciadas aqui também constituíram esse *"clima favorável"* e ajudaram na compreensão daquele "mundo das letras" da primeira década do século 20, tão plural e complexo.

7

Bibliografia

ABREU, Martha. Histórias da 'Música Popular Brasileira', uma análise da produção sobre o período colonial, In: Jancsó, I.; Kantor, I.. (Org.). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*, São Paulo, Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial/ Hucitec, 2001, v. II, p. 683-705.

____. Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos: conflitos raciais, gênero e nação nas cañções populares (sudeste do Brasil, 1890-1920). *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 143-174, 2004.

____. *Eduardo* das Neves (1874-1919): histórias de um crioulo malandro. In: Fonseca, Denise Pini Rosalem. (Org.). *Resistência e Inclusão: história, cultura, educação e cidadania afro-descendentes*. Rio de Janeiro, PUC/RJ/Consulado Geral dos Estados Unidos, 2003, p. 73-89

____. Folclore. IN: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial* (1822-1889). Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2002. pp. 83-102

____. Cultura popular. Um conceito e várias histórias. IN: Martha ABREU & SOIHET, Racquel. (org.) *O ensino de História. Conceitos, temáticas e metodologia.* Rio de Janeiro. Casa da Palavra/FAPERJ, 2003.

____. Outras histórias de Pai João: conflito racial, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular. *1880-1950 . Afro-Asia*, Salvador, v. 31, p. 235-276, 2004.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. Esperanças de Boaventuras: Construções da África e Africanismos na Bahia 1887-1910. *Estudos Afro-Asiáticos.* vol.24, no.2, 2002. p.215-245.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império.* São Paulo: Paz & Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BALABAN, Marcelo. (org.) *Instantâneos do Rio Antigo. Bastos Tigre.* São Paulo, Mercado das Letras/Cecult/FAPESP, 2003.

____. *Musa da travessa. Bastos Tigre e a literatura da Belle Époque carioca.* Dissertação de mestrado. Departamento de História. PUC-RJ, 2000.

BARBOSA, Marialva. O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira. *Ciberlegenda.* Nº 7, 2002. **www.uff.br/mescci/marial6.htm**

BASTIDE, Roger. Estereótipos de negros através da literatura brasileira. IN: O negro na Imprensa e na Literatura. São Paulo, ECA/USP, 1972. pp. 9-27

BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas.* São Paulo, Brasiliense, 1956.

BERND, Zila. *Literatura e Identidade Nacional.* Porto Alegre, UFRGS Editora, 2003.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. O caipira paulista em tempos de modernização: Valdomiro Silveira e Monteiro Lobato. In: IN: BRESCIANI, Maria Stella & CHIAPPINI, Ligia (orgs.) *Literatura e cultura no Brasil. Fronteiras e identidades.* São Paulo, Cortez Editora, 2002.pp.189-208

BOSI, Alfredo. *O Pré-modernismo.* SP. Cultrix, 1966.

____. *História Concisa da Literatura Brasileira*. SP, 1970.

____. As letras na Primeira República. IN: Boris FAUSTO. *Histórica Geral das Civilizações. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições. (1989-1930).* RJ, Bertrand

BRITO, Mário da Silva. História do Modernismo Brasileiro: Antecedentes da Semana de Arte Moderna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

BRESCIANI, Maria Stella. A casa em Gilberto Freyre: síntese do ser Brasileiro?. . IN: BRESCIANI, Maria Stella & CHIAPPINI, Ligia (orgs.) *Literatura e cultura no Brasil. Fronteiras e identidades.* São Paulo, Cortez Editora, 2002. pp. 39-51.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900.* Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1960.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira.* Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas.* São Paulo, Cia das Letras, 1990

_____. (org.) *O Pré-modernismo.* Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa,

____. *A Cidadania no Brasil: o longo caminho,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. IN: ____. *Literatura e Sociedade.* SP, Cia Editora Nacional, 1965

____. Literatura e Subdesenvolvimento. IN: *Argumento.* RJ, 1 (1): 20-21, 1973.

____. A Revolução de 1930 e a cultura. IN: *A Educação pela Noite e outros ensaios.* SP, Ática, 1980.

CHAUÍ, Marilena. Seminários: o nacional e o popular na cultura popular. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CHALHOUB, Sidney. Prefácio. IN: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras.* Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/Biblioteca Carioca, 1994.

____. *A cidade febril. Cortiços e epIdemias na Corte Imperial.* São Paulo, Cia das Letras, 1996.

____. *Machado de Assis Historiador.* São Paulo, Cia das Letras, 2003.

CECULT. *Os literatos e os 'outros': uma história social da literatura.* http://www.unicamp.br/cecult

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da Folia.* São Paulo, Cia das Letras, 2001.

DECCA, Edgar Salvatori de. Tal pai, qual filho? Narrativas da identidade nacional. IN: BRESCIANI, Maria Stella & CHIAPPINI, Ligia (orgs.) *Literatura e cultura no Brasil. Fronteiras e identidades.* São Paulo, Cortez Editora, 2002. pp. 15-27

DIMAS, Antonio. *Tempos Eufóricos. Análise da Revista Kosmos 1904-1906*. São Paulo: Atica, 1983.

____. A encruzilhada do fim do século. IN: PIZARRO, Ana (org.) A America Latina: palavra, literatura e cultura. São Paulo, Memorial da América Latina, 1994. .v.2.

DIOGO, Márcia Cezar. O Rio em revista : a reforma Pereira Passos nas crônicas da revista da semana, d'O Malho e da Kosmos. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, PUC RJ, 1999.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. O Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914) Ensinando a ler o Brasil. Ensinando o Brasil a ler. IN: Márcia ABREU (org.) *Leitura e história e história da leitura.* São Paulo, Mercado das Letras/FAPESP/ALB, 1999. pp. 477-504.

____. *Rebeldes literários da República.* Belo Horizonte, Ed, UFMG, 2005.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sedução. Romances para o povo, pornografia e mercado editorial no Rio de Janeiro de 1870 a 1924.* Tese de Doutorado em Antropologia Social. USP, 2002.

____. A presença dos ausentes: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro , v. 25, 2000. p.119-134.

FABRIS, Annateresa (org.) *Modernidade e modernismo no Brasil*. Campinas, Mercado de Letras, 1994.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular. História de classe ou história de povo? *História & Perspectivas.* Uberlândia, nº 6, jan.-jun. 1992. pp. 5-23

FONTES. Virginia Maria. A questão nacional: alguns desafios para a reflexão histórica. IN: MENDONÇA, Sonia Regina de & MOTTA, Márica. (org.) *Nação e Poder.* As dimensões da história. Niterói, EDUFF, 1998.

FRANÇA, Jean M. Carvalho. O negro no romance urbano oitocentista. *Estudos Afro-asiáticos.* Rio de Janeiro, nº 30, dez. 1996. pp. 97-112

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1981. [1ª ed. 1933]

GELLNER, Ernest. ***Nações e Nacionalismos. Trajectos.*** **Lisboa, Gravida, 1993.**

GENS, Rosa. (org.) *O momento literário. João do Rio.* Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional/Dep. Nacional do Livro, 1994.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio. Modernismo e Nacionalismo.* Rio de Janeiro, FGV, 1999.

____. O Projeto Modernista. *Jornal do Brasil. Especial 500 anos*. Abril de 2000. jbonline.terra.com.br/destaques/500anos/id3ma4.html

____. *História e Historiadores.* Rio de Janeiro, FGV, 1999.

GOMES, Heloisa Toller. *O negro no Romantismo brasileiro.* São Paulo, Editora Atual, 1998.

GOMES, T. M. . SABINA DAS LARANJAS: GÊNERO, RAÇA E NAÇÃO NA TRAJETÓRIA DE UM SÍMBOLO POPULAR, 1889-1930. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 22, p. 171-193, 2002.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos.* Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Raça, racismo e grupos de cor no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos.* Nº 27, abril de 1995. pp. 45-63.

____. Raça, cultura e identidade negra: São Paulo e Rio de Janeiro entre 1925 e 1959. 2003.www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Raca%20cultura%20e%20identidade%20negra.pdf

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos Modernistas. IN*:* NOVAES (org.), Adauto. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992

HOBSBAWM, Eric. *A era do Capital.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

____. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

____. & RANGER, Terence. *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

____. *A Era do Capital.* Rio de Janeiro, Paz e Terra,

JAMESON, Frederic. *O inconsciente político. A narrativa como ato socialmente simbólico.* São Paulo, Ed Ática, 1992.

____. Periodizando os anos 60. IN: Heloísa Buarque de HOLLANDA (org.) *Pós-modernismo e política.* Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

KUSCHNIR, Karina. Literatura e identidad nacional. IN: *Revista de Cultura Brasileña.* Nº 1, marzo de 1998. Embajada de Brasil em Madrid. Madrid.

LAJOLO, Marisa. *A figura do negro em Monteiro Lobato.* Congresso 100 anos de Abolição. USP, junho de 1998.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. O periódico. Variedade e transformação. IN: *Anais do Museu Paulista.* São Paulo, USP, 28, 1977. p.141

LIMA, Eli Napoleão de. *História e Narrativa: Euclides da Cunha na Amazônia.* Tese de Doutorado. Curso de pós-graduação em Desenvolvimento, agricultura, sociedade e cultura –UFRRJ, 2002.

LIMA, Herman. História da caricatura no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963.

LINS, Vera. *Gonzaga Duque: crítica e utopia na virada do século.* Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, Col. Papéis Avulsos n. 25, 1996.

____. (org.) Gonzaga Duque. *Graves e frívolos (por assuntos de arte)*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa/Sette Letras, 1997.

____. *Gonzaga Duque. A estratégia do franco-atirador*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991.

LOPES, Antonio Herculano. O teatro de revista e a identidade carioca. IN: LOPES, Antonio Herculano (org.) *Entre Europa e África. A invenção do carioca.* Rio de Janeiro, Topbooks/Casa de Rui Barbosa, 2000. pp. 13-31

____. Algumas notas sobre o mulato, a mulata e a invenção de um país sem culpa. Publicado com o título de "Auto-imagem nacional" no Caderno Pensar do jornal *O Estado de Minas*, em 24/02/2001. www.casaruibarbosa.gov.br/antonio_herculano/main_mulata.html

LUCA, Tânia Regina de. República Velha : temas, interpretações e abordagens. IN: Virgínia C. CAMILOTTI (org.) *República, Liberalismo e Cidadania.* Piracicaba, Ed. Imep, 2003.

____. *Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo, Ed. UNESP, 1999.

LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.

MARTINS, Luiza. *Revistas em revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República.São Paulo (1890-1922)* São Paulo, Imprensa Oficial/FAPESP, 2001.

MATOS, Claudia. *Poesia popular na República das letras. Sylvio Romero folclorista.* Rio de Janeiro, Editora UFRJ minC/FUNARTE, 1994.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico.*Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha.* São Paulo, Ed. Perspectiva, 1977.

____. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945-). São Paulo, Difel, 1979.

MENEZES, Eduardo Diatahy D. de. *Crítica a noção de identidade cultural.* XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília, Julho de 2000. www.uepg.br/anphu/idn/diatahy.htm

MORAES, Eduardo Jardim de. A Brasilidade Modernista: sua Dimensão Filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

____. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, no. 2: 220-238, 1988.

____. Os limites do moderno. O pensamento estético de Mario de Andrade. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.

MORAIS, Maria Célia Marcondes de. História, narrativa e interpretação: aproximações ao pensamento de Frederic Jameson. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, ANPUH/Contexto v. 16, n.31 e 32, 1996.

MOURA, Roberto. A indústria cultural e o espetáculo-negócio no Rio de Janeiro. IN: LOPES, Antonio Herculano (org.) *Entre Europa e África. A invenção do carioca.* Rio de Janeiro, Topbooks/Casa de Rui Barbosa, 2000. pp. 113-154

MURICY, Andrade B. Lopes. Rio de Janeiro, Agir, 1962.

____. Literatura nacionalista; ensaio. [s/l], [s/e], 1916

NAVES, Santuza Cambraia. *O violão azul. Modernismo e musica popular* Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O Pan-Africanismo. IN: *Pan-africanismo na América do Sul. Emergência de uma rebelião negra.* Petrópolis, Vozes, 1991.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra. Representações do Brasileiro. 1870 – 1920.* São Paulo, FAPESP/Annablume, 1998.

NEEDEL, Jeffrey. *Belle Époque tropical.* São Paulo, Cia das Letras, 1993.

NEVES, Margarida de Souza. Brasil, acertai vossos ponteiros.! IN: *Brasil, acertai vossos ponteiros!* Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1991.

____. História da crônica, crônica da história. IN: RESENDE, Beatriz. (org.) *Cronistas do Rio.* Rio de Janeiro, José Olympio, Centro Cultural Banco do Brasil, 1995.

____. Da maloca do Tietê ao Império do Mato Virgem. Mario de Andrade: roteiros e descobrimentos. IN: CHALHOUB, Sidney & Leonardo A de M. PEREIRA (orgs.) *A história contada. Capítulos da história social da literatura no Brasil* ed.Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1998. pp. 265-332.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense,1990.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

PECHMAN, Sérgio & Lilia FRITSH. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, V. 5, nº 8/9, set.84/abr.85, pp. 139-195.

PEDERNEIRAS, Raul. Cenas da vida carioca. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 1924.

PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

____. Uma miragem da República: sonhos e desilusões de um grupo literário. IN: Virgínia C. CAMILOTTI (org.) *República, Liberalismo e Cidadania.* Piracicaba, Ed. Imep, 2003.

____. *O carnaval das letras.* Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/Biblioteca Carioca, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade. Paris. Rio de Janeiro. Porto Alegre. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2002.

PROJETO DE PESQUISA COLETIVO: *Cultura e diversidade no Brasil: para além da história da identidade nacional (séculos XIX e XX)*. Coordenador Prof. Dr. Sidney Chalhoub. CECULT/UNICAMP. http://www.unicamp.br/cecult/pesquisas.html#pronex

RABASSA, Gregory. *O negro na ficcção brasileira. Meio século de história literária.* Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1965.

RODRIGUES, Edmilson. *João do Rio. A cidade e o poeta. O olhar de flâneur na Belle Époque Tropical.* Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. Geração Boêmia: vida literária em romances, memórias e biografias. IN: Sidney CHALHOUB. *A História Contada: capítulos da história social da literatura no Brasil.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

____. A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas, Ed. da Unicamp/Cecult, 2001.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. [?]. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

SANTIAGO, Silviano. A permanência do discurso da tradição no modernismo. *v.* São Paulo, Cia das Letras, 1989.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República IN: IN: Fernando A NOVAES (coord.) *História da Vida Privada.* São Paulo, Cia das Letras, vol 3.

SAYERS, Raymond. *Onze estudos de literatura brasileira.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo, Cia das Letras, 2003.

____. A capital irradiante: técnica, ritmos, e ritos do Rio IN: Fernando A NOVAES (coord.) *História da Vida Privada.* São Paulo, Cia das Letras, 1998. vol 3.

____. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. IN: NOVAES Fernando A. (coord.) *História da Vida Privada.* São Paulo, Cia das Letras, 1998. vol 3.

____. As faces ocultas da I República: modos de representação do negro na literatura. *Tempo Brasileiro.* Nº 95, Identidade e Memória, out./dez., 1998.

SCHWARTZ, Jorge. Negrismo e Negritude. IN: *Vanguardas latino-americanas: polêmicas,manifesto e textos críticos* (org.) São Paulo, Edusp, 1995.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco.* raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, Carolina Feracin da. (org.) *Coelho Netto. Bilhetes Postais.* Campinas, Mercado das letras/FAPESP, 2003.

SILVA, Fernanda Magalhães. *Cinematographo. Crônica e Sociedade na Belle Époque Carioca.* Dissertação de Mestrado. PUC/RJ, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença IN: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e Diferença. A perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis, Ed. Vozes, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das letras. Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1987.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860-1930.* Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, col. Papéis avulsos n. 38, 2001.

BASTOS TIGRE. (D. Xicote) e Baptista Coelho (João Phoca). O maxixe. Rio de Janeiro,Typographia R. Braga, 1906.

TINHORÃO, José Ramos, *Música Popular - um tema em debate,* São Paulo: 34,1997

THOMPSON, E P. Folclore, Antropologia e História Social. IN: THOMSON, E P. *As peculiaridades dos ingleses.* Campinas, Ed. UNICAMP, 2002.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro. Turunas e Quixortes.* Rio de Janeiro, FGV, 1996.

____. *Que cara tem o Brasil? Maneiras de pensar e sentir a nacionalidade.* Rio de Janeiro, Ediouro, 2000.

____. A Brasilidade Verde-Amarela: Nacionalismo e Regionalismo Paulista. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, FGV, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112

____. As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e Identidade Cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos,* vol. 6, nº 11, Rio de Janeiro, 1993.

____. *As tradições populares da Belle Époque.* Rio de Janeiro, FUNARTE, 1998.

____. *A cultura das ruas do Rio de Janeiro 1900- 1930: mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2004.

VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ UFRJ, 1995.

VICTOR, Nestor. Prosa e poesia. Rio de Janeiro, Agir, 1963.

____. Obra crítica. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença. Uma introdução teórica e conceitual. IN: *Identidade e Diferença. A perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis, Ed. Vozes, 2000.

ZILBERMAN, Regina. *Discursos e Marginalidade : a história da literatura brasileira*. Resgatado em http://www.unicamp.br/histlist/regina.htm

ZILLY, Berthold. Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha. *Estudos Sociedade e Agricultura.* Nº 12, abril de 1999. pp. 5-45

Anexo 1 - Colaboradores do Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)

	Autor	Total de colaborações
1	Afonso Celso	10
2	Amélia de Freitas Bevilacqua	8
3	Aníbal Amorim	7
4	Machado de Assis	7
5	Aderbal de Carvalho	7
6	Leôncio Corrêa	7
7	Alberto de Oliveira	7
14	João Ribeiro	7
8	Arthur Azevedo	6
9	Clóvis Bevilacqua	6
10	Olavo Bilac (Puck)	6
11	Alberto Faria	6
12	Mário Linhares	6
13	Alexina de Magalhães (ICKS)	6
15	Ulysses Sarmento	6
16	Silvio de Almeida	5
17	Soares Bulcão	5
18	Luiz de Castro	5
19	Curvelo de Mendonça	5
20	Fábio Luz	5
21	Barão de Paranapiacaba	5
22	José Veríssimo	5
23	Carlos Magalhães de Azeredo	4
24	Raimundo Corrêa	4
25	Laudelino Freire	4
26	Araripe Junior	4
27	Mello Moraes Filho	4
28	Simões Pinto	4
29	Antonio Salles	4
30	Hemetério José dos Santos	4
31	Mendes de Aguiar	3
32	Medeiros e Albuquerque	3
33	Pires de Almeida	3
34	Augusto dos Anjos	3
35	Sousa Bandeira	3
36	Elísio de Carvalho	3
37	José de Carvalho	3
38	Batista Cepellos	3
39	Pedro do Couto	3
40	Cruz Filho	3
41	Luiz Delfino	3
42	Osório Duque Estrada	3
43	A C Chichorro Gama	3
44	Luiz Guimarães Filho	3
45	Nazareth Menezes	3
46	Veiga Miranda	3
47	Coelho Netto	3
48	Guimarães Passos	3
49	Rocha Pombo	3
50	Fontoura Xavier	3

51	Ulysses Lins de Albuquerque	2
52	Presciliana Duarte de Almeida	2
53	Amadeu Amaral	2
54	Carvalho Aranha	2
55	Aluisio Azevedo	2
56	Tobias Barreto	2
57	Juvêncio Barrozo	2
58	Pereira de Carvalho	2
59	Vicente de Carvalho	2
60	Cezar de Carvalho	2
61	Figueiredo Coimbra	2
62	Viriato Corrêa	2
63	José Cândido de Lacerda Coutinho	2
64	Euclides da Cunha	2
65	Érico Curado	2
66	Orville Derby	2
67	Teixeira de Freitas	2
68	Ramiz Galvão	2
69	Ùrsula Garcia	2
70	Álvaro Guerra	2
71	Irinêo Filho	2
72	Augusto de Lima	2
73	Oliveira Lima	2
74	B Lopes	2
75	Julio Maciel	2
76	Xavier Marques	2
77	Homem de Mello	2
78	José Alexandre Teixeira de Mello	2
79	Miguel Mello	2
80	Estevão de Mendonça	2
81	Emílio de Menezes	2
82	Álvaro Moreira	2
83	Luis Murat	2
84	Joaquim Nabuco	2
85	Benedito Octávio	2
86	Rodrigo Octávio	2
87	Gustavo de Aguilar Pantoja	2
88	Julio Pires	2
89	Silva Ramos	2
90	Theodoro Rodrigues	2
91	Gama Rosa	2
92	Ignez Sabino	2
93	Gustavo Santiago	2
94	Silveira Netto	2
95	A Gomes Soares	2
96	F Bernardino de Souza	2
97	Múcio Teixeira	2
98	Joaquim Vianna	2
99	E Zola	2
100	Adriano de Abreu	1
101	Capistrano de Abreu	1
102	José D'Abreu Albano	1
103	Matheus de Albuquerque	1
104	Teodoro de Albuquerque	1
105	Barão de Alencar	1
106	José de Alencar	1
107	Mário de Alencar	1
108	Domingues de Almeida	1

107	Julia de Almeida	1
108	Castro Alves	1
109	Constâncio Alves	1
110	Rodolfo Amoedo	1
111	Alves de Amorim	1
112	Jader de Andrade	1
113	J M Goulart de Andrade	1
114	Graça Aranha	1
115	Eduardo Araújo	1
116	Antonio Austregesilo	1
117	Bruno Barbosa	1
118	Plácido Barbosa	1
119	Rui Barbosa	1
120	Mário Barreto	1
121	Pereira Barreto	1
122	Dias de Barros	1
123	João de Barros	1
124	Heitor Beltrão	1
125	José Bevenuto	1
126	Mansueto Bernardo	1
127	Bernardo Pereira Barreto	1
128	Bocage	1
129	Bocage e Crispiniano	1
130	Quintino Bocaiúva	1
131	Arduino Bolívar	1
132	J V Boscoli	1
133	Belmiro Braga	1
134	Theophilo Braga	1
135	Camilo Castelo Branco	1
136	Julio Brandão	1
137	Assis Brasil	1
138	Floriano Brito	1
139	Theodorico Brito	1
140	Lord Byron	1
141	Humberto de Campos	1
142	Lima Campos	1
143	Rodrigues de Carvalho	1
144	A Castilho	1
145	H Castriciana	1
146	Eugênio de Castro	1
147	Genuíno de Castro	1
148	Possidônio Colaço	1
149	Afonso Costa	1
150	Fernando Costa	1
151	Firmino Costa	1
152	Giovani Costa	1
153	Pereira da Costa	1
154	Regueira Costa	1
155	Azevedo Cruz	1
156	Escragnolle Doria	1
157	Fortunato Duarte	1
158	Alexandre Dumas Filho	1
159	Gonzaga Duque	1
160	Urbano Duarte	1
161	Possidônio Calaça do Espírito Santo	1
162	Moreira de Azevedo	1
163	Emile Faguet	1
164	Aurelino de Figueiredo	1

165	C Flamarion	1
166	Ruth Fonseca	1
167	Vital Fontenelle	1
168	Olegário Pontes	1
169	Felisberto Freire	1
170	Junqueira Freire	1
171	Manoel Teotônio Freire	1
172	Gustavo Frota	1
173	Alcebíades Furtado	1
174	Andrade Furtado	1
175	Basílio da Gama	1
176	Mário Gameiro	1
177	Augusto Gil	1
178	Oliveira Góes	1
179	Nerval de Gouvêa	1
180	Alcindo Guanabara	1
181	Pelino Guedes	1
182	Alfonsus de Guimarães	1
183	Freitas Guimarães	1
184	Jaime Guimarães	1
185	Luis Guimarães	1
186	Moreira Guimarães	1
187	Clóvis de Hollando	1
188	Francisco Izidora	1
189	Carlos de Laet	1
190	Mendes Leal	1
191	Luiz Paes Leme	1
192	Hermeto Lima	1
193	Silvestre de Lima	1
194	Silva Lobato	1
195	Oscar Lopes	1
196	Thomas Lopes	1
197	Barão de Loreto	1
198	Manoel Joaquim de Macedo	1
199	Felix Maceió	1
200	Raul Machado	1
201	Raimundo Magalhães	1
202	Sabino Magalhães	1
203	Horacina V Kesting Maisonnette	1
204	Julieta Maisonnette	1
205	José Mariano Filho	1
206	Olegário Mariano	1
207	Marmontel	1
208	Ernest Martinenche	1
209	Leôncio Martinez y Martinez	1
210	José Domingos Martins	1
211	Oliveira Martins	1
212	Rocha Martins	1
213	Silveira G Martins	1
214	Von Martius	1
215	Nestor Massena	1
216	Mário Mello	1
217	Cunha Mendes	1
218	Brito Mendes	1
219	Salvador de Mendonça	1
200	Raul Monteiro	1
201	Juliano Moreira	1
202	Augusta P Moreira	1

203	Carlos E Nascimento	1
204	Agripino Nazareth	1
205	Silveira Netto	1
206	Oscar Nobling	1
207	Octaviano	1
208	Felipe de Oliveira	1
209	Isaías de Oliveira	1
210	Arthur Orlando	1
211	General Osório	1
212	Felix Pacheco	1
213	Acácio de Paiva	1
214	Mario Pederneiras	1
215	Afrânio Peixoto	1
216	Pellinca	1
217	Carlos Pentes	1
218	Francisco Amadée	1
219	Emiliano Pernetta	1
220	Pedro Pinto	1
221	Souza Pinto	1
222	Luiz Pistarini	1
223	Eloy Pontes	1
224	Júlio Preste	1
225	Hippolyte Pujol	1
226	Eça de Queiroz	1
227	Wenceslau de Queiroz	1
228	Frederico Jorge de Quevedo	1
229	Pedro Rabelo	1
230	Alberto Ramos	1
231	Eduardo Ramos	1
232	Julio Ramos	1
233	L V F Randolph	1
234	Alberto Rangel	1
235	Garcia Redondo	1
236	Padre José Severiano de Rezende	1
237	Flexa Ribeiro	1
238	João do Rio	1
239	Júlio B Ripado	1
240	Gastão Ruch	1
241	Rosalía Sandoval	1
242	Ernesto Sena	1
243	Avelar e Silva	1
244	Henrique Silva	1
245	Hipólito da Silva	1
246	Julio César da Silva	1
247	Laura da Fonseca e Silva	1
248	Oliveira e Silva	1
249	Victor Silva	1
250	Vieira da Silva	1
251	Basílio Soares	1
252	Porfírio Soares Neto	1
253	Auta de Souza	1
254	H Inglez de Souza	1
255	J E Teixeira de Souza	1
256	Mario Pinto de Souza	1
257	Aldemar Tavares	1
258	Rufino Tavares	1
259	Aníbal Teófilo	1
260	H Turot	1

261	A Varela	1
262	Fagundes Varela	1
263	Vinícius da Veiga	1
264	Gil Vicente	1
265	Nestor Victor	1
266	Nunes Vidal	1
267	Afonso Lopes Vieira	1
268	Arnaldo Damasceno Vieira	1
269	José Vieira	1
270	Padre Antonio Vieira	1
271	Alfred Vigny	1
272	C de Vimarantes	1
273	Manoel Viotti	1
274	Pedro Werneck	1
275	Lindolfo Xavier	1
276	Frota Pessoa	1
277	Silva Romeiro	1
278	Dionísio Cerqueira	1
279	Sebastião Sampaio	1
280	Quintella Junior	1
281	Dantas Barreto	1
282	Santés	1
283	Neves	1

Anexo 2 - Colaboradores da Revista Kosmos (1903-1909)

	Autor	**Colaborações**
1	Gonzaga Duque (+ pseudônimo Américo Fluminense)	62 + 7 = 69
2	Olavo Bilac (+ pseudônimo Fantasio)	53 + 5 = 58
3	Mario Berhing	24
4	José Veríssimo	23
5	Coelho Netto	22
6	Thomas Lopes	21
7	Vrigílio Várzea	18
8	Lima Campos	16
9	João Luso (pseudônimo de Armando Erse de Figueiredo)	14
10	João do Rio (pseudônimo Paulo Barreto)	14
11	Reis Carvalho	14
12	Mario Pederneiras	14
13	Celso Vieira	11
14	Fritz Muller	10
15	Arthur Azevedo	9
16	Emílio de Menezes	9
17	Gil	9
18	Redação	9
19	André Severiano de Rezende	8
20	Silva Marques	8
21	Eduardo Sócrates	7
22	Dionísio Cerqueira	7
23	Leal de Souza	7
24	Oscar Lopes	7
25	Ten. Cel. L. Barbedo	7
26	Armando Burlamaqui	6
27	Arthur Napoleão	6
28	Medeiros e Albuquerque	6
29	Capistrano de Abreu	6
30	José Carlos de Carvalho	6
31	Alcebíades Furtado	5
32	Alípio de Miranda Ribeiro	5
33	Dr. Alfredo Lisboa	5
34	Vieira Fazenda	5
35	Henrique Silva	5
36	Jurema	5
37	Rodolpho Amoedo	5
38	Sancho Alves	6
39	Xavier Marques	5
40	Pires de Almeida	7
41	Elísio de Carvalho	4
42	Felix Pacheco	4
43	J M Goulart de Andrade	4
44	Leôncio Corrêa	4
45	Lucio de Mendonça	4
46	Mendes Cunha	4
47	Moreira Guimarães	4
48	Theodoreto do Nascimento	4
49	X	4
50	Afonso Celso	3
51	Ten. Cel. Airla França A'vila	3
52	Costa Macedo	3
53	Cunha Mendes	3

54	Demetrio Toledo	3
55	Domingos Olympio	3
56	Ten. Cel. G. Areias	3
57	José Maria Albuquerque Bello	3
58	Liberato Bittencourt	3
59	Lindolpho Azevedo	3
60	Luiz Edmundo	3
61	Luiz Guimarães Filho	3
62	Maria Salomé	3
63	Mario Brandt	3
64	Oliveira Gomes	3
65	Oliveira Lima	3
66	V.	3
67	Vitor Silva	3
68	Y.	3
69	Afonso Arinos	3
70	Ademir	2
71	Alberto de Oliveira	2
72	Antonio Salles	2
73	Carlos Magalhães de Azevedo	2
74	Cel. Espírito Santo	2
75	Cyro Costa	2
76	Daltro Souto	2
77	Domingos do Nascimento	2
78	Eunápio Deiró	2
79	Ferreira da Rosa	4
80	Garcia Redondo	2
81	H Malaguti	2
82	João Barrozo	2
83	Julia Lopes de Almeida	2
84	Macedo Costa	2
85	Noronha Santos	2
86	Oliveira e Silva	2
87	R. Amado	2
88	Raul Pederneiras	2
89	Rodolpho Teófilo	2
90	Santos Maria	2
91	Dr. Sergio Domingos de Carvalho	2
92	Ten. Cel. Carlos Guimarães	2
93	Teodoro Rodríguez	2
94	Valdomiro da Silveira	2
95	Viriato Corrêa	2
96	Xavier da Silveira	2
97	A A	1
98	A G de Araújo Jorge	1
99	A Morales de Los Rios	1
100	A de Castro Monteiro Manso	1
101	Agenor de Roure	1
102	Alberto de Sá	1
103	Alberto Rangel	1
104	Alcides Flávio	1
105	Alcindo Guanabara	1
106	Alexandre	1
107	Antonio Alves da Câmara	1
108	Antonio Austregésilo	1
109	Arbivohm	1
110	Armínio de Melo Franco	1
111	Ataliba de Lara	1

112	Augusto de Lima	1
113	Aurélio Lopes	1
114	B	1
115	Barão de Paranapiacaba	1
116	Barroso Netto	1
117	Bevenuto Berna	1
118	Bernardo Raimundo	1
119	Cap. Felix Fleury	1
120	Carlos Malheiro Dias	1
121	César Vellloso	1
122	Cyro de Azevedo	1
123	Dario Freire	1
124	Adolpho Passolo	1
125	Domingos José de Carvalho	1
126	F Berhing	1
127	Fernando Osório	1
128	J. C. Lacerda	1
129	Manoel Bomfim	1
130	Ubaldino de Amaral	1
131	Eduardo Nazareno	1
132	Emílio Kemp	1
133	Ernesto Coutinho	1
134	Ernesto Senna	1
135	Escragnole Doria	1
136	Euclides da Cunha	1
137	F. E. Schmidt	1
138	F. Souza Lima	1
139	Fausto Cardoso	1
140	Felix de A de M Barbedo	1
141	Fernão Fontes	1
142	Ferreira Vianna	1
143	Filinto de Almeida (da ABL)	1
144	Francisco Braga	1
145	Francisco Julia da Silva	1
146	Full-back	1
147	Gomes de Oliveira	1
148	Gonzaga Dutra	1
149	Guimarães Junior	1
150	Gustavo Penna	1
151	Gustavo Santiago	1
152	H. Oswald	1
153	Heitor Guimarães	1
154	Henrique Castriano	1
155	Inglez de Souza	1
156	J. Henrique Aydos	1
157	J. Marcos	1
158	J.P. Xavier Pinheiro	1
159	J. Pereira Barreto	1
160	Jacomino Delfino	1
161	Jayme Lessa	1
162	João Baptista da Costa	1
163	João Ribeiro	1
164	Joaquim Vianna	1
165	José Piza	1
166	José Vieira	1
167	Julião Furtado	1
168	Julio Peixoto	1
169	Karlos Vaes	1

170	L. C.	1
171	Luiz Delfino	1
172	Luiz Paes Leme	1
173	M.	1
174	M. Gitaí de Alencastro	1
175	M. J. Oliveira Rocha	1
176	Major Rego Bastos	1
177	Manuel de Souza Pinto	1
178	Marcelo V.	1
179	Mariano Olegário	1
180	Mario Antunes	1
181	Martins Fontes	1
182	Miguel Barros	1
183	Miguel Couto	1
184	Neves Jr.	1
185	Nilo Guerra	1
186	Nina Rodrigues	1
187	Odorico Mendes	1
188	Oscar d'Alva	1
189	Paulo Roberto	1
190	Pedro Belmonte	1
191	Pedro Dutra Filho	1
192	Pedro Rabelo	1
193	Péthion de Villar	1
194	Raphaelina de Barros	1
195	Ricardo Krone	1
196	Rocha Pombo	1
197	Rodrigo Otavio	1
198	Soares Bulcão	1
199	Sousa Bandeira	1
200	UA	1
201	UA FF e RR	1
202	Villela dos Santos	1
203	Willian Shaw	1
204	XX	1
205	Henrique Rohë	1
206	J. C. de Mariz Carvalho	1
207	L.	1
208	L. A	1
209	Luis Guimarães	1
210	Marechal Niemeyer	1
211	Flavio Alcides (Pseudônimo de Antonio Fernandes Figueira)	1
	Alexandre Gasparoni	1
212	Amaro de Albuquerque	1
213	Paulo Alberto	1
214	Azevedo Jr (Nemo)	5
215	H Bousé	1

Anexo 3 – Intelectuais que colaboraram no Almanaque Brasileiro Garnier e na Revista Kosmos

	Autor
1	Afonso Celso
2	Alberto de Oliveira
3	Alberto Rangel
4	Alcebíades Furtado
5	Alcindo Guanabara
6	André Severiano de Rezende
7	Antonio Austregésilo
8	Antonio Salles
9	Augusto de Lima
10	Barão de Paranapiacaba
11	Capistrano de Abreu
12	Carlos Magalhães de Azevedo
13	Coelho Netto
14	Cunha Mendes
15	Dionísio Cerqueira
16	Ernesto Senna
17	Escragnolle Doria
18	Euclides da Cunha
19	Felix Pacheco
20	Garcia Redondo
21	Gonzaga Duque
22	Gustavo Santiago
23	Henrique Silva
25	João do Rio
26	João Ribeiro
24	Joaquim Vianna
27	José Veríssimo
28	José Vieira
29	Julia Lopes de Almeida
30	Leôncio Corrêa
31	Lima Campos
32	Luis Guimarães Filho
33	Luiz Paes Leme
34	Medeiros e Albuquerque
35	Moreira Guimarães
36	Olavo Bilac
37	Oliveira e Silva
38	Oscar Lopes
39	Pedro Rabelo
40	Rocha Pombo
41	Rodolpho Amoedo
42	Rodrigo Octavio
43	Soares Bulcão
44	Sousa Bandeira
45	Teodoro Rodrigues
46	Thomas Lopes
47	Victor Silva
49	Viriato Corrêa
48	Xavier Marques

Anexo 4 – Intelectuais que colaboraram Almanaque Brasileiro Garnier e na Revista Renascença

	Autor
1	Arthur Azevedo *
2	Afonso Celso *
3	Alcebíades Furtado *
4	Rodrigo Octavio *
5	Oliveira Lima *
6	Gonzaga Duque *
7	Clóvis Bevilacqua
8	Coelho Netto *
9	João de Barros
10	Xavier Marques *
11	Hemetério dos Santos
12	Carlos Magalhães de Azevedo *
13	Barão de Paranapiacaba *
14	Guimarães Passos
15	J M Goulart de Andrade *

* Também colaboraram na Revista Kosmos, ou seja, nos três periódicos.

Anexo 5 – Intelectuais que colaboraram no Almanaque Brasileiro Garnier e na Revista da Academia Brasileira de Letras (1911-1912)

	Autor
1	Arthur Azevedo *
2	Afonso Celso *
3	Alcebíades Furtado *
4	Rodrigo Octavio *
5	Oliveira Lima *
6	Gonzaga Duque *
7	Ferreira Vianna
8	Eunápio Deiró
9	Coelho Netto *
10	Xavier Marques *
11	Barão de Paranapiacaba *
12	Pethion de Villar
13	J M Goulart de Andrade *
14	Xavier da Silveira

* Também colaboraram na Kosmos, ou seja, nos três periódicos.

Anexo 6 - Textos que tratam da questão nacional publicados na revista *Kosmos* (1904-1909)

→ os textos que estão em negrito abordaram questões relativas aos negros, mestiços, preconceito de cor e/ou mestiçagem, mas não tratam especificamente de folclore ou de histórias.

TERRITÓRIO, NATUREZA, FRONTEIRA – 25 textos

Nº	*Referência*	*Autor*	*Título*
1	Jan/1904	----------	Territórios do Mato Grosso cedidos à Bolívia
2	Jan/1904	----------	Limites do Brasil e da Bolívia
3	Jan/1904	F. Basaldúa	Missões – Cataratas do Iguaçu
4	Fev/1904	Olavo Bilac	Crônica
5	Fev/1904	V.	O território do Acre
6	Mar/1904	Ávila Franca	Mato Grosso – I
7	Mar/1904	----------	Os recifes em frente à capital de Pernambuco
8	Abr/1904	Ávila Franca	Mato Grosso – II
9	Abr/1904	Domingos Nascimento	Orquídeas do Paraná
10	Mai/1904	Ávila Franca	Mato Grosso - III
11	Mar/1905	Félix Fleury	Salto Santiago Dantas
12	Abr/1905	Olavo Bilac	Crônica
13	Jul/1905	Xavier Marques	Rio e Valle de S Francisco
14	Jan/1906	Euclides da Cunha	Entre os seringais
15	Nov/1907	Alípio de Miranda Ribeiro	O Brasil – suas riquezas naturais, suas indústrias.
16	Fev/1908	Eduardo Sócrates	Rio Araguaia
17	Fev/1908	X	Pelo Rio Branco
18	Mai/1908	Jurema	Mato Grosso I
19	Mai/1908	Eduardo Sócrates	Pedra da Baliza
20	Jun/1908	Eduardo Sócrates	Recordações de viagem
21	Jul/1908	Eduardo Sócrates	Recordações de viagem
22	Ago/1908	Dionísio Cerqueira	Na fronteira
23	Ago/1908	Jurema	Mato Grosso II
24	Set/1908	Eduardo Sócrates	Recordações de viagem
25	Dez/1908	Alípio de Miranda Ribeiro (Jurema)	Ao redor e através do Brasil

LÍNGUA E LITERATURA – 19 textos

Nº	*Referência*	*Autor*	*Título*
26	Jan/1904	José Veríssimo	Vida literária — o ano passado
27	Mar/1904	José Veríssimo	Vida literária — os estudos e ensaios do Sr. Sousa Bandeira
28	Abr/1904	José Veríssimo	Vida literária – A língua portuguesa no Brasil
29	Abr/1904	Afonso Arinos	O mestre de Campo (Romance mineiro do séc. XVIII)
30	Mai/1904	José Veríssimo	Vida literária – a ortografia portuguesa
31	Jul/1904	José Veríssimo	Vida literária – Alguns livros novos
32	Nov/1904	Gonzaga Duque	Os de hoje
33	**Nov/1904**	**----------**	**Graça Aranha (comentário sobre Canaã)**
34	Dez/1904	José Veríssimo	Vida literária – Esaú e Jacó, o último livro do Sr. Machado de Assis

35	**Jan/1905**	**José Veríssimo**	**Vida literária – uma poetisa e dois poetas (crítica a Cruz e Souza)**
36	Fev/1905	José Veríssimo	Vida literária – Heresias lingüísticas e literárias -
37	Abr/1905	José Veríssimo	Vida literária – As Odes e elegias do Sr. Magalhães de Azeredo
38	Out/1905	José Veríssimo.	Briga de gramáticos – Carneiro versus Rui Barbosa.
39	Set/1908	José Veríssimo	Começos literários do Brasil I
40	Out/1908	José Veríssimo	Começos literários do Brasil II
41	Nov/1908	Silva Marques	O socialismo através da História (divulgação de ideais socialistas)
42	Nov/1908	José Veríssimo	Começos literários do Brasil III (crítica ao estilo hiperbólico de Rocha Pita)
43	Dez/1908	José Veríssimo	Começos literários do Brasil IV (Romantismo como marco do início da literatura nacional)
44	**Fev/1909**	**Gonzaga Duque**	**O poeta negro**

FOLCLORE, ETNOGRAFIA, ETNOLOGIA – 57 textos

Nº	*Referência*	*Autor*	*Título*
45	Mar/1904	Olavo Bilac	Crônica (carnaval)
46	Abr/1904	Olavo Bilac	Mãe Maria
47	Abr/1904	Vieira Fazenda	Iluminação a azeite de peixe
48	Jun/1904	Nemo (Azevedo Jr.)	Tipos da roça – I
49	Jul/1904	Gil	Crônica
50	Jul/1904	Nemo (Azevedo Jr.)	Tipos da roça - II
51	Ago/1904	Gustavo Pena	O Aleijadinho
52	Ago/1904	Lima Campos	Cake-walk
53	Ago/1904	Azevedo Jr.	Tipos da roça - III
54	Ago/1904	Gil	Crônica
55	Out/1904	Azevedo Jr.	Tipos da roça - IV
56	Out/1904	Gil	Crônica
57	Out/1904	Antonio Alves Câmara	Construções navais indígenas no Brasil
58	Nov/1904	Azevedo Jr.	Tipos da roça - V
59	Nov/1904	João do Rio	A tatuagem no Rio
60	Dez/1904	Coelho Netto	Os pombos
61	Dez/1904	Valdomiro Silveira	Natal no Lourenção
62	Dez/1904	João do Rio	O Natal dos africanos
63	Mar/1905	Xavier Marques	Uma tradição religiosa da Bahia – A festa do Bonfim
64	Abr/1905	Afonso Arinos	A música popular
65	Abr/1905	Coelho Netto	Fertilidade – II
66	Mai/1905	Coelho Netto	Fertilidade - III
67	Mai/1905	Olavo Bilac	Crônica (descaso com abolição)
68	Mai/1905	Capistrano de Abreu	Três de maio (descobrimento)
69	Mai/1905	Vieira Fazenda	Cenas extintas (tráfico negreiro)
70	Jun/1905	Xavier Marques	Mariquita
71	Jun/1905	Coelho Netto	Fertilidade IV
72	Jun/1905	João do Rio	O fim de um símbolo.
73	Ago/1905	João do Rio	A musa popular.
74	Out/1905	Américo Fluminense.	Aspectos e costumes – O morro do Castelo
75	Dez/1905	João do Rio	Orações
76	Jan/1906	A.A	Bumba-meu-boi
77	Jan/1906	Olavo Bilac	Crônica (João Minhoca)
78	Fev/1906	Olavo Bilac.	Crônica (carnaval, cordões)
79	Fev/1906	João do Rio.	O elogio ao cordão

80	Mar/1906	Sérgio Domingos de Carvalho	Etnografia brasileira. Os indígenas Apiacás
81	Mar/1906	Lima Campos.	A capoeira.
82	Mar/1906	Gonzaga Duque	Princezes e Pierrots
83	Abr/1906	Otacílio Barbedo	Cerâmica dos silvícolas do Rio Grande do Sul
84	Mai/1906	Fantasio (Olavo Bilac)	A dança no Rio de Janeiro
85	Mai/1906	José Piza.	O capitão-do-mato
86	Out/1906	Olavo Bilac	Crônica (crítica à Festa da Penha)
87	Out/1906	Mário Pederneiras	Tradições (encontro com a baiana)
88	Fev/1907	Américo Fluminense	O Carnaval do Rio
89	Abr/1907	Américo Fluminense	A semana santa carioca na época de Pedro II
90	Ago/1907	X	Os nossos indígenas
91	Out/1907	----------	As festas dos Remédios
92	Nov/1907	Otacílio Barbedo	As armas guerreiras dos aborígenes do Rio Grande.
93	Dez/1907	José Veríssimo	A glória – reminiscências de um dia de Natal
94	Jan/1908	José Maria de Albuquerque Bello	Amor de caboclo
95	Jan/1908	Alberto Rangel	Terra caída
96	Jan/1908	Lima Campos	Uma santa brasileira- Santa Diana (a lenda mineira)
	Jul/1908	Viriato Correia	João Quilombo
97	Jan/1909	Coelho Netto	Mau sangue
98	Fev/1909	Gonzaga Duque	Crônica (sobre carnaval)
99	Jul/1904	Nina Rodrigues	As belas artes nos colonos pretos do Brasil – A escultura

HISTÓRIA – 53 textos

Nº	***Referência***	***Autor***	***Título***
100	Jan/1904	Olavo Bilac	Crônica (abolicionistas)
101	Fev/1904	Vieira Fazenda	Escavações históricas
102	Mar/1904	Oliveira Lima	Chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro
103	Abr/1904	Afonso Arinos	O mestre de Campo (Romance mineiro do séc. XVIII)
104	Mai/1904	Gil	Crônica
105	Mai/1904	Artur Azevedo	Teatros
106	Mai/1904	Artur Azevedo	Um 'pastel'
107	Jun/1904	Vieira Fazenda	O chafariz do Lagarto
108	Jul/1904	Sérgio de Carvalho	O Museu Nacional
109	Out/1904	Gil	Crônica
110	Out/1904	Mário Behring	Uma injustiça da História
111	Out/1904	Fernando Osório	Traços gerais e características do General Osório
112	Dez/1904	Mário Behring	Um dia de D. João VI
113	Jan/1905	Capistrano de Abreu	História Pátria
114	Fev/1905	Olavo Bilac	Crônica
115	Fev/1905	Capistrano de Abreu	História Pátria
116	Fev/1905	Ernesto Senna	José do Patrocínio
117	Mar/1905	Capistrano de Abreu	História Pátria - 1532
118	Abr/1905	Capistrano de Abreu	História Pátria
119	Abr/1905	Vieira Fazenda	Uma casa histórica
120	Mai/1905	Xavier da Silveira Jr.	Treze de Maio
121	Jul/1905	Capistrano de Abreu.	História Pátria.
122	Set/1905	Reis Carvalho	A independência do Brasil
123	Dez/1905	Mario Behring	Um natal na Bahia no século XVIII.
124	Fev/1906	Virgílio Várzea	A bandeira
125	Mar/1906	Mario Behring	Documentos preciosos

126	Abr/1906	Mario Behring	O precursor
127	Mai/1906	Pires de Almeida	Uma lauda da história pátria
128	Jun/1906	Mario Behring	Chico Rei
129	Jul/1906	Mario Behring	Sangue Paulista
130	Jul/1906	Gil	Crônica (recordar é viver)
131	Ago/1906	Mario Behring	O alvará de 30 março
132	Set/1906	Mario Behring	A morte de Zumbi
133	Dez/1906	Mario Behring	O prêmio da traição
134	Jan/1907	Mario Behring	Uma sociedade secreta
135	Jan/1907	Virgílio Várzea	Amazona
136	Mar/1907	Mario Behring	Bandeirantes I
137	Mar/1907	Agenor de Roure	A bandeira nacional
138	Abr/1907	Mario Behring	Bandeirantes II
139	Abr/1907	Reis Carvalho	Tiradentes e os precursores da independência nacional
140	Mai/1907	Mario Behring	Os sinos de Mariana
141	Jun/1907	Mario Behring	Patriarcas invisíveis
142	Jul/1907	Américo Fluminense	D. João VI
143	Ago/1907	Mario Behring	O monumento a D. João VI
144	Set/1907	Mario Behring	Emboabas I
145	Out/1907	Gonzaga Duque	Estátua do Marechal Floriano por Eduardo de Sá
146	Out/1907	Carlos Henze	D João VI na fisionomia
147	Nov/1907	Mario Behring	Emboabas II
148	Mar/1908	Mario Behring	Emboabas III
149	Maio/1908	Dionísio Cerqueira	O rosário do Cabo-de-ordens
150	Maio/1908	Mário Behring	A musa anônima
151	Jul/1908	Reis Carvalho	O feriado brasileiro de 14 de julho
152	Out/1908	Dionísio Cerqueira	O sonho da República

EDUCAÇÃO – 6 textos

Nº	*Referência*	*Autor*	*Título*
153	Jun/1904	Espírito Santo	Influência das idéias políticas sobre o método de ensino
154	Nov/1904	Olavo Bilac	Crônica (defende a difusão da instrução primária)
155	Nov/1905	Olavo Bilac.	Crônica (defende o culto à bandeira nas escolas)
156	Jul/1907	Reis Carvalho	A questão do ensino
157	Set/1907	Augusto Tavares de Lira	Exposição do Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores sobre o ensino superior.
158	Out/1907	Reis Carvalho	A questão do ensino

POLÍTICA – 9 textos

Nº	*Referência*	*Autor*	*Título*
159	Mar/1904	----------	Diplomatas e escritores brasileiros
160	**Mai/1904**	**Domingos Olímpio**	**O Doutor Conceição**
161	Jan/1906	João do Rio	Chuva de candidatos
162	**Jul/1906**	**F G Schmidt**	**Assimilação do imigrante**
163	Ago/1906	Olavo Bilac	Crônica
164	Ago/1908	Ferreira Viana	O Antigo Regime – Uma crise ministerial
165	Mar/1908	Celso Vieira	Carta a um bacharel
166	Out/1908	Gonzaga Duque	Crônica (homenagem a João Pinheiro)
167	Mar/1909	Gonzaga Duque	Crônica (sobre a falta de organização partidária e ideológica e sobre a imaturidade do sistema político)

INTELECTUAIS, IMPRENSA, EDITORIAIS – 17 textos

Nº	*Referência*	*Autor*	*Título*
168	Jan/1904	Olavo Bilac	Crônica
169	Jan/1904		Editorial
170	Fev/1904		Redação
171	Abr/1904	Manoel Bomfim	Olavo Bilac
172	Mai/1904		Regulamentos para o 1º Concurso de Beleza Infantil
173	Jun/1904		Nossos concursos
174	Jul/1904		Regulamento do 1º Concurso de Beleza Infantil
175	Ago/1904		Regulamento do 1º Concurso de Beleza Infantil
176	Out/1904		Resultados do 1º Concurso de Beleza Infantil
177	Dez/1904	Redação	Editorial
178	Dez/1904	Gonzaga Duque	Ilustrações do Natal
179	Nov/1906	Olavo Bilac	Crônica (crítica às adulterações ao Hino Nacional)
180	Dez/1906	Redação	Editorial
181	Fev/1908	Lima Campos	A nossa aristocracia
182	Nov/1908	João Luso	Tipo e símbolos – a sublime porta
183	Dez/1908	Joaquim Vianna	A reação contra a influência intelectual francesa
184	Jan/1909	Redação	Editorial (sobre o atraso e as reformas na *Revista)*

MODERNIDADE, PROGRESSO, REFORMAS URBANAS – 32 textos

Nº	*Referência*	*Autor*	*Título*
185	Fev/1904	Alfredo Lisboa	Obras do Porto do Rio de Janeiro
186	Mar/1904	Olavo Bilac	Crônica
187	Abr/1904	Olavo Bilac	Crônica
188	Abr/1904		Projeto das fachadas destinadas à Avenida Central
189	Jun/1904	Gil	Crônica
190	Ago/1904	Sancho Alves	Comentários – Imunizações e imunidades
191	Ago/1904	J.C. de Mariz Carvalho	Pulcherrima rerum
192	Ago/1904	Gil	Crônica**
193	Nov/1904	Alfredo Lisboa	A Avenida Central
194	Fev/1905	Jacomino Define	Rua do Ouvidor
195	Fev/1905	O. Bilac	Crônica**
196	Fev/1905	Gonzaga Duque	A queda dos muros
197	Fev/1905	Ferreira da Rosa	Dr. Francisco Pereira Passos
198	Mar/1905	Sancho Alves	Comentários – Inoculações compulsórias – Mauser e Cow-pox
199	Abr/1905	Gil	N. S. da Candelária
200	Mai/1905	Alfredo Lisboa	O Canal do Mangue
201	Mai/1905	Gil	Renascimento
202	Jun/1905	Lima Campos	G Lobo – crônica de saudades
203	Nov/1905	Gil	A grande artéria.
204	Nov/1905	Olavo Bilac.	Crônica (elogio à Av. Central)
205	Nov/1905	Ferreira da Rosa.	Avenida Central
206	Nov/1906	Mario Pederneiras	Tradições
207	Jan/1907	Mário Pederneiras	Tradições
208	Fev/1907	Mario Pederneiras	Tradições

209	Mai/1907	Celso Vieira	De relance
210	Jul/1907	Olavo Bilac	Crônica (defesa do Brasil como país nos trilhos do progresso e da civilização)
211	Out/1907	Olavo Bilac	Crônica (crítica à crise habitacional)
212	Fev/1908	Z	Vindita popular
213	Mar/1908	Lima Campos	A Escola Militar
214	Mar/1908	X	A exposição nacional de 1908
215	Set/1908	Gonzaga Duque	No tempo da Gazetinha
216	Jul/1908	Gonzaga Duque	Exposição Nacional de 1908
217	Nov/1908	Gonzaga Duque	O cabaré de Ivone

➝ Total de textos: 217 (22% do total de textos publicados no periódico)

➝ Somados, os textos sobre folclore e história correspondem a 16% do total de textos publicados no periódico.

Anexo 7 - Textos que tratam da questão nacional publicados no *Almanaque Brasileiro Garnier* (1903-1914)

TERRITÓRIO, NATUREZA – 25 textos			
Nº	**Referência**	**Autor**	**Título**
1	1904	Capistrano de Abreu	Geografia do Brasil
2	1905	Estevão de Mendonça	Notícia histórica
3	1905	Von Martius	A geografia do Amazonas ao tempo de Von Martius
4	1907	Felisberto Freire	Povoamento e desenvolvimento econômico do Brasil
5	1908	Derby Orville	Lavras diamantinas da Bahia
6	1909	Derby Orville	Mato Grosso e Jequitinhonha
7	1911	Derby Orville	A cartografia ao Brasil
8	1911	Derby Orville	Os minérios de ferro no Brasil
9	1911	Curvelo de Mendonça	Pernambuco
10	1911		Limites do Brasil
11	1911	Aníbal Amorin	Subindo o Amazonas
12	1912	Hafkemeyer	As principais representações cartográficas brasileiras nos três primeiros lustros depois da Desboberta.
13	1912	Aníbal Amorin	Aspectos da Amazônia
14	1912		Remarcação de fronteiras entre a República Argentina e o Brasil em 1910
15	1912	Dr. Orville Derby	Um grande diamante – sua feição e ocorrência tanto no Brasil como no resto do mundo
16	1912		A grandeza do Brasil
17	1912	Quintela Junior	O Brasil do futuro, o futuro habitat
18	1914		O território do Acre
19	1914		A região Nordeste
29	1914		A cidade do Rio
21	1914		O Norte
22	1914	Sebastião Sampaio	A Amazônia
23	1914		A região árida no Norte
24	1914		Alto Purus
25	1914	Pearson	História dos diamantes
LÍNGUA E LITERATURA – 24 textos			
Nº	**Referência**	**Autor**	**Título**
26	1903	José Veríssimo	O que liam nossos maiores
27	1903	Boscoli	Língua vernácula

28	1904	Laudelino Freire	Colocação de pronomes
29	1904		O calão do gatunos
30	1904	José Veríssimo	Leitura e Livros
31	1905	Ramiz Galvão	Ortografia e prosódia
32	1905	Firmino Costa	Estudos de Sinonímia
33	1907	Almeida	O arco da velha
34	1907	Carvalho	A estética da língua portuguesa
35	1907	Julio Pires	O futuro das línguas novi-latinas
36	1907	Elísio de Carvalho	João Ribeiro -"Páginas de estética" (comentário à obra)
37	**1907**	**Hemetério José dos Santos**	**Etymologias**
38	1907	----------	João do Rio
39	1908	Dionísio Cerqueira	Trovas em língua Tupi
40	1908	Alexina de Magalhães	Modos de dizer brasileiros
41	1908		Metros bárbaros
42	1909	Firmino Costa	Questões de gramática
43	1909		Ortografia reformada
44	**1910**	**Hemetério José dos Santos**	**Machado de Assis. Carta a Fabio Luz**
45	1910	Mario Barreto	Cartas filológicas
46	1910	---------	Dois neologismos de Coelho Netto
47	1911	Mario Barreto	A concordância
48	1911	---------	João do Rio - "Alma encantadora das ruas" (comentário à obra)
49	1904	Alberto Faria	Verbos brasileiros

FOLCLORE, ETNOGRAFIA, ETNOLOGIA – 48 textos

Nº	**Referência**	**Autor**	**Título**
50	1904	B. Octavio	Núpcias na roça
51	1904	Clóvis Bevilaqua	Sob que ponto de vista podem os brasileiros ser considerados latinos
52	1905	Mello Moraes	As vésperas de Reis – Os ranchos (Bahia)
53	1906	Álvaro Guerra	Tia Maria
54	1907	Santés	Etymologias
55	1907	Barão de Alencar	A festa de Natal
56	1907	Oscar Nobiling	Uma página de história da literatura popular
57	1907	Barão de Alencar	A festa de Natal
58	1907	Dr. Paul Ehrenreich	Etnografia selvagem
59	1908	A. Gomes Soares	Línguas indígenas no Brasil
60	1908	Raimundo Magalhães	Quem contou da vaca (conto popular)
61	1908	Dionísio Cerqueira	Trovas em língua Tupi
62	1908		Os mitos solares dos índios

63	1908	Mello Moraes Filho e Rosita Fernandes	O trovador do sertão
64	1908	Eduardo Ramos	O flautista do sertão
65	1909	A Gomes Soares	Esboço de etnografia amazônica
66	1909	Silvio de Almeida	O nosso folclore
67	1909	Graça Aranha	Tobias Barreto
68	1909	Leôncio Corrêa	As nossas lendas
69	1909	Rocha Pombo	Catulo Cearense
70	1910	----------	Folclore infantil – Minas Gerais "Antes magro no mato..."
71	1910	----------	Vocabulário de locuções populares do Norte
72	1910	----------	Folclore infantil – Minas Gerais "O afilhado do diabo"
73	1910	Rodrigues de Carvalho	Folclore do Norte – peleja do bem-te-vi como madapolão.
74	1910	José de Carvalho	No domínio do folclore- o Ceará
75	1910	----------	Folcloristas brasileiros – pequeno histórico
76	1910	Alexina Magalhães	Linguagem popular (Norte do Brasil)
77	1910	Augusta P Moreira	Homens de cor no Brasil
78	1910	Rodrigues de Carvalho	Folclore do Norte
79	1910	Teophilo Braga	O San Joao (folclore)
80	1911	Henrique Silva	Folclore do Brasil Central
81	1911	João Ribeiro	Costumes brasileiros
82	1911	----------	Minas Gerais
83	1911	Pereira da Costa	Folcloristas brasileiros
84	1911	Rosa Gama	O natal brasileiro
85	1912		Folclore
86	1912	Frederico Cavalcanti	Como o sertanejo prevê as chuvas
87	1914	José de Carvalho	O Acre no domínio do Folclore
88	1914	Alexina Magalhães	Brasileirismos
89	1914		Mapa etnográfico do Rio Grande do Sul
100	1914		Guaranis a caingangs
101	1914		Os índios do Trombetas e Nhamundá
102	1914		Índios pararys do Rio Purus
103	1914		Índios do Rio Negro e Japura
104	1914		Expressões populares do Acre
105	1914	Eugênio Lima	Expressões populares coletadas por Silva Romeiro
106	1914		Pamarys
107	1914	Antonio Salles	A, B, C poético Ceará
HISTÓRIA – 12 textos			

Nº	Referência	Autor	Título
108	1903	Mello Moraes	A primeira missa e o dois de julho (recordações históricas)
109	1903	A Varela	Instituições nacionais – a evolução política do Brasil através dos tempos
110	1905		Volvam à pátria (pelo retorno dos restos mortais dos últimos monarcas)
111	1907	Frota Pessoa	Manoel Bomfim
112	1907	Rocha Pombo	Uma nova história do Brasil
113	1907	Curvelo de Mendonça	História territorial do Brasil – Felisberto Freire
114	1907		Minas Gerais e Floriano Peixoto
115	1909	Joaquim Vianna	Porque caiu o Império
116	1909	Mário de Alencar	Capistrano de Abreu
117	1911	Mário Mello	Primeiro brado da república na América –
118	1911	Curvelo de Mendonça	Pernambuco
119	1911		Soneto Histórico
120	1912	Dantas Barreto	Floriano e Deodoro
EDUCAÇÃO – 11 textos			
Nº	**Referência**	**Autor**	**Título**
121	1905	--------	Estabelecimentos educacionais
122	1905	Elísio de Carvalho	Sobre educação popular
123	1906	Pedro do Couto	Ensino no Brasil
124	1907	--------	Estabelecimentos educacionais
125	1907	Elísio de Carvalho	Sobre educação popular
126	1908	----------	Instrução pública
127	1908	----------	Notas estatísticas sobre a Instrução Pública
128	1908	----------	Congresso de Instrução Pública
129	1911	---------	Instrução Pública
130	1914	----------	Instrução Pública
131	1914	---------	Estatística sobre a Instrução Pública em diversos estados brasileiros
POLÍTICA, POLÊMICAS– 13 textos			
Nº	**Referência**	**Autor**	**Título**
132	1905	Curvelo de Mendonça	O movimento socialista no Brasil
133	1906	Curvelo de Mendonça	O movimento socialista no Brasil
134	1905	José Veríssimo	Heresia política
135	1907	José Veríssimo	Heresia sociológica
136	1907	Curvelo de Mendonça	As idéias do interior (simpatia por idéias socialistas)
137	1908		Lopes Trovão – o propagandista da

			república e alguns de seus conceitos
138	1908	----------	Congresso operário regional
139	1909	Curvelo de Mendonça	Os turcos e sírios no Brasil
140	1910	Joaquim Vianna	Psicologia do bacharelismo
141	1910	Pedro Couto	Machado de Assis, A Azevedo e João Pinheiro
142	1910		Um pouco de filosofia comparada
143	1912	Curvelo de Mendonça	O Brasil interior
144	1914		Curityba e os estrangeiros
INTELECTUAIS, IMPRENSA, EDITORIAIS – 8 textos			
Nº	**Referência**	**Autor**	**Título**
145	1905	Elísio de Carvalho	Arte Social
146	1907	----------	Editorial
147	1909	Olavo Bilac	Discurso no Palace Theatre do Rio de Janeiro
148	1908	João Ribeiro	Expediente. Aos nossos colaboradores
149	1910	Ernesto Senna	Livraria Garnier – histórico
150	1911	Pedro do Couto	Caras e caretas – Gonzaga Duque
151	1914		Série de conferências organizadas na Biblioteca Nacional nos anos de 1912-1913
152	1914		Explicação pela ausência de publicação do ano de 1913
MODERNIDADE, PROGRESSO, REFORMAS URBANAS – 14 textos			
Nº	**Referência**	**Autor**	**Título**
153	1907		Os melhoramentos na capital federal
154	1907	Felisberto Freire	Povoamento e desenvolvimento econômico do Brasil
155	1908		Morro do Castelo
156	1908		Obras do porto em 1906
157	1908		O novo Rio de Janeiro – o que está feito e o que se há de fazer
158	1908		Avenida Beira-mar
159	1908		Novos edifícios do Rio
160	1909		Progresso material do Rio de Janeiro
161	1910		A cidade – melhoramentos urbanos na cidade do Rio de Janeiro
162	1910		A linha telegráfica do Mato Grosso ao Acre
163	1910		O Brasil no século XX
164	1914		O Rio moderno – projeto de fundação da avenida e grande bairro na zona

			do Mangue
165	1914		Rio Moderno – projeto de arrasamento do Morro do Castelo
166	1914	Juliano Moreira	O progresso das ciências no Brasil

➔ **Total de textos: 166 (13% do total de textos publicados no periódico)**

➔ Somados todos os textos sobre folclore e história equivalem a 5% do total de textos publicados no periódico

Anexo 8 – Textos que tratam da questão nacional localizados na Revista *Renascença* (1904-1908) e na *Revista da Academia Brasileira de Letras* (1911-1912)

REVISTA RENASCENÇA (1904-1908)

Nº	*Referência*	*Autor*	*Título*
1	Jan/1907	Antonio Salles	O maxico
2	Abr/1905	Escragnolle Doria	Pai quilombo
3	Mar/1905	Everardo Backheuser	Onde moram os pobres
4		Oliveira Lima	Ìndios norte-americanos e a Escola de Carlile
5	Set/1904	Rodrigo Octavio	Gongo velho
6		Sinfrônio Cardoso	O sertanejo
7		Silvio Romero	Brasil Social I
8		Silvio Romero	Brasil Social II – português
9		Silvio Romero	Brasil Social III – índio
10		Silvio Romero	Brasil Social IV- africano
11		Ezequiel Ubatuba	Agouro
12		José Veríssimo	Uma lenda literária
13		João de Barro	Crônica

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (1911-1913)

1	Abr-out/ 1911	Silvio Romero	Novas contribuições para o folclore brasileiro II
2	Jan-abr 1912	Silvio Romero	Novas contribuições para o folclore brasileiro III
3	Abr-jul 1912	Afrânio Peixoto	Folclore. Notas sobre o vocabulário médico popular
4	Jul-out 1912	Afrânio Peixoto	Superstições populares relativas à saúde, doença e morte
5	Out-dez 1911	Carlos Magalhães de Azeredo	Tio Cipriano
6	Jul-out 1911	Mário de Alencar	Casa mal-assombrada
7	Jan-abr 1911	Salvador de Mendonça	João Caboclo
8	Jul-out 1910	Silvio Romero	Novas contribuições para o folclore brasileiro I
9	Abr-jul 1913	Silvio Romero	O Brasil Social. Fatores antropo-etnográficos: o português
10	Abr-jul 1912	Silvio Romero	Carlos Frederico F de Martius e suas idéias acerca da história do Brasil
11	Abr-jul	Silvio Romero	Questões e problemas (obra póstuma

1912 de Tito Lívio)

Anexo 9 – Mapa temático dos textos sobre história publicados na *Kosmos* e no *Almanaque Brasileiro Garnier*

REVISTA KOSMOS (1904-1909)

Nº	**Referência**	**Autor**	Título	Negros	Mestiços/ mestiçagem	Colônia	Império	República
1	Jan/1904	Olavo Bilac	Crônica (abolicionistas)	**X**				**X**
2	Fev/1904	Vieira Fazenda	Escavações históricas			**X**		
3	Mar/1904	Oliveira Lima	Chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro			**X**		
4	Abr/1904	Afonso Arinos	O mestre de Campo (Romance mineiro do séc. XVIII)		**X**	**X**		
5	Mai/1904	Gil	Crônica	**X**	**X**			**X**
6	Mai/1904	Artur Azevedo	Teatros			**X**		**X**
7	Mai/1904	Artur Azevedo	Um ‘pastel’			**X**		
8	Jun/1904	Vieira Fazenda	O chafariz do Lagarto	**X**		**X**		
9	Jul/1904	Sérgio de Carvalho	O Museu Nacional					**X**
10	Out/1904	Gil	Crônica**	**X**	**X**			**X**
11	Out/1904	Mário Behring	Uma injustiça da História		**X**			
12	Out/1904	Fernando Osório	Traços gerais e características do General Osório					**X**

13	Dez/1904	Mário Behring	Um dia de D. João VI			X			
14	Jan/1905	Capistrano de Abreu	História Pátria			X			
15	Fev/1905	Olavo Bilac	Crônica**	X	X				X
16	Fev/1905	Capistrano de Abreu	História Pátria			X			
17	Fev/1905	Ernesto Senna	José do Patrocínio	X					X
18	Mar/1905	Capistrano de Abreu	História Pátria - 1532			X			
19	Abr/1905	Capistrano de Abreu	História Pátria			X			
20	Abr/1905	Vieira Fazenda	Uma casa histórica				X		
21	Mai/1905	Xavier da Silveira Jr.	Treze de Maio	X			X		X
22	Jul/1905	Capistrano de Abreu.	História Pátria.			X			
23	Set/1905	Reis Carvalho	A independência do Brasil			X			
24	Dez/1905	Mario Behring	Um natal na Bahia no século XVIII.			X			X
25	Fev/1906	Virgílio Várzea	A bandeira			X			
26	Mar/1906	Mario Behring	Documentos preciosos			X			
27	Abr/1906	Mario Behring	O precursor			X			
28	Mai/1906	Pires de Almeida	Uma lauda da história pátria			X			
29	Jun/1906	Mario Behring	Chico Rei	X	X	X			
30	Jul/1906	Mario Behring	Sangue Paulista		X	X			
31	Jul/1906	Gil	Crônica (recordar é viver)	X	X				X
32	Ago/1906	Mario Behring	O alvará de 30 março			X			
33	Set/1906	Mario Behring	A morte de Zumbi	X		X			
34	Dez/1906	Mario Behring	O prêmio da traição			X			
35	Jan/1907	Mario Behring	Uma sociedade secreta			X			

36	Jan/1907	Virgílio Várzea	Amazona			**X**			**X**
37	Mar/1907	Mario Behring	Bandeirantes I		**X**	**X**			
38	Mar/1907	Agenor de Roure	A bandeira nacional				**X**		**X**
39	Abr/1907	Mario Behring	Bandeirantes II		**X**	**X**			
40	Abr/1907	Reis Carvalho	Tiradentes e os precursores da independência nacional	**X**	**X**	**X**			
41	Mai/1907	Mario Behring	Os sinos de Mariana			**X**			
42	Jun/1907	Mario Behring	Patriarcas invisíveis			**X**			
43	Jul/1907	Américo Fluminense	D. João VI			**X**			
44	Ago/1907	Mario Behring	O monumento a D. João VI			**X**			
45	Set/1907	Mario Behring	Emboabas I			**X**			
46	Out/1907	Gonzaga Duque	Estátua do Marechal Floriano por Eduardo de Sá						**X**
47	Out/1907	Carlos Henze	D João VI na fisionomia			**X**			
48	Nov/1907	Mario Behring	Emboabas II			**X**			
49	Mar/1908	Mario Behring	Emboabas III			**X**			
50	Maio/1908	Dionísio Cerqueira	O rosário do Cabo-de-ordens	**X**					**X**
51	Maio/1908	Mário Behring	A musa anônima	**X**				**X**	**X**
52	Jul/1908	Reis Carvalho	O feriado brasileiro de 14 de julho						**X**
53	Out/1908	Dionísio Cerqueira	O sonho da República					**X**	

ALMANAQUE BRASILEIRO GARNIER (1903-1914)

Nº	**Referência**	**Autor**	Título	Negros	Mestiços/ mestiçagem	Colônia	Império	República

54	1903	Mello Moraes	A primeira missa e o dois de julho (recordações históricas)					**X**			
55	1903	A Varela	Instituições nacionais – a evolução política do Brasil através dos tempos							**X**	**X**
56	1905		Volvam à pátria (pelo retorno dos restos mortais dos últimos monarcas)							**X**	**X**
57	1907	Frota Pessoa	Manoel Bomfim	**X**		**X**					**X**
58	1907	Rocha Pombo	Uma nova história do Brasil	**X**		**X**		**X**		**X**	
59	1907	Curvelo de Mendonça	História territorial do Brasil – Felisberto Freire					**X**			**X**
60	1907		Minas Gerais e Floriano Peixoto								**X**
61	1909	Joaquim Vianna	Porque caiu o Império						**X**		
62	1909	Mário de Alencar	Capistrano de Abreu		**X**		**X**		**X**		
63	1911	Mário Mello	Primeiro brado da república na América – Pernambuco				**X**		**X**		
64	1911	Curvelo de Mendonça					**X**		**X**	**X**	
65	1911		Soneto Histórico				**X**				
66	1912	Dantas Barreto	Floriano e Deodoro							**X**	

Anexo 10 – Mapa temático dos textos sobre folclore publicados na *Kosmos* e no *Almanaque Brasileiro Garnier*

REVISTA KOSMOS (1904-1909)

Nº	Referência	Autor	Título	Interior	Cidade	Negros	Mestiços	Mestiçagem
1	**Mar/1904**	O. Bilac	Crônica (carnaval)		**X**	**X**		
2	Abr/1904	O. Bilac	Mãe Maria	**X**	**X**	**X**		
3	Abr/1904	Vieira Fazenda	Iluminação a azeite de peixe		**X**	**X**		
4	Jun/1904	Nemo (Azevedo Jr.)	Tipos da roça – I	**X**			**X**	
5	Jun/1904	Luís Pais Leme	A propósito de um concerto		**X**			
6	Jul/1904	Gil	Crônica		**X**			
7	Jul/1904	Nemo (Azevedo Jr.)	Tipos da roça - II	**X**			**X**	
8	Ago/1904	Gustavo Pena	O Aleijadinho	**X**				
9	Ago/1904	Lima Campos	Cake-walk		**X**	**X**	**X**	**X**
10	Ago/1904	Azevedo Jr.	Tipos da roça - III	**X**			**X**	
11	Ago/1904	Gil	Crônica**		**X**	**X**	**X**	**X**
12	Out/1904	Azevedo Jr.	Tipos da roça - IV	**X**			**X**	
13	Out/1904	Gil	Crônica**		**X**	**X**	**X**	**X**

14	Out/1904	Antonio Alves Câmara	Construções navais indígenas no Brasil	**X**				
15	Nov/1904	Azevedo Jr.	Tipos da roça - V	**X**			**X**	
16	Nov/1904	João do Rio	A tatuagem no Rio		**X**	**X**		
17	Dez/1904	Coelho Netto	Os pombos	**X**			**X**	
18	Dez/1904	Valdomiro Silveira	Natal no Lourenção	**X**			**X**	
19	Dez/1904	João do Rio	O Natal dos africanos		**X**	**X**		
20	Mar/1905	Xavier Marques	Uma tradição religiosa da Bahia – A festa do Bonfim		**X**	**X**		
21	Abr/1905	Afonso Arinos	A música popular	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**
22	Abr/1905	Coelho Netto	Fertilidade – II	**X**		**X**		
23	Mai/1905	Coelho Netto	Fertilidade - III	**X**		**X**		
24	Mai/1905	Olavo Bilac	Crônica (descaso com abolição)		**X**	**X**	**X**	
25	Mai/1905	Vieira Fazenda	Cenas extintas (tráfico negreiro)		**X**	**X**		
26	Jun/1905	Xavier Marques	Mariquita	**X**		**X**		
27	Jun/1905	Coelho Netto	Fertilidade IV	**X**		**X**		
28	Jun/1905	João do Rio	O fim de um símbolo.		**X**	**X**	**X**	
29	Ago/1905	João do Rio	A musa popular.		**X**	**X**		
30	Out/1905	Américo Fluminense.	Aspectos e costumes – O morro do Castelo		**X**	**X**		
31	Dez/1905	João do Rio	Orações		**X**			
32	Jan/1906	A.A	Bumba-meu-boi		**X**	**X**	**X**	**X**
33	Jan/1906	Olavo Bilac	Crônica (João Minhoca)		**X**	**X**		
34	Fev/1906	Olavo Bilac.	Crônica (carnaval, cordões)		**X**			

35	Fev/1906	João do Rio.	O elogio ao cordão		**X**	**X**		
36	Mar/1906	Sérgio Domingos de Carvalho	Etnografia brasileira. Os indígenas Apiacás	**X**				
37	Mar/1906	Lima Campos.	A capoeira.		**X**	**X**	**X**	**X**
38	Mar/1906	Gonzaga Duque	Princezes e Pierrots		**X**	**X**		
39	Abr/1906	Otacílio Barbedo	Cerâmica dos silvícolas do Rio Grande do Sul	**X**				
40	Mai/1906	Fantasio (Olavo Bilac)	A dança no Rio de Janeiro		**X**	**X**	**X**	**X**
41	Mai/1906	José Piza.	O capitão-do-mato	**X**	**X**			
42	Out/1906	Olavo Bilac	Crônica (crítica à Festa da Penha)		**X**			
43	Out/1906	Mário Pederneiras	Tradições (encontro com a baiana)		**X**	**X**	**X**	
44	Fev/1907	Américo Fluminense	O Carnaval do Rio		**X**	**X**	**X**	
45	Abr/1907	Américo Fluminense	A semana santa carioca na época de Pedro II		**X**	**X**		
46	Ago/1907	X	Os nossos indígenas	**X**				
47	Out/1907	---------- ---	As festas dos Remédios		**X**			
48	Nov/1907	Otacílio Barbedo	As armas guerreiras dos aborígenes do Rio Grande.	**X**				
49	Dez/1907	José Veríssimo	A glória – reminiscências de um dia de Natal	**X**		**X**		
50	Jan/1908	José Maria de Albuquerque Bello	Amor de caboclo	**X**		**X**		
51	Jan/1908	Alberto Rangel	Terra caída	**X**		**X**		
52	Jan/1908	Lima Campos	Uma santa brasileira- Santa Diana (a lenda mineira)	**X**	**X**			
53	Jul/1908	Viriato Correia	João Quilombo	**X**	**X**			

54	Jan/1909	Coelho Netto	Mau sangue	**X**		**X**		
55	Fev/1909	Gonzaga Duque	Crônica (sobre carnaval)		**X**	**X**		
56	Jul/1904	Nina Rodrigues	As belas artes nos colonos pretos do Brasil – A escultura			**X**	**X**	**X**

ALMANAQUE BRASILEIRO GARNIER (1903-1914)

Nº	Referência	**Autor**	Título	Interior	Cidade	Negros	Mestiços	Mestiçagem
57	1904	B. Octavio	Núpcias na roça	**X**		**X**	**X**	
58	1904	Clóvis Bevilaqua	Sob que ponto de vista podem os brasileiros ser considerados latinos					**X**
59	1905	Mello Moraes	As vésperas de Reis – Os ranchos (Bahia)		**X**	**X**	**X**	
60	1906	Álvaro Guerra	Tia Maria	**X**		**X**		
61	1907	Santés	Etymologias			**X**		
62	1907	Barão de Alencar	A festa de Natal	**X**				
63	1907	Oscar Nobiling	Uma página de história da literatura popular	**X**			**X**	
64	1907	Barão de Alencar	A festa de Natal	**X**				
65	1907	Dr. Paul Ehrenreich	Etnografia selvagem	**X**				
66	1908	A. Gomes Soares	Línguas indígenas no Brasil	**X**				
67	1908	Raimundo Magalhães	Quem contou da vaca (conto popular)	**X**				
68	1908	Dionísio Cerqueira	Trovas em língua Tupi	**X**				

69	1908		Os mitos solares dos índios	**X**				
70	1908	Mello Moraes Filho e Rosita Fernandes	O trovador do sertão	**X**			**X**	
71	1908	Eduardo Ramos	O flautista do sertão	**X**			**X**	
72	1909	A Gomes Soares	Esboço de etnografia amazônica	**X**				
73	1909	Silvio de Almeida	O nosso folclore	**X**				
74	1909	Graça Aranha	Tobias Barreto	**X**			**X**	
75	1909	Leôncio Corrêa	As nossas lendas	**X**			**X**	
76	1909	Rocha Pombo	Catulo Cearense	**X**			**X**	
77	1910	----------	Folclore infantil – Minas Gerais “Antes magro no mato...”					
78	1910	----------	Vocabulário de locuções populares do Norte					
79	1910	----------	Folclore infantil – Minas Gerais “O afilhado do diabo”					
80	1910	Rodrigues de Carvalho	Folclore do Norte – peleja do bem-te-vi como madapolão.					
81	1910	José de Carvalho	No domínio do folclore- o Ceará	**X**			**X**	
82	1910	----------	Folcloristas brasileiros – pequeno histórico					
83	1910	Alexina de Magalhães	Linguagem popular (Norte do Brasil)	**X**			**X**	
84	1910	Augusta P Moreira	Homens de cor no Brasil		**X**	**X**		**X**
85	1910	Rodrigues de Carvalho	Folclore do Norte	**X**			**X**	

86	1910	Teophilo Braga	O San Joao (folclore)	**X**		**X**
87	1911	Henrique Silva	Folclore do Brasil Central	**X**		**X**
88	1911	João Ribeiro	Costumes brasileiros	**X**	**X**	**X**
89	1911	----------	Minas Gerais	**X**		
100	1911	Pereira da Costa	Folcloristas brasileiros			
101	1911	Rosa Gama	O natal brasileiro	**X**		
102	1912		Folclore			
103	1912	Frederico Cavalcanti	Como o sertanejo prevê as chuvas	**X**		**X**
104	1914	José de Carvalho	O Acre no domínio do Folclore	**X**		**X**
105	1914	Alexina Magalhães	Brasileirismos			
106	1914		Mapa etnográfico do Rio Grande do Sul	**X**		
107	1914		Guaranis a caingangs	**X**		
108	1914		Os índios do Trombetas e Nhamundá	**X**		
109	1914		Índios pararys do Rio Purus	**X**		
110	1914		Índios do Rio Negro e Japura	**X**		
111	1914		Expressões populares do Acre	**X**		**X**
112	1914	Eugênio Lima	Expressões populares coletadas por Silva Romeiro	**X**		
113	1914		Pamarys	**X**		
114	1914	Antonio Salles	A, B, C poético Ceará	**X**		**X**

Anexo 11 – Perfil biográfico dos autores que publicaram sobre folclore e história na Revista *Kosmos* e no *Almanaque Brasileiro Garnier*

Nº	Autor	Nascimento/ morte	Educação	Profissão/carreira	Atuação na imprensa	Presença em instituições/ Trunfos sociais	Principais obras
1	A Gomes Soares						
2	A Varela						
3	**Afonso Arinos**	Paracatu/MG – 1868 Barcelona/ES – 1916	**Faculdade de Direito de SP – 1889**	**Literato, jornalista, professor, jurista.**	**Revista Brasileira, Revista do Brasil, Jornal do Comércio de São Paulo, Kosmos**	**Fundador e professor da Faculdade de Direito de Minas Gerais; sócio-correspondente do IHGB; membro da ABL.**	**Pelo sertão, 1898; Os jagunços- novela sertaneja, 1898; O contratador de Diamantes, 1917; Lendas e Tradições Brasileiras, 1917, Histórias e paisagens,1921.**
4	Agenor de Roure			**Jornalista, político, historiador.**		**Redator de atas na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro; secretário particular do presidente da República, Epitácio Pessoa; proferiu proferida sobre a abolição no IHGB**	**Formação constitucional do Brasil, 1914; O centenário de Nova Friburgo, 1916; A abolição e seus efeitos econômicos, 1918; A Constituinte Republicana, 1920.**

						em 1918; Ministro da fazenda entre 25/10/1930 e 04/11/1930.	
5	**Alberto Rangel**			**Militar, diplomata, historiador, literato**			**Pedro I e a Marquesa de Santos" , 1916; ln Memorian de Euclides da Cunha, 1919**
6	Alexina Magalhães	**1870** **Minas Gerais** **1921**		**Professora; folclorista**		**Ligada aos Instituto Moncovo Filho**	**Coleção IKCS; Cantigas das crianças e do povo, 1910.**
7	Álvaro Guerra	**São João Batista do Arrozal – Piraí/RJ - 1868** **São Paulo/SP - 1942**		**Professor, jornalista, literato.**	**O Commercio de São Paulo, Correio Paulistano, Ilustração Brasileira.**	**Membro da Academia Paulista de Letras; professor de português de Sérgio Buarque de Hollanda;**	**Publicou diversas obras didáticas.**
8	Antonio Alves Câmara	**Salvador/BA, 1891** **Rio de Janeiro/RJ, 1958** **Filho de pai militar**	**Colégio Militar** **Escola Naval**	**Militar, diplomata.**		**Em 1916, foi promovido a primeiro-tenente, servindo no cruzador Bahia; adido naval junto à embaixada brasileira em Washington, 1954; almirante de esquadra entre 1955 e 1956.**	

9	Antonio Salles	Paracuru/CE – 1868 1897 – vai para a Capital 1920- retorna ao Ceará **Jacarecanga/CE-1940**		**Literato, jornalista, comerciário.**		**Ocupou cargo na Intendência de Socorros Públicos de Fortaleza e no Tesouro Nacional/RJ// fez parte do primeiro grupo da Revista Brasilera, tendo acompanhado de perto a Fundação da ABL, mas nunca quis se candidatar a uma cadeira na instituição; fundou a famosa Padaria Espiritual (1892-1898)**	
10	Arthur Azevedo	**São Luis/MA-1855** **Rio de Janeiro/RJ-1908**		**jornalista, literato, teatrólogo.**	**O País, O Diário de Notícias e O Mequetrefe, Gazeta de Notícias, Kosmos,**	**Foi um dos grandes defensores da abolição da escravatura, tendo escrito as peças *O Liberato e A Família Salazar*, proibidas pela censura do Império, e mais tarde, publicadas em um volume intitulado *O escravocrata.***	
11	Azevedo Jr. (Nemo)	**Minas Gerais** **Rio de Janeiro – 1909**		**Jornalista, literato.**	**Kosmos**		
12	B. Octavio						

13	Barão de Alencar	**Rio de Janeiro/RJ - 1832** **Rio de Janeiro/RJ -** **1921**		**Advogado, diplomata, político**		**Eleito deputado em 1869; Título de barão conferido por decreto imperial em 1885; Agraciado com as comendas da Ordem Militar de Cristo e da Ordem de Isabel; Caleiro da Imperial Ordem da Rosa e da Imperial Ordem de Cristo; sócio benemérito do IHGB.**	
14	Capistrano de Abreu	**Maraguape/Ceará – 1853** **Rio de Janeiro/RJ- 1927**		**Historiador, professor**	**Gazeta de Notícias, Kosmos**	**Oficial da Biblioteca Nacional; professor do Pedro II (até 1899)**	**Capítulos de história colonial, 1907; Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil; O descobrimento do Brasil**
15	**Carlos Henze**						
16	Clóvis Bevilaqua	**Viçosa/ CE-1859** **Rio de Janeiro/RJ- 1944**	**Ateneu Cearense (Viçosa);** **Colégio Oficial de Fortaleza;** **Externato Gaspar (RJ)** **Mosteiro de São Bento (RJ);** **Faculdade de Direito de Recife**	**Advogado, professor, jurista**	**Vigílias Literárias, A idéia Nova, República, Escalpelo,, Estenógrafo, Almanaque Brasileiro Garnier**	**Professor de Filosofia da Faculdade de Direito do Recife ;** **Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores;** **fez parte do Comitê dos Juristas no Conselho da Sociedade das Nações**	

17	**Coelho Netto**	Caxias/MA-1864 Rio de Janeiro/RJ-1934	Colégio Pedro II; Faculdade de Direito no Recife e em São Paulo (não concluída)	Literato, professor, jornalista, político, teatrólogo	**Jornal do Brasil, Kosmos, Almanaque Brasileiro Garnier, Gazeta da Tarde, Cidade do Rio, Jornal do Brasil.**	Diretor dos Negócios do Estado do Rio, 1891; professor de História da Arte na Escola Nacional de Belas Artes, 1892; professor de Literatura do Ginásio Pedro II; professor de História e diretor do Teatro de Artes Dramáticas, 1910; deputado federal pelo Maranhão, 1909 e reeleito, 1917; secretário-geral da Liga de Defesa Nacional; membro do Conselho Consultivo do Teatro Municipal// Membro-fundador da Academia Brasileira de Letras; eleito "príncipe dos prosadores brasileiros" no concurso realizado pelo *O Malho*.	**A capital federal,1893; Bilhetes postais,1894; Lanterna mágica, 1898; Sertão 1896; A Conquista, 1899; Tormenta, 1901; O bico de pena,1904; Esfinge,1908; Vida mundana, 1909; Cenas e perfis, 1910; Banzo, 1913; Feira livre, 1926; O rei negro, 1914; Velhos e novos, 1928; A cidade maravilhosa,1928; Fogo fátuo, 1929**.
18	Curvelo de Mendonça	Riachuelo/SE – 1870 Laranjeiras/SE-1914	**Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Recife, turma de 1892.**	**Jornalista, literato, pedagogo.**	**O País, Almanaque Brasileiro Garnier, imprensa anarquista**	**Chefe de seção na Intendência Municipal; membro do Conselho de Instrução Pública; professor e diretor do Instituto Comercial do**	Sergipe republicano, 1896; Regeneração (editora Garnier), 1903; **Bibliografia: A regeneração (romance social), H. Garnier, Paris, 1904. "A morte de Silva Jardim", in Anais,**

						Distrito Federal// Fundador a Universidade Popular em 1904; membro da Academia Sergipana de Letras.	**Rio de Janeiro, 1906, nº 78, pp. 238-39. "Guimarães Rebelo" (estudo sobre a individualidade literária do escritor), in Brasil Revista, Rio de Janeiro, 1910, nº 7.**
19	Dantas Barreto	**Bom Conselho/PE – 1850** **Rio de Janeiro/RJ - 1931**	**Escola Militar**	**Militar, político, literato, historiador, teatrólogo, jornalista.**	**Revista Americana do Rio de Janeiro, Jornal do Commercio de Porto Alegre, Almanaque Brasileiro Garnier**.	**Marechal; Entrou para a Academia Brasileira de Letras em 1911; Como oficial, participou da campanha de Canudos, tendo sido por isso promovido a coronel; ministro da guerra de Hermes da Fonseca; governador de Pernambuco de 1911 a 1915; senador por Pernambuco de 1916 a 1918;**	**A condessa Hermínia, teatro, 4 atos - 1883; Lucinda e Coleta, episódios da vida fluminense - 1883; Margarida Nobre, romance - 1886; A última expedição de Canudos, história - 1898; A revolução de 1906 - 1907; Impressões militares -1910; A destruição de Canudos, ensaio histórico - 1912; Discurso político -1912; Conspirações -1917.**
20	Dionísio Cerqueira						
21	Domingos Olimpio	**Sobral/CE-1851** **Rio de Janeiro/RJ-1906** **Famoso abolicionista**	**Faculdade de Direito do Recife, 1873**	**Jornalista, Advogado, literato, teatrólogo, político**	**Comércio, Os Anais, Jornal do Comérico, Correio do Povo, Cidade do Rio, Gazeta de Notícias, e O País.**	**Deputado Provincial, Ceará; Secretário de uma Missão Diplomática, 1881; membro da Academia Cearense de Letras**	Luzia Homem , 1903; A Perdição, 1874; Rochedos que Choram; *Túnica Nessus; Tântalo;* Um Par de Galhetas; Os Maçons e o Bispo; História da Missão Especial de Washington; A Questão *do Acre*; A Loucura na Política;

							Domitila; O Negro;
22	Dr. Paul Ehrenreich	**Alemanha, 1855** **1914**		**Naturalista, etnólogo, fotógrafo**	**Jornal do Commercio,**	**Como fotógrafo, integrou expedição ao Xingu, coordenada por Von Den Steinen em 1887;**	**Contribuições para a etnologia do Brasil;**
23	Eduardo Ramos						
24	Ernesto Senna	**1858-?** **Rio de Janeiro/RJ-1913**		**Militar, jornalista, literato, historiador**	**Correio Paulistano, Kosmos,**		**O velho comércio do Rio de Janeiro, 1910**
25	Eugênio Lima						
26	Fernando Osório	**Rio Grande do Sul** **1939**		**Historiador, pintor, professor, músico, literato.**		**Um dos fundadores da Faculdade de Direito e da Escola de Artes e Ofícios em Pelotas.**	
27	Frederico Cavalcanti						
28	**Frota Pessoa**	Sobral/CE, 1875 **Rio de Janeiro/RJ-1951**		**Literato, professor jornalista, político**		**Subdiretor da instrução no Distrito Federal, 1928-1932; presidente da associação dos professores primários**	
29	Gama Rosa	**Uruguiana/RS – 1851** **Participante do círculo dos simbolistas, especialmente**	**Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro - 1876**	**Político, médico**		**Presidente da Província de Santa Catarina – 1883.**	**Educação intelectual; Biologia e Sociologia do Casamento; Simbolismo ou Decadismo; Estudos críticos e filosóficos (sobre Spencer e Comte) ; Sociologia e Estética -**

		próximo de Virgílio Várzea, Gonzaga Duque e Cruz e Souza.					**Comentários.**
30	**Gil**						
31	Gonzaga Duque/Américo Fluminense	Rio de Janeiro/RJ - 1863 Rio de Janeiro/RJ-1911		**Literato, jornalista, funcionário público**	**Kosmos, Fon Fon, O Guanabara, Gazetinha, Gazeta de Notícias, A semana, Folha popular, Revista dos Novos, Rio-Revista, Athebaida, Mercúrio**	**Oficial da Diretoria do Patrimônio Municipal; Diretor da Biblioteca Municipal.**	**A arte Brasileira, 1888; Revoluções brasileiras, 1989; Mocidade morta, 1899, Graves e frívolos, 1910; Horto de mágoas, 1914; Os contemporâneos, 1929**
32	**Graça Aranha**	**São Luis/Maranhão-1868** **Rio de Janeiro/RJ-1931**	**Faculdade de Direito do Recife**	**Diplomata, jornalista**		**Fundador da ABL;**	**Canaã, 1902; Malazarte, 1911; A estética da vida, 1920**
33	Gustavo Pena						
34	Hemetério dos Santos	Maranhão – 1858 Rio de Janeiro – 1939		**Professor, gramático, crítico literário**	**Época, Correio do Povo, Kosmos, Almanaque Brasileiro Garnier (diretor e colaborador), Jornal do Brasil, A semana, O dia, Jornal do Commercio, Jornal do Commercio de São Paulo**	**Diretor do Pedagogium, professor do Ginásio Nacional e da Escola Militar**	**Gramática portuguesa,1907. O Livro dos meninos. contos brasileiros de acordo com os processos modernos, 1881; Carta aos maranhenses, 1906; Gramática portuguesa, adaptada na Escola normal do Distrito Federal, 1913**
35	Henrique Silva				**A Informação Goyanna, Almanaque Brasileiro Garnier.**		

36	**João do Rio**	Rio de Janeiro/RJ – 1880 **Rio de Janeiro/RJ – 1921**	**Colégio do Mosteiro de São Bento; Colégio Pedro II**	Literato, jornalista, teatrólogo,	A tribuna, Kosmos, Almanaque Brasileiro Garnier, Gazeta de Notícias, A cidade do Rio, O País, O dia, Tagarela, Correio Mercantil, A Noite, Revista da Semana	Membro da Academia Brasileira de Letras; membro fundador da Sociedade Brasileira de autores teatrais/SBAT; fundou o Rio-jornal com Azevedo Amaral; fundou o jornal A Pátria;	**As religiões do Rio, reportagens,1905; Chic-chic, teatro,1906; O momento literário 1907; A alma encantadora das ruas, 1908 (Paris, Garnier); Cinematógrafo, 1909; Dentro da noite, 1910; Vida vertiginosa,1911; A bela madame Vargas,1912; A profissão de Jacques Pedreira, 1913 (pela Garnier);No tempo de Wenceslau, 1916; A correspondência de uma estação de cura, 1918; Na conferência da paz, 1919; A mulher e os espelhos,1919.**
37	João Ribeiro	Laranjeiras/SE – 1860 Rio de Janeiro/RJ - 1934	**Faculdade de Medicina da Bahia (não concluída); Escola Politécnica do Rio de Janeiro**	**Professor, filólogo, crítico, tradutor, editor, historiador**		**Professor da Escola Dramática do Distrito Federal; Professor do Colégio Pedro II**	**O púlpito no Brasil, 1887; Dicionário gramatical, 1889; Versos, 1890; História do Brasil, 1900; Estudos filológicos, 1902; Páginas de estética, 1905; Frases feitas, 1908; Compêndio de história da literatura brasileira, história literária, 1909; A língua nacional, filologia, 1933; O elemento negro – História, Folklore,**

							Lingüística, 1937.
38	**Joaquim Vianna**				**Kosmos, Almanaque Brasileiro Garnier, Revista Americana**	**Funcionário do Itamaraty; Fundador da Revista Americana**	
39	José de Carvalho						***O matuto cearense e o caboci do Pará***
40	José Maria de Albuquerque Bello	**1866-1954**		**Jornalista, advogado, professor, político**	**Revista dos Tribunais,**	**Senador**	**Ruy Barbosa e Escritos Diversos, 1918; À Margem dos Livros, 1922; A Noção Filosófica e Social do Direito; Breve Ensaio da Metodologia, 1933; Inteligência do Brasil, 1935; Democracia e Antidemocracia, 1936; Imagens de Hoje e de Ontem, 1936; A Questão Social e a Solução Brasileira; 1936; Retrato de Eça de Queiroz, 1945; Retrato de Machado de Assis, 1952. História da República (1889-1954), 1940;**
41	José Piza.			**Teatrólogo,**	**A Bohemia, Kosmos.**		**O mambembe (peça em co-autoria com Arthur Azevedo), 1904;**
42	**José Veríssimo**	Óbidos/PA – 1857 **Rio de Janeiro/RJ –**		**Jornalista, professor, crítico literário**	**Jornal do Brasil, Revista Brasileira, Kosmos, Renascença,**	**Professor do Pedagogium; professor e diretor**	**Estudos brasileiros, 4 séries. 1889-1904; Estudos de literatura. 6**

		1916			**Almanaque Brasileiro Garnier, Revista da ABL**	**do Pedro II; membro-fundador da Academia Brasileira de Letras; diretor da Revista Brasileira em sua terceira fase; membro do IHGB**	**séries ,1901-1907; Homens e coisas estrangeiras. 3 séries, 1902-1908; Que é literatura e outros escritos, 1907; História da literatura brasileira,1916; Letras e literatos, 1936. Cenas da vida amazônica, 1886; Questão de limites, história, 1889; Educação nacional, 1890; A Amazônia, 1892; A instrução pública e a imprensa, educação, 1900**
43	Juliano Moreira	Salvador/BA – 1873 Rio de Janeiro/RJ – 1933	**Faculdade de Medicina da Bahia**	**Médico, psiquiatra, cientista, professor**	**Almanaque Brasileiro Garnier, Gazeta Médica, Brasil Médico, Médico-Cirúrgica do RJ, colaborou também em várias revistas científicas e médicas européias**	**Professor da Faculdade de Medicina da Bahia; Diretor do Hospício Nacional de Alienados entre 1903-1930; Diretor Geral de Assistência a Alienados (1911-1930)**	Lei Federal de assistência a alienados e a crítica do Prof. Nina Rodrigues. Arq.Bras. de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins, 1907; Diretrizes da Higiene Mental entre nós. Rev. de Medicina .e Higiene Militar, Rio De Janeiro, 1922; Querelantes e pseudo-querelantes. Arq.Bras.De Psiquiatria,Neurologia e Medicina Legal, 1908; A seleção individual de imigrantes no programa de higiene mental. Archivos Bras. de Hygiene Mental, 1925; A

							Sífilis como fator de degeneração. Gazeta Médica da Bahia, 1899//membro-fundador da Academia Brasileira de Ciências; fundou os Arquivos Brasileiros de Psiquiatria e Arquivos Brasileiros de Medicina; convidado para dar conferência em várias universidades no Japão, Áustria e Alemanha no final da década de 1920, sendo homenageado e condecorado por onde passou.
44	Leôncio Corrêa	**Paranaguá/PA - 1865** **Rio de Janeiro/RJ - 1950**		**Político, professor**		**Diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro; deputado estadual no Paraná, de 1892 a 1897; deputado federal; diretor do Colégio Pedro II (Internato); e diretor da Imprensa Nacional. Lecionou História Universal na Escola Normal (hoje Instituto de Educação) do Rio de Janeiro, da qual foi, mais tarde, Diretor. Membro da Academia**	

						Paranaense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, da Academia Carioca de Letras, da Federação das Academias de Letras, do Instituto Brasileiro de Cultura, e outras instituições literárias.	
45	Lima Campos	Rio de Janeiro/RJ-1872 **Rio de Janeiro/RJ – 1929**	**Colégio Aquino; Escola Militar**	**Literato, teatrólogo, jornalista, redator**		**redator dos debates do Conselho do Municipal; funcionário dos Correios.**	
46	Manoel Bomfim	Aracaju/SE – 1868 Rio de Janeiro/RJ 1932	**Ingressou a Faculdade de Medicina da Bahia, em 1886 e conclui o curso na Faculdade de Medicina do RJ, em 1890**	**Médico, pedagogo, professor, historiador, deputado**	**Kosmos, Os Anais, colaborou também várias revistas de pedagogia, psicologia e educação.**	Médico da Secretaria de Polícia do RJ; Tenente-cirurgião da Brigada Militar; Subdiretor do Pedagogium, em 1896; professor de instrução moral e cívica do Pedagogium a partir de 1897; Diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro, 1898-1890; Nomeado novamente Diretor da Instrução Pública, 1905;	América Latina, males de origem, 1905; O respeito à criança, 1906; Lições de pedagogia, 1915; Noções de psicologia escolar, 1916; Primeiras saudades, 1920; A cartilha; Lições e leituras; Crianças e homens; Livros dos Mestres; Pensar e dizer (todos entre 1920-1923); O Brasil na América, 1929; O Brasil na História, 1930; O Brasil Nação, 1931. Com Bilac: Livro de composição para

						Reassumiu a direção do Pedagogium, 1911-1919// participou da criação da Universidade Popular; fundou a revista infantil Tico-Tico	o curso complementar das escolas primárias, 1890; Livro de leitura, 1901; Através do Brasil, 1910
47	**Mario Behring**	Ponte Nova/MG – 1876 **Rio de Janeiro/RJ-1933**	**Colégio Pedro II; Formou-se em engenheiro agrônomo na Bahia, 1896**	**Engenheiro, historiador, jornalista, amanuense, bibliotecário.**	**O Imparcial, Jornal do Commercio, Paratodos, Cinearte, Fon Fon, Kosmos, Careta, O Diário (os últimos 4 em colaboração com Jorge Schmidt)**	**Oficial e sub-bibliotecário da Biblioteca Nacional; chefe da seção de manuscritos, a partir de 1902; Diretor da Biblioteca Nacional, 1924-1932// Fundador das revistas Kosmos, Careta, Paratodos e Cinearte; influente membro da Maçonaria no Brasil**	**Publicou um livro chamado *Emboabas*, provavelmente formado por parte dos artigos (ao todo 24) que publicou na Kosmos**
48	Mário de Alencar	**Rio de Janeiro/RJ-1872** **Rio de Janeiro/RJ-1925**	**Colégio Pedro II; Faculdade de Direito de São Paulo**	**Jornalista; literato, bibliotecário**	**Almanaque Brasileiro Garnier, Brasilea, Correio do Povo, Gazeta de Notícias, O imparcial, A imprensa, Jornal do Commercio, Mundo literário, Renascença, Revista Brasileira (1895-1899), Revista da ABL, Revista da Língua Portuguesa.**	**Diretor da Biblioteca da Câmara dos Deputados; Secretário do Ministro da Justiça e Negócios Interiores JJ Seabra, 1904; membro da ABL, 1905**	
49	Mário Mello	**Recife/PE – 1884**	**Faculdade de Direito**	**Literato, historiador,**	**La Prensa (Argentina),**	**Telegrafista no**	**A Maçonaria no Brasil,**

		Recife/PE - 1959 **Abolicionista** **Colega de turma de Augusto dos Anjos** **Colaborou com mais de 30 periódicos.**	**do Recife – 1907;**	**jornalista, telegrafista, político.**	**Correio do Recife, Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco**	**Departamento de Correios de Pernambuco; Ingressou na Maçonaria em 1908; Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1909; membro da Federação Carnavalesca Pernambucana; membro da Universidade Popular do Recife, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e das Sociedades Geográficas de Lima (Peru), de Havana (Cuba) e Washington (Estados Unidos); membro da Academia Internacional de História, com sede em Paris (França); membro da Comissão Nacional do Folclore; Deputado estadual por Pernambuco em**	**1909; A Maçonaria e a Revolução de 1817, 1912; Arquipélago de Fernando de Noronha, 1916; Pau d`Alho: Monografia histórico-geográfica, 1918; A Imprensa Pernambucana, 1918; -Rios de Pernambuco, 1919; Ruas do Recife, 1920; Oliveira Lima-Íntimo, 1920; Corografia de Pernambuco, 1921; História da Loja Maçônica Seis de Março, 1921; Esboço da Literatura Pernambucana, 1922; -A Furna de Serra Talhada, 1928; Os Carnijós das Águas Belas, 1929; Toponímia Pernambucana, 1931; Dentro da História, 1931; Frei Caneca, 1933; Aspectos da História, 1935; Elementos da História do Brasil, 1936; Aspectos da Etnografia Brasílica, 1938; Afirmações Nacionalistas - A Guerra dos Mascates, 1941;**

						1918; Academia Pernambucana de Letras, 1920; Fundador da Associação de Imprensa de Pernambuco, em 1931; Deputado Estadual por Pernambuco, pelo PSD em 1947.	**Síntese Cronológica de Pernambuco, 1943; Onomástica Pernambucana, 1944; Origem e Significado do Frevo, 1947; Subsídios para a Provilenda Brasileira- Os Caboclinhos, 1947; Culto de Santo Onofre, 1948; Relances da História, 1956.**
50	Mário Pederneiras	Rio de Janeiro/RJ - 1868 Rio de Janeiro/RJ-1915	**Colégio Pedro II; Faculdade de Direito de SP (não concluída)**	**Literato, jornalista, taquígrafo**	**Kosmos, Fon Fon, Almanaque Brasileiro Garnier, O Imparcial, Gazeta de Notícias, Sans Dessous, O Tagarela, Novidades**	**Taquígrafo do Senado Federal, 1904; funcionário da Companhia Sul América// Fundador da Fon Fon; fez parte do Batalhão Patriótico, 1889; Conquistou o terceiro lugar no concurso para Príncipe dos Poetas Brasileiros, em 1913**	**Agonia, 1900; Ronda noturna, 1901; Ao léu do sonho, 1902; Histórias do meu casal, 1906**
51	Mello Moraes Filho	**Salvador/BA – 1844** **Rio de Janeiro/RJ-1919**		**Folclorista; historiador; médico**		**Diretor do Arquivo Municipal do Rio de Janeiro;**	**Cantares brasileiros, 1900; Festas e tradições populares do Brasil, 1888; Saraus e serenatas, 1902.**
52	Nemo (Azevedo Jr.)						
53	**Nina Rodrigues**	**Vargem Grande/MA –**	**Faculdade de Medicina da Bahia;**	**Médico; professor;**	**Kosmos**	**Professor e diretor da Faculdade de**	**Os africanos no Brasil; As raças humanas e a**

		1862 **Rio de Janeiro/RJ - 1906**	**Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro**	**etonólogo**		**Medicina da Bahia;**	**responsabilidade penal no Brasil;**
54	Olavo Bilac/Fantasio	Rio de Janeiro/RJ - 1865 Rio de Janeiro/RJ – 1918	**Interno no Colégio São Francisco de Paula – RJ; Faculdade de Medicina do RJ, em 1880 (abandonada em 1886)**	**Literato, jornalista, professor**	**A Bruxa, Kosmos, Careta, Almanaque Brasileiro Garnier, Cidade do Rio, Gazeta de Notícias, Combate, O Malho, O mequetrefe, A Notícia, A semana, A rua, Revista do Brasil, Correio Paulistano, A cigarra, Correio do Povo, entre outros**	Oficial da secretaria de Instrução Pública e Particular do Estado do Rio de Janeiro; Inspetor Escolar do Distrito Federal em 1899; assumiu interinamente da direção do Pedagogium em 1898; Professor de poesia brasileira do Pedagogium em 1904; jornalista oficial da Exposição Nacional de 1908// **Integrou a comitiva presidencial de Campos Salles em visita à Argentina; Secretário Geral da 3ª e da 4ª Conferência Pan-americana; Secretário do Prefeito Souza Aguiar e do Governador Portela; membro-fundador da Academia Brasileira de Letras; Eleito o Príncipe dos**	**Poesias, 1888; Crônicas e novelas 1894; Crítica e fantasia,1904; Conferências literária,1906 ; Ironia e piedade, 916; Tarde 1919; Poesias infantis, 1901; Com Manuel Bomfim: Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias, 1890;Livro de leitura, 1901; Através do Brasil, 1910. Com Coelho Netto: Contos pátrios para alunos de escolas primárias, 1904; Teatro infantil, 1905; A pátria brasileira, 1909. Com Joaquim Manoel de Macedo: Lições de história do Brasil, 1907**

						poetas brasileiros em concurso pela Fon Fon, 1913; Fundador da Liga de Defesa Nacional, 1916;	
55	Oliveira Lima	**Recife/ PE – 1867** **Washington/EUA - 1928**		**Historiador; diplomata.**		**Membro fundador da ABL; Entrou no serviço diplomático brasileiro em 1890;**	Dom João VI, 1909; O movimento da Independência, 1922.
56	**Oscar Nobiling**	**Hamburgo/Alemanha-1865** **Bremen/Alemanha – 1912** **Naturalizou-se brasileiro em 1894.**					
57	Otacílio Barbedo	**Nascido no Rio Grande do Sul.**		**Professor; folclorista**			**Cantigas de Dom João Garcia e de Guilhade, Trovador do século XVII (Erlangen, 1907) e a Coleção de modinhas brasileira**
58	Pereira da Costa	**Recife/PE – 1851**	**Faculdade de Direito do Recife - 1891**	**Jornalista; político.**	**Diario de Pernambuco**	**Membro do Conselho Municipal do Recife; deputado estadual por Pernambuco, 1901; membro do Instituto Arqueológico, Histórico e**	**Anais pernambucanos, 1850; A Confederação do Equador (1876); Dicionário biográfico de pernambucanos célebres (1882); Enciclopédia brasileira (1889); Folclore pernambucano**

						Geográfico Pernambucano; Fundador da Academia Pernambucana de Letras; membro dos Institutos Histórico e Geográfico de Alagoas, Ceará, Paraíba, Bahia e São Paulo;	**(1909); Vocabulário pernambucano (1936) e Arredores do Recife.**
59	Pires de Almeida				**Ilustração Brasileira, Kosmos.**		
60	Raimundo Magalhães	**Ubajara/CE – 1885** **Rio de Janeiro/RJ - 1928**		**Jornalista; professor; folclorista, crítico literário.**	**A Semana (CE), A Notícia (RJ), Almanaque Brasileiro Garnier.**		**Vocabulário Popular, 1911.**
61	**Reis Carvalho (pseid. Oscar d'Alva)**	**1874 - ?**					**Prelúdio, poesias de 1894-1897" (1903), "A questão do ensino, bases de uma reforma da instrução pública no Brasil" (1910), "A guerra e a grande guerra, conferencia realizada no salão nobre do *Carole Français* em 8 de novembro de 1915/publicação da Liga Brasileira pelos**

							Aliados" (1915), "Os feriados brasileiros. Sumárias apreciações sobre os dias de festa nacional, considerados como datas de celebração do culto cívico, da religião da Pátria, preâmbulo da religião da humanidade" (1926), "A ditadura republicana" (1935), "I.-Pela liberdade contra a tirania II.- Delen-dus fascimus! III- A cruzada da liberdade" (1939)
62	Rocha Pombo	Morretes/PR – 1857 **Rio de Janeiro/RJ – 1933**		**Historiador; jornalista, professor, literato; político**	**O Povo, Almanaque Brasileiro Garnier, Kosmos,**	**Professor do Pedro II e do Pedagogium; deputado pelo Paraná, 1886; sócio efetivo do IHGB;**	**Honra do Barão, 1881; Dadá, 1882; A religião do belo, 1882; Visões,1891; No hospício, 1905; O Paraná no centenário,1900; História da América, 1900; Contos e pontos, 1911; Dicionário de sinônimos da Língua Portuguesa, 1914 ;**

							Nossa Pátria- com mais de 40 edições; História do Rio Grande do Norte
63	Rodrigues de Carvalho	**Alagoinha/PA – 1867** **Recife/PE - 1935**	**Faculdade de Direito do Recife**	**Literato, político, jornalista, professor e jurista.**	**A União, Gazeta do Comércio, O Comércio, Estado da Paraíba, República, Jornal Pequeno (Recife) e A Província do Pará.**	**Deputado pela Paraíba; Procurador e Secretário Geral do Estado da Paraíba; membro do Instituto Histórico do Ceará, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro; da Academia Cearense de Letras e do Instituto Arqueológico de Pernambuco;**	Monografia sobre a borracha de mangabeira e maniçoba na Paraíba; Aspectos da influência africana na formação social do Brasil; Cancioneiro do Norte; Coração; Prismas; Poesias de maio.
64	Sérgio de Carvalho						
65	Sérgio Domingos de Carvalho						
66	Silvio de Almeida						

67	**Teophilo Braga**	**Açores/PT- 1843**					**Contos tradicionais portugueses;**
68	Valdomiro Silveira	**Cachoeira Paulista/SP – 1873** **Santos/SP – 1941** **Filho de pai advogado.**	**Faculdade de Direito de São Paulo.**	**Advogado, promotor; jornalista, político.**	**Gazeta do Povo, Correio Paulistano, O País, Diário Popular, O Rabicho, Aurora, O Estado de São Paulo, Kosmos.**	**Secretário de Educação e Saúde Pública de São Paulo;**	**Os caboclos, 1920; Nas serras e nas furnas, 1931; Mixuangos, 1937.**
69	**Vieira Fazenda (José)**	**Rio de Janeiro/RJ – 1847** **Rio de Janeiro/RH- 1917**	**Bacharel em Letras pelo Pedro II; Escola de Medicina do Rio de Janeiro**		**Kosmos**	**Intendente Municipal; Membro do IHGB**	**Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro**
70	Virgílio Várzea	**Desterro/SC – 1862** **Rio de Janeiro/RJ - 1941** **Participante do círculo dos simbolistas, especialmente próximo de Gama Rosa, Gonzaga Duque e Cruz e Souza.**		**Literato**	**Os Anais, Folha Popular, Kosmos.**	**Funda, com Cruz e Souza e Santos Lostada o jornal Colombo.**	**Tropos e Fantasias, 1885 (em colaboração com Cruz e Souza); Florianópolis – A ilha.**
71	Viriato Correia	**Pirapemas/ MA – 1884** Rio de Janeiro/RJ -	Faculdade de Direito do Recife (curso incompleto)	Jornalista, literato, teatrólogo, professor.	Gazeta de Notícias, Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Folha do Dia,	Membro da Academia Brasileira de Letras, 1938.	Minaretes, 1903; Contos do Sertão, 1912; Terra de Santa Cruz, 1921;

		1967			Careta, Ilustração Brasileira, A Noite Ilustrada, Para Todos, O Malho, O Tico Tico,		Histórias da nossa história, 1921; Brasil dos meus avós, 1927; Baú velho, 1927; Gaveta de sapateiro, 1932; Alcovas da história, 1934; Mata galego, 1934; Casa de Belchior, 1936; O país do pau de tinta, 1939.
72	Xavier da Silveira Jr.	São Paulo/SP – 1864 Rio de Janeiro/RJ – 1912	Faculdade de Direito de São Paulo, 1886	Advogado, político, jornalista	A República, Kosmos, O País, Gazeta de Notícias, Vida Moderna	Governador interino do Rio Grande do Norte, 1890; chefe da polícia e prefeito do Distrito Federal, 1901-1902; deputado federal por SP, 1910 (reeleito); senador// Presidente do Instituto dos Advogados do Brasil	
73	**Xavier Marques**	Itaparica/BA- 1861 Salvador/BA-1942		Jornalista, político, literato	Kosmos, Almanaque Brasileiro Garnier, Revista da ABL, Momento Literário	Deputado estadual na Bahia, de 1915 a 1921, e federal, de 1921 a 1924; membro da Academia Brasileira de Letras.	**Temas e variações, poesia 1884; Uma família baiana, romance 1888; Insulares, poesia, 1896; Boto e companhia, romance, 1897; Jana e Joel, romance, 1899; Pindorama, romance 1900; Holocausto, romance 1900; Praieiros, edição conjunta das novelas Maria Rosa e O**

							arpoador e mais A noiva do golfinho, 1902; O sargento Pedro, romance, 1910; Vida de Castro Alves, biografia, 1911; A arte de escrever, estilística, 1913; A boa madrasta, romance, 1919; A cidade encantada, contos, 1919; O feiticeiro, romance, 1922; Ensaio histórico sobre a Independência 1924; As voltas da estrada, romance, 1930; Letras acadêmicas, ensaios 1933; Cultura da língua nacional, filologia 1933; Terras mortas, novela, 1936; Ensaios, 2 vols., 1944; Evolução da crítica literária no Brasil e outros estudos, 1944

Total de intelectuais pesquisados: 73

Intelectuais com dados de nascimento e morte localizados: 51 → 70% do total de intelectuais pesquisados

Porcentagem de intelectuais nascidos nos estados do Norte: 26 → 51% do total de intelectuais com dados registrados

Porcentagem de intelectuais nascidos no estado do Rio de Janeiro: 9 → 17,6% do total de intelectuais com dados registrados

Porcentagem de intelectuais nascidos no estado de São Paulo: 2 → 4%

Porcentagem de intelectuais nascidos no estado no estado de Minas Gerais: 4 → 8%

Porcentagem de intelectuais nascidos nos estados da região Sul: 5 → 10%

Porcentagem de intelectuais nascidos migrantes com morte no estado do Rio de Janeiro: 24 → 47%

Intelectuais com informações profissionais localizadas: 61 → 83,5% do total de intelectuais pesquisados

Porcentagem de intelectuais ligados à educação: 24 → 39,3% do total de intelectuais com dados registrados

*** os campos que estão em branco correspondem aos autores ou itens sobre os quais não encontrei dados.**

**** esse perfil foi construído com base em muitas referências bibliográficas, dentre livros, periódicos e sites na internet, sendo inviável cita-las aqui.**